



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

IURI TONELO

A CRISE DO CAPITAL E SEUS EFEITOS
A nova dinâmica internacional do capitalismo pós-2008

Campinas
2019

IURI TONELO

A CRISE DO CAPITAL E SEUS EFEITOS

A nova dinâmica internacional do capitalismo pós-2008

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em sociologia.

Orientador: RICARDO LUIZ COLTRO ANTUNES

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO IURI TONELO, E
ORIENTADA PELO PROF DR
RICARDO LUIZ COLTRO ANTUNES

CAMPINAS

2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

T612c Tonelo, Iuri, 1988-
A crise do capital e seus efeitos a nova dinâmica internacional do capitalismo pós-2008 / Iuri Tonelo. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Crise econômica. 2. Capital. 3. Trabalho. 4. Movimentos sociais. 5. Ideologia. I. Antunes, Ricardo, 1953-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The capital crisis and its effects the new internacional dynamic of post-2008 capitalism

Palavras-chave em inglês:

Economic crisis

Capital

Work

Social movements

Ideology

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Doutor em Sociologia

Banca examinadora:

Ricardo Luiz Coltro Antunes [Orientador]

Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes

Plinio Soares de Arruda Sampaio Junior

Mauro Luis Iasi

Jesus José Ranieri

Data de defesa: 13-09-2019

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-2995-1902>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/4956027086354825>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 13 de setembro de 2019, considerou o candidato Iuri Tonelo aprovado.

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

Profa. Dra. Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes

Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior

Prof. Dr. Mauro Luis Iasi

Prof. Dr. Jesus José Ranieri

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Dedico este estudo a todas as trabalhadoras e trabalhadores e à juventude que resistiram nas ruas à austeridade, aos ajustes e expressões políticas conservadoras advindas da crise econômica. O capital buscou, mais uma vez, descarregar sua crise no trabalho, “no entanto, ela se move”

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento, em primeiro lugar, ao meu orientador, prof. Ricardo Antunes, com o qual tenho o prazer de trabalhar em projetos de pesquisa sob sua orientação desde 2008. No percurso deste trabalho pude perceber, mais do que me dava conta, o conjunto das influências e aprendizados que tive sob sua orientação, e resalto um, mais que especial, que foi a oportunidade de fazer meus primeiros estudos sobre Marx a partir de suas aulas, que nos meus trabalhos de pós-graduação tiveram grande importância, e não deixa de ser uma felicidade começar um estudo de um autor tão marcante e decisivo como este sob a orientação de Ricardo Antunes. Gostaria de agradecer também aos colegas do seu grupo de pesquisa *Mundo do trabalho e suas metamorfoses*, pelo intercâmbio e a experiência compartilhada.

Queria agradecer também a profa. Virgínia Fontes e aos profs. Plínio de Arruda Sampaio Junior, Mauro Iasi e Jesus Ranieri, por aceitarem estar na banca e a participação no processo da defesa. E também ao prof. Sávio Cavalcante, que esteve em meu exame de qualificação.

Um agradecimento mais que especial a Edison Urbano, que leu e me ajudou em todo o trabalho, não só com comentários valiosos, precisões, mas também (e sobretudo) com o apoio amigo e intelectual, que em alguns momentos ganham um papel decisivo. E também a Daphnae Helena, que contribuiu com leituras particularmente do primeiro capítulo, importantes também para ajudar na reta final do trabalho. Recebi outros comentários e intercambiei com vários outros colegas, agradeço a todos.

Agradeço ainda a Paula Vaz de Almeida, que se dispôs a revisar todo o trabalho, de forma muito gentil e atenciosa, incluindo uma série de sugestões e apontamentos de redação que foram igualmente valiosos, e se ocupou com as traduções do francês para nosso idioma. Também agradeço a Bernardo Camara e Letícia Oliveira, que auxiliaram com as traduções em inglês, Cristina Santos, que auxiliou com as traduções em espanhol.

Agradeço muito a todos os meus amigos, que foram um apoio fundamental para o momento de concentração que tive que ter ao longo dessa tese. E, também, aos familiares, em especial a Regina e William, que já há anos têm dado apoio incondicional aos meus estudos, e são fonte inesgotável de amizade e afeto.

Por fim, agradeço aos meus camaradas, fonte de energia política e teórica para enfrentar um empreendimento desse tipo. Esse trabalho não teria sido possível sem o autor utilizar e se inspirar no acúmulo de reflexões e elaborações teórica presentes na revista *Estratégia Internacional* e na rede internacional de jornais eletrônicos *La Izquierda Diario*, para as quais, espero, este estudo seja uma nova contribuição.

*

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Não é difícil ver que nosso tempo é um tempo de nascimento e trânsito para uma nova época. O espírito rompeu com o mundo do seu ser-aí e de seu representar, que até hoje durou; está a ponto de submergi-lo no passado, e se entrega à tarefa de sua transformação. Certamente, o espírito nunca está em repouso, mas sempre tomado por um movimento para frente. Na criança, depois de um longo período de nutrição tranquila, a primeira respiração – um salto qualitativo – interrompe o lento processo do puro crescimento quantitativo; e a criança está nascida. Do mesmo modo, o espírito que se forma lentamente, tranquilamente, em direção à sua nova figura, vai desmanchando tijolo por tijolo o edifício do mundo anterior. Seu abalo se revela apenas por sintomas isolados; a frivolidade e o tédio invadem o que ainda subsiste, o pressentimento vago de um desconhecido são os sinais precursores de algo diverso que se avizinha. Esse desmoronar-se gradual, que não alterava a fisionomia do todo, é interrompido pelo sol nascente, que revela num clarão a imagem do mundo novo

Hegel – Fenomenologia do espírito

As pessoas endinheiradas e dadas aos prazeres grosseiros, que ganharam cem mil francos no ano que precedeu ao momento em que estarão abrindo este livro, deverão fechá-lo bem depressa, principalmente se forem banqueiros, proprietários de manufaturas, respeitáveis industriais, quer dizer gente de ideias eminentemente positivas [...]. O sonhador de que falo é o homem que elas odiariam se tivesse tempo para isso; é aquele que com prazer tomariam como alvo de suas galhofas. O industrial milionário sente confusamente que tal homem aprecia mais um pensamento do que uma bolsa de mil francos

Sthendal - Do amor

RESUMO

Este trabalho visou ao estudo da crise do capital expressa a partir da queda do banco de investimentos Lehman Brothers e seus efeitos durante a década (2008-2018), buscando compreender o significado da inflexão provocada na dinâmica internacional do capitalismo, não apenas traçando os principais determinantes econômicos nesse processo, mas também abordando as dimensões política, geopolítica, social (conflitos) e ideológica. Dessa forma, o que se buscou foi demonstrar que o ano de 2008 marca uma inflexão histórica no capitalismo internacional, com o “o começo do fim” da antiga configuração neoliberal do capital. Esse processo de transformação da dinâmica do capitalismo começa com o *crash financeiro* de 2008, mas vai paulatinamente implicando em metamorfoses no próprio capital, no mundo do trabalho, em conflitos políticos e sociais e mudanças ideológicas que marcam o período de *interregno* entre 2008 e 2016. A partir desse ano, então, se acentuam os determinantes no sentido de que entramos em uma nova dinâmica, ou dito em termos mais simples, em uma nova fase, distinta da neoliberal, mas carregando a contradição da impossibilidade do capital de encontrar um padrão de acumulação internacional que ofereça alguma estabilidade a esse novo momento. Assim, o período pós-2016 aponta para uma dinâmica mais conflituosa, de nacionalismo econômico, protecionismo, corrida tecnológica (sendo a última expressão as tecnologias de 5G), um novo quadro expresso sobretudo pela ascensão de Donald Trump nos Estados Unidos e a guerra comercial com a China.

Palavras chave: crise econômica; capital; mundo do trabalho; reestruturação produtiva; movimentos sociais; ideologia

ABSTRACT

This work aimed at the study of the crisis of capital expressed after the fall of the Lehman Brothers investment bank and its effects during the decade (2008-2018), seeking to understand the significance of the inflection provoked in the international dynamics of capitalism, not only tracing the main economic determinants in this process, but also the political, geopolitical and social dimensions. Thus, the aim was to demonstrate that the year of 2008 marks a historic inflection in international capitalism, with the "beginning of the end" of the old neoliberal configuration of capital. This process of transforming the dynamics of capitalism begins with the financial crash of 2008, but is gradually implicated in metamorphoses in capital itself, in the world of work, in political and social conflicts and ideological changes that mark the *interregnum* period between 2008 and 2016, moment in which the determinants are accentuated in the sense that we enter into a new dynamic, or to put it simply, in a new phase, different from the neoliberal phase, but carrying the contradiction of the impossibility of capital to find a pattern of international accumulation that would offer some sort of stability to this new moment. Thus, the post-2016 period points to a more conflictive dynamic of economic nationalism, protectionism, technological race (the last expression being 5G technologies), a new framework represented mainly by the rise of Donald Trump in the United States and the trade war with China.

Keywords: economic crisis; capital; world of work; productive restructuring, social movements; ideology

LISTA DE GRÁFICOS

Figura 1. p. 28 - Porcentagem da dívida hipotecária residencial como porcentagem da renda pessoal após os impostos

Figura 2. p. 30 - Emissões de hipotecas *subprime* nos Estados Unidos

Figura 3. p. 33 - Crescimento da economia mundial 1960-2017

Figura 4. p. 35 - A evolução da atividade econômica nacional. PIB em volume

Figura 5. p. 54 - Índice de preços globais de todas as *commodities*

Figura 6. p. 57 - Evolução diária do preço do petróleo brent

Figura 7. p. 58 - Gráfico da evolução do PIB de Chinas, Índia, Rússia, Brasil e África do Sul (2005-2017)

Figura 8. p. 84 - Evolução do Produto Interno Bruto Mundial (1960-2016)

Figura 9. p. 91 - Taxa de lucro e taxa de acumulação. Estados Unidos+União Europeia+Japão

Figura 10. p. 158 - Greves gerais (incluindo ameaças) no oeste europeu desde 1995

Figura 11. p. 159 - Número de greves gerais nos países da Europa do Sul – 2002 - 2011

Figura 12. p. 236 - Taxa de desemprego: negros ou afro-americanos

Figura 13. p. 237 - Índice de mortes por policiais por etnia (número por milhão)

Figura 14. p. 238 - Mortes policiais por país

Figura 15. p. 253 - Entradas de imigrantes permanentes nos países da OCDE, 2010-2016

SUMÁRIO

Introdução	13
1 A dinâmica	23
1.1 A estrutura da crise dos subprimes	26
1.2 As etapas da crise no interior da década (2008-2016)	32
1.3 A virada de 2016: do <i>interregno</i> a uma nova dinâmica	63
2 Os fundamentos	78
2.1 A propósito do equilíbrio instável do capital	79
2.2 As recessões de 1974-75 e 1981-1982 e seus fundamentos	83
2.3 A crise e o problema da hegemonia norte-americana	94
2.4 Neoliberalismo	101
2.5 Sintomas da enfermidade	112
3 Reestruturação do mundo do trabalho e formas de resistência	123
3.1 O proletariado hoje: a introdução ao debate	124
3.2 As novas faces do proletariado e a teoria do valor	132
3.3 Uma nova reestruturação produtiva pós-crise?	139
3.4 A reestruturação do capital e a resistência operária	157
4 Conflitos, movimentos sociais e fenômenos políticos	182
4.1 A Primavera Árabe	186
4.2 As mobilizações internacionais da juventude	199
4.3 A primavera feminista	219
4.4 Black Lives Matter	230
4.5 O fenômeno da crise orgânica	242

5 A crise das ideias e as ideias da crise	261
5.1 Do apogeu do americanismo à decadência neoliberal	261
5.2 As três noites de trinta anos	267
5.3 O significado de uma inflexão: crises, guerras e revoluções	276
5.4 Hegel e o fim do fim da história	285
5.5 Theodor Adorno: crítica do capitalismo, da cultura e da intelectualidade	298
5.6 “E, no entanto, ela se move”	314
 Considerações finais	 321
 Bibliografia	 324
 Apêndice: A crise capitalista e suas formas	 339

INTRODUÇÃO

A crise econômica internacional de setembro de 2008 representou uma inflexão histórica. A imagem mais marcante disso, uma crise que atingiu em cheio o coração do sistema financeiro, foi a bancarrota do quarto maior banco de investimentos dos Estados Unidos, o Lehman Brothers. Suas consequências não se restringiram, dada sua dimensão, à esfera das finanças, mas afetaram toda a economia mundial. No entanto, tanto o alcance dessa inflexão quanto o significado dessa crise não podem ser definidos recorrendo apenas à análise econômica, pois as determinações dessa transformação percorrem as mais distintas esferas da sociedade, entrelaçando a economia com a política, as disputas geopolíticas, as distintas formas de conflito entre o capital e o trabalho, bem como a dimensão cultural nas mais variadas formas de sentir e pensar. É nesse sentido que o estudo aqui apresentado não é uma tese particularmente de economia, ou seja, um estudo sistemático sobre as determinações econômicas da crise, mas centra-se nas transformações que vêm ocorrendo no capitalismo internacional a partir da crise e, especialmente, dos *saltos de qualidade em sua dinâmica* nessa última década, a saber, a inflexão de 2008 e aspectos de sua consolidação em 2016.

O primeiro impacto, no ano de 2008, foi, sem dúvida, o momento deflagrador do sentido “inflexivo” na dinâmica internacional que queremos abordar ao longo destas páginas. Para se dar uma primeira dimensão desse processo, começamos por citar uma passagem de *O capital*, de Karl Marx, mais precisamente de seu livro terceiro, constante da seção V intitulada “Cisão do lucro em juros e ganho empresarial. O capital portador de juros”, visto que, no pós-Lehman Brother, o seguinte trecho sobre as razões da crise ganhou certa notoriedade entre os estudiosos de Marx:

Num sistema de produção em que toda a rede de conexões do processo de reprodução se baseia no crédito, quando este cessa de repente e só se admitem pagamentos à vista, tem de se produzir evidentemente uma crise, uma demanda violenta de meios de pagamento. À primeira vista, a crise se apresenta como uma simples crise de crédito e crise monetária. E, com efeito, trata-se apenas da conversibilidade das letras de câmbio em dinheiro. Mas a maioria dessas letras representa compras e vendas reais, cuja extensão, que vai muito além das necessidades sociais e acaba servindo de base a toda a crise. Ao mesmo tempo, há uma massa enorme dessas letras que representa apenas negócios fraudulentos, que agora vêm à luz e estouram como bolhas de sabão; além disso, há especulações feitas com capital alheio, porém

malogradas; e, por fim, capitais- mercadorias desvalorizados, ou até mesmo invendáveis, ou refluxos de capitais que jamais se realizam. Esse sistema artificial inteiro de expansão forçada do processo de reprodução não pode naturalmente ser remediado fazendo com que um banco, por exemplo, o Banco da Inglaterra, conceda a todos os especuladores, com suas cédulas, o capital que lhes falta e compre todas as mercadorias depreciadas a seus antigos valores nominais. Além disso, aqui tudo aparece distorcido, pois nesse mundo de papel jamais se manifestam o preço real e seus fatores reais; o que se vê são apenas barras, dinheiro metálico, cédulas bancárias, letras de câmbio e títulos (MARX, 2017, p. 547 – Livro 3)

E essa destacável conclusão sobre a crise do capital se tratava, na realidade, de uma anotação do manuscrito que o pensador alemão não conseguiu publicar em vida e que coube a Friedrich Engels, seu grande amigo e cofundador das bases do materialismo histórico, elaborar na forma de livro. Parecia chocante a muitos leitores do século XXI a atualidade que os escritos de Marx reganhavam à luz dos impactos da corrente crise. A chamada crise financeira, nascida no coração do capitalismo mundial, a “demanda violenta de meios de pagamento”, significou a falência de poderosas instituições financeiras, bancos de investimento, seguradoras, choque entre capitais, intervenções colossais dos Estados, disputas entre monopólios, embates entre países, tensões e conflitos entre classes. Na essência do processo, estava o que está na “base de toda crise”, mas com as dimensões da hiperfinanceirização que atingiram um grau que seria inimaginável para economistas do século XIX ou mesmo da primeira metade do século XX.

A crise de 2008 não poderia se dar de maneira diferente: a própria natureza econômica de toda crise, “a conversibilidade de letras em dinheiro”, ou de títulos hipotecários em juros mensais como na crise dos *subprimes*, implica em uma quebra abrupta do esquema de reprodução do capital, que tende a reorganizar de forma repentina o seu funcionamento. Isso significa que, no interior da crise, expressa-se com força a violenta passagem da redistribuição do lucro entre os capitais para a *concorrência* abrupta, canibalesca e destruidora do capital financeiro. Por isso focar na própria dinâmica do capital é crucial para entender o desenvolvimento da crise, já que a própria dinâmica interna dos choques de capitais é parte de liberar a energia da “bomba” que vemos no mundo dos fenômenos, ou seja, nos jornais, nas mídias, nas redes sociais sobre o tamanho e os impactos econômicos e sociais.

Nesse ponto, consideramos importante assinalar uma primeira consideração metodológica: ainda que, do ponto de vista da exposição, a abordagem da dinâmica

do capital possa ser feita separadamente, é preciso partir de que, *na dinâmica do movimento real*, ela está integrada e multideterminada por fatores econômicos e extraeconômicos. Além disso, se temos em mente que a produção e reprodução são determinantes, torna-se fundamental também integrar a ideia de que o conjunto dos outros fatores (políticos, sociais, ideológicos) também influencia decisivamente a dinâmica do capital. Dessa maneira, nosso desafio será conectar o que *aparece* separado na realidade, uma vez “que o todo” – dizia Aristóteles – “é necessariamente anterior à parte” (ARISTOTELES, 1998, p. 55).

A complexidade da clivagem de 2008, portanto, está precisamente nesta tensão: a combinação de elementos clássicos da crise econômica, que fizeram “*O Capital*” de Karl Marx se tornar, de certa forma, mais atual do que nunca, complementada pelo fato de que esses elementos se darem num tabuleiro histórico “não clássico”, ou seja, em um cenário internacional advindo de um longo período de relativa estabilidade do capital, entendida em termos econômicos, políticos e mesmo sociais. O que queremos dizer com isso é que os desdobramentos econômicos da crise atual vão se conectar com o conjunto dos fatores subjetivos (políticos e ideológicos) de modo bastante distinto, por exemplo, da crise de 1929, e essa é uma das chaves para se entender o processo que se abre em 2008.

Embora hoje não haja dúvidas de que se tratou de uma crise de dimensões históricas, desvelar a conexão das contradições econômicas (que levaram à crise) com o conjunto dos fatores políticos e sociais em nível internacional se revela como um dos grandes desafios da última década. Além disso, essa conexão não deve ser tomada apenas do ponto de vista do desenvolvimento futuro, mas também por meio de um olhar que mire o passado. As heranças das décadas neoliberais marcaram decisivamente a crise de 2008 em seus aspectos objetivos (sobretudo, econômicos), mas também subjetivos. Esses últimos podem ser sintetizados na observação de que a classe trabalhadora chegou despreparada política e organizativamente para imprimir uma resistência substancial às “soluções do capital”, fato que se atesta desde os inícios da crise, particularmente no período dos planos de austeridade, ou seja, avivou-se como poucas vezes na história a máxima de Marx no *18 Brumário*, segundo a qual “A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos” (MARX, 2011, p. 25).

Daqui se depreende uma segunda consideração metodológica que também se refere ao coração desta tese e à forma como foi pensada: o fato de almejarmos perquirir a conexão entre os fatores econômicos e extraeconômicos está longe de nos dar um entendimento de estudar a *totalidade* entendida como um conjunto infinito e inesgotável de determinações. Na realidade, com o ponto de vista da *totalidade* podemos abordar as mais distintas formas de ser e seus fenômenos, dos mais simples e imediatos (com determinações de fácil observação) àqueles de dimensão multideterminada nas mais distintas áreas. Podemos exemplificar tal percurso metodológico seja no estudo de grandes processos históricos, enigmas e interpretações de obras literárias, na reflexão sobre as leis da física quântica na atualidade, para citar alguns exemplos. Entretanto, nessa forma de pensar a investigação, uma abordagem que Marx faz em um momento dos *Grundrisse* nos parece de fundamental importância: para que o investigador não se desvie nesse caminho dialético da totalidade em uma busca indefinida de informações, o que resultaria em um caminho ineficaz no mar inesgotável da história, é crucial que se distinga os *momentos predominantes* no interior do conjunto de determinações possíveis a se investigar¹, do contrário, mesmo uma ciência específica seria a impossível navegação no mar inesgotável da realidade.

Por fim, essas considerações levaram a um último aspecto para dar suporte ao nosso estudo da dinâmica do capitalismo internacional a partir da crise econômica de 2008: ter em vista que, na virada do século XIX para o século XX, produziu-se uma das mais valiosas contribuições sobre o estudo das metamorfoses do capital, quando adentramos na era do capital financeiro. Tal estudo teve no livro *O capital financeiro*, de Rudolf Hilferding, uma base econômica fundamental, mas foi na obra de Lênin, *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, que atingiu o ponto alto da reflexão, uma pequena obra que conseguiu concatenar os aspectos econômicos, geopolíticos e políticos² para encarar o problema de entender em que dinâmica estávamos, então, adentrando no capitalismo internacional. A concentração de capitais, a formação de

¹ Conforme Marx escreveu nos *Grundrisse*: “O importante aqui é apenas destacar que, se produção e consumo são considerados como atividades de um sujeito ou de muitos indivíduos, ambos aparecem em todo caso como momentos de um processo no qual a produção é o ponto de partida efetivo, e, por isso, também o momento predominante [*übergreifende Moment*]”. (MARX, 2011, p. 49).

² Não se aborda o movimento operários e os fenômenos de luta de classes na obra, na medida em que foi escrita sob condições de censura. Ainda assim, a reflexão de Lenin sobre a transformação em franjas do proletariado dos países avançados, que ele chamou de “aristocracia operária”, não deixou de ser uma contribuição importante para pensar as metamorfoses no mundo do trabalho.

monopólios, a exportação de capitais, a formação de associações monopolistas e a partilha do mundo entre potências são alguns dos elementos econômicos que configuraram o sentido da mudança de época do modo de produção capitalista, passando de um capitalismo em predominava a livre concorrência para um capitalismo em que predomina o capital financeiro e os monopólios, definido em termos, já clássicos nos dias de hoje, como *época imperialista*. Sem nos prolongarmos muito nessa explicação, partimos de que a base teórica que servirá à essa nossa tese está em nosso estudo sobre as últimas elaborações de Marx sobre as formas de capital no Livro 3 e as interpretações da mudança de época da dinâmica do capital na virada do século XX, incluindo a novidade da categoria de “capital financeiro” (*Finanzkapital*), temas esses que foram nosso objeto na dissertação de mestrado, publicada posteriormente em livro intitulado *A crise capitalista e suas formas*³.

Tendo isso em vista, no estudo da crise atual e seu desenvolvimento, buscamos investigar quatro fatores fundamentais: a dinâmica do *capital*; os efeitos da crise no *mundo do trabalho*; os *conflitos* diretos e indiretos entre capital e trabalho – a partir de trabalhadores, mas também em movimentos de massa, fenômenos políticos e movimentos sociais – e, por fim, a crise das ideias do período anterior e as *ideias* que (res)surgem a partir da crise. Em suma, nossos objetos são, dessa maneira, *capital, trabalho, conflitos, ideias...*

Essa foi a base para a planificação dos capítulos desta tese. Mas se, com isso, podemos ter uma base metodológica sobre a qual pensar a estrutura global e os capítulos de reflexão sobre a dinâmica internacional do capitalismo, o conteúdo concreto só poderia se dar no estudo histórico da crise atual. Analisar o processo da crise em seu desenvolvimento implica em partir de um fenômeno atual, além de altamente dinâmico e fluido. Isso significa que existe um componente objetivo, uma dinâmica interna da crise, mas também a constante intervenção dos sujeitos (governos, bancos, monopólios, de um lado, e a ação subjetiva da classe trabalhadora nas suas distintas formas), o que dificulta enormemente a apreensão do desenvolvimento da crise em categorias fixas. Em outras palavras, embora seja da própria natureza da dialética analisar os fenômenos em sua transitoriedade, o estudo da crise implica numa dialética de transformação radical, por se tratar de um fenômeno

³ Cf. TONELO, Iuri. **A crise capitalista e suas formas**. São Paulo: Edições Iskra, 2016

em geral de impacto abrupto e consequências internacionais em distintas esferas. Além disso, os desdobramentos da crise dão novo significado ao *crash* de 2008, o futuro a todo momento ampliando a dando novas dimensões ao passado, no caso, a dinâmica de crises políticas, guerras comerciais, conflitos interestatais iluminando o porquê, conforme afirmaremos com distintos fundamentos no decorrer da tese, a quebra do Lehman Brothers e os eventos subsequentes iriam muito para além de uma “crise financeira” localizada.

Nesse sentido, é bastante difícil para a análise de processos vivos da atualidade, ainda mais que nossa temática é a análise de um grande processo internacional como a crise econômica e seus efeitos na dinâmica capitalista em seu conjunto, definir com clareza em que ponto se localizam os *saltos de qualidade*, ou seja, onde residem os pontos de inflexão que marcam grandes linhas divisórias na história, sabendo ainda que, como totalidade orgânica e dinâmica, essas “linhas”, essas inflexões, têm algo de analítico, epistemológico, não são só ontológicas. Isso porque, no plano histórico, o que observamos é um todo dinâmico e relativamente indivisível, e o que fazemos é traçar demarcações, isto é, analisar o processo de forma a traçar algumas características marcantes que possam ser parte de um todo orgânico e, ao mesmo tempo, denotem transformações de qualidade.

Tendo essas considerações colocadas, o que defendemos nesta tese pode ser sintetizado na ideia de que o ano de 2008 marca uma inflexão histórica, com “o começo do fim” da antiga configuração neoliberal do capital. Esse processo de transformação da dinâmica do capitalismo começa com o *crash financeiro* de 2008, mas vai paulatinamente implicando em metamorfoses no próprio capital, no mundo do trabalho, em conflitos políticos e sociais e mudanças ideológicas que marcam o período de *interregno* entre 2008 e 2016. A partir desse ano, então, se acentuam os determinantes no sentido de que entramos em uma nova dinâmica, ou dito em termos mais simples, em uma nova fase, distinta da neoliberal, mas carregando a contradição da impossibilidade do capital de encontrar um padrão de acumulação internacional que ofereça alguma estabilidade e uma marca econômica a esse novo momento. Assim, o período pós-2016 aponta para uma dinâmica mais conflituosa, de nacionalismo econômico, protecionismo, corrida tecnológica (sendo a última expressão as tecnologias de 5G), um novo quadro expresso sobretudo pela ascensão de Donald Trump nos Estados Unidos e a guerra comercial com a China.

Uma mudança que buscamos abordar em seus fundamentos mais estruturais de transformação na dinâmica do capital e do trabalho, e não apenas nas conformações políticas internacionais em seu aspecto conjuntural, já que podem haver avanços e retrocessos na influência política de forças políticas “globalizantes” e “neoliberalizantes”, tendo em vista, por exemplo, a importância das eleições norte-americanas de novembro de 2020, sem que, com isso, se modifique os aspectos estruturais e contradições sistêmicas colocadas pela crise econômica.

Para demonstrar essas ideias sobre as inflexões que ocorreram ao longo dessa “década de crise”, nossa argumentação está dividida em cinco capítulos:

O primeiro tem o intuito de apresentar em linhas gerais os mecanismos da crise imobiliária que levaram à crise financeira nos Estados Unidos e, a partir daí, fazer um estudo sobre a dinâmica da crise, passando por quatro momentos: a) 2007-2009: o *crash* financeiro e a queda abrupta na economia mundial, em que buscaremos entender o significado, especialmente em termos econômicos, desse período que denominamos “grande recessão” e também as primeiras reações dos governos, com os pacotes de salvamento de bancos e empresas; b) 2010-2011: o período dos chamados *planos de austeridade*, momento no qual a crise foi descarregada no mundo do trabalho, implicando inclusive nos primeiros conflitos mais agudos entre capital e trabalho; c) 2012-2015: momento em que economistas do *mainstream* começaram a falar de *estancamento secular*, dado o baixo crescimento e produtividade do trabalho internacional, combinada com a *crise dos emergentes*, com eventos decisivos na economia chinesa e de outros BRICS⁴; d) 2016-atualidade: a consolidação da inflexão de 2008 em uma nova dinâmica do capitalismo internacional, marcada, sobretudo, pela ascensão de Donald Trump e a guerra comercial com a China.

No segundo capítulo, partiremos da análise da forma mais desenvolvida da crise, a virada pós-2016, para buscar compreender os seus fundamentos históricos. Dessa maneira, depois de andar para frente, caminharemos para trás, nos apoiando no desenvolvimento futuro para entender melhor o passado. Desse ponto de vista, sem buscar fazer um estudo histórico ou exaustivo das determinantes da crise,

⁴ O **BRICS** é uma sigla que se refere ao agrupamento atualmente composto por cinco países: **B**rasil, **R**ússia, **I**ndia, **C**hina e **A**frica do **S**ul

visaremos dar um panorama dos eventos principais que nos permitam entender o que foi a fase anterior à crise de 2008 e em que sentido podemos falar em mudança na dinâmica do capital. Para tanto, voltaremos à crise dos anos de 1970, uma vez que consideramos se tratar de um evento de dimensão e importância internacionais e fonte de explicação de toda a fase neoliberal do capital, observando a dinâmica das recessões de 1974-1975 e 1981-1982, a partir das categorias de superprodução, sobreacumulação e queda tendencial das taxas de lucro; como complemento, refletiremos a questão da hegemonia norteamericana no pós-1970. Tendo essas determinantes colocadas, observaremos o sentido da resposta neoliberal, os principais componentes dessa fase, como a hiperfinanceirização, as políticas fiscais e monetárias, a reestruturação produtiva e o acirramento da política imperialista. Por fim, traçaremos alguns dos sintomas da enfermidade neoliberal que serviram de prelúdio à grande crise de 2008, a saber, a crise asiática, a crise russa, a bolha das “ponto.com” e as empresas de internet.

Feita essa análise, buscaremos, no terceiro capítulo, entender os efeitos do pós-2008 no mundo do trabalho, procurando compreender as novas faces do proletariado na atualidade a partir da teoria do valor, incluindo-se aí o debate sobre produtivo e improdutivo e a industrialização dos serviços. Em seguida, nossa investigação vai no sentido de pensar se podemos afirmar que vivenciamos uma nova reestruturação produtiva quando argumentamos que um processo dessa natureza estaria em curso, mas não a ponto de se distinguir qualitativamente da reestruturação produtiva neoliberal. Nesse sentido, também se coloca se é possível dizer que entramos em uma era de “precarização estrutural do trabalho”, para usar os termos de Ricardo Antunes (2018). Por fim, ainda nesse capítulo, trataremos das resistências a esses processos de reestruturação produtiva no pós-crise, colocando a visão que a classe trabalhadora categoricamente entrou em cena durante essa década, dando passos para romper a crise de subjetividade observada no período neoliberal.

No quarto capítulo, partindo, portanto, da exposição dos conflitos entre capital e trabalho na sua forma direta, trataremos dos conflitos, os fenômenos políticos e os movimentos sociais que marcaram a década. Começando pelos processos revolucionários que irromperam no final de 2010 no Oriente Médio e no norte da África, a chamada Primavera Árabe, primeiros processos revolucionários de massas, com a derrubada de ditadores, em décadas; a despeito dos desfechos reacionários, nosso

foco recai sobre o impacto desses processos em toda uma geração. Em seguida, analisaremos o movimento que ficou conhecido como “*Indignados*”, levante ocorrido a partir de 2011, com início marcante no 15M do Estado Espanhol, que depois se espalhou e/ou correu em paralelo com outras mobilizações de juventude pelo mundo por considerá-la a maior onda de mobilizações de juventude desde 1968. É também nesse sentido que se dá a análise dos movimentos sociais que surgem durante a crise de alcance internacional. Entre outros que se poderia elencar, elegemos o movimento de mulheres, conjunto de manifestações que ficou conhecido como Primavera feminista, juntamente com os movimentos de identidade negra e contra a violência policial, que tiveram expressão mais acentuada nos Estados Unidos, com o *Black lives matter* [Vidas negras importam]. Finalmente, ainda como parte do referido capítulo, buscaremos entender os desdobramentos de todos esses conflitos no marco dos regimes políticos e das democracias ocidentais, argumentando que vivemos um momento de crise política internacional, com separação entre representantes e representados, em suma, uma crise de hegemonia nas democracias, que poderíamos sintetizar no conceito de “crise orgânica”, recorrendo a categoria de Antonio Gramsci como fonte explicativa⁵.

O tema do nosso último capítulo, o quinto, será a *crise das ideias* do período neoliberal, em que se dizia que a classe operária havia deixado de existir, anunciava-se o fim das utopias, do socialismo em particular, e do marxismo como teoria. Em que faremos um percurso de volta ao apogeu e a crise do americanismo, bem como a ideologia neoliberal, recorrendo, para uma apreensão mais profunda, às *três noites de trinta anos: Belle Époque, Era de Ouro e restauração neoliberal*. De posse disso, então, buscar compreender o significado de uma inflexão em seu sentido ideológico, ou seja, no campo das ideias. Tendo refletido sobre o tema, nos voltar às palestras de Hegel sobre sua *Filosofia da história*, em que trataremos de inverter Francis Fukuyama a partir da leitura de filósofo alemão e, jogando com as palavras, falar sobre o “fim do fim da história”, um novo horizonte de transformações e possibilidades sociais ao

⁵ Um fenômeno bem relevante da luta de classes internacional ocorrido numa potência foi o dos *coletes amarelos* [gilets jaunes] na França, mas por começar ao final de 2018 e estar em pleno desenvolvimento quando já tínhamos escrito estas linhas optamos por não abordá-lo, mas acreditamos que as bases lançadas nesse capítulo, e particularmente o último tópico sobre a *crise orgânica*, são pertinentes para abordar esse e outros fenômenos que vão ocorrendo a partir da primeira década da crise.

compreendermos que o neoliberalismo não foi o fim, mas sua falência talvez signifique um novo começo, uma nova possibilidade de *ideias da crise* do capital e, no plano político-prático, de revoluções sociais.

O conteúdo do *novo* que pode surgir ainda não está determinado pela atual fase, mas é certo que algumas ideias voltaram “a rondar a Europa”. Nesse sentido, nos valem de Theodor Adorno, a fim de entender como pode se dar o ressurgimento de ideias anticapitalistas, e da espetacular “ideia-mito” atribuída a Galileu Galilei, *eppur si muove* [no entanto, ela se move], defendendo por que veremos para esse século a retomada ideias comunistas e as possibilidades de novas revoluções sociais que coloquem em seu horizonte a constituição de uma sociedade de produtores livremente associados, em que valha a máxima consagrada por Marx em sua *Crítica ao Programa de Gotha*: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!” (MARX, 2012, p. 33).

1 A DINÂMICA

A crise econômica que irrompe em 2008, a chamada *Grande Recessão*, é a expressão da falência da dinâmica de acumulação do capital internacional durante quase três décadas, período conhecido como neoliberalismo. A falência desse modelo, no entanto, não se manifestou a partir de lutas do mundo do trabalho em prol da transformação radical das sociedades, mas dos próprios limites atingidos pelo capital no interior de seu metabolismo social.

A metamorfose no que se refere a um padrão de acumulação (tomando isso nos seus mais distintos aspectos) não se deu, e nem poderia se dar, da noite para o dia. “A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, evidenciam-se uma grande variedade de sintomas mórbidos”⁶, conforme a célebre expressão de Antonio Gramsci (2007, p. 184). A virada que ocorre no mundo com a bancarrota do banco de investimentos Lehman Brothers vai muito além de uma “crise financeira” entendida como uma esfera deslocada da economia real; antes, inscreve-se nos limites de toda uma arquitetura na qual se baseia o capital internacional para sua reprodução e dinâmica. Assim, a crise desse modelo não é uma crise financeira isolada ou uma recessão parcial, mas um evento com consequências econômicas, políticas, sociais, geopolíticas e militares em um amplo arco de países do Ocidente ao Oriente, das potências aos países dependentes. Dessa maneira, o colapso do Lehman Brothers indica mais do que o colapso de um enorme banco de investimentos norte-americano: trata-se de uma clivagem histórica na dinâmica do capitalismo internacional. O que buscaremos, particularmente neste primeiro capítulo, é apresentar um quadro geral do *crash* de 2008 e da dinâmica da evolução da economia mundial ao longo dessa década. Nesse percurso, apontaremos alguns dos principais marcos que concorreram para configurar, conforme se findava o decênio da crise⁷, a transição entre o neoliberalismo

⁶ As citações de obras estrangeiras que não possuem tradução para a língua portuguesa foram por nós traduzidas especialmente para este trabalho. Para efeitos de maior fidedignidade, além da indicação “tradução nossa” entre parêntesis, apresentamos o trecho referente na língua original ao final de cada capítulo, posicionado como nota de fim e precedido da página de que consta; declinamos, porém, por questão de simplicidade, de apresentar qualquer indicação numérica ou por símbolos no texto.

⁷ Ao longo desta tese trabalharemos com esse período de *decênio* ou *década da crise*, referindo-se ao período que se inicia em 2008 e termina em 2018, um marco temporal que elegemos para nossa análise, podendo na investigação desse período compreender a crise do capital em seu sentido restrito

e a entrada em cena de uma nova fase na dinâmica do capital. Vale dizer que, para uma maior apreensão do sentido que queremos dar à expressão “nova fase”, acompanharemos as transformações que foram se dando ano a ano à medida que a crise se desenrolava, a fim de compreender que, ao que tudo indica, o verdadeiro sentido de inflexão se inicia em 2008, mas vai se consolidando nos anos que se seguem. Aqui também, como em outros terrenos da vida social, nos parece válida a lei hegeliana, segundo a qual, *mudanças quantitativas, a partir de certo ponto, tornam-se saltos qualitativos*⁸. A última crise de grande escala de acumulação de capitais vivida pelo mundo até 2008 tinha sido a chamada “crise das ponto.com”, a saber, uma enxurrada de capitais em empresas de internet. Esse imenso volume que foi das grandes corporações até as *startups*⁹ gerou, por um lado, grandes monopólios do setor e um crescimento avassalador na área; por outro, levou a atingir rapidamente os limites de valorização de capital no segmento – e em todas as esferas de produção que derivam dele, como o sistema de redes, fibra ótica, aparelhos eletrônicos etc. –, fazendo com que os rendimentos capitalistas declinassem rapidamente e vivenciássemos uma crise, que ficou conhecida como a “bolha da internet”, sobre a qual nos deteremos em seção específica no segundo capítulo deste trabalho¹⁰. A importância de retomar esse período do início dos anos 2000 em diante é justamente porque os limites encontrados na área de Tecnologia da Informação e da Comunicação fizeram com que um amplo setor do capital se virasse para uma outra área em busca de valorização fácil, posto inclusive que se trata de uma área estrutural de valorização: o setor imobiliário. A imensa corrida de velocidades do neoliberalismo, que levará o capital a jogar seus dólares na restauração do capitalismo na Rússia e na China, depois em investimentos nos novos tigres asiáticos, vai encontrando, a cada

(o período da recessão) e em seu sentido ampliado (a dinâmica da crise e seus efeitos ao longo dos anos).

⁸ Lei que Hegel fornece as bases em sua *Ciência da Lógica*, particularmente na primeira parte, a doutrina do ser. Marx, comentando a passagem da manufatura à grande indústria, faz referência a essa lei quando diz: “As corporações de ofício da Idade Média procuraram impedir pela força a transformação do mestre-artesão em capitalista, limitando a uma máximo muito exíguo o número de trabalhadores que um mestre individual poderia empregar. O possuidor de dinheiro ou de mercadorias só se transforma realmente num capitalista quando a quantidade desembolsada para a produção ultrapassa em muito o máximo medieval. Aqui, como na ciência da natureza, mostra-se a exatidão da lei, descoberta por Hegel em sua *Lógica*, de que alterações meramente quantitativas, tendo atingido um determinado ponto, convertem-se em diferenças qualitativas” (MARX, 2013, p.380-381)

⁹ Empresas recém-criadas, ainda em desenvolvimento, normalmente do ramo tecnológico.

¹⁰ A descrição dessa crise apresentaremos melhor no nosso tópico “A crise asiática e a bolha ponto.com: sintomas da enfermidade”, capítulo 2, quando apresentaremos os fundamentos da crise.

uma das crises, seja na asiática de 1997, seja na russa de 1998 ou na das ponto.com em 2000, as barreiras de sua expansão. E foi precisamente esse fator que forçou o capital a se voltar de maneira mais intensa para um dos setores [imobiliário] mais seguros historicamente naquilo que se refere à sua acumulação¹¹. Mas antes de entrar nos fundamentos históricos da crise, é pertinente analisar a sua manifestação e a sua dinâmica na atualidade, na medida em que é possível notar como a asfixia de acumulação do capital internacional conduz a crises cada vez mais agudas, tanto nos conflitos entre o capital e o trabalho quanto no comércio mundial e nas relações interestatais. Do ponto de vista metodológico, partimos da consideração de Marx em *Grundrisse*, quando dizia que “a anatomia do ser humano é a chave para a anatomia do macaco”, ou seja, “os indícios de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior já é conhecida (MARX, 2011, p. 58). Naturalmente, a passagem só indica a pista metodológica segundo a qual, observando no plano histórico, o desenvolvimento da evolução da crise em sua forma mais desenvolvida (no plano econômico, no *crash* de 2008, ou na fase da guerra comercial entre Estados Unidos e China, já escancarando as tensões no plano geopolítico) é a chave para compreendermos os próprios fundamentos do que conduziram à crise, isto é, a falência do padrão de acumulação neoliberal.

Tendo isso em mente, buscaremos primeiramente dar uma visão panorâmica do que foi a especulação com os *subprime*, para que possamos entender de onde emanou a crise e, em seguida, avançarmos nos traços principais de sua dinâmica. Nosso intuito, buscando uma visão sociológica mais ampla dos efeitos da crise, não será da análise detida dos acontecimentos e seus meandros econômicos, ou mesmo as discussões teóricas sobre aspectos mais particulares da crise das hipotecas, que certamente têm sua importância em outros terrenos. O que nos interessa aqui é apresentar as principais determinações da crise imobiliária, já que com elas teremos uma base de análise para enfeixar os demais determinantes desta tese, a saber, a dinâmica da crise no mundo do trabalho, os conflitos entre capital e trabalho advindos da crise, os fenômenos políticos, os movimentos sociais e as transformações

¹¹ As raízes desse processo de sobre acumulação que se expressa de modo marcante nos anos 2000 remontam a processos muito anteriores, relacionadas essencialmente à queda das taxas de lucro em nível internacional e à crise de superprodução dos anos 1970, que levam a outras recessões e crises nas últimas décadas, mas que tem uma resposta no modelo de acumulação neoliberal, conforme apontaremos no próximo capítulo.

ideológicas, como parte de entendermos o conjunto das transformação na fase do capitalismo na atualidade.

1.1 A ESTRUTURA DA CRISE DOS SUBPRIMES

Vejamos, então os principais traços do desenvolvimento do que ficou mais marcado como a crise de 2008¹². O esquema de gestão da crise se dava do seguinte modo: as famílias que tinham condição de um pagamento inicial (*down payment*)¹³ buscavam um corretor (*mortgage broker*) que pudesse oferecer uma solução financeiramente plausível para a compra de um imóvel, segundo uma série de avaliações e critérios dos bancos. Uma vez definido o crédito para a compra da casa num prazo em que o banco e o cliente considerem possível e viável, consuma-se a hipoteca, cujo pagamento se estende por vários anos. Aqui que já se expressam as soluções de hiperfinanceirização que vinham desde os anos de 1990. Entre os principais mecanismos de expansão das condições de financeirização e das condições para a formação da bolha imobiliária, podemos remarcar, no que tange à participação dos bancos de investimento, a influência na aceleração das vendas de imóveis a partir de volumosas concessões de crédito. Com isso, permitiu-se o superaquecimento das vendas no setor e ofereceu-se novas “condições” para a criação de hipotecas, por meio de mecanismos específicos e inovadores, em certo sentido, a partir dos anos 2000. Em outras palavras, fazem a alavancagem (*leverage*) de um processo de vendas que imobiliárias sozinhas não poderiam fazer e as aumentam exponencialmente, ou seja, criam condições para o hiperendividamento das famílias até a asfixia, que leva à inadimplência e à crise generalizada.

¹² Entre as várias referências para esse tema, a principal obra que estaremos embasados, particularmente para auxiliar na explicação dos termos financeiros é *A crise do neoliberalismo*, de Gérard Duménil e Dominique Lévy (DUMENIL; LEVY, 2014), posto que acreditamos ser um texto que vai mais no sentido do que queremos fazer aqui, que é tratar da questão econômica, mas de uma forma acessível para os demais problemas que queremos abordar. Acreditamos que tal livro dos economistas franceses é bastante feliz nesse intento, ademais de também ser uma obra importante para o caminho geral de nossa tese, porque oferece uma visão (com a qual coincidimos em muitos aspectos) sobre a crise do neoliberalismo.

¹³ Manteremos entre parêntese algumas das categorias no inglês na medida em que o sistema hipotecário não é exatamente similar ao nosso, facilitando para os leitores que quiserem aprofundar no tema.

No entanto, o ciclo de formação da bolha imobiliária apenas começa com a alavancagem. Ele se desenvolve em paralelo com outro processo, que permite aos bancos transformarem esses empréstimos em pacotes vendáveis que podem ser chamados, segundo a linguagem financeira, de *securities*. A *securitização*¹⁴ seria uma forma de agrupar uma série de tipos de passivos financeiros, convertendo-os em títulos padronizados e negociáveis no mercado; ou seja, seria como agrupar uma série de dívidas, por exemplo, hipotecas no caso tratado, de inúmeras famílias, e agrupadas essas dívidas, vender o pacote financeiro para investidores, transferindo-lhes o grosso dos rendimentos e dos riscos. A partir das vendas de hipotecas, montam-se os pacotes financeiros a serem vendidos aos investidores. O que o banco ganha com isso? Uma parte dos juros, pois fornece o crédito inicial extraíndo certa quantidade da rentabilidade, e vende aos investidores extraíndo uma porcentagem menor, mas segura. E o que os investidores ganhariam com isso? Uma rentabilidade maior com os juros, na medida em que assumem o contrato com o conjunto das famílias alocadas no “pacote-contrato” financeiro que aceitaram comprar do banco; assim, assumem os riscos com as famílias, mas, ao mesmo tempo, no caso de o pagamento se realizar, aumentam mais rapidamente sua rentabilidade, enriquecendo ainda mais suas rendas com seus mecanismos financeiros. Tendo em vista que o preço das casas foi crescendo exponencialmente, com taxas médias de elevação dos preços dos imóveis de 6,4% ao ano no período de 2000 a 2005, o negócio se tornava muito vantajoso para os investidores.

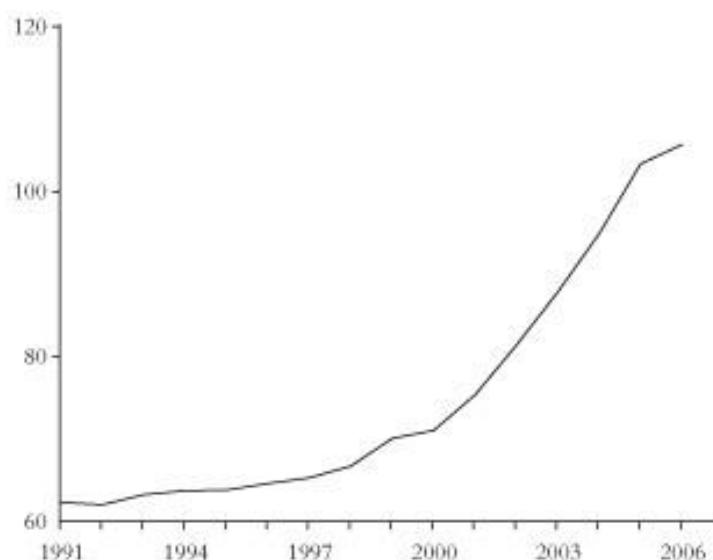
Esse processo em geral já apresenta um limite financeiro, porque vão vendendo casas para famílias por vezes em 10, 20, 30 ou mesmo 40 anos de pagamento, o que atinge já quase um limite natural da possibilidade de pagamento pelas famílias. Mas o processo da bolha acelerada se deu na realidade. Apenas para darmos um exemplo com um gráfico¹⁵, em que se expõe um quadro do aumento desenfreado da dívida hipotecária residencial como porcentagem da renda pessoal

¹⁴ Segundo a definição de Gérard Duménil e Dominique Lévy: “Originalmente o termo *securitização* foi criado para se referir à transformação de empréstimos (nos ativos das corporações financeiras) em títulos de *securitização*, um procedimento que tornava possível a venda dos empréstimos a investidores pelos originadores dos empréstimos. As *securities* assim emitidas são conhecidas como títulos lastreados em ativos (TLAs)” (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 116).

¹⁵ Extraído de (KLIMAN, 2008)

após os impostos, e oferece uma imagem dos limites de endividamento atingidos nos anos 2000:

Figura 1. Porcentagem da dívida hipotecária residencial como porcentagem da renda pessoal após os impostos



O endividamento das famílias foi aumentando progressivamente em função das políticas expansivas no setor de créditos que os bancos foram tendo durante o período como parte da política de manter sua rentabilidade. Foi nesse marco que as políticas de securitização e de seguro contra a inadimplência, em função da desregulamentação financeira neoliberal, atingiram níveis inimagináveis. Conformem escrevem Gérard Duménil e Dominique Lévy:

A onda de hipotecas depois de 2000 e sua componente *subprime* tornou possível o *boom* habitacional, mas o aumento dos empréstimos teria sido impossível na ausência do apoio da securitização e do seguro contra a inadimplência, dois instrumentos financeiros cruciais. As duas categorias de mecanismos se expandiram enormemente em paralelo e sofreram transformações significativas ao longo da década (DUMÉNIL, LÉVY, 2014, p. 198).

No que se refere ao processo de securitização, que chamamos de pacote financeiro, podemos citar os títulos corporativos de longa maturação e os produtos de

crédito estruturados de baixa avaliação, entre os quais estão títulos tradicionais de longo prazo, títulos lastreados em ativos e obrigações caucionadas em dívidas, o CDO (*obrigações de dívida colateralizada*, em inglês: *collateralized debt obligations*), um produto financeiro estruturado montado em um conjunto de empréstimos, no caso que estamos analisando, de hipotecas imobiliárias, que ficou famoso durante a crise. Em alguns casos, também na linguagem financeira, esses pacotes, como os CDOs, podem se tratar de *derivativos*¹⁶, um pacote que tem seu valor associado a um outro bem, no caso, as hipotecas. Nesses chamados pacotes financeiros e títulos de longo prazo, os bancos de investimento colocavam empréstimos de baixo risco (*primes*) e também empréstimos para família com alta chance de inadimplência, por não apresentar renda assegurada ou não ter um montante inicial para a entrada, representando muito arriscados. Esses empréstimos, que faziam parte dos pacotes, a linguagem financeira chama de *subprimes*¹⁷. E por que os investidores aceitavam? Porque embora um ou outro pagador se tornasse inadimplente, a maioria do pacote lhe conferia rendimentos que compensavam as perdas. Era um risco, mas que na maioria dos casos saia muito vantajoso para os investidores. Acontece que justamente a explosão da bolha financeira foi devido à política dos bancos de aumentar ainda mais, quase no limite, a desregulamentação financeira (ou seja, o conjunto de procedimentos para o oferecimento de crédito), de modo a estimular os corretores à venda hipotecária sem análise de crédito detida, sem pedir documentos ou meios de comprovação das famílias de que conseguiriam pagar. Nesse sentido, aceleraram as

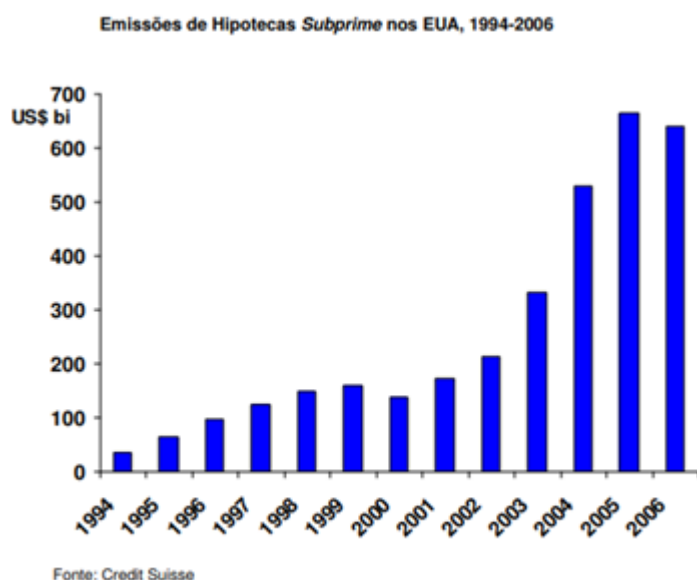
¹⁶ Segundo a definição de Gérard Duménil e Dominique Lévy: “Derivativos são contratos financeiros em que um pagamento deverá ser feito em benefício de um contratante em alguma data futura dependendo de um evento predeterminado. O preço de uma ação na bolsa de valores, o preço de uma *commodity*, a taxa de câmbio de alguma moeda, a taxa de juro num empréstimo ou a inadimplência são exemplos desses acontecimentos. Contratos derivativos podem ser usados como seguro, ou melhor, uma proteção (*hedging*) contra um acontecimento desfavorável, por exemplo, a inadimplência num empréstimo ou o aumento do preço de uma *commodity* que um dos participantes deseja comprar em alguma data futura. Eles podem fornecer serviços financeiros, mas são também instrumentos de especulação. São altamente alavancados e envolvem um alto grau de incerteza e sob todos os esses aspectos são considerados extremamente arriscados (por exemplo, segurar-se contra inadimplência em títulos cuja posse não seja controlada) (DUMÉNIL, LEVY, 2014, p. 120)

¹⁷ Segundo a definição de Gérard Duménil e Dominique Lévy: “O que é um *subprime*? As hipotecas são geralmente definidas por referência a hipotecas *conformes* ou de *agência*, como garantido pela Administração Federal de Habitação, Fannie Mar e Freddie Mac (...). Tomadores de empréstimos *subprime* são descritos por vários eventos específicos: (1) falta de pagamento por um ou dois meses no último ou nos dois últimos anos; (2) julgamento, execução de hipoteca, retomada de bem financeiro ou lançamento na conta de provisão para devedores duvidosos no último ou nos dois últimos anos (...); (3) cadastro ruim (Fico) [Fair Isaac Corporation, criadora do Fico – IT]; (4) razão da amortização mais juros para renda superior a 50%; e assim por diante. ‘subprime’ é na verdade a categoria mais baixa numa hierarquia de empréstimos problemáticos” (DUMÉNIL, LÉVY, 2014, p. 192).

vendas para os *subprimes*, e o risco nos pacotes financeiros que repassavam aos investidores começou a se tornar cada vez maior.

O aumento do volume de hipotecas *subprime* foi, então, exponencial. Segundo gráfico da *Credit Suisse*¹⁸:

Figura 2. Emissões de hipotecas *subprime* nos Estados Unidos



Com isso, pode-se ter uma dimensão da escala de centenas de bilhões e, somados os anos, em escala de trilhão a que poderia chegar o montante das vendas de hipotecas *subprime*, ou seja, a dimensão da bolha que se estava criando. Claro que esse mecanismo não é uma facilidade maior para as famílias; ao contrário, trata-se de um mecanismo perverso de ampliar cada vez mais a ilusão da compra da casa própria ao mesmo tempo em que vão asfixiando o orçamento das famílias com as condições de juros, formando, assim, uma bolha de capital fictício.

O encadeamento desse ciclo tem, assim, a seguinte ordem de funcionamento: **Do pagamento inicial > para > o corretor > para > o banco credor** – que transforma em CDOs > para > **investidores**. Nesse sentido, a primeira *alavancagem* de vendas se dá na relação entre o banco credor (*lender*) e os corretores; só então esses pacotes são feitos e repassados aos investidores. Acontece que se o humor dos investidores mudar radicalmente, como fruto dos indícios da bolha, podem repentinamente buscar

¹⁸ Extraído de (CONTIJO, 2008).

se desfazer de seus contratos antigos e não adquirir novos pacotes financeiros, de modo que a bolha fica concentrada nos bancos de investimentos ou nas seguradoras.

A situação de 2008 foi desencadeada a partir da inadimplência cada vez maior dos *subprimes*, que, em termos gerais, se desenvolveu de acordo com o seguinte processo: ao não serem efetuados os pagamentos das hipotecas, o banco retirava a casa das famílias, e esta casa era novamente colocada à venda. Uma vez que o processo foi se desencadeando em uma escala cada vez mais ampliada, o efeito concreto foi aumentar a demanda, ou seja, mais casas à venda, o que levou necessariamente a queda cada vez mais abrupta do interesse dos investidores na compra de novas hipotecas. Desse modo, além de os investidores deixarem de receber os juros dos *subprimes* que não conseguiam pagar, também pouco a pouco foram perdendo o valor de seus títulos (e em alguns casos o conjunto dos contratos) também pelos bons pagadores, os *safers*. E por quê?

Na medida em que muitas casas começam a ser colocadas à venda (fruto de o banco tomar dos *subprimes* que não conseguiam pagar) e o preço delas começa a cair, aquela família que pagava um valor mais alto deixava de ver sentido em continuar pagando a sua hipoteca. Para dar um exemplo, seria o mesmo que uma família começar a pagar uma casa a 300 mil dólares com prazo de vinte anos e três anos depois encontrar uma casa similar por 100 mil dólares, posto que os preços despencaram.

É precisamente esse o movimento que leva ao estourar da bolha imobiliária. As famílias com condições de continuar pagando a hipoteca desistem e buscarem imóveis mais baratos, uma quantidade enorme de pacotes financeiros e outros títulos imobiliários perdem seu valor repentinamente e começa uma grande “corrida de conversibilidade de letras em dinheiro”, para usar os termos de Marx.

O problema, portanto, não se refere apenas aos títulos já vendidos, mas aos que seriam vendidos: no estourar da crise, os bancos e seguradoras são surpreendidos com um volume imenso em vendas a serem repassadas aos investidores, mas estes, lendo na situação econômica de que se tratam de condições extremas de risco (além dos que estariam dispostos a aceitar), desistem de novas compras e, com isso, acumula-se nos bancos um imenso volume dos chamados *títulos podres*, o que pode afetar completamente sua saúde financeira e levá-los ao

completo colapso. Tal foi a situação do banco de investimentos Lehman Brothers, avaliado em 600 bilhões de dólares, fundado em 1850, o quarto maior banco de investimentos da maior potência mundial.

Esse seria um quadro inicial para indicar o que conduziu um banco de investimentos tão poderoso como Lehman Brothers ao colapso. Os mecanismos financeiros que envolvem os corretores, os bancos, as seguradoras e investidores em sua interconexão evidentemente são muito mais complexos do que pudemos expor aqui, mas seguem, em termos gerais, a lógica que buscamos apresentar nestas breves linhas. O objetivo aqui é apenas apresentar os principais mecanismos que levaram ao *crash*, pois, será a partir deles que poderemos entender as respostas que o capital foi dando em seu percurso.

1.2 AS ETAPAS DA CRISE NO INTERIOR DA DÉCADA (2008-2016)

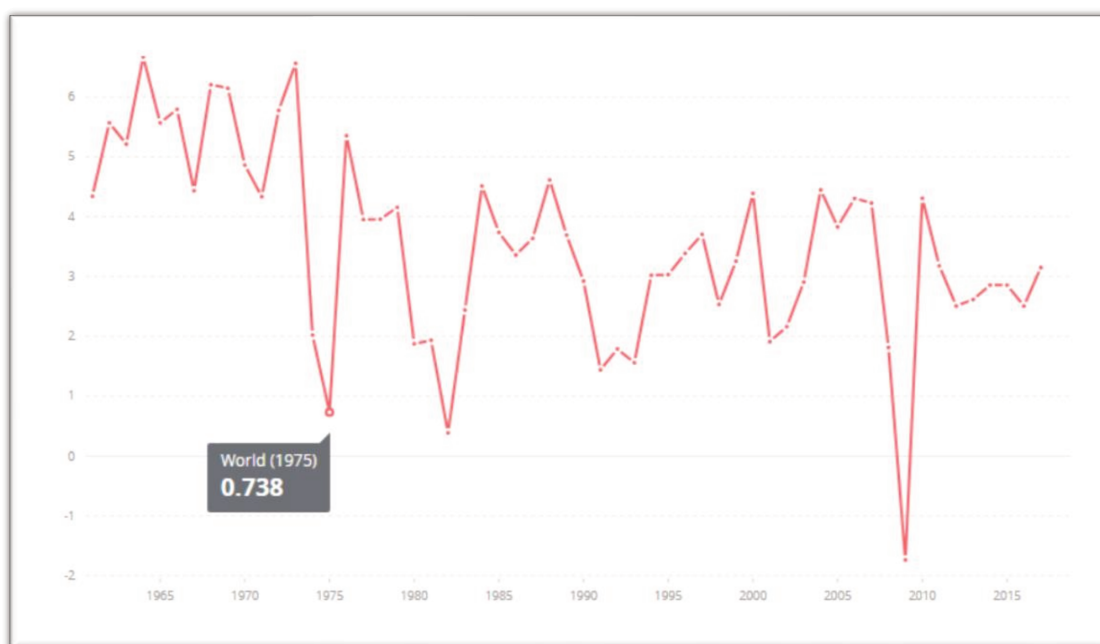
Podemos dizer que a grande recessão teve um primeiro período drástico, marcadamente recessivo na economia mundial e nas potências, e um segundo momento em que os impactos da crise se manifestaram de distintas formas, seja no trasladar da crise para os países emergentes, as iniciativas do capital diante da crise, isto é, o conjunto de planos que vão sendo aplicados e seus efeitos ou as consequências do ponto de vista das lutas sociais, seja no movimento operário, na juventude ou em movimentos sociais, e mesmo nas consequências geopolíticas, particularmente em seu último capítulo, a guerra comercial. Esse conjunto de fatores, em que se imbricam a todo momento a economia, a política e as transformações sociais nos habilitam a pensar que vivenciamos uma longa década de crise econômica internacional, especialmente pelo débil crescimento que encontramos depois da recessão.

Dito isso, buscaremos descrever, em traços gerais, alguns dos estágios da crise econômica internacional no interior do período de uma década, de 2008 a 2018, tentando observar a partir da relação da economia com outros fatores sociais a dinâmica por meio da qual a crise vai paulatinamente se estabelecendo desde seu início até a atualidade.

1.2.1 2007-2009: a queda abrupta

O período entre 2007 e 2009 foi marcado tanto pelo auge da turbulência na economia mundial quanto pelo fundamental do *crash*, com a quebra de Lehman Brothers, em setembro de 2008, como ponto emblemático do período mais turbulento da crise. Conforme podemos ver no gráfico de crescimento mundial do Produto Interno Bruto (PIB) entre 1966 e 2017, a partir dos dados do Banco Mundial:

Figura 3. Crescimento da economia mundial 1960-2017



Fonte: Banco Mundial

Do gráfico se pode extrair algumas conclusões iniciais. Em primeiro lugar, é notável perceber que 2009 apresenta efetivamente a maior queda do PIB mundial desde a Segunda Guerra Mundial, uma queda e um fenômeno categoricamente históricos. Mesmo quando analisamos as recessões de 1974-75 ou de 1981-82, a rigor, falamos em recessão por se tratar de uma queda coordenada nas potências, embora nessas crises o PIB mundial nunca tenha atingido taxas negativas. Já a crise de 2008-2009 levou a uma queda abrupta da economia mundial, ocasionado o recuo

no PIB em termos internacionais 2009 de 1,7%, mas nas potências um recuo ainda maior, podendo ser visualizado nos dados da economia norte-americana com contração de 2,7%, com a União Europeia de conjunto com contração de 4,3%, sendo que a Alemanha tinha uma crescimento negativo de 5,6%, a França em 2,9% de queda e o Reino Unido também com uma queda expressiva de 4,1%; enquanto o Japão apresentava queda de 5,4%¹⁹. Para buscar compreender um pouco o significado dessa queda, ou seja, interpretar o significado dos números da queda de 2009, façamos uma breve comparação com a crise de 1929, pensando as diferenças que existem entre a *Grande Recessão* atual e o que seria uma *Depressão* de 1929. Passada uma década desde o início da crise, muitos economistas marxistas e do *mainstream* econômico concordam com que essa é a crise mais importante desde a de 1929.²⁰ Mas é evidente que os desdobramentos da crise efetivamente não se podem comparar com as da década de 1930, posto que o aflorar de processos revolucionários de um lado e a solução reacionária nazifascista de outro foi um pouco a tônica do período pós-29. Além do mais, embora não tenhamos as facilidades tecnológicas atuais para fazer as comparações econômicas, se quisermos destacar o exemplo da economia norte-americana, epicentro da crise, a título de comparação, poderíamos observar que entre 1929 a 1933 a dimensão catastrófica da queda econômica foi de 28,6% (JOSHUA, 2013, p. 21), uma realidade relativamente bem distinta da dinâmica de 3 anos (2008-2010) somados a economia norte-americana caiu apenas 0,3%²¹. Isaac Joshua deu uma importante contribuição para o entendimento da crise de 1929, fornecendo bases para as comparações com a crise de 2008, em sua obra *La Crise de 1929 et l'émergence américaine*, na qual apresenta o seguinte gráfico que nos ajuda a entender a dimensão da queda:

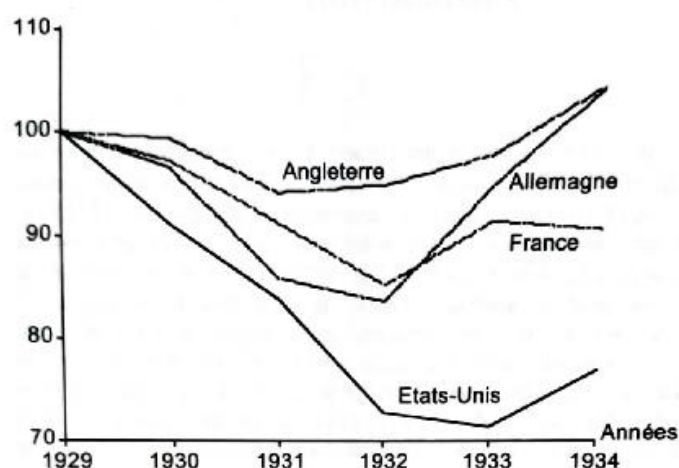
¹⁹ Dados extraídos do site do Banco Mundial, visualizados um a um cada país elencado, na plataforma <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 05/01/2019.

²⁰ isso pode ser observado nos trabalhos de praticamente todos os citados nesta tese.

²¹ Os dados do PIB anual norte-americanos podem ser acessados em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2013&locations=US&start=2008>

Figura 4. A evolução da atividade econômica nacional. PIB em volume

Graphique A. Evolution de l'activité économique nationale. Indice PIB en volume (1). 1929 = 100



Source : Etats-Unis : NIPA, 1993, p. 3 (en dollars de 1987)
 France : J-C. Toutain, p. 162 (aux prix de 1905-13)
 Angleterre : C. H. Feinstein, T19, *Compromise estimate* (en volume)
 Allemagne : R. Fremdling, p. 55 (aux prix de 1913)
 (1) Indice du Produit National Net pour l'Allemagne

Por um lado, a queda abrupta da economia mundial em 2009 não pode ser comparada econômica, política e socialmente à crise de 1929; por outro, não foi uma recessão a mais na história do capitalismo, significando uma importante queda na economia mundial, uma recessão de trajetória longa e sem perspectivas de retomada do crescimento em nível mundial.

Michael Roberts (2016), por sua vez, contesta essa visão e busca apresentar outra interpretação para os eventos da crise de 2008-2009. Em seu livro *The Long Depression*, aponta o momento que estamos vivenciando como o de uma longa depressão, a qual descreve do seguinte modo:

Aqui se define uma depressão quando economias apresentam uma produtividade claramente inferior às taxas precedentes (no total e per capita) e inferiores à média no longo prazo. Isso também significa que os níveis de empregabilidade e de investimentos estão claramente abaixo dos maiores picos e inferiores às médias no longo prazo. Acima de tudo, significa que a lucratividade dos segmentos capitalistas da economia é reduzida, amplamente abaixo dos níveis anteriores ao começo da depressão. Até então, foram três depressões (diferentes de quebras e recessões,

frequentemente recorrentes) do capitalismo moderno. A primeira foi em fins do século XIX (1873-1897); a segunda foi em meados do século XX (1929-1939); e agora nós temos uma no começo do século XXI (2008-?). Todas essas começaram com quebras significativas (1973-1976; 1929-1932; e 2008-2009, tradução nossa).

Isso significa que, no entender de Michael Roberts, estamos vivenciando uma depressão. Ele a diferencia de uma recessão a partir dos ciclos do capitalismo, que implica na saturação de um ciclo longo de produção, inovação tecnológica, construção e infraestrutura, em suma, quando um conjunto de fatores que impacta num ciclo de lucratividade atinge seu esgotamento. Dessa forma, contrapõe a depressão com a recessão:

Mais importante, depressões (diferentemente de recessões) aparecem quando existe uma combinação sincronizada de declives cíclicos do capitalismo. Toda depressão surge quando o ciclo aglomerado de inovações amadurece e se “satura”; quando a produção mundial e o preço das *commodities* entram em declive sincronizado, a saber, a inflação em lenta evolução se transforma em deflação; quando o ciclo de investimento em construção e infraestrutura afunda; e sobretudo, quando o ciclo de lucratividade está na fase de declive. A combinação desses diferentes ciclos acontece apenas a cada sessenta ou setenta anos. Por isso a atual Longa Depressão é tão importante. (ROBERTS, 2016, p. 5, tradução nossa).

Essa definição forte e bastante particular da crise econômica como longa depressão Roberts faz já na introdução de sua obra. Ainda que não rejeite a expressão “Grande Recessão”, mas a veja em complemento com a definição de longa depressão, tomando o processo econômico em seu conjunto, ele atribui um enorme significado à queda de 2008, pela confluência de um conjunto de fatores, amplos ciclos que se combinam historicamente em uma crise apenas num intervalo que abrangeria 60 ou 70 anos.

Ao nosso ver, um aspecto que fica debilitado na análise de Michael Roberts são os impactos dos demais fatores sociais e políticos na dinâmica da crise econômica. Do ponto de vista objetivo, há aí muitos pontos enriquecedores no que tange a dimensão da queda econômica, incluindo-se que importantes nomes keynesianos (como veremos na seção a seguir) chegam a definir a crise como “estancamento secular”, o que com metodologias distintas aponta para o caminho que Roberts propõe. No entanto, Roberts peca ao não relacionar a queda econômica com

os efeitos subjetivos e objetivos do período anterior, ou seja, com o processo de reestruturação produtiva, o conjunto das transformações no mundo do trabalho e especialmente os impactos subjetivos (fenômenos políticos, movimentos sociais e transformações ideológicas) do período de ofensiva neoliberal. Não se pode diminuir o alcance da restauração capitalista em países como a Rússia e a China, bem como o impacto dos 20 anos de campanha neoliberal de que a alternativa socialista, o marxismo, as classes sociais e um longo etc. haviam ficado relegados às páginas dos livros de história. Com isso, podemos traçar a hipótese de que a mesma crise econômica, em sua dimensão *quantitativa*, em um contexto distinto (por exemplo, o dos anos de 1970) teria produzido efeitos muito mais “catastróficos” do que a atual recessão – entendendo o catastrófico como uma queda mais acentuada do PIB, como em 1929, e fenômenos políticos e ideológicos mais agudos. A resposta de setores da juventude, dos movimentos de mulheres e negros, mas, sobretudo, da classe trabalhadora esteve, em certo sentido, muito aquém dos impactos da crise. É por essa razão que acreditamos que a própria definição do significado da depressão proveniente da crise do final dos 1920 e expressa com tudo nos anos de 1930 não se refere apenas aos dados econômicos da queda, ainda que esses, ao nosso entender, tenham um impacto muito importante na definição; mas se relaciona também com o alcance sociopolítico da crise (gerando amplos processos de revolução e contrarrevolução) e geopolítico (sobretudo, a competição entre as potências, especialmente os EUA de um lado e a Alemanha de outro). Tanto o *capital*, no caso extremo da conflagração das guerras mundiais, quanto o *trabalho*, no caso da resistência e a passagem à ofensiva com processos revolucionários, são sujeitos decisivos em delinear o *tom* da crise e, inclusive, o alcance que uma recessão pode ter, podendo levar ou não a quedas ainda mais abruptas e depressões. E justamente por subestimar esses demais fatores em sua análise, Roberts traça combinações econômicas de ciclos que ocorreriam de 60 em 60 anos, o que dá um tom objetivista a sua análise, pois sendo assim, esperaríamos que daqui 60 ocorra nova depressão? A análise dos eventos como guerras ou revoluções não impactariam na evolução (e olhando para o passado não impactam?). Ou seja, o economista britânico acaba um pouco refém da teoria dos grandes ciclos econômicos para sua definição da depressão.

De todo modo, a despeito desse debate em torno da própria categoria de descrição do processo de 2008-2009, Roberts oferece importantes contribuições para pensar esse primeiro período da crise econômica. As raízes desse processo buscaremos analisar no segundo capítulo; fiquemos por enquanto com os dados apontados por Roberts naquilo que são importantes para compreender os impactos da crise. O autor localiza o início da crise em agosto de 2007, quando o banco *Paribas Nacional* torna público que fecharia um dos fundos de investimento hipotecário. Esse anúncio implica em uma série de perdas, movimento que se segue com outros bancos nos EUA e culmina em um processo que desencadeia a recessão entre o começo de 2008 e o meio de 2009. Nesse sentido, analisa:

Esta quebra no capitalismo foi chamada de Grande Recessão porque foi realmente “grande”. Foi a mais longa e profunda em relação a produção que a economia capitalista global, no marco das trinta nações de capitalismo avançado da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), atravessou desde a Grande Depressão de 1929-1932. Do pico de crescimento real no PIB do boom precedente em 2007, até o fundo da Grande Recessão em meados de 2009, as economias da OCDE contraíram em até 8 pontos percentuais no PIB. Se se compara a produção global em 2009 com onde a mesma deveria estar sem a queda, as perdas de lucro foram ainda maiores que os 8 pontos percentuais. No fundo da Grande Recessão, o nível da produção industrial foi 13 por cento abaixo do pico anterior, e a troca global caiu 20 por cento do pico anterior. O mercado de ações mundial caiu em média 50 por cento do pico de 2007. A Grande Recessão foi também a mais longa desde a Grande Depressão (ROBERTS, 2016, p. 66, tradução nossa).

Essa síntese dos dados é contundente para expressar o impacto econômico: queda de 8% nas economias centrais, 13% na produção industrial e 20% no comércio internacional, o que representa uma retração enorme.

A marca desse primeiro período, portanto, está muito relacionada com a queda econômica. Como podemos ver no gráfico de crescimento mundial e como é comum a todas as crises, o *bumerangue* econômico que leva a um período de crescimento depois da queda começa a virar em meados de 2009 e se expressa graficamente no crescimento mundial de 2010, quando o PIB mundial passa a um crescimento (ainda muito pequeno) de 1,6%.

Ocorre que, nesse período, a queda não é o único fator a ser considerado: as iniciativas dos governos no sentido de salvar os bancos e as empresas também lhe dão o tom, afinal, o volume empregado em políticas de relaxamento financeiro e

injeção de liquidez nos bancos e empresas é quase incomensurável. Como apontamos no tópico anterior, a massa de injeção monetária para livrar o mercado financeiro de títulos tóxicos e gerar liquidez nas empresas ultrapassou a casa dos trilhões.

Apenas para dar uma imagem gráfica desse processo, no fatídico mês de setembro de 2008, um dia depois da bancarrota do Lehman Brothers, o governo norte-americano decidiu injetar o valor de 85 bilhões de dólares para salvar a seguradora *American Internacional Global* (AIG)²². É de se notar que em uma única medida de injeção para salvar uma grande empresa financeira foi gasto um montante equivalente ao total produto interno bruto de um ano de Uruguai, Paraguai e Bolívia somados, restando ainda nada menos que 20 bilhões. Poucos dias depois do salvamento da AIG, outra empresa de peso (emblemática em seu momento), foi beneficiária de um pacto bilionário: a General Motors (GM) que recebeu a soma de aproximadamente 50 bilhões. Mas a sequência de pacotes financeiros foi longa nas distintas potências, incluindo planos de ação mais ou menos coordenados. O maior se deu em 30 de setembro de 2008, quando o Senado americano aprovou um plano de resgate financeiro no valor de US\$ 700 bilhões, o que seguindo nosso exemplo gráfico sul-americano podemos comparar esse valor ao equivalente à soma dos Produtos Interno Brutos de Argentina e Venezuela durante todo o ano de 2008²³. Esse foi o maior pacote, mas não foi o único e nem se deu em um país, mas foi uma política generalizada dos governos das principais potências diante da crise. Sendo assim, se levarmos em conta a atuação incisiva não só do Federal Reserve, mas também do Banco Central Europeu, dos países europeus e do Japão, veremos que foi um dos componentes decisivos da crise o salvamento dos bancos, das seguradoras e das grandes empresas, uma atuação sem a qual as consequências da crise poderiam ser imprevisíveis. Embora esteja presente em outros momentos da década, as políticas especialmente de *quantitative easing* (relaxamento quantitativo, em tradução livre), é nesse período que vai até 2009 em que se concentram os maiores montantes.

²² Cf.: <https://dealbook.nytimes.com/2008/09/17/aigs-85-billion-government-bailou>. Acesso em: 06/01/2019.

²³ Segundo dados que pudemos extrair do site do Banco Mundial, no período de 2008 o PIB da Venezuela foi de 315 bilhões de dólares, da Argentina foi de 361 bilhões. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 06/01/2019.

Um terceiro elemento que consideramos determinante em descrever nessa etapa é o deslocamento do coração do imperialismo mundial, os Estados Unidos, para a Europa. É preciso dizer a própria definição de deslocamento pode ser problematizada, porque a interligação do sistema financeiro mundial hoje permite que os impactos da queda de um banco como Lehman Brothers possam ser sentidas em horas, minutos ou mesmo segundos em todo o mundo. Mas as medidas ágeis do governo norte-americano para salvar Wall Street e a possibilidade de injeções monetárias na dimensão quase incomensurável que se deram não foram, e nem poderiam ser, compartilhadas por todos os países da Europa.

Diferentemente do que muito se escreveu e se falou, de que a União Europeia seria uma entidade que anularia as contradições entre Estados, sua verdadeira face se revelou durante a crise. Os elos débeis como Grécia, Portugal, Espanha, Itália sentiram mais forte seus efeitos, para não falar de exemplos como Irlanda, Islândia etc. Só para darmos uma ideia, é altamente irônico, mas factual, que a política “neoliberal” nos Estados Unidos tenha sido (muito distinta do “laissez faire”), em relação aos quatro principais bancos de investimento no fatídico mês de setembro, a seguinte: os dois maiores, Goldman Sachs e JP Morgan foram transformados em bancos comerciais, o terceiro, Merrill Lynch, foi comprado pelo Bank of America (evitando um possível catástrofe) e o quarto, o banco de investimentos Lehman Brothers, sofreu as consequências da lei do valor. Contudo, ainda que com essa enorme perda, Wall Street conseguiu contornar a crise que atingia seu coração e de seus principais pilares, em operações que envolviam algumas dezenas ou centenas de bilhões de dólares, chegando a casa dos trilhões se tomadas em seu conjunto.

O contágio ou deslocamento para a Europa, em certo sentido e entre outros fatores, está nessa comparação entre a capacidade das potências e dos países de capitalismo avançado em lidar com a “crise de confiança”; a rigor, uma pressão avassaladora da lei do valor em restabelecer o equilíbrio, explodindo as bolhas de capital fictício. Apenas para exemplificarmos os impactos mais imediatos da crise imobiliária nos EUA, diretamente interligada com o sistema financeiro europeu, poderíamos citar que um dos eventos destacáveis da crise, considerado por alguns economistas um ponto de clivagem para seu início, foi as turbulências vividas pelo banco francês BNP Paribas, em agosto de 2007. Anunciava-se publicamente que “O *BNP Paribas Investment Partners* decidiu suspender temporariamente o cálculo do

valor líquido de ativos, bem como subscrições / resgates, em estrita conformidade com os regulamentos, para os seguintes fundos: Parvest Dynamic ABS a partir de 7 de agosto de 2007, 15:00 (hora de Luxemburgo); BNP Paribas ABS Euribor e BNP Paribas ABS Eonia a partir de 7 de agosto de 2007, 13:00 (hora de Paris)”²⁴, referindo-se a dois fundos de investimento. Para citar mais um exemplo, em fevereiro de 2008, a nacionalização do banco de investimentos Northern Rock, que esteve por um fio de quebrar em meio a especulação imobiliária, no principal centro financeiro europeu, a *City of London*, indicava o alcance mundial da crise. Nesse sentido, o primeiro período da crise, entre 2007 e 2009, marcou também o deslocamento da crise para a União Europeia, em que não só a Grande Recessão terá impacto, mas se tornará também o epicentro principal dos acontecimentos da segunda etapa da crise, entre 2010 e 2011. O importante a se destacar aqui, todavia, é que, do ponto de vista cronológico, esse deslocamento não ocorre como momentos distintos; antes se relaciona com a capacidade das potências de irem buscando salvar as principais empresas e bancos de seu sistema financeiro e deixar as explosões para os países como menos capacidade de intervenção. Esse é um fato decisivo no interior da crise, pois, ainda que seu epicentro se tornaria a Europa, não será por acaso que no “centro dentro do centro” estarão Grécia, Espanha, Portugal e Itália e não as principais potências europeias, uma expressão clara das disputas interimperialistas para decidir quem irá pagar a conta da recessão econômica internacional.

Aqui é interessante notar que, embora do ponto de vista da exposição abordaremos em momentos distintos o significado da crise no “sul do mundo” e particularmente nos emergentes, nosso posicionamento é contrário às teorias da “desacoplagem”, segundo as quais a crise se dava no centro das potências e não afetaria os BRICS, propondo uma separação no sistema internacional no que se refere aos efeitos da crise. A crise dos emergentes a partir de 2012, na realidade, foi um duro golpe nessas teorias, já que a própria realidade se evidenciou completamente contrária a essa dinâmica, por isso não nos deteremos nelas.

²⁴ Cf. <https://group.bnpparibas/en/press-release/bnp-paribas-investment-partners-temporally-suspends-calculation-net-asset-funds-parvest-dynamic-abs-bnp-paribas-abs-euribor-bnp-paribas-abs-eonia>

1.2.2 2010-2011: os planos de austeridade

O ano de 2010 abre um novo momento de ação coordenada entre as potências, particularmente os países da Europa em meio à crise: anunciam-se em distintos países planos draconianos de austeridade, o que marca, em traços gerais, um novo momento da crise econômica. Se as primeiras iniciativas foram as “injeções de liquidez” para evitar a quebra de bancos e empresas, o segundo período que se abriu foi marcado por uma política fiscal dos governos de arrocho, retirando em larga escala direitos sociais, “enxugando o Estado”, aumentando ainda mais o grau de exploração dos trabalhadores.

Alguns efeitos sentidos desde o primeiro momento da recessão eram bem evidentes em distintos países: com as medidas de salvamento de bancos e empresas trilionárias por parte dos governos, o aumento das dívidas públicas nos países atingiram cifras que chegaram a ultrapassar a barreira dos 100% do PIB.

Juan Chingo analisou esse processo de “conversão das dívidas privadas em dívidas públicas” com o aumento exponencial das dívidas estatais e o significado dessa “solução” adotada pelas potências durante a crise econômica. Diz ele:

O risco soberano veio crescendo com o aumento descomunal do *déficit* estatal. A crise gerou uma massiva dívida pública como consequência do maior endividamento dos governos. A brutal contração econômica reduziu os ingressos fiscais ao mesmo tempo em que os gastos aumentam – resgates, benefícios de desemprego e planos de estímulo. Segundo novos dados dos economistas do FMI, a dívida pública dos dez países mais ricos vai crescer de 78% do PNB²⁵ em 2007 para 114% em 2014. Por exemplo, a dívida pública japonesa pode chegar a um estratosférico 270% do PNB em dois anos. Nos Estados Unidos, mesmo que por enquanto a dívida pública seja menor, a soma desta com a dívida privada chega a 350% do PIB. Segundo a Société Générale, a dívida estatal global poderia chegar a 45 bilhões de dólares em dois anos, duas vezes e meia maior que há uma década. Como disse o *The Economist*, “nunca desde a Segunda Guerra Mundial tantos governos se endividaram com esta magnitude e rapidez ou estiveram, de maneira coletiva, tão profundamente penhorados. E, diferentemente dos tempos de guerra, o incremento atual da dívida não será temporário (CHINGO, 2010, p. 27, tradução nossa).

²⁵ Produto nacional bruto.

De fato, a iniciativa de distintos governos no mesmo sentido de resgatar o sistema financeiro e evitar uma crise catastrófica, o que tomou contornos de uma intervenção coordenada de distintos países, acabou, na realidade, por agravar o problema da dívida pública e retirar as margens de intervenção dos governos. Conforme o argumento do *The Economist* ora citado, trata-se de um processo tão massivo de intervenção que não se encontra paralelos quanto ao nível e à velocidade de endividamento desde a Segunda Guerra Mundial. Os custos desse processo, portanto, foram muito altos.

Assim, depois de olhar para seus próprios bancos e empresas, o capital financeiro em 2010 mirou em outro alvo: a classe trabalhadora. O desafio da implementação dos pacotes de austeridade, uma política fiscal agressiva, não era pequeno: não porque a resistência operária se expressasse com força no ano de 2010, mas porque a virulência dos ataques neoliberais ao mundo do trabalho, que levou a retomar as taxas de lucro das empresas em nível internacional, já havia exaurido bastante os direitos e implementado uma dinâmica feroz de exploração. Isso significa que a solução do capital, em realidade, era reciclar uma “solução” que parecia ter encontrado alguns limites no pré-crise, dada a massa de trabalho precário, desemprego, aumento da desigualdade, endividamento e redução da capacidade de consumo das famílias.

Do ponto de vista das políticas econômicas, em conformidade com as escolas teóricas de economia, as contradições entre essas etapas da crise é gritante: se o plano de salvamento dos bancos e os fortes recursos despendidos pelo Estado iam na contramão de uma política econômica ortodoxa, ou seja, agradavam o gosto de amplos matrizes de keynesianos, a política de austeridade era parte do regozijo dos velhos neoliberais, agradando até os apologistas mais ortodoxos da escola de Chicago.

Alex Callinicos aborda de maneira bem interessante as soluções do capital no período atual e as contrapartidas nos debates históricos, colocando uma questão particularmente interessante no que se refere às conclusões das distintas elites sobre a insistência na solução neoliberal:

Portanto, é tentador argumentar que a tendência para a austeridade demonstra o quão profundamente arraigado como uma ideologia se tornou o neoliberalismo e, politicamente, a mídia e as elites acadêmicas consequentemente são incapazes de pensar para além dos horizontes intelectuais colocados pela revolução do livre mercado dos 1970 e 1980. Em algum nível, não há sombra de dúvida, mas isso apenas tangencia o peso da justificativa. Dado que a maioria das considerações da crise econômica e financeira iguala as desregulamentações motivadas ideologicamente, e uma crença mais geral no caráter autodisciplinador dos mercados, como um fator importante via de regra permitindo o desenvolvimento da bolha de crédito no meio dos 2000s, por que as elites não começaram a questionar o neoliberalismo? Além de tudo, ainda que as coisas nos 1930s tenham sido substancialmente mais complicadas do que a simples narrativa keynesiana considera, a década não viu a ideia do controle político dos mercados – seja sob a forma de demanda de gestão ou alguma forma de planejamento muito mais compreensível – ganhar mais ampla vigência (...). Similarmente, foi a aparente falha da demanda de gestão o que superou a estagflação dos 1970, o que provocou a contrarrevolução monetarista (...). Então, por que a situação não foi forçada a mover-se além do neoliberalismo depois de 2008? (CALLINICOS, 2012, p. 69, tradução nossa).

A questão que coloca Callinicos é importante na medida em que, sob o ângulo estritamente teórico, mesmo para os defensores apaixonados das soluções do capital, parecemos estar diante do “eterno retorno” de uma receita antinômica. Trata-se da doença estrutural do neoliberalismo que reduziu bruscamente o potencial de consumo da sociedade, diminuindo salários, retirando direitos, em suma, disputando cada centavo da mais-valia produzida, o que gerou uma recuperação das taxas de lucro. Esse movimento aumentou a contradição mais geral na sociedade e desenvolveu contradições ainda maiores com a hiperfinanceirização e a formação de bolhas para manter os níveis de realização das mercadorias e do consumo. Depois do estourar da bolha e o escancarar das contradições, a “solução” foi implicar a mesma toxina.

Mas não se trata de um problema meramente ideológico²⁶: a própria lógica irracionalizante do capital faz com que as disputas intercapitalistas e a sede incessante por aumentar o grau de exploração da mais-valia leve ao eterno retorno da solução de tipo neoliberal, tanto no sentido da guerra interna capital-trabalho quanto na disputa capital internacional, colocando os proletariados dos países em situação mais vulnerável à espoliação imperialista.

Daqui que esse recauchutar da “solução neoliberal num neoliberalismo em falência” tem em 2010 sua maior expressão, um ano em que os planos se deram de

²⁶ Um fator a que Callinicos dá bastante destaque na sua resposta, ver (CALLINICOS, 2012, p. 70)

forma concentrada em distintos países, com medidas ofensivas. Sem dúvida, o caso da Grécia foi o caso mais emblemático no período. O alcance que tiveram os seguidos planos de austeridade nesse país influenciou decididamente a dinâmica da crise, expuseram o proletariado grego a uma situação de ataques inéditos em décadas, marcaram a relação imperialista da Troika (Banco Central Europeu, FMI e Banco Mundial), buscaram submeter os governos gregos, em outras palavras, tornaram a Grécia um laboratório de grandes ataques do capital. E esse laboratório também experimentou uma grande resistência do mundo do trabalho, com algumas das mais marcantes demonstrações de resistência operária no interior da década da crise.²⁷ Em um artigo mais recente do último ano, o economista grego Costa Lapavitsas (2018, p. 20) fez o seguinte comentário sobre as consequências do plano:

O acordo de resgate Grego em 2010 é possivelmente um dos piores documentos sobre política econômica jamais esboçado. O acordo de resgate não suporta alguma relação com a realidade da economia Grega, e tampouco com os impactos das políticas propostas. Então, a magnitude do ajuste fiscal aceito foi enorme, o déficit externo imenso e o buraco de competitividade gigantesco – e o ajuste teve de ocorrer dentro da jaula de aço da EMU²⁸. Economistas do FMI admitiram oficialmente que suas estimativas de multiplicadores da economia Grega estavam abaixo de 20, e nesse sentido, suas avaliações sobre o efeito de contração da austeridade eram muito otimistas. Desastre devidamente continuado. A demanda agregada contraiu violentamente e a produção caiu cerca de 7%, tanto em 2011 quanto em 2012, a contração total excedeu 25% entre 2008 e 2016. A queda mais profunda foi em investimento, quando as empresas reagiram ao declínio da demanda, mas também quando as condições de crédito se tornaram rígidas, com bancos enfrentando grandes volumes de dívidas podres do público em seus balanços. Igualmente ruim para as empresas, mas muito menos conhecido, foi o efetivo desaparecimento do crédito comercial entre empresas. O colapso na produção elevou o desemprego consideravelmente, que excedeu 27% em 2013 (tradução nossa).

Do ponto de vista social, a crise e os planos de austeridade afetaram de distintas formas as famílias gregas, chegando a levar a um amplo setor da população a ficar sem energia elétrica nas casas, o que a Reuters chegou a noticiar como *Greece's dark age: how austerity turned off the lights* [A era da escuridão grega: como

²⁷ Conforme abordaremos mais detidamente no capítulo 3 desta tese.

²⁸ Sigla para “Economic and Monetary Union of The European Union”, que poderia ser traduzida por *União Econômica Monetária da União Europeia*.

a austeridade apagou as luzes]²⁹. Os planos também foram intensos em outros países, particularmente na Espanha e em Portugal. exemplos importantes a serem estudados, dada a catástrofe social que significaram. No caso da Espanha, é um dos países onde se enfatizou os impactos na juventude, entre os quais, no contexto da crise, o desemprego chegou a atingir cerca de 50%³⁰, o que levou a alguns jornais a chamar a nova geração de “*ni, ni*” [“nem, nem”, em referência à expressão “nem estuda, nem trabalha”]. Embora esse ponto nós desenvolveremos melhor nos capítulos 3 e 4 do presente trabalho, cabe aqui destacar que essa etapa da crise também é marcada por lutas de resistência, particularmente dois eventos devem ser destacados no biênio 2010-2011: as greves gerais gregas que ao longo de todo o período levaram à cifra de mais de 3 dezenas de greves gerais no país, constituindo-se em um amplo laboratório de luta dos trabalhadores diante da crise; e o importante movimento 15M, quando, em 2011, os jovens espanhóis ocuparam a *Puerta del Sol* em Madrid, com convocação em 58 cidades, exigindo *democracia real ya*.

Se podemos dizer que a primeira etapa teve como marca profunda a recessão (a queda no crescimento da economia, atingindo o patamar negativo em nível internacional) e que nesse marco a dinâmica do capital foi de transformar a dívida privada em dívida pública, trazendo para o Estado as perdas das empresas com seus trilionários pacotes de salvamento dos bancos, a segunda etapa da crise é marcada pela “descida à terra” do conflito, saindo das esferas financeiras e estatais e passando para a do conflito entre capital e trabalho, com o primeiro dos termos aplicando planos de austeridade e o segundo começando a treinar suas formas de resistência e ação em lutas de resistência operária (especialmente na Grécia), em processos revolucionários, ainda que derrotados (mundo árabe), e levantes da juventude (15-M, Occupy Wall Street, Educación gratuita ya).

À medida que esse conflito ia se desenrolando em seu palco principal, a Europa, acontecimentos em outras partes impactariam decisivamente na dinâmica da crise: o deslocamento da crise para os países emergentes, abrindo uma nova fase na dinâmica internacional.

²⁹ Cf. <https://www.reuters.com/article/us-eurozone-greece-poverty-electricity-idUSKBN1781IQ>

³⁰ Cf. <http://stopausterity.eu/en/youth-unemployment-and-austerity/>

1.2.3 2012-2015: estancamento secular e a crise dos emergentes

Sem perder de vista que estamos tratando de um processo histórico dinâmico e multideterminado, em que “planos de salvamento”, planos de austeridade etc. seguiram evoluindo em distintos países em paralelo aos novos acontecimentos, se fôssemos definir determinantes predominantes nessa etapa (de 2012 a 2015) da crise, poderíamos remarcar: por um lado, um estancamento no crescimento internacional e na produtividade, por outro, a chamada “crise dos emergentes”, dois dos mais expressivos fenômenos econômicos do período.

Nesse sentido, mesmo em se tratando de acontecimentos que ocorrem simultaneamente no tempo, buscaremos abordar primeiro o debate sobre o baixo crescimento e a baixa produtividade nas economias centrais, chamado por alguns teóricos keynesianos de “estancamento secular”. Em seguida, buscamos destrinchar alguns aspectos da crise dos emergentes, dando destaque especial para o significado da queda da economia chinesa, na medida em que impactou o conjunto dos emergentes, mas também implicou em uma transformação internacional com base no padrão de acumulação chinês e, portanto, na forma como vinha se dando o equilíbrio econômico entre China e Estados Unidos desde os anos 1990. Assim, entender esse processo é criar fundamentos para compreender o que está na raiz da guerra comercial pós-2016.

Em primeiro lugar, depois da retomada do PIB em 2010, produto da queda abrupta de 2009 a 2012, o PIB mundial cresceu míseros 2,5%, o que mostrava os primeiros traços de estancamento na economia mundial. Isso fez com que economistas como Lawrence Summers, ex-presidente do Federal Reserve norte-americano, defendessem a tese do estancamento secular, originalmente formulada por Alvin Hansen, antigo economista keynesiano no contexto da Grande Depressão (BACH, 2016). A importância desse elemento reside no fato de que marcará o signo do período que se abre na economia mundial a partir de 2012; ou seja, com alguns avanços e retrocessos, a economia mundial, a partir de então, permanecerá num crescimento cuja variação ficará entre 2,5% e 2,8% no período de 2012-2016, um crescimento pequeno quando levamos em conta que depois da recuperação

econômica do pós-guerra, nos anos dourados até 1973, os menores índices de crescimento foram de 4,3%, com a economia mundial crescendo mais de 6% em alguns anos.

Para Paula Bach (2015), economista argentina e uma das grandes intérpretes críticas e debatedoras das teses do estancamento secular:

a base da tese de Summers – enfocada nos países capitalistas centrais – consiste na constatação de um fenômeno excepcional. Sob as condições pós-crise de 2008, o nível da taxa de juros real que permite um desenvolvimento do investimento congruente com o “pleno emprego” (ao qual os economistas estabelecem em 5% de desemprego e definem como “normal”), se encontra em um nível menor do que os “mercados” ou as intervenções governamentais efetivamente podem alcançar ou sustentar no tempo [7]. Situação que implica uma baixa demanda de investimento – cuja contraparte é um persistente “excesso de poupança” – e um crescimento econômico extremamente pobre, apesar da permanência por anos de taxas de juros próximas de zero. As consequências da “histerese”, a dizer, a circunstância de que as recessões não somente resultam custosas como também impedem o crescimento da produção futura, parecem, segundo Summers, “muito mais fortes do que se imaginava há alguns anos” [8]. Até aqui Summers coincide com a tese do “estancamento secular” assim como Hansen a havia formulado nos anos 30, mesmo que agregue que na atualidade o assunto se agrava devido às tendências à redução da inflação nos Estados Unidos e à deflação na Europa, que dificultam ainda mais a redução das taxas de juros reais. Dessa forma, a hipótese do estancamento secular que Summers utiliza para definir especificamente o período pós-crise de 2008 e sua provável tendência, se apresenta como um problema mais importante no futuro que no passado e se mantém um nível de emprego alto durante os próximos anos, isso será devido a uma taxa de juros abaixo do nível histórico, o que traz permanentemente consigo altos riscos financeiros (tradução nossa).

Na realidade, conforme sistematiza Bach em seu texto *Estancamiento secular, fundamentos y dinámica de la crisis*³¹ – alguns determinantes mais estruturais também são analisados mesmo dentro dos economistas do *mainstream*, e os principais fatores que apontam para confirmar o caráter estrutural dessa análise são:

a) *envelhecimento populacional*, contradição da realidade atual de muitos países de capitalismo avançado, uma tendência que contrasta com o que nos “anos dourados” do pós-segunda guerra se expressou pelo oposto, com a geração *baby boomer*, tendo depois esses filhos sendo incorporados ao mercado de trabalho e que, na atualidade,

³¹ Trata-se de uma abordagem que consideramos muito aprofundada do ponto de vista marxista sobre teses do estancamento secular e na qual nos basearemos para sintetizar os principais aspectos da teoria.

com crescimento estancado ou negativo nas potências, dificulta-se as inversões em construção de casas e outros bens que impactam bastante na dinâmica da economia.

b) *O problema da produtividade*; segundo o economista e colunista do *Financial Times*, Gavyn Davies, a produtividade teria reduzido de 4% a 2,5% no curso dos anos de 1970, atingindo apenas 1% nos 2000 antes da crise econômica (DAVIES, 2014). A verdade é que existe uma espécie de ciclo vicioso entre as finanças e as mais profundas esferas da produção no seguinte sentido: no neoliberalismo, a explosão hiperfinanceira permitiu absorver grande parte dos capitais ociosos, os quais eram fatores da crise de sobreacumulação anterior; se formos ainda mais longe, antes de serem alocados no setor financeiro-imobiliário, a crise de sobreacumulação havia sido postergada parcialmente empregando capitais nas finanças das empresas ponto.com, o que desencadeou, no final de de 1990 e virada para a década de 2000, uma bolha em empresas de tecnologia de informação que ademais da especulação também levou ao crescimento muito dinâmico de empresas e impactou na produtividade. A partir do estourar da bolha, as consequências foram, ainda, além da desarticulação do sistema financeiro, a diminuição do ritmo dos avanços tecnológicos e os impactos mais estruturais na esfera da produção.

Sendo assim, o problema da produtividade seria bem marcante desse momento de “estancamento secular” na economia mundial, um impasse estratégico em virtude do qual o capital não estaria encontrando modos de se desenvolver, especialmente na década pós-Lehman Brothers, já que uma saída altamente especulativa não seria uma grande alternativa (posto que muitas das armas de combate à recessão foram utilizadas no período anterior e não tiveram muita efetividade, ou seja, a economia mundial não parecia estar nem um pouco preparada para uma recessão). Tal será, portanto, um traço marcante daquilo que se abre no pós-2012³² e as discussões que derivaram daí a partir de alguns dos principais nomes de agências e revistas internacionais imperialistas, como Lawrence Summers, Oliver Blanchart, Janet Yellen, Martin Wolff etc.

c) *A escassez de investimentos* também seria parte do ciclo vicioso da crise, uma vez que, com a crise nas bolhas imobiliárias e a baixa produtividade, desestimulam-se os

³² A rigor já no pós-2008, mas as consequências depois da recuperação econômica ficam mais claras a partir de 2012.

empreendimentos de investimento, aumentam o “excesso de poupança” (Martin Wolf) e, com isso, se estanca o crescimento da economia, que não pode se dar nem impulsionado pela hiperfinanceirização e também não encontra um esquema de investimentos e estímulos necessários.

d) *O crescimento da desigualdade*, pois os efeitos da crise vão no sentido de aumentar a concentração de capital (com a reorganização de bancos e empresas a partir de falências e compras) e descarregar os gastos públicos na massa trabalhadora e juventude a partir dos planos de austeridade, o que faz com que os índices assustadores da desigualdade também atuem como catalizadores do subconsumo nas sociedades; assim, uma baixa na propensão de consumo está relacionada com o aumento das poupanças e a diminuição do investimento, novamente, um ciclo vicioso.

A obra de Thomas Piketty, *O capital no século XXI*, que se tornou um *best seller* da economia neokeynesiana nesta década da crise, contribui com essa tese [do estancamento secular] ao trazer uma reflexão que relaciona o problema da desigualdade com a taxa de remuneração e o baixo crescimento, sintetizado na introdução de seu livro do seguinte modo:

Quando a taxa de remuneração do capital ultrapassa a taxa de crescimento da produção e da renda, como ocorreu no século XIX e parece provável que volte a ocorrer no século XXI, o capitalismo produz automaticamente desigualdades insustentáveis, arbitrárias, que ameaçam de maneira radical os valores de meritocracia sobre os quais se fundam nossas sociedades democráticas (PIKETTY, 2014, p. 10)

Nos desenvolvimentos teóricos no livro, o economista volta ao tema do crescimento como resposta “natural” possível na economia à desigualdade, mas faz um diagnóstico que joga água no moinho do estancamento secular ao dizer que:

Quanto maior o crescimento mundial, mais o salto dos grandes patrimônios permanecerá moderado em termos relativos, no sentido de que suas taxas de progressão não serão desmedidamente mais altas do que o crescendo médio das riquezas das rendas e riquezas. Concretamente, com um crescimento mundial da ordem de 3,5% ao ano, como média observada de 1990 a 2012 – ritmo que poderia se prolongar de 2012 a 2030, – a decolagem das maiores fortunas mundiais, de certo, será um fenômeno visível, porém menos espetacular do que seria com um crescimento mundial de 1% ou 2% ao ano (PIKETTY, 2014, p. 420).

A argumentação de Thomas Piketty é interessante no sentido de demonstrar que, mesmo dentro de sua escola econômica, poderia se apontar que um baixo crescimento da economia mundial também implicaria em instabilidade, aumentando a desigualdade, fazendo crescer as grandes fortunas e afetando, em nossos termos, a hegemonia do capital nas democracias.

Estes são elementos marcantes da tese do estancamento secular, que ainda que esteja inscrita e produzida de acordo com os interesses do capital, não deixa de ser enriquecedora para o debate sobre a atualidade e demonstram a preocupação que o capital veio tendo na sua falta de solução da crise de 2008. Esse período da crise que estamos analisando é, sem dúvida, uma etapa em que muitos dos principais debates de caracterização estiveram relacionados à noção de que vivíamos uma era de estancamento secular. Esse fato é de grande importância, porque nos faz perceber que, mesmo para os economistas apologistas do capital, a visão sobre a Grande Recessão também apresenta uma dupla dimensão, que consiste em perceber a queda mais forte em 2009, mas também observar que, em certo sentido, a crise continuou durante toda uma década, senão numa recessão imediata, em consequências ligadas a um baixo crescimento e a uma baixa produtividade, ao estancamento secular.

Tendo descrito brevemente essas teses do estancamento secular, vejamos a análise do que significou a crise dos emergentes.

Quando falamos na “crise dos emergentes”, nos referimos ao fato de que, embora os efeitos internacionais da crise de 2008 já tivessem, em essência, afetado as economias dos países emergentes em nível internacional, sua manifestação e seus efeitos se tornaram patentes em 2012. Ao tomar mais amplamente o período de 2012 a 2015, observa-se duas expressões ou aprofundamentos: uma a partir de 2012, com a desaceleração chinesa, e outra a partir de 2014, com o declínio no preço das *commodities*. Os BRICS, que eram parte da grande “moda” evolutivista do pensamento econômico, ou seja eram considerados como futuros países potências, futuras promessas da economia mundial, converteram-se, com especificidades, nos elos débeis da crise.

Caso emblemático foi o do Brasil. Em 12 de novembro de 2009, a revista britânica *The Economist* publicou em sua capa a imagem do Cristo Redentor alçando voo, com o título “O Brasil decola” [*Brazil takes off*].³³ Era um símbolo significativo de como os emergentes apareciam diante do primeiro período da crise. No entanto, a mesma revista, em 27 de setembro de 2013, publicou em outra nova capa a imagem do mesmo Cristo Redentor, agora mostrando a falha da “decolagem” e perguntando se “O Brasil estragou tudo?” [*Has Brazil Blown it?*].³⁴ O confronto entre as imagens, portanto, traduz bem a clivagem na economia: da etapa de 2008-2009, em que o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva podia dizer que a crise no Brasil era apenas uma “marolinha”³⁵, até 2013, já com o país imerso na nova etapa da crise econômica que o levaria pouco tempo depois à recessão – e precisamente no ano em que o Brasil foi marcado pelas Jornadas de Junho, uma das mais expressivas mobilizações em décadas, da juventude saindo aos milhões nas ruas em protestos contra o aumento da passagem. O que buscaremos abordar, nesse sentido, são os traços mais gerais da economia mundial que marcaram o período e impactaram os países emergentes. Naturalmente, numa escala temporal de anos em nível internacional, são distintos determinantes que marcam esse decênio, mas ao menos 4 elementos poderíamos destacar como bastante impactantes na política internacional. São eles: a) o estancamento da economia mundial, conforme expusemos no tópico anterior; b) a mudança do preço das *commodities*, em geral, e do petróleo, em particular, no cenário internacional, que vai atingir em cheio os ditos “emergentes”, particularmente em 2014; c) movimento paralelo a esse, a queda coordenada do crescimento, em 2012, em todos os países dos BRICS; c) dentro dessa queda, o papel particular da desaceleração chinesa, que tinha sido parte do motor do crescimento mundial, com dois dígitos até 2007, chegando a 7,8% em 2012, índice bastante alto, mas uma queda relativamente importante nos últimos anos.

Uma vez abordadas as principais noções referentes ao “estancamento secular”, passemos diretamente ao problema da queda no preço das *commodities*. O fenômeno refere-se ao fim do ciclo de alta dos preços, o que terá consequências muito

³³ Cf.: <https://www.economist.com/leaders/2009/11/12/brazil-takes-off>

³⁴ Cf.: <https://www.economist.com/leaders/2013/09/27/has-brazil-blown-it>

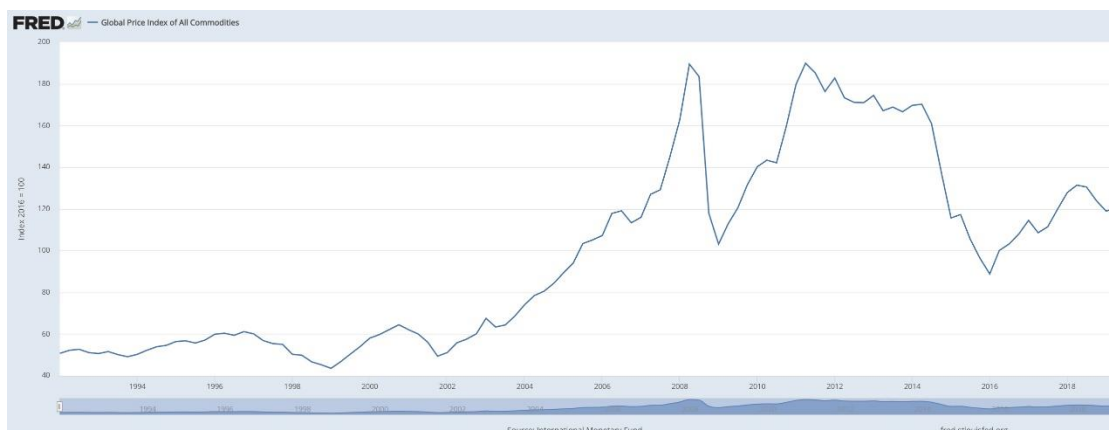
³⁵ Cf.: <https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>

importantes particularmente para os “emergentes”, que no geral têm a arquitetura econômica ainda bastante montada sobre o modelo agroexportador.

Aqui é importante remarcarmos que a própria definição de emergentes tem uma clara conotação ideológica, ou seja, baseia-se numa visão de que os países dos BRICS e alguns outros países dependentes com economia minimamente mais forte estariam em um caminho de se tornarem países desenvolvidos, podendo se constituir em futuras potências mundiais. Contudo, com exceção da China, em que o movimento econômico é *sui generis*, conforme analisaremos a seguir, os demais “emergentes”, na realidade, são países com uma estrutura econômica muito dependente: agroexportadores, com indústria de mineração e montagem e, nesse sentido, muito suscetíveis às pressões econômicas do capital internacional, do comércio mundial e dos preços das *commodities*. Pensando, por exemplo, na economia russa, poderíamos dizer que, embora os dados oficiais estimem em menos, pesquisadores independentes apontam que o setor de petróleo e gás corresponde a 20-25% do PIB (ANKER; SONNERBY, 2008); a África do Sul, até a virada para o novo século, tinha o carvão como responsável por 80% das necessidades de energia primária do país e tinha no ouro um fonte responsável por 40% de todo o seu PIB em seus efeitos diretos e indiretos (FINE; RUSTOMJEE, 1996); ou mesmo o caso do Brasil, onde o “complexo da soja, sozinho, representa cerca de 11% do PIB nacional se levarmos em conta estimativas de faturamento da Esalq/USP para este ramo, e o peso do agronegócio em toda a economia, estimado em 23,5% do PIB, segundo o IBGE” (LANFREDI; AUGUSTO, 2018).

A análise do gráfico do *FRED-Economic Data*, com dados do FMI, mostra a elevação exponencial dos preços das *commodities* até a crise de 2008, a retomada a partir do final de 2009 até 2011, quando começa a oscilar com um preço ainda elevado durante os anos de 2012 e 2013, mas com uma clivagem decisiva no ano de 2014, uma queda abrupta puxada especialmente pela queda no preço do petróleo.

Figura 5. Índice de preços globais de todas as *commodities*



Fonte: FRED Data - Economic Research, Federal Reserve Bank of st. Louis

O impacto que isso terá em 2014 é bem significativo, dado o modelo agroexportador dos emergentes, que demonstra, na realidade, a imensa fragilidade desses países dependentes em relação ao imperialismo e ao capital estrangeiro.

Desse ponto de vista, com a crise os contaminando mais evidentemente desde 2012, com as incertezas em relação aos preços das *commodities*, impactando na redução dos fluxos de capitais e investimentos, uma queda mais forte quando da oscilação negativa do preço das *commodities* era realmente, dentro das políticas econômicas que mantinham os governos, algo inevitável. Além disso, os conflitos geopolíticos também iriam impactar nesse processo e, já nessa fase, um conflito interestatal começa a mostrar influência: a disputa entre China e Estados Unidos.

No caso da China a desaceleração em quase 2% no crescimento tem um impacto muito grande no consumo de *commodities*, já que a China até então se portava como fábrica do mundo e uma debilidade em seu crescimento poderia impactar em suas importações, afetando, por conseguinte, os países que exportam para a China. No caso dos Estados Unidos, um evento de complexa dimensão influenciou em uma transformação “revolucionária” na economia americana, que teve consequências econômicas e geopolíticas: o desenvolvimento de tecnologias de prospecção e refino do petróleo de xisto [*shale oil*]. Conforme escrevem Cristiana Belu Mănescu, da European Commission, e Galo Nuño, do Banco de España (2015, p. 859):

Nos Estados Unidos, a extração de óleo de xisto cresceu consideravelmente durante os últimos anos, pegando o mercado de surpresa. Em 2013, estima-se que os Estados Unidos produziram 3,5 mb/d de óleo de xisto, que significa três vezes mais que a quantidade produzida em 2010 (EIA³⁶, 2014). Para 2020, é estimado que a quantidade de óleo de xisto americano alcance 4,8 mb/d, representando cerca de um terço do total do suplemento americano. Isso está gerando profundas implicações para a economia americana, em termos de maior independência energética para o país e em um declínio de seu déficit comercial. Mais em geral, a partir de uma perspectiva global, esse foi o fator de maior sustentação para um crescimento independente do abastecimento da OPEP, contribuindo para a estabilidade relativa dos preços Brent do óleo até meados de 2014 (tradução nossa).

Tal avanço tecnológico está na base de uma das disputas centrais que o imperialismo norte-americano buscava, no sentido de ir avançando em maior autonomia em relação a essa fonte de energia, o que poderia diminuir suas necessidades de disputa pelo petróleo no Oriente Médio e permitir a concentração da política internacional americana no continente asiático, particularmente na China. Se analisarmos o conjunto dos fatores econômicos e geopolíticos que a “revolução do óleo de xisto” provoca na economia americana, podemos dizer que o fato de essa tecnologia ir assumindo viabilidade econômica impactou a estabilidade do preço do petróleo (tomando os preços do *brent*), algo mais aceito inclusive pelos autores citados. Contudo, consideramos importante, ainda, colocar como hipótese se, em algum nível, levando em conta o conjunto dos fatores geopolíticos, não pode ter influenciado também na queda do preço do petróleo a partir de meados de 2014.

Sobre essa queda Mănescu & Nuño (2015, p. 864) veem menos relação com o petróleo de xisto nos Estados Unidos, defendendo que essa determinação já estava incorporada nos preços, e mais relação com outros determinantes, entre os quais estão:

1. Choques de abastecimento repentinos. Muitos grandes produtores passaram por grandes crescimentos na produção na segunda metade do ano. Na Líbia, por exemplo, milícias rebeldes anunciaram em julho o fim de seus bloqueios aos terminais de petróleo bruto, que prejudicaram a produção de petróleo por 11 meses. O Iraque aumentou sua produção em quase 0.5 mb/d entre junho e dezembro, em meio ao conflito com o então chamado Estado Islâmico (ISIS). Outros produtores, fora da OPEP, como a Rússia, o Canadá, a Noruega e o Reino Unido também aumentaram suas produções

³⁶ Energy Information Administration: 2014, Annual Energy Outlook, Washington.

durante o período. O crescimento total no estoque de petróleo de junho a Dezembro para todos os produtores, exceto os Estados Unidos, foi de aproximadamente 1,5 mb/d, em contraste ao crescimento norte-americano de 0,6 mb/d.

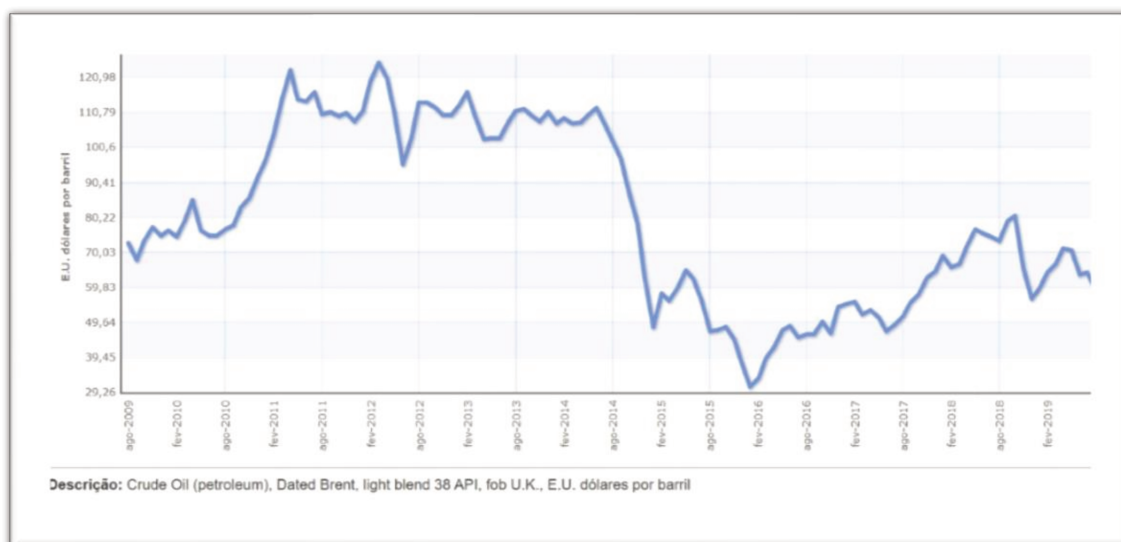
2. Choques de demanda repentinos. Durante 2014, algumas surpresas negativas na taxa de crescimento econômico forçaram a AIE a revisar para baixo a previsão sobre a demanda de petróleo. A desaceleração global gerou um declínio nos preços de muitas commodities, inclusive metais e produtos alimentícios, durante a segunda metade do ano. Além disso, a forte apreciação do dólar americano elevou o preço real do petróleo em outras moedas, desse modo a demanda foi menor.

3. Reação surpresa Saudita. Como discutido acima, em um contexto de maiores estoques e choques negativos na demanda, a estratégia de otimização máxima do lucro para a Arábia Saudita passa por parcialmente reduzir sua produção afim de evitar o colapso no preço do petróleo. No entanto, dessa vez a Arábia Saudita sinalizou fortemente sua relutância em sacrificar seu percentual de mercado em função da defesa dos preços. (...) A Arábia Saudita reduziu sua produção apenas em 0,05 mb/d de junho a dezembro. Aparentemente, a Arábia Saudita está tentando repetir os eventos do início da década de 80, quando sistematicamente perdeu percentual de produtividade, afim de preservar os preços em meio de um crescimento generalizado na produção de petróleo. Pode ser o caso em que a Arábia Saudita tenha definido a situação atual do óleo de xisto como semelhante à dos anos 80, propícia a uma mudança na estratégia de maximização dos lucros, afim de adotar um padrão de compartilhamento de reserva. Isso pode tirar alguns produtores de óleo de xisto do mercado, evitando a substituição da demanda por fontes renováveis e enfraquecendo a posição de rivais regionais como o Irã (tradução nossa).

Em outra pesquisa, Christiane Baumeister e Lutz Kilian (BAUMEISTER & KILIAN, 2014), também buscam demonstrar o caráter mais previsível dessas quedas no preço do petróleo ligadas as expectativas em relação ao crescimento da economia: tentam mostrar que mais da metade do declínio observado nos preços (de 49 dólares) era previsível durante junho de 2014, refletindo efeitos acumulados da demanda anterior de petróleo e choques de ofertas, e em parte uma queda em função do próprio enfraquecimento da economia mundial, que impacta na demanda da commodity em distintas áreas a partir da redução das necessidades industriais.

Tendo essas explicações colocadas, podemos mais facilmente observar o gráfico da queda do petróleo como parte fundamental da queda do preço das *commodities* no período e um dos fatores de impacto na crise dos emergentes. Vejamos então as oscilações de preço no petróleo *brent* nos últimos dez anos:

Figura 6. Evolução diária do preço do petróleo Brent



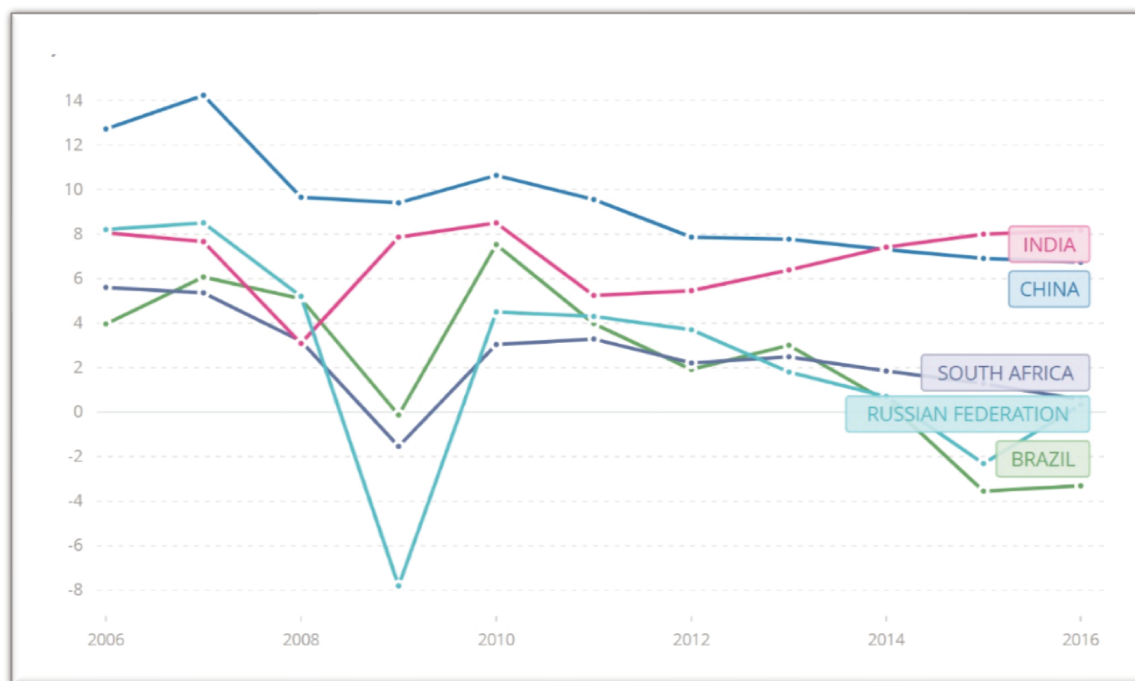
Fonte: IndexMundi

Alguns dados são chamativos na análise dos preços: em primeiro lugar, depois de uma queda abrupta em 2008, ano da crise, voltamos, a partir de 2009, a um crescimento sucessivo que só se interromperá em 2011, quando começa um período de oscilações com o preço ainda bastante alto, acima dos 100 dólares o barril, até que em 2014 vemos uma queda, que esteve relacionada ao conjunto dos determinantes que apresentamos acima.

Em suma, tendo em vista um declínio geral dos preços das *commodities* no período, e em particular do preço do petróleo, podemos entender como a estabilização e a oscilação negativa breve a partir de 2012 vai ser importante na queda dos BRICS e, em 2014, o novo impacto com uma queda ainda mais abrupta.

Aqui, portanto, podemos observar o terceiro aspecto dessa etapa da crise, que foi a contração coordenada das taxas de crescimento dos países dos BRICS em 2012. Começemos por analisar o gráfico de crescimento com dados do Banco Mundial:

Figura 7. Gráfico da evolução do PIB de Chinas, Índia, Rússia, Brasil e África do Sul (2005-2017)



Fonte: Banco Mundial

Na análise do gráfico, podemos perceber que o ano de 2012 se dá como uma espécie de marco para a crise dos emergentes, na medida em que implica numa queda coordenada das taxas de crescimento de todos os países dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A queda mais importante para a economia mundial foi, sem dúvida, a da China, que passou de 9,5% para 7,8%, que analisaremos no próximo tópico. Índia também teve queda importante de 6,6% de crescimento para 5,4%; Rússia tem uma queda de 5,2% para 3,6%; o Brasil com dois percentuais de queda de 3,9% para 1,9% e, por fim, a África do Sul com 3,2% para 2,2%. Se somássemos as perdas nos crescimentos desses países, teríamos um recuo total de 7,5% de queda do crescimento nos países ditos que simbolizam o futuro dos países de capitalismo avançado.

Conforme escreveu Juan Chingo (2012, p. 53) analisando essa clivagem:

O fim do dinheiro fácil e as nebulosidades do motor de crescimento chinês marcam uma mudança brusca de cenário para os países semicoloniais exportadores de matérias-primas.

Esse ponto de inflexão sinaliza o final de uma era na qual uma série de países dependentes e semicoloniais (chamados no linguajar financeiro de "países

emergentes”) experimentaram um crescimento extraordinariamente rápido, impulsionado pela torrente de dinheiro que começou a fluir dos Estados Unidos em 2003 quando a Reserva Federal tentou manter a recuperação do país a partir do fim da bolha dos ponto.com. Nos quatro anos seguintes, a taxa média de crescimento nos mercados emergentes dobrou para 7,2% e, em todo o mundo, a duração média da expansão econômica aumentou de quatro para oito anos. Posteriormente, a continuação dessa tendência como resposta à crise (as sucessivas ondas de QE [Quantitative Easing – Relaxamento Quantitativo, nota do tradutor] do FED) e o forte crescimento de dois dígitos da China permitiram uma rápida recuperação da queda do final de 2008 e início de 2009 (tradução nossa).

O autor aponta dois fatores bem relevantes para se analisar a evolução dos “emergentes”, que foram os fluxos de capitais que esses países receberam nos anos de turbulência e o impulso que o grande crescimento chinês gerava nesses países; partindo disso, apresenta então um aparente paradoxo: o que em um primeiro momento forneceu as bases da expansão dos emergentes, num período posterior foram fatores relevantes para suas contrações. Assim, a dinâmica de decrescimento econômico da “fábrica do mundo”, a China, e a reversão dos fluxos de capitais que buscavam novos nichos de acumulação diante da crise das potências foram fatores decisivos para a reversão da tendência expansiva nos “emergentes” e, em alguns casos, até mesmo a recessão, como foi o caso do Brasil que chega a cair 3,5% do PIB e a Rússia com queda em 2,8%, ambos em 2015.

Nesse sentido, é bem difícil separar a queda dos emergentes em geral, da queda específica da China em particular, sendo este um quarto fator determinante para analisar essa etapa da economia internacional. Ainda nos anos 1990 e, sobretudo, depois da bolha ponto.com nos anos 2000, a China veio assumindo o papel de “fábrica do mundo”, chegando a atingir a taxa de crescimento em 2 dígitos por muitos anos em sequência, o que teve um papel muito relevante na manutenção do equilíbrio internacional durante o período. Era o modelo de superendividamento norte-americano, de um lado, exportação, superinvestimento e baixo consumo (atrelado a superexploração) de outro, ou seja, do lado chinês.

O questionamento desse modelo se dá no pós-crise, mas se acelera na medida em que um evento determinante se torna patente, está aí o início da queda da economia chinesa. Ho-Fung Hung (2016, p. 146), explica do seguinte modo a gestão da crise:

A ascensão da Ásia Oriental e da China, como um novo centro de acumulação global do capital não solucionou a crise, mas apenas a aliviou temporariamente. (...) O desenvolvimento orientado ao modelo de exportação Chinês dependia do sobreconsumo americano (e europeu), que em troca era financiado pela compra de títulos do tesouro americano. A expansão do gasto dirigido à dívida nos Estados Unidos e outros países ricos criou uma prosperidade passageira no sistema global, mas essa prosperidade agravou o desequilíbrio global, caracterizado por um lado pelo sobreconsumo, alto endividamento e financismo excessivo nos Estados Unidos e Europa, e por outro pelo subconsumo e superinvestimento na China. Tamanho desequilíbrios foram as origens da crise financeira mundial em 2008 (tradução nossa).

Agora, é preciso dizer que a forma por meio da qual a China conseguiu alcançar essa posição esteve ligada a uma política econômica da superexploração dos trabalhadores, atrelada a uma arquitetura da exportação manufatureira, com moeda desvalorizada. Isso acaba por lançar a carga no mundo do trabalho, tornando os itens domésticos mais caros; em suma, a estrutura dos “emergentes” com fortíssimo proletariado e uma exploração do trabalho descomunal.³⁷

Tendo em vista a forma da relação bilateral EUA-China que vigorou nos anos pré-crise, fica mais fácil de visualizar o porquê, no pós-crise, tal modelo vai se esgotando gradualmente, levando a uma taxa cada vez menor de crescimento, passando de 14% em 2007 para 6,7% em 2016. A anatomia econômica chinesa (de fábrica do mundo) não poderia se manter da mesma forma, posto que os efeitos da crise a afetavam ainda mais, seja a superprodução, a recessão mundial (que impacta decisivamente um país com modelo exportador-manufatureiro), ou a sobreacumulação de capitais (num país onde quase metade do PIB se dá pelos

³⁷ Escreve novamente Ho-Fung Hung a partir da análise de Michael Pettis: “Pettis assinala que o modelo de crescimento Chinês, restritivo ao consumo, não tem nenhuma relação com os hábitos culturais do povo. As taxas de grandes reservas e baixo consumo chinesas são consequências da política tripartite de: rebaixamento salarial, moeda desvalorizada e restrição financeira, todas essas redirecionam a renda doméstica para a exportação e os setores estatais. Primeiro, desde os [anos] 1990, a grande quantidade de trabalhadores rurais migrantes, cujos direitos e serviços nos locais de trabalho quando não foram permitidos estar sobre o sistema hukou (registro domiciliar), foram uma crise global (...) assegurou que a renda crescesse muito mais lentamente que a produtividade, logo restringindo o crescimento dos salários dos trabalhadores e consumo relativo ao crescimento da produção. Segundo, o banco central da China seguiu intervindo no mercado de moeda para prevenir o Remimbi de se valorizar revertendo o excedente de mercado. O subsequente desvalorizado salário beneficiou exportadores, mas fez os itens de consumo doméstico mais caros. Esta política de salários é portanto uma taxa oculta sobre o consumo doméstico que é transferida aos exportadores. Terceiro, a baixa taxa de juros mantida pelos bancos estatais, tanto nos depósitos quanto nos empréstimos, constituem outra taxa oculta sobre os lares. Enquanto os depósitos ordinários tem uma taxa de juros escassa ou até mesmo negativa, as empresas do governo e unidades governamentais podem emprestar com baixa taxa de juros para abastecerem suas orgias de estado-real e projetos de infraestrutura. Isso é equivalente a um subsídio que os depósitos domésticos pagam aos excessos de investimentos do setor estatal” (HUNG, 2016, p.148-149, tradução nossa).

investimentos e com um modelo exportador), efeitos aprofundados pela dependência até então do consumo norte-americano; para se alçar definitivamente no plano internacional, portanto, e revertendo os impactos da crise, a China teria que mudar sua localização após a queda do conjunto das economias no pós-2009, já que não poderia basear a economia na exportação num momento de recessão internacional; nesse sentido, era necessário buscar se realocar do ponto de vista de seu mercado interno e atingir os pontos principais de alta tecnologia, uma mudança sem a qual seria impossível enfrentar os assédios do imperialismo, podendo levar a uma queda mais acelerada do crescimento ou mesmo a bolhas e explosões de sobreacumulação e sobrecapacidade.

Uma pista que já apontava as intenções chinesas de uma política econômica mais agressiva a partir de 2012 estava na tentativa da China de avançar em sua “rota da seda” rumo ao continente europeu. Trata-se de uma política econômica de uma série de acordos de investimento no sentido de facilitar a circulação de capital e mercadorias entre a China e o continente europeu. Um programa que começou com investimentos na casa de 40 bilhões, tornou-se uma das “grandes políticas” de Xi Jinping. Além disso, foi se tornando cada vez mais expressivo na estratégia chinesa de aproximação de países europeus, a fim de fugir do isolamento norte-americano – chegando ao ponto de o presidente chinês prometer em 2017 uma ampliação massiva de investimentos em infraestrutura no valor de 70 bilhões.³⁸ Tal política era parte, portanto, desses movimentos de transformação na economia chinesa, rumando de um modelo exportador industrial para a disputa econômica no tabuleiro mundial.

Em uma entrevista mais recente (2019) Victor Shih expressa o limite do modelo exportador chinês em sua clivagem pós-2012 e afirma que essa transformação no modelo econômico que teve de ocorrer para que a China continuasse galgando espaço no cenário econômico internacional. Segundo ele:

No despertar da crise financeira mundial, o crescimento das exportações chinesas caíram abruptamente e de fato a forma da crise resultante aponta que a China alcançou um limite na conquista de crescimento via exportação para o mundo de capitalismo avançado. Durante os anos finais do *boom* chinês, a exportação de bens cresceu de maneira espetacular, ao redor de 20% ao ano

³⁸Cf.: <https://g1.globo.com/economia/noticia/china-apresenta-nova-rota-da-seda-com-investimento-bilionario.ghtml>

em média. Mas, em 2009, as exportações chinesas caíram para menos de 18 por cento. O crescimento das exportações retornou ferozmente, pontuando 25 por cento ao ano em 2010-2011. Em 2012, no entanto, a lua-de-mel acabou e o crescimento dos bens de exportação colapsou para cerca de 7 por cento ao ano, entre 2012 e 2014, e então *menos* de 2 por cento entre 2015 e 2016. O excedente em conta corrente chinês procedeu em paralelo da mesma forma. Este disparou de 3 a 4 por cento do PIB em 2004, para 8 a 10 por cento do PIB entre 2008 e 2009. Mas então caiu para 2 por cento do PIB em 2011 e continuou no mesmo nível nos anos seguintes, ao longo de 2016 (SHIH, 2019, tradução nossa).

Conforme explica Shih, a mudança da política na economia da China teria que ser de grandes dimensões se quisesse evitar os impactos galopantes da recessão mundial, com a queda de 2009, a recuperação de 2010-2011 e as novas quedas em 2012. Assim, a chave da mudança estaria no governo chinês utilizar mecanismos estatais, alimentando a demanda interna, como forma de contrabalançar as grandes perdas com as quedas na exportação, o que Shih chamou de uma espécie de keynesianismo de tipo especial, mas numa escala histórica sem precedentes:

A resposta inicial do governo à queda das exportações e a subsequente mudança econômica com sentido para baixo foi compensar em estoque interno o mergulho da demanda externa. Isso se tornou um keynesianismo de tipo familiar, mas em uma escala sem precedentes na história. Wen Jiabao adotou a combinação de uma política fiscal ativa e uma política monetária frouxa, para implementar um pacote de estímulo de 4 trilhões de Yuans (580 bilhões de dólares) para 2009 e 2010 (SHIH, 2019).

O primeiro-ministro de Wen Jiabao adotou, então, uma combinação de uma política fiscal ativa e uma política monetária expansiva para implementar um grandiloquente pacote de estímulo de nada menos que 4 trilhões de yuan (US\$ 580 bilhões) em 2009 e 2010. Ou seja, a economia chinesa parecia ter sido golpeada estrategicamente em seu modelo de crescimento como “fábrica do mundo”, mas o governo buscou girar o leme da economia e coordenar, com estímulos estatais de grande porte, essa reorientação na estratégia de desenvolvimento da economia chinesa.

Devido à espiral contraditória desse período na economia chinesa, para manter taxas de crescimento altas (ou ao menos evitar uma queda abrupta), era necessário expandir o volume de crédito, mas isso levaria a um outro problema, que seria o incremento cada vez maior da dívida pública, pois do contrário uma desvalorização

abrupta do remimbi (yuan) teria como consequência uma fuga de capitais para fora da China. É por essa razão que a China teria que optar entre “estabilidade política - que requer crescimento e, portanto, uma desvalorização monetária e endividamento crescente - e estabilidade financeira, o que significa conter a fuga de capitais e, portanto, uma valorização monetária e um crescimento mais lento do crédito” (SHIH, 2019).

Aqui se coloca a importância da figura de Xi Jinping à frente do governo chinês desde finais de 2012, precisamente nesse momento de virada, posto que sua decisão entre essa dicotomia foi categórica: pressionar por uma desaceleração da expansão da dívida, partindo de que isso levaria a uma queda no crescimento do PIB, o que se expressou no *slogan* político de “novo normal”, ou seja, uma mudança no paradigma de crescimento chinês, tratando como normal essa queda de crescimento. O que o governo propôs se baseava na preposição de que as taxas de crescimento que a economia chinesa vinha apresentando só poderiam se manter sob uma enorme pressão de desvalorização do remimbi (yuan). Isso, por sua vez, aumentaria a pressão pela fuga de capitais e abriria o caminho para uma forte crise que poderia estrangular a economia chinesa.

Essa nova realidade da política econômica chinesa levou a decisivas transformações não apenas internas, mas está na base do que significará a última fase da década de efeitos da crise econômica internacional: o período de guerra comercial entre EUA e China.

1.3 A VIRADA DE 2016: DO *INTERREGNO* A UMA NOVA DINÂMICA

No geral, à primeira vista, as grandes transformações na dinâmica do capital internacional não são claramente perceptíveis aos olhos do observador. Os sinais dessa transformação muitas vezes se expressam nas reconfigurações dos monopólios internacionais, na dinâmica das cadeias de valor, no crescimento e decréscimo das economias dos países, na transformação das formas ou do lugar de acumulação capitalista. Mas não é só para a própria economia que devemos voltar os olhos para observar as transformações: a política corre atrás da economia, é a “economia concentrada” e, muitas vezes, expressa grandes fenômenos de

transformação da dinâmica do capital. E o ano de 2016 apresentou, sem restar dúvida, um grande fenômeno político que, embora não seja tão fácil descrever em seu momento, hoje está mais claro que era um signo que indicava uma importante transformação na economia mundial: a eleição de Donald Trump.

Ao observar a dinâmica da economia mundial em seus distintos períodos e como chegou o mundo ao ano de 2016, podemos sustentar que a eleição desse presidente nos Estados Unidos nesse mesmo ano não foi um acidente que, uma vez ocorrido, transformou a economia mundial. Ao contrário, uma série de transformações na economia mundial, com seus efeitos políticos particularmente expressos nas democracias ocidentais, cada vez mais degradadas, possibilitou a emergência de um presidente que expressou, como política econômica, a nova orientação do capital imperialista, marcando talvez já não apenas uma nova fase de consequências da Grande Recessão, mas um aspecto significativo de consolidação das transformações que levam a uma nova dinâmica do capitalismo internacional.

E em que consiste, em síntese, essa nova inflexão? Podemos dizer que o ano de 2016 marca, do ponto de vista geopolítico, o fim da forma de hegemonia da principal potência imperialista pela via dos organismos e acordos internacionais (ONU, OMC, Otan, FMI, Banco Mundial, OIT e OCDE³⁹), com “livre comércio e globalização” e entra em uma fase de protecionismo, nacionalismo exacerbado e uma hegemonia mais agressiva, que tem como um dos traços mais fundamentais o estabelecimento da China como principal adversário norte-americano no tabuleiro internacional – e em outra medida a Rússia, incluindo as primeiras consequências dessa nova linha, que é a abertura de uma fase de guerra comercial – naturalmente sem perder de vista as grandes potências, como Alemanha, Inglaterra, França, Japão.

A expressão gráfica dessa mudança veio já no final de 2017, quando os Estados Unidos lançam ao público seu documento de *Estratégia de Segurança Nacional*, em que o terrorismo não é tido mais como o inimigo central da *América*, mas coloca ênfase na China e na Rússia. O documento é explícito na mudança de

³⁹ Sigla para, respectivamente, Organização das Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio, Organização do Tratado do Atlântico Norte, Fundo Monetário Internacional, Organização Internacional do Trabalho, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

orientação da hegemonia, buscando traçar já aí um balanço do período neoliberal quando diz:

Desde os anos 90, os Estados Unidos mostraram um elevado grau de complacência estratégica. Nós assumimos que nossa superioridade militar estava garantida e que a paz democrática era inevitável. Nós acreditamos que o aumento do alcance da democracia liberal e da inclusão poderia alterar fundamentalmente a natureza das relações internacionais e que a concorrência traria uma via de cooperação pacífica (NSS, 2017, p. 27, tradução nossa).

O sentido fundamental do documento é traçar um balanço com o período anterior, em suas coalizões para manter a hegemonia norte-americana, voltando à carga a “ameaça à democracia”, ou seja, pensar que se poderia manter a hegemonia com a política de alianças e não enxergar justamente o contrário, a grande crise da hegemonia norte-americana que veio se expressando e que só poderia ser freada, segundo toda a lógica do documento, pela intervenção militar mais decidida por parte dos Estados Unidos. Nesse sentido, o documento dá nome aos bois quando coloca como inimigos não “grupos jihadistas”, ou colateralmente a Coreia do Norte ou Irã, mas dois países dependentes que ameaçam de alguma forma a estabilidade internacional hegemonizada pelos EUA: a China e a Rússia. Assim, pode-se ler no documento que:

Além disso, depois de ser desprezado como um fenômeno do início do século, a poderosa concorrência voltou. China e Rússia começaram a reafirmar sua influência regional e global. Hoje, estão alcançando capacidade militar direcionada a questionar a influência americana em tempos de crise e contestar nossa capacidade de operar livremente em zonas comerciais críticas em tempos de paz. Resumindo, estão contestando nossas vantagens geopolíticas e tentando mudar a ordem internacional em favor deles (NSS, 2017, p. 27, tradução nossa).

A resposta estratégica da segurança norte-americana pode ser lida em duas palavras: *America first*. E seu alcance é muito maior que uma orientação para a estratégia de segurança nacional, pois expressa de forma militar a nova orientação (econômica) do capital pós-Trump.

Com isso não queremos dizer que China e Rússia nunca foram adversários da política norte-americana nas longas três décadas neoliberais, e nem que a

preocupação, sobretudo com a China, não tenha sido em muitos momentos a principal dos EUA. O que nos parece novo, todavia, é que, do ponto de vista geopolítico, a colocação da China e da Rússia como principais adversários dos Estados Unidos no documento vai para além de uma decisão conjuntural, mas tem consequências em toda a lógica da hegemonia americana e com impactos sensíveis em cada ponto do globo.

Dessa maneira, tomando a nova orientação não como uma ação meramente subjetiva de um novo presidente – ainda que isso também conte bastante para os efeitos –, mas sobretudo como expressão dessa nova dinâmica do capital imperialista em sua principal potência, a análise de alguns determinantes estavam já em gestão e dinâmica na fase anterior da crise, ou seja, no momento da crise dos emergentes.

Até então, o “terrorismo” era apontado como o inimigo estratégico que guiava a política norte-americana até o giro que foi se consolidando na era Trump. E não é sem razão do metabolismo do capital que essa definição aparecia: o Oriente Médio foi palco da intervenção norte-americana com bastante centralidade durante as décadas neoliberais, entre outros fatores, pelo caráter estratégico da região na área do petróleo. O perigo para a hegemonia americana de perder o controle sobre essa que é uma das *commodities* de maior importância tornou as guerras parte da política estadunidense (como a do Iraque e a do Afeganistão), também os jogos com os aliados e uma série de intervenções no Oriente Médio em nome de “levar a democracia e os valores americanos”.

Isso em termos mais gerais no que tange aos interesses econômicos, pois do ponto de vista político já nos anos da Grande Recessão a região se tornou palco da intervenção mais sistemática do imperialismo em busca de conter a explosão da Primavera Árabe, uma intervenção que, em seu conjunto, se mostrou bem-sucedida, mas que exigiu um acompanhamento e uma energia que fez da região uma das mais centrais para a política externa norte-americana.

Nosso objeto não é a análise da política específica dos Estados Unidos no Oriente Médio, por isso, gostaríamos de destacar, entre outros possíveis numa análise mais profunda, apenas dois fatores presentes na etapa anterior, ora analisada, que são importantes para reorientar as iniciativas do capital imperialista norte-americano nesse marco. Por um lado, a descoberta e a viabilização, do *petróleo de xisto* como

fonte de autonomia maior aos Estados Unidos, como vimos, o que sem dúvida impactou em algum nível a reorientação geopolítica do país – complexificando mais a dependência dos EUA em relação aos acordos com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e os gigantes do petróleo no mundo árabe. Por outro lado, ainda dentro da fase da crise dos emergentes vai se consolidando a derrota da Primavera Árabe, talvez com o marco de inflexão no golpe militar no Egito em 2014, o que afastava o perigo de uma reorganização mais profunda do poder político na região que afetasse decisivamente a hegemonia norte-americana.

Isso habilitava que a concentração estratégica norte-americana ultrapassasse os limites do Oriente Médio e se encontrasse com os desafios do pacífico, tornando o mar asiático e, sobretudo, a disputa com a China o centro da disputa hegemônica. Paralelamente a essas iniciativas dos Estados Unidos, do ponto de vista da política e da geopolítica chinesas, conforme já foi exposto, a queda na economia forçava, de um lado, uma reorientação da política econômica, saindo do esquema “fábrica do mundo”, da qual os EUA se serviram por longos anos, e passando a buscar acelerar a exportação de capital e influência em continentes e regiões como a África e a América Latina; de outro lado, a busca pela constituição de um mercado interno mais forte, que pudesse dar mais estabilidade e autonomia para o país no marco de sua intenção de se tornar novo elo da cadeia imperialista e, nesse sentido, parte da disputa com os Estados Unidos pela hegemonia mundial. O que não destacamos anteriormente, mas é igualmente decisivo e se liga diretamente com essas novas orientações econômicas, é que um dos fatores que acelerou a necessidade de colocar a China como alvo principal dos Estados Unidos foram os resultados do 19º Congresso do Partido Comunista Chinês (PCCh), realizado em outubro de 2017, de onde não se sabia exatamente o que poderia advir. Conjecturava-se que poderia se aprofundar crises no PCCh e disputas maiores no interior da burocracia estatal, mas, na realidade, o resultado do congresso foi de os expurgos de alas dissidentes e a consolidação de Xi Jinping, o então o chefe de Estado, secretário-geral do Partido e presidente da Comissão Militar central, como o único, ao lado de Mao Tse-Tung, ao ter seu nome inscrito na constituição enquanto governam⁴⁰; mais do que gestos simbólicos, o 19º Congresso chamou a atenção dos Estados Unidos de Trump pelo

⁴⁰ https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/18/internacional/1508305396_956050.html, além deles, apenas Deng Xiaoping tem seu nome também na constituição, mas foi incluído depois de sua morte.

grau de coesão que se manteve no aparato burocrático chinês, o que abria em poucos anos, mantendo-se o sentido evolutivo na dinâmica geopolítica internacional, a possibilidade de a China efetivamente ir consolidando seus traços de potência imperialista.

Daqui que se deriva a necessidade da reorientação urgente do capital norte-americano e, nesse sentido, não nos parece que tenha sido um raio em céu sereno a eleição de um presidente nos Estados Unidos que, a despeito dos rótulos de lunático, demonstrou-se como um grande agente do capital. O forte empresário norte-americano tinha como *slogan* de campanha a promessa de taxar em 40% os produtos chineses. Aos olhos de quem analisa a década de conjunto, é possível enxergar bem mais a *racionalidade irracional* do capital por trás do discurso protecionista de Trump.

Evidentemente, essa nova orientação de acirrar os nacionalismos econômicos a partir dos EUA (as políticas protecionistas) teve um alcance bem maior que a atuação apenas contra a China; antes, afeta a dinâmica dos EUA com todos os países e, por conseguinte, dos países entre si, tendo destaque também os elementos de guerra comercial com a Europa e taxações que tem feito Trump, por exemplo, no setor automotivo, que servem como disputa hegemônica com as potências europeias, sobretudo a Alemanha, ainda hoje a segunda potência mundial e maior rival dos Estados Unidos desse ponto de vista. No entanto, a interpenetração entre os interesses do capital em sua expansão e os aspectos geopolíticos, econômicos internacionais e a situação subjetiva das classes nos distintos países é parte do mais desafiador na análise da evolução da economia internacional e no que poderemos considerar como os limites entre os efeitos da Grande Recessão e o novo período que vai surgindo no pós-2016, em que a crise reembaralhou o tabuleiro internacional das potências e abriu espaço para a emergência da China, de uma economia altamente dependente a buscar alçar voos maiores, no sentido de disputar a hegemonia mundial em busca de se fixar como potência imperialista.

1.3.1 O problema da ascensão de um novo imperialismo

A ascensão da China e sua disputa por consolidar-se como potência imperialista não é um movimento geopolítico corriqueiro; na verdade, o conjunto das especificidades da história chinesa conformaram essa esfinge e abriram essa possibilidade teórica, mas partimos de que se trataria de uma imensa novidade geopolítica essa ascensão se dar sem um contexto de crises econômicas agudas (catastróficas) nas potências ou um cenário de guerra mundial.

A base desse pensamento estaria na análise marxista da virada do século XX, que buscou interpretar os sentidos globais da época imperialista da economia e teve na obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de Vladímir Lênin, uma das pedras angulares dessa análise internacional e de como se conformam os choques entre potências imperialistas, a relação com os países dependentes e semicoloniais e quais os elementos estruturais que estão implicados nessa relação. A chave do pensamento de Lênin nessa obra – seguindo as pistas que deixará Marx no Livro 3 de *O Capital* e também de Hilferding em sua obra *O capital financeiro* (cf. TONELO, 2016) – está em analisar a dinâmica da economia, com a concentração de capitais, a formação dos monopólios, a exportação do capital, a formação de organizações monopolistas internacionais e a supremacia do capital financeiro como parte fundamental de compreender o que chamou de “partilha do mundo”, ou seja, como se dão as disputas geopolíticas em escala internacional e como elas estão diretamente relacionadas com os movimentos do capital financeiro. Essa forma de pensar, que está na base do que influenciou inúmeras correntes marxistas ao longo do século XX (incluindo correntes trotskistas, gramscianas, lukacsianas, althusserianas, entre outras) tem como ponto forte a interpenetração dos aspectos (geo)políticos internacionais com os econômicos, enxergando os conflitos entre Estados não como fenômenos autônomos, produto de vontades arbitrárias de atores governamentais, mas como choques entre interesses do capital em geral e do financeiro em particular.

Trazendo essas bases teóricas para a análise da atualidade, percebemos rapidamente que essa visão vai na contramão daqueles que querem enxergar a China como nova potência imperialista já consolidada, ou sem usar esses termos, um novo *hegemon*, uma nova ameaça à dominação e à hegemonia norte-americana. Para citar

apenas um exemplo, emblemático, poderíamos fazer referência à obra de Giovanni Arrighi, *Adam Smith em Pequim*, de 2008 (antecedendo um pouco o estourar da crise), em que Arrighi enxerga claramente a possibilidade não só da emergência da China, mas inclusive de uma reorganização do sistema internacional que colocasse a China como epicentro mundial e levasse a um maior equilíbrio entre as potências. Conforme Simone Kawakami Costa:

Uma das leituras mais significativas dentro dessa perspectiva foi, talvez, a realizada pelo economista e historiador italiano, Giovanni Arrighi. Sua última obra, intitulada *Adam Smith em Pequim – Origens e Fundamentos do Século XXI*, de 2008, fora publicada num momento em que a situação internacional estava marcada por grandes transformações. Uma das teses mais relevantes tratadas pelo autor italiano se remete à falência do projeto neoconservador norte-americano, tendo a *débâcle* no Iraque e a falta de apoio interno ao ex-presidente George W. Bush como elementos essenciais.

Isso teria agido como um acelerador da decadência da hegemonia norte-americana, levando a consequente noção sobre a necessidade de reconstituir uma nova arquitetura nas relações de forças internacionais. Para Giovanni Arrighi, o fortalecimento chinês combinado ao enfraquecimento norte-americano faria com que o mundo rumasse a um novo concerto interestatal, tendo agora a Ásia e, sobretudo, a China, como epicentro. Esta possibilidade de instauração de uma era marcada pela hegemonia asiática é saudada entusiasticamente pelo autor, que coloca como possível consequência de tais transformações a inauguração de um maior equilíbrio entre as potências, ou seja, um mundo mais harmonioso, ordenado a partir de então por um equilíbrio multilateral de forças (COSTA, 2014, p. 139).

Essa explicação é ratificada quando observamos o comentário do próprio Giovanni Arrighi sobre a tese geral apresentada em seu livro, segundo a qual:

o fracasso do Projeto para o Novo Século Norte-Americano e o sucesso do desenvolvimento econômico chinês, tomados em conjunto, tornaram mais provável do que nunca nos quase dois séculos e meio desde a publicação de “A riqueza das Nações”, a concretização da ideia de Smith de uma sociedade mundial de mercado baseada em uma maior igualdade entre as civilizações (ARRIGHI, 2008, p. 122).

Pode-se dizer que um ponto relevante da abordagem de Arrighi é perceber o declínio da hegemonia norte-americana, o que o permite refletir sobre as hipóteses de emergência da China. No entanto, essa avaliação não está descolada de uma visão relativamente harmônica de como poderia se dar essa transição, já que uma potência

mundial como os Estados Unidos pode sofrer revezes na constituição da sua hegemonia e pode mesmo vê-la declinar ao longo de décadas – como efetivamente é o caso dos EUA – sem que com isso abra mão de utilizar todos os meios, incluindo chantagens diplomáticas, sanções, guerras comerciais, conflitos bélicos com aliados e até mesmo uma guerra mundial como forma de impedir a ascensão de uma potência que efetivamente questione a hegemonia anterior.

No campo do marxismo, de forma, ao nosso ver, mais embasada, quem também apresenta uma interpretação nesse ponto é István Mészáros. Não que o filósofo húngaro trate especificamente da emergência da China como problema teórico de maneira detida, mas, em um debate teórico mais amplo, trabalha a hegemonia norte-americana – tema a partir do qual podemos derivar as conclusões sobre o sistema internacional e a geopolítica. Mészáros se posiciona criticamente contra as teorias do mundo multipolar que surgiam em seu contexto, embora expresse uma visão que pode ser passível de crítica, ao nosso ver, na medida em que defende que vivemos não é mais uma era do imperialismo, mas do *imperialismo hegemônico global*. Nesse sentido, escreve que:

Hoje, “a competição entre grupos de empresas gigantescas e seus governos” tem um importante elemento limitante: o enorme poder dos Estados Unidos, que tendem perigosamente a assumir o papel do Estado do sistema do capital em si, submetendo, por todos os meios ao seu alcance, todas as potências rivais. O fato de ser impossível realizar esse outro objetivo sobre base duradoura não inibe as forças que buscam implacavelmente a sua realização (MÉSZÁROS, 2003, p. 41).

E segue nessa linha de raciocínio:

Portanto, não é exagero afirmar [...] que entramos na *fase mais perigosa em toda a história*; pois o que está em jogo hoje não é o controle de uma região particular do planeta, não importando o seu tamanho, nem a sua condição desfavorável, por continuar tolerando as ações independentes de alguns adversários, mas o controle de sua *totalidade* por uma superpotência econômica e militar hegemônica (MÉSZÁROS, 2003, p. 53).

Nesse sentido, Mészáros acaba por superestimar a capacidade imperialista norte-americana e não vê sua decadência hegemônica, portanto vendo pouco

questionamento por uma nova potência a essa hegemonia já que via uma nova fase de imperialismo hegemônico global. Naturalmente, no contexto em que o filósofo húngaro escreveu uma das batalhas centrais estavam em torno do mundo multipolar, e sua polêmica é válida, embora acreditamos que se equivoca ao não observar a decadência do próprio Estados Unidos (e no plano geral acabar fechando as possibilidades para o choque entre potências, como no caso da Alemanha e Japão em sua recomposição décadas depois da guerra). Ou seja, o erro do filósofo húngaro na teorização do imperialismo é chegar a pensar o controle da *totalidade* do globo por uma potência, e não o contrário, que o acirramento da “crise estrutural”, e dentro dela *crashes* como a Grande Recessão, levaria a mais disputas interimperialistas e mais evidências do declínio da hegemonia norte-americana.

Apesar disso, Mészáros corretamente se afasta nessa teorização de que essa hegemonia norte-americana levaria a mais harmonia, na medida que uma crise no centro do sistema poderia levar a uma bancarrota mais explosiva no capitalismo internacional – formas mais agudas de barbárie e até mesmo questionamentos da humanidade (como guerras mais catastróficas), inclusive tendo em vista que ele localiza essa teorização no marco da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009).

Em suma, para nós, a questão reside nas bases que existem na China como produto de um país que viveu uma revolução socialista (com toda a deformação proveniente das contradições da estratégia e política maoístas, crescimento acelerado da economia chinesa – durante parte do século XXI em dois dígitos percentuais –, a formação de monopólios transnacionais, os avanços tecnológicos da economia chinesa, a exportação de capitais para o continente africano e a América do Sul, o aumento do poderio militar e, importante remarcar, os avanços tecnológicos (tendo último evento a tecnologia 5G), colocam a possibilidade de uma evolução disruptiva da China no cenário internacional. Mas essa ameaça não pode driblar o fato de que a principal potência mundial trabalhará de todas as formas para impedir essa ascensão, o que não é um dado menor quando se pensa o problema e levando em conta que se o observarmos historicamente, a emergência de uma potência imperialista por fora de situações econômicas, políticas e geopolíticas extremas seria um evento totalmente *sui generis*, único até então.

Evidentemente, enxergar esses obstáculos na emergência da China não significa unilateralizar a capacidade imperialista norte-americana, pois seria uma outra

forma (dogmática, inclusive) de observar a realidade de um modo *harmonicista*, na medida em que se poderia ver um poder indeclinável e inquestionável, o que levaria contraditoriamente a uma visão à la Fukuyama de que a história teria terminado, já que não haveria possibilidade de decomposição geopolítica do capitalismo e o crescimento das tensões internacionais, mas apenas intervenções de controle e dominação por parte dos Estados Unidos⁴¹.

Em outras palavras, a análise internacional que combina a economia e a geopolítica tem que buscar criar hipóteses e investigar o problema teórico da atualidade que reside, ao nosso ver, justamente nessa tensão entre a possibilidade de emergência do gigante chinês, ao mesmo tempo em que essa emergência não virá sem questionamento e a utilização de todos os recursos possíveis pelos Estados Unidos (e outras potências) para evitar esse curso; isso é o que fornece a marca do momento político que estamos vivenciando no mundo, *possivelmente uma inflexão mais clara da falência neoliberal e a abertura de um novo momento, passando do momento de interregno pós-2008 para a consolidação de aspectos de uma nova fase no pós-2016*, mais conflitiva, com maiores crises econômicas, com processos de luta de classes mais acirrados, que se sintetizam hoje, como ilustração da situação internacional, na *guerra comercial* entre Estados Unidos e China.

⁴¹ Uma tese que bastante questionável pela atual realidade da crise foi defendida mesmo por filósofos inteligentes como o brasileiro Paulo Arantes, particularmente no seu livro *A Extinção* que antecede a crise de 2007.

Notas de fim

Antonio Gramsci, “La crisi consiste appunto nel fatto che il vecchio muore e il nuovo non può nascere: in questo interregno si verificano i fenomeni morbosi più svariati”. Na edição brasileira de Carlos Nelson Coutinho (GRAMSCI, 2007, p. 184, C13, S34), mas com outra tradução, que opta por outros termos, distintos dos que escolhemos.

Michael Roberts, “A depression is defined here as when economies are growing at well below their previous rate of output (in total and per capita) and below their long-term average. It also means that levels of employment and investment are well below those peaks and below long-term averages. Above all, it means that the profitability of the capitalist sectors in economies remain, by and large, lower than levels before the start of the depression. To date, there have been three depressions (as opposed to regular and recurring economic slumps or recessions) in modern capitalism. The first was in the late nineteenth century (1873-97); the second was in the mid twentieth century (1929-39); and now we have one in the early twenty-first century (2008-?). These all started with significant slumps (1973-6; 1929-32; and 2008-9)”.

Michael Roberts, “Most important, depressions (as opposed to recessions) appear when there is a conjunction of downward phases in cycles of capitalism. Every depression has come when the cycle in clusters of innovation have matured and have become “saturated”; when world production and commodity prices enter a downward phase, namely, that inflation is slowing and turns into deflation; when the cycle of construction and infrastructure investment has slumped; and above all, when the cycle of profitability is in its downward phase. The conjunction of these different cycles only happens every sixty to seventy years. That is why the current Long Depression is so important.”

Michael Roberts, “This slump in capitalism has been called the Great Recession because it truly was “great.” It was the longest and deepest in its contraction of output that the global capitalist economy, as represented by the thirty advanced capitalist nations of the Organization for Economic Co-operation and Development (OECD), has experienced since the Great Depression of 1929-32. From the peak of the previous boom in real GDP growth from 2007 to the trough of the Great Recession in mid-2009, the OECD economies contracted by 8 percentage points of GDP. If you compare global output in 2009 to where it should have been without a slump, the loss of income was even greater at 8 percentage points. At the trough of the Great Recession, the level of industrial production was 13 percent below its previous peak, and world trade fell 20 percent from its previous peak. World stock markets fell an average of 50 percent from the peak in 2007. The Great Recession was also the longest since the Great Depression”

Juan Chingo, “El riesgo soberano ha venido creciendo con el aumento descomunal del déficit estatal. La crisis ha parido una masiva deuda pública como consecuencia del endeudamiento mayor de los gobiernos. La brutal contracción económica redujo los ingresos fiscales mientras los gastos aumentan –rescates, beneficios de desempleo y planes de estímulo. Según nuevos datos de los economistas del FMI, la deuda pública de los diez países más ricos va a crecer de 78% del PBN en 2007 a 114% en 2014. Por ejemplo, la deuda pública japonesa puede alcanzar un estratosférico 270% del PBN en dos años. En EE.UU., aunque la deuda pública por ahora es menor, la suma de ésta y la deuda privada llega a un 350% del PBI. Según la Société Générale la deuda estatal global podría alcanzar 45 billones de dólares en dos años, dos veces y media más que en una década. Como dice The Economist, “Nunca desde la Segunda Guerra Mundial tantos gobiernos se han endeudado con esta magnitud y rapidez, o han estado, de manera colectiva, tan profundamente empeñados. Y, a diferencia de los tiempos de guerra, el incremento actual de la deuda no va a ser temporario.”

Alex Callinicos, “It is therefore tempting to argue that the shift to austerity demonstrates how deeply entrenched neoliberalism as an ideology has become, and that political, media and academic elites consequently are unable to think beyond the intellectual horizons set by the free-market revolution of the 1970s and 1980s. At some level, this is no doubt true, but it simply shifts the burden of explanation. Given that most accounts of the economic and financial crisis identify ideologically motivated deregulation, and a more general faith in the self-correcting character of markets as an important factor in policy makers allowing the credit bubble to develop in the mid-2000s, why have elites not started to question neoliberalism? After all, even though things in the 1930s were considerably more complicated than the simple Keynesian narrative would have it, the decade did see the idea of political control of markets—whether in the form of demand management or some much more comprehensive form of planning—gain much wider currency (see the fascinating account of debates under the New Deal in

Rosen, 2005). Similarly, it was the apparent failure of demand management to overcome the stagflation of the 1970s that provoked the monetarist counter-revolution (e.g. Skidelsky, 1977). So why didn't the situation force a move away from neoliberalism after 2008?"

Costas Lapavistas, "The Greek bail-out agreement of 2010 is arguably one of the worst documents on economic policy ever drafted. The bail-out agreement bore no relation to the realities of the Greek economy, and nor to the likely impact of the proposed policies. For, the magnitude of the putative fiscal adjustment was enormous, the external deficit huge, and the competitiveness gap gigantic – and the adjustment had to occur within the iron cage of the EMU. IMF economists have officially admitted that their estimates of the multipliers of the Greek economy 20 were low, and thus their assessment of contractionary effect of austerity was very optimistic. Disaster duly followed. Aggregate demand contracted violently, and output fell by nearly 7% in both 2011 and 2012, the total contraction exceeding 25% in 2008-2016. The most profound fall has been in investment as enterprises reacted to the decline in demand, but also as credit conditions became tighter with banks facing large volumes of problematic public debt on their balance sheets. Equally bad for enterprises, but much less noticed, has been the effective disappearance of commercial credit among enterprises. The collapse in output dramatically increased adult unemployment, which exceeded 27% in 2013"

Paula Bach, "La base de la tesis de Summers entonces –enfocada en los países capitalistas centrales–, consiste en la constatación de un fenómeno excepcional. Bajo las condiciones poscrisis 2008, el nivel de tasa de interés real que permite un desarrollo de la inversión congruente con el "pleno empleo" (al que los economistas cifran en un 5 % de desocupación y definen como "natural"), se halla en un nivel más bajo del que los "mercados" o las intervenciones gubernamentales efectivamente pueden lograr o sostener en el tiempo. Situación que implica una baja demanda de inversión –cuya contracara es un persistente "exceso de ahorro"– y un crecimiento económico extremadamente pobre, a pesar de la permanencia durante años de tasas de interés cercanas a cero. Las consecuencias de la "histéresis" es decir, la circunstancia de que las recesiones no solo resultan costosas sino que impiden el crecimiento de la producción futura parecen, al decir de Summers, "mucho más fuertes de lo que nadie imaginaba hace unos años" [8]. Hasta aquí Summers coincide con la tesis del "estancamiento secular" tal como Hansen la había formulado en los años '30 aunque agrega que en la actualidad el asunto se agrava debido a las tendencias a la reducción de la inflación en Estados Unidos y a la deflación en Europa, que dificultan aún más la reducción de las tasas de interés reales. De este modo, la hipótesis del estancamiento secular, que Summers utiliza para definir específicamente el período poscrisis 2008 y su probable tendencia, se presenta como un problema más importante hacia el futuro que en el pasado y si se mantiene un nivel de empleo alto durante los próximos años, ello será a causa de una tasa de interés por debajo del mínimo histórico, lo que guardará permanentemente altos riesgos financieros."

Cristiana Belu Mănescu & Galo Nuño, "In the United States, the extraction of shale oil has grown dramatically over the last few years taking the market by surprise. In 2013, the United States is estimated to have produced 3.5 mb/d of shale oil which is three times higher than the amount it produced in 2010 (EIA, 2014). By 2020, US shale oil is estimated to reach 4.8 mb/d, representing about a third of total US supply. This is having profound implications for the US economy, in terms of higher US energy independence and a decline in its trade deficit. More generally, from a global perspective, this has been a major factor supporting non-OPEC supply growth and contributing to the relative stability of Brent oil prices until mid-2014"

Cristiana Belu Mănescu & Galo Nuño, "1. Unanticipated supply shocks. Several major producers experienced large increases in their production in the second half of the year. In Libya, for example, rebel militias announced in July an end to their 11-month blockade of vital oil terminals that had crippled oil production. Iraq increased its production by almost 0.5 mb/d between June and December despite the conflict with the so-called Islamic State for Iraq and Syria (ISIS). Other non-OPEC producers such as Russia, Canada, Norway and the UK also increased their output during the period. The total increase in oil supply from June to December for all the producers bar the United States was roughly 1.5 mb/d (see Figure 6), compared to a US increase of 0.6 mb/d.

2. Unanticipated demand shocks. During 2014 there were a number of negative surprises to the global economic growth rate which forced the IEA to revise downwards its oil demand forecasts. This global slowdown produced a decline in the prices of many commodities, including metals and foodstuffs, during the second half of the year. In addition, the strong appreciation of the US dollar increased the real price of oil in other currencies, thus reducing the demand for oil.

3. Surprise Saudi Arabia reaction. As discussed above, in a context of positive supply and negative demand shocks, the optimal profit maximizing strategy for Saudi Arabia is to partially reduce its production in order to prevent the collapse in oil prices. This time however Saudi Arabia strongly signalled its reluctance to sacrifice market share in order to defend prices. (...) Saudi Arabia only reduced its output by 0.05 mb/d from June to December. Apparently, Saudi Arabia is trying to avoid repeating the events in the early 1980s, when it systematically lost output share in order to defend prices amid a generalized increase in oil production. It could be the case that Saudi Arabia has decided that the current situation with shale oil is similar to the one in the 1980s and that it may be beneficial to deviate from its profit maximizing strategy in order to adopt a constant share rule. This would expel some shale oil producers from the market, avoiding demand substitution by renewable sources and weakening the position of regional rivals such as Iran

Juan Chingo, “el fin del dinero fácil y los nubarrones del motor de crecimiento chino marcan un rudo cambio de escenario para los países semicoloniales exportadores de materias primas. Este punto de inflexión señala el final de una era en la que una serie de países dependientes y semicoloniales (llamados en la jerga financiera como “países emergentes”) experimentaron un crecimiento extraordinariamente rápido, impulsado por el torrente de dinero que comenzó a brotar de Estados Unidos en 2003 cuando la Reserva Federal trató de mantener la recuperación del país desde el fin de la burbuja de los punto-com. Durante los cuatro años posteriores, la tasa de crecimiento promedio en los mercados emergentes se duplicó, al 7,2%, y en todo el mundo, la duración media de la expansión económica aumentó de cuatro a ocho años. Posteriormente, la continuidad de esta tendencia como respuesta a la crisis (las sucesivas oleadas de QE de la FED) y el fuerte crecimiento de dos dígitos de China permitieron una rápida recuperación de la caída de fines de 2008 y comienzos de 2009”

Ho-Fung Hung, “The rise of East Asia and China as a new center of global capital accumulation did not resolve the crisis but only ameliorated it temporarily. (...) China’s export-oriented model of development relied on American (and European) overconsumption, which was in turn financed through China’s (and other East Asian countries’) purchase of U.S. Treasury bonds. The expansion of debt-driven consumption in the United States and other rich countries created transient prosperity in the global system, but this prosperity aggravated the global imbalance characterized by overconsumption, high indebtedness, and financial excess in the United States and Europe, on the one hand, and by underconsumption and overinvestment in China, on the other. Such imbalances were the origins of the global financial crisis in 2008”

Ho-Fung Hung, “Pettis points out that China’s consumption-repressing model of growth has nothing to do with its people’s culture and habits. China’s high savings rate and low consumption are consequences of the threepronged policies of wage repression, undervalued currency, and financial repression, all of which redistribute income from households to the export and state sectors. First, since the 1990s, the large supply of rural migrant labors whose rights and services in their location of work were global crisis denied under the hukou (household registration) system, as described in chapter 3, has ensured that wages have grown much more slowly than productivity, hence repressing the growth of workers’ income and consumption relative to the growth of production. Second, China’s central bank has been intervening in the currency market to prevent the RMB from appreciating alongside the growth of trade surplus. The subsequent undervalued currency benefits exporters but makes domestic consumption items more expensive. This currency policy is therefore a hidden tax on household consumers that is transferred to exporters. Third, the low interest rate maintained by state banks for both depositors and borrowers constitutes another hidden tax on households. While ordinary depositors have to put up with a meager or even negative real interest rate, state enterprises and government units can borrow at low interest rates to fuel their orgies of real-estate and infrastructural projects. This is tantamount to a subsidy that household depositors pay to the state sector’s excess investment”

Victor Shih, 2.2, “In the wake of the global financial crisis, the growth of Chinese exports dropped precipitously, and the fact and form of the ensuing crisis suggested that China had reached a limit in achieving growth by way of exporting to the advanced-capitalist world. During the final years of China’s boom, goods exports grew spectacularly, at around 20 per cent per year on average. But in 2009, Chinese exports plunged to minus 18 per cent. Export increases did come back fiercely, averaging 25 per cent per annum in 2010–11. By 2012, however, the honeymoon was over, and goods export growth collapsed to about 7 per cent per year for 2012–14, then minus 2 per cent for 2015–16. China’s current-account surplus proceeded in a parallel manner. It had soared from 3–4 per cent of gdp in 2004 to 8–10 per cent of gdp in 2008–09. But it then dropped to 2 per cent of gdp in 2011 and continued at about the same level in the following years, through to 2016

Victor Shih, “The government’s initial response to the fall-off in exports and ensuing economic downturn was to compensate for the plunge in demand from overseas by stoking demand at home. It turned to a Keynesianism of a familiar sort, but on an historically unprecedented scale. Wen Jiabao adopted a combination of an active fiscal policy and a loose monetary policy to implement a 4 trillion yuan (\$580 billion) stimulus package for 2009 and 2010”

Victor Shih, “political stability—which requires growth and therefore a falling currency and rising debt—and financial stability, which means stemming capital flight and therefore a rising currency and slower growth of credit”

Estratégia de Segurança Nacional, 2.3, “Since the 1990s, the United States displayed a great degree of strategic complacency. We assumed that our military superiority was guaranteed and that a democratic peace was inevitable. We believed that liberal-democratic enlargement and inclusion would fundamentally alter the nature of international relations and that competition would give way to peaceful cooperation”.

Estratégia de Segurança Nacional, 2.3, “In addition, after being dismissed as a phenomenon of an earlier century, great power competition returned. China and Russia began to reassert their influence regionally and globally. Today, they are fielding military capabilities designed to deny America access in times of crisis and to contest our ability to operate freely in critical commercial zones during peacetime. In short, they are contesting our geopolitical advantages and trying to change the international order in their favour”

2 OS FUNDAMENTOS

Tendo visto, por meio de uma análise cronológica ascendente, o percurso e a dinâmica da crise ao longo da década que tomamos para análise nesta tese (2008-2018), neste segundo capítulo, faremos o caminho inverso e abrangendo um arco temporal significativamente mais amplo. Partiremos do que chamamos de *a década da crise de 2008* para chegar à crise dos anos de 1970, isto é, da fase da guerra comercial a origem e o apogeu do neoliberalismo, ou, ainda, da dinâmica da crise até seus fundamentos.

O objetivo é, a partir da forma mais desenvolvida das contradições do capital, a crise histórica de 2008, retornar aos fundamentos a fim de entender como essas contradições foram se gestando. Nos colocamos aqui no campo dos que entendem que o *crash* financeiro de 2008 está relacionado a aspectos não resolvidos da crise dos anos de 1970, como a superprodução, a sobreacumulação, a queda nas taxas de lucros, entre outros fatores, os quais resultariam, como consequência do fenômeno multideterminado da crise, em uma queda na acumulação de capital. Tais fenômenos econômicos vão gerar respostas neoliberais a partir do final da década de 70 do século passado em seus distintos aspectos, como a hiperfinanceirização, novas políticas monetárias e fiscais, reestruturação produtiva, política imperialista agressiva nos países dependentes, entre outros fatores, que vão compor o essencial dessa fase do capitalismo. Isso porque, nesse momento, se responde à crise dos 1970 acumulando mais e maiores contradições, expressas já no final dos anos de 1990 com a crise asiática, a crise russa, a bolha das ponto.com na internet. Em suma, as “soluções” neoliberais estão na base do porquê a crise de 2008 ter sido tão potente e, no sentido histórico, a mais importante desde a década de 1930.

Isso posto, passemos ao nosso objetivo neste capítulo, a saber, traçar um panorama da fase anterior à crise de 2008, incluindo as três décadas neoliberais, sob a ótica das principais contradições (que servem como fundamentos) da crise que levou à queda de Lehman Brothers e à falência do neoliberalismo como modelo de acumulação internacional.

2.1 A PROPÓSITO DO EQUILÍBRIO INSTÁVEL DO CAPITAL

Entre as interpretações que se imprimiam nos jornais no pós-2008, estavam, especialmente, duas percepções da crise que dialogavam entre si. Embora muito aceitas, restringiram-se, ao nosso ver, à superfície do fenômeno: a ideia de que se tratara, unilateralmente, de uma “crise financeira”, dando a entender por isso que era uma crise deslocada da “economia real”, e a ideia de que se tratava de uma “crise de ganância”, na medida em que os atores financeiros teriam extrapolado alguns limites da financeirização da economia, e isso teria levado ao desequilíbrio.

Conforme escreveu Michel Husson,

A crise poderia ter explodido em um ponto ou outro dessa configuração neoliberal. O fato de ser acionado na esfera financeira não implica que seja exclusivamente financeira. Trata-se de uma crise sistêmica, uma crise do conjunto dos dispositivos colocados em prática para ter sucesso em restaurar a taxa de lucro, uma crise de soluções para a crise anterior (HUSSON, 2017, p. 39, tradução nossa).

Passada mais de uma década da crise, tendo em vista o conjunto dos seus efeitos na economia mundial, fica mais que claro que restringir o significado da crise às finanças ou à ganância só pode ser um exercício teórico interessado, não científico. É que a fragmentação do pensamento, da reflexão sobre os acontecimentos e da elaboração teórica foi uma das consequências mais expressivas da ofensiva neoliberal e de sua resposta ideológica, a noção de pós-modernidade. O “mundo líquido” que apontava Bauman também se tornou a teoria líquida, em que as explicações dos grandes acontecimentos, como a crise de 2008, encontravam uma resposta rápida, particularizada, imediatizante.

Mas a verdade é que, na contramão dessas visões, as explicações para o fenômeno da crise, entre os mais expressivos pensadores marxistas e, em certo sentido, em alguns economistas keynesianos, esteve justamente na conexão com o conjunto do desenvolvimento capitalista na segunda metade do século XX, com destaque especial para a análise da crise dos anos de 1970.

Ao nosso ver, a crise de 2008 era incontornável: não se referia, para usar uma imagem do mundo da medicina, a uma gripe forte em um corpo saudável; ao contrário, a sua real explicação nos faz lembrar mais um paciente que recebe o diagnóstico de doença crônica nos anos 70 e que, quando acometido pela febre da doença, acredita que tomando antitérmicos poderá esquecer por um momento de sua enfermidade. Com isso queremos dizer que a crise de 2008 não foi produto de um descuido financeiro, mas sim uma nova evidência da antiga doença pela qual o capital internacional está acometido e que, na realidade, em 2008, só deu um novo e contundente sinal.

Se quisermos ir mais a fundo, poderíamos levar além essa provocação para nos perguntar: como foi possível uma sobrevida do capitalismo internacional com certa estabilidade nessas últimas décadas pré-crise? Essa deveria ser a real localização do problema ao se abordar os ocorridos nessa última década.

A fim de se observar a partir desse ângulo, retomemos alguns autores marxistas que analisaram o desenvolvimento capitalista particularmente nos anos de 1930. Trata-se de um momento que se destaca por uma grande instabilidade no sistema de conjunto, situa-se antes e durante a Segunda Guerra Mundial, o que nos permite enriquecer a visão que ora apresentamos sobre os fundamentos de como se deu a desestabilização do sistema (num momento “clássico” para esse tema, o ponto mais alto da crise do capital, a década de 1930). Efetivamente, as ideias que apontavam para uma dinâmica destrutiva do capitalismo caso o capital forçasse a se manter como sistema de reprodução hegemônico não vieram sem uma forte base material, mas se deram no contexto do pós-crise de 1929, no contexto de ascensão do fascismo e do nazismo, bem como de processos de revolução e contrarrevolução em vários países da Europa.

Walter Benjamin defendeu com particular agudeza essa visão destrutiva do sociometabolismo capitalista. Ao discutir o quadro de Paul Klee de 1920, na contramão de imaginar uma evolução histórica indeclinável rumo ao progresso, o filósofo alemão diz:

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história

deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso (BENJAMIN, 1987, p. 226).

Benjamin não foi o único a enxergar a evolução catastrófica do capital e se contrapor à ideia de uma estabilidade ou “progresso” contínuo, uma teleologia de que a história levaria serenamente à emancipação e ao socialismo. Adorno e Horkheimer em sua crítica anticapitalista, apontam as investidas contra a “destruição da razão” de Lukács; podemos citar, ainda, Marcuse em seu “homem unidimensional”, as letras de Gramsci no cárcere fascista, os escritos de Trótski às vésperas da Segunda Guerra. Muitos pensadores, enfim, defrontaram-se com um mundo onde, para citar a célebre frase de Marx no *Manifesto do Partido Comunista*, “tudo o que era estável e sólido desmanchava no ar”.

Em 1928, Leon Trótski, em uma obra endereçada ao já stalinizado VI Congresso da Internacional Comunista, fazendo um balanço das sequências de revoluções e oportunidades revolucionárias que ocorreram na década de 1920, em um dado momento, vislumbra a possibilidade quase imponderável da estabilização nas décadas seguintes:

É verdade que teoricamente não se pode excluir a possibilidade de um novo período de progresso capitalista *geral* nos países mais avançados, dominadores e líderes. Mas para isso o capitalismo teria que saltar previamente imensas barreiras no domínio das classes e nas relações entre os Estados: aplastar por um longo tempo a revolução proletária, reduzir definitivamente a China à escravidão, derrubar a República dos soviets, etc. (TROTSKY, 2012, p. 135, tradução nossa)

Essa que aparece como uma assombrosa previsão feita 60 anos antes da queda do muro de Berlim, a derrubada da “República dos soviets” e do massacre de Tian'anmen na China (ambos em 1989) dá uma pista valiosa e fundamental para a análise da crise do capital, na qual queremos nos deter, afastando-se das teses reducionistas, mas buscando os fundamentos do equilíbrio capitalista. Se o capital era

definido como uma vampiro por Marx (2013) que suga trabalho vivo para alimentar o trabalho morto, então sua própria sobrevivência está fundamentalmente ligada, em última instância, à sua capacidade de sugar mais-valia, devendo o conjunto da arquitetura econômica ser analisada à luz dessa questão, incluindo as dimensões políticas, a relação de forças geral entre as classes, a capacidade hegemônica do capital, as dimensões ideológicas e culturais da dominação etc. Justamente por isso a relação entre os Estados e a relação entre as classes nos países e em nível internacional é um ponto crucial para identificar o processo da crise.

Efetivamente, muitos fatores necessitariam ter se combinado para reverter esse quadro catastrófico das décadas de 1920-1930 e dar alguma sobrevivência ao capitalismo em crise. Os dois grandes fenômenos, ou as duas grandes pedras de toque para a estabilidade relativa do sistema do capital no século XX (por algumas décadas depois de seu acontecimento), foram a *Segunda Guerra Mundial*, de um lado, e a *restauração capitalista* nos ex Estados operários, sobretudo na URSS e na China, de outro. O enorme impacto desses acontecimentos foi o que pôde criar condições excepcionais para o equilíbrio instável do capitalismo.

Assim, sem adentrar por hora na complexidade de cada um desses grandes fenômenos e sua interconexão com a crise capitalista, entender que existe essa conexão entre a dinâmica do capital desde os anos de 1970 e os processos ligados aos conflitos entre classe e Estados é o primeiro passo para tratar como uma conclusão clara o fato de que a crise de 2008 não é um raio num céu sereno, não é um descontrole financeiro, um gesto subjetivo de ganância. No sentido que escreveu Andrew Kliman (2011), “*como diz um provérbio popular, culpar a crise pela ganância é como culpar um acidente de avião pela gravidade. A gravidade está sempre lá, mas os aviões nem sempre caem*”.

Longe disso, trata-se de um processo interconectado com as últimas décadas e as grandes decisões e movimentações do capital em nível internacional. Assim, se quisermos fazer a análise dos acontecimentos desencadeados em 2008 será decisivo, por um lado, entender o contexto de restauração capitalista que antecede a crise e, ao mesmo tempo, as contradições que carregam esse período do capitalismo internacional, já que serão cruciais para compreender por que o capitalismo entra numa crise histórica e o que existe de estrutural nesse crise.

Para responder a pergunta de como se manteve a estabilidade capitalista no pré-2008, partimos de que se combinaram situações históricas muito particulares desde a crise dos 1970 até a Grande Recessão, em que a longa noite de 30 anos neoliberal, localizada em termos gerais entre o início dos anos 1980 (Reagan e Thatcher) e o *crash* de Lehman Brothers, foi a última tentativa de frear e postergar a crise capitalista. Como todos os remédios do capital, todavia, evitou-a, produzindo condições ainda mais expressivas para a bancarrota econômica. Nesse sentido, para entender esse processo, achamos conveniente recorrer aos fundamentos históricos e, assim, buscaremos traçar as determinações que antecedem o período neoliberal. Nesse percurso, oferecemos uma visão introdutória, particularmente, sobre as recessões dos anos 70 e início dos 80 do século passado, as grandes determinações que estão no fundo dessa crise, como a queda das taxas de lucro, as principais contradições que emergem, como a hiperfinanceirização e a sobreacumulação de capitais; por fim, a conflagração de um esquema de acumulação global de capital como resposta e ao mesmo tempo carregando essas contradições, que foi o neoliberalismo.

Vejamos, então, os fundamentos do modelo neoliberal de acumulação para compreender seu declínio e, nesse sentido, o significado e as raízes da *Grande Recessão*.

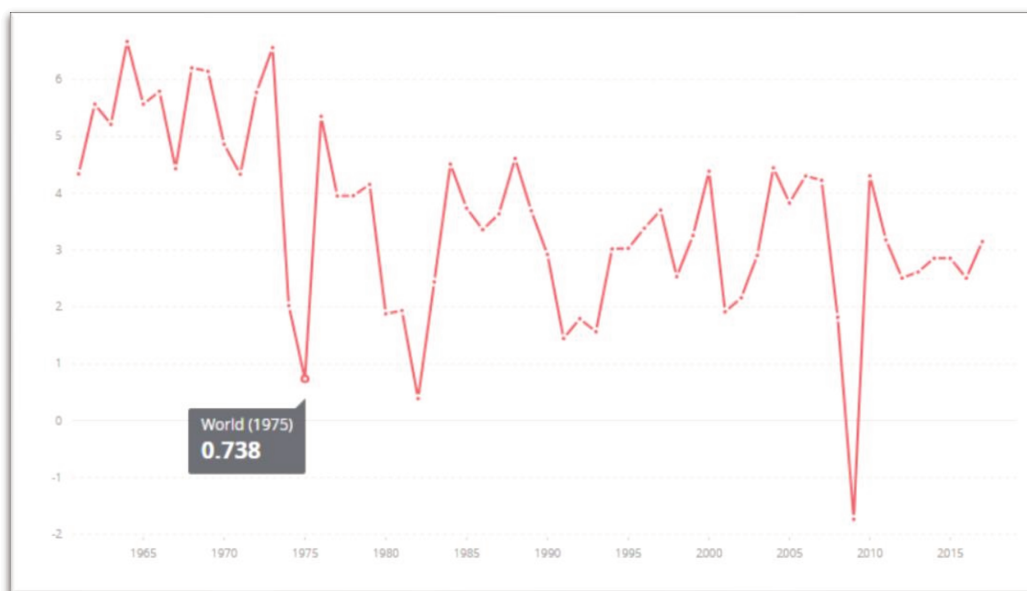
2.2 AS RECESSÕES DE 1974-75 E 1981-1982 E SEUS FUNDAMENTOS

Depois de um certo período de bonança da economia mundial, entre 1945 e o final dos anos de 1960, a década de 70, particularmente os anos de 1974-1975, apresentam a primeira recessão coordenada nas principais potências da economia mundial, com um alcance significativo e apresentando os sintomas da decadência do padrão de acumulação do pós-guerra.

Conforme podemos ver no gráfico extraído do site do Banco Mundial sobre o crescimento mundial, em que podemos localizar essa crise⁴²:

⁴² Cf.: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>

Figura 8. Evolução do Produto Interno Bruto Mundial (1960-2016)



Como se pode ver, a economia mundial cresceu em 1973 a uma taxa de 6,5% ao ano. Já em 1974 seu crescimento cai para 2% e em 1975 passa para 0,7%, ou seja, uma queda abrupta do PIB internacional, com recessão nas potências. A queda da economia mundial no final dos 1970 também se expressa no gráfico, com a recessão nas potências e no crescimento mundial, que também sofre uma queda atingindo o nível mais baixo em 1982, com pequenos 0,3% de crescimento.

É interessante notar, no entanto, que a queda abrupta do crescimento se combina com eventos decisivos: o fim dos acordos de Bretton Woods em 1971, seguido da adoção do sistema de câmbio flutuante e o primeiro “choque do petróleo”. O período de *boom* parcial das forças produtivas com o pós-Segunda Guerra Mundial encontrou seus limites nos inícios dos anos 1970. As respostas, portanto, a esse processo estão na base da crise e vão se expressar com toda força na recessão internacional nas potências.

2.2.1 Segunda Guerra mundial como “destruição criativa”

Como já afirmamos, estamos no campo dos que advogam que, para se entender a dinâmica dos fatores de crise gestados no pré-2008, é realmente importante ter em mente a crise dos 1970 e as debilidades em dar soluções eficazes que terminam por acumular novas e mais duradouras contradições.

A obra *The Failure of Capitalist production, Underlying Causes of the Great Recession*, de Andrew Kliman, é uma das que busca retornar aos anos de 1970 como parte de entender as raízes da crise de 2008. Para os efeitos do que queremos apontar, podemos retomar a síntese que o autor buscou oferecer na introdução de sua obra. Para tanto compara a Segunda Guerra Mundial e as soluções da crise dos 1970 a partir da famosa lei econômica exposta em *O Capital* sobre a queda tendencial da taxa de lucro. Afirma Kliman:

A taxa de lucro – ou seja, o percentual de lucro da quantidade de dinheiro investido – tem uma tendência persistente em cair. No entanto, essa tendência é revertida pelo que John Fullarton, Karl Marx e outros chamaram de “destruição de capital” - perdas causadas pelo declínio dos valores de ativos de capital financeiros e materiais, ou a destruição de ativos materiais em si mesmos (KLIMAN, 2011, p. 3, tradução nossa).

Aqui se coloca um ponto importante que nos convida à análise da dinâmica do capital para fatores que podem ser externos a essa dinâmica: uma das soluções para a queda tendencial da taxa de lucro e a dinâmica autodestrutiva do capital pode ser, ironicamente, sua própria destruição, ou seja, a eliminação de seu valor ou mesmo física de seus ativos e a necessidade subsequente de reconstruir essa mesma dinâmica. A partir da visão de que a destruição do capital pode ser uma das soluções da crise, o autor completa:

Paradoxalmente, esses processos também reestabelecem a lucratividade e assim preparam o terreno para um novo boom, como o boom que seguiu a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. Durante a queda da economia global de meados dos anos 70 e no início dos 80, contudo, foram destruídos muito menos capitais do que o foi durante a Depressão e a Guerra Mundial conseguinte. A diferença é consequência principalmente de política econômica. A quantidade de valores de capitais que foram destruídas durante

a Depressão foi muito maior do que os defensores das políticas de *laissez-faire* esperavam, e a persistência de condições depressivas severas levaram a radicalização significativa da população trabalhadora. Legisladores não quiseram que isso acontecesse novamente, então agora eles interveem com políticas monetárias e fiscais para prevenir a destruição de valores de capitais em larga escala. Isso explica porque as mudanças para baixo subsequentes na economia não vem sendo semelhantemente severas como as da Depressão. Mas, como muito menos valores de capitais foram destruídos durante os anos 70 e início dos 80 do que foi destruído nos anos 30 e início dos 40, o declínio na taxa de lucro não foi revertido. E como não foi revertido, a lucratividade continuou a um nível insuficiente para sustentar um novo boom (KLIMAN, 2011, p. 3, tradução nossa).

O que Kliman quer dizer nessa passagem é que a solução dada nos anos de 1970 não pôde mais que postergar as contradições de superprodução, evidenciada pela recessão. Podemos dizer que se buscou criar um padrão de acumulação, uma longa fase da acumulação capitalista baseada em novos pressupostos, mas sem responder às contradições mais a longo prazo. Segundo ele, isso só seria possível parcialmente, com uma nova destruição massiva de capitais. Lembremos que o mundo havia acabado de sair de uma Guerra Mundial, com uma série de processos revolucionários e com a União Soviética ainda vigente, de modo que uma solução desse tipo seria catastrófica, demasiado arriscada e imponderável para o capital.

Entretanto, falar na solução de “destruição” da Segunda Guerra Mundial não é uma novidade ou um jargão; mesmo a partir do ponto de vista apologético do capital, tal tendência é analisada explicitamente. Um exemplo disso é o economista austríaco Joseph Schumpeter, por se tratar de um dos que empregaram o conceito de “destruição criativa”, usada para se referir ao que define como dinâmica “evolucionária” do capitalismo, de transformação permanente, analisa essa tendência à “destruição criativa” como uma tendência endógena. Sem asseverar que “revoluções” e “guerras” sejam a principal força motriz, fica implícito que são, no mínimo, fatores relevantes:

O capitalismo é, por natureza, uma forma ou método de transformação econômica e não só não é, como não pode ser estacionária. E o caráter evolucionário do processo capitalista não se deve meramente ao fato de a vida econômica transcorrer em um ambiente social e natural que se transforma incessantemente e cujas transformações alteram os dados da ação econômica; esse fato é importante e essas mudanças (guerras, revoluções e assim por diante) geralmente condicionam as mutações industriais, mas não são a sua principal causa motriz ([...]. A abertura de novos mercados, estrangeiros ou nacionais, e o desenvolvimento

organizacional da oficina de artesanato e da manufatura para os conglomerados como a U.S. Steel ilustram o mesmo processo de mutação industrial que revoluciona incessantemente a estrutura econômica *de dentro para fora*, destruindo incessantemente a antiga, criando incessantemente a nova. Esse processo de destruição criativa é o fato essencial do capitalismo (SCHUMPETER, 2017, p. 119-120).

A “destruição criativa” do *austriaco* Schumpeter, podemos dizer, a despeito de admitir fatores externos, coloca ênfase nas transformações “de dentro para fora”. Ao fazer isso, torna-se uma versão *soft* se comparada à versão *keynesiana* de um dos grandes nomes da escola na atualidade, Paul Krugman. Em comentário à obra *Teoria Geral* de John Maynard Keynes, escreve:

Seria uma história maravilhosa se a *Teoria Geral* tivesse mostrado ao mundo o caminho para sair da depressão. Infelizmente, para beleza da fábula, não foi bem isso o que aconteceu. O programa de obras públicas gigantescas, que instaurou o pleno emprego, também conhecido pelo nome de Segunda Guerra Mundial, foi lançado por razões não relacionadas com a teoria macroeconômica (KRUGMAN, 2012, p. 24).

A forma crua e explícita com a que Krugman aponta o papel que a Segunda Guerra Mundial teve para o reequilíbrio capitalista e o desenvolvimento dos “anos dourados” é impressionante. Os “anos keynesianos” de pleno emprego e crescimento estiveram diretamente embasados na destruição brutal promovida na guerra e, acrescentaríamos, a superexploração do trabalho desenvolvida pelas potências em anos de guerra, sobretudo, pelas bases reacionárias que haviam sido deixadas pelo fascismo.

Tanto para autores marxistas como para não marxistas é um dado a importância da transformação incessante no capitalismo das condições de produção à “destruição criativa”, nos termos de Schumpeter. Nós acrescentaríamos, com destaque para os fatores externos, em particular à Segunda Guerra Mundial, o *boom* parcial surgido das forças produtivas na “era de ouro”.

2.2.2 1973: uma crise clássica de superprodução

No calor dos acontecimentos, o economista belga Ernest Mandel foi uma das principais cabeças a fazer a leitura da crise dos 1970 a partir desse marco. Em uma série de artigos sintetizados no livro *A Crise do Capital*, Mandel, partindo da relação entre o ciclo econômico aberto no pós-1945 com a crise que vai se estabelecer na década de 70, busca se defrontar com todas as interpretações que queriam ver nessa uma mera crise conjuntural, desencadeada pelos “xeiques” do petróleo ou mesmo advinda do aumento excessivo dos salários, como defendiam alguns dos economistas neoliberais do período abordados por Mandel, como Émilie Claassen, Pascal Salin, J. Rueff e o conhecido nome da *escola de Chicago* Milton Friedman.

Para o marxista belga, ao contrário, a crise que aí se instala comprovava aspectos clássicos da teoria de Marx na análise das crises na medida em que o que está em sua base eram contradições mais profundas da própria dinâmica do capital e da economia mundial no pós-guerra, e não apenas decisões conjunturais de política econômica de um ou outro governo naqueles anos. Conforme escreveu:

A inversão da “onda longa expansiva” que vai dos anos 40 ao fim dos anos 60 é igualmente clássica. A expansão acelerada de longa duração do pós-guerra resultava da superexploração da classe operária realizada pelo fascismo e pela II Guerra Mundial (nos EUA, a Guerra Fria e seus efeitos desastrosos sobre o movimento operário), que permitiu uma alta pronunciada da taxa de mais-valia e, dessa forma, da taxa de lucro. Tal fato levou a uma acumulação amplificada de capitais, utilizada para tornar possível pôr em marcha em grande escala a terceira revolução tecnológica (semiautomação, energia nuclear). Aumentando consideravelmente a produção de mais-valia relativa e os superlucros dos monopólios tecnologicamente de ponta (“rendas tecnológicas”), essa revolução permitiu o prolongamento da expansão em condições “ideais” para o capital – ao *mesmo tempo*, com uma taxa de lucro elevada e um nível de vida real das massas trabalhadoras em elevação, isto é, um mercado em expansão (MANDEL, 1990, p. 26-27).

Tendo isso em vista, Mandel podia argumentar de forma categórica, contra toda a análise, tornada moda, que entendeu a crise dos 1970 como uma crise do petróleo, que “a recessão generalizada de 1974-1975 [se tratava] de uma crise clássica de superprodução” (MANDEL 1990). O economista belga explica a crise de superprodução com distintos dados que poderíamos sintetizar em dois aspectos.

O primeiro consiste no enorme crescimento do que ele pontua como *taxa de utilização* da capacidade produtiva da indústria manufatureira, cuja queda sistemática a partir de 1966 atingiu pelo menos 25% nos anos de recessão (MANDEL, 1990). O enorme parque industrial norte-americano começa a reduzir sua produção em função da crise de superprodução latente na sociedade (mais já claramente visualizada nos cálculos industriais). Com a explosão do consumismo e a chamada *Era de Ouro*, os efeitos da passagem do *boom* parcial do pós-Segunda Guerra para os anos de recessão foram sendo postergados por meio da alta inflação e da redução da produção. Os impactos desse estado de coisas foram sendo sentidos paulatinamente em distintas potências no final dos anos de 1960, até que as contradições da superprodução não podiam ser mais evitadas e advém a recessão da década de 70.

O segundo aspecto que apresenta Mandel, também relacionado à análise clássica de *O Capital*, de Marx – patente e interligada a superprodução –, é o efeito crescente de quedas nas taxas de lucro nas principais potências. O aumento da exploração com a mais-valia relativa, conjuntamente aos “superlucros” e dada a explosão dos monopólios tecnológicos, levava necessariamente a um aumento da composição orgânica do capital, ou seja, a um aumento da produtividade e inserção de maquinaria na esfera da produção em paralelo com o aumento do desemprego e o número cada vez mais reduzido do capital variável, o número de trabalhadores nas fábricas e esferas de produção. Mandel aponta um dado de 17 milhões de desempregados nas potências, um número bem alto para o período (MANDEL, 1990, p. 15).

Daqui que as taxas de lucro necessariamente tenderiam a cair e esse fenômeno também é claramente visualizável nos finais dos anos de 1960, estando na raiz da recessão econômica das potências. Assim, o problema da queda tendencial das taxas de lucro torna-se um aspecto central para nos debruçarmos se quisermos entender a fase que se abre após a recessão e por que, mesmo muitos anos antes da crise de 2007-2008, economistas já podiam prever o estourar da bolha imobiliária.

2.2.3 Queda tendencial das taxas de lucro

Antes de adentrarmos ao caso concreto da crise dos 1970 e os anos neoliberais a partir da análise da queda tendencial das taxas de lucro, achamos conveniente dar uma breve explicação sobre o problema no interior da teoria de Karl Marx e, particularmente, da obra *O Capital*. Em *A crise capitalista e suas formas* (TONELO, 2016), buscamos trabalhar com quatro fundamentos gerais na teoria marxista da crise econômica: a crise de superprodução, sobreacumulação, a crise financeira e a crise social-produtiva.⁴³ A combinação desses elementos no processo vivo, no tempo e espaço (tomadas do ponto de vista internacional) é, no entanto, altamente complexa, a saber, porque elas se combinam em diferentes momentos e em distintos lugares do globo, até se consumir em um salto de qualidade como uma recessão global ou uma depressão.

E dentro da análise dos aspectos da crise capitalista, sem dúvida um componente fundamental é o que ficou conhecida como *lei da queda tendencial da taxa de lucro*.

Os traços gerais da lei se referem, como coloca Marx, ao:

O fenômeno, derivado da natureza do modo capitalista de produção, de que com uma produtividade crescente do trabalho diminui o preço da mercadoria individual ou de uma quantidade dada de mercadorias, aumenta o número das mercadorias, diminui a massa de lucro por mercadoria individual e a taxa de lucro sobre a soma das mercadorias, ao mesmo tempo que aumenta a massa de lucro sobre a soma total das mercadorias (MARX, 2017, p. 268).

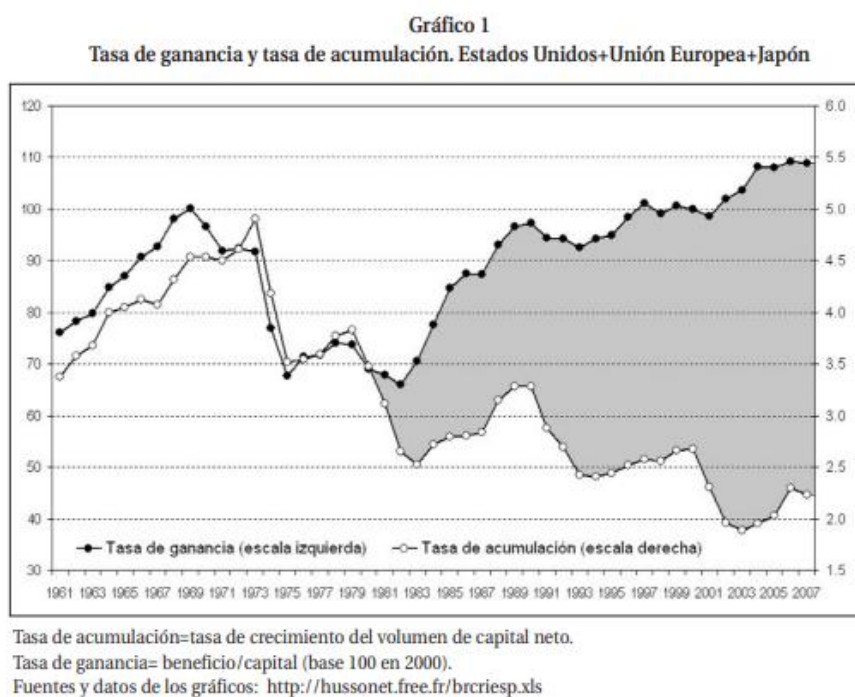
Nesse sentido, ao aumentar a produtividade, os capitalistas vão diminuindo cada vez mais o valor de cada uma de suas mercadorias (e aumentando a quantidade) e, por consequência, devem vender mais mercadorias para compensar seus lucros, o que deve ser embasado num aumento do consumo; esse movimento iria até o ponto em que, dada a enxurrada de mercadorias num mercado global – atrelada ao fato de que com a produtividade aumentada, o desemprego também cresceria – chegar-se-ia a *um ponto de crise de superprodução*. A outra face disso, ditada pela mesma lei, estaria no fato de que, com o aumento da produtividade e não conseguindo os capitais escoarem seu montante de riqueza nova para outros nichos de produção (por distintos motivos econômicos, por exemplo, pela saturação proveniente da superprodução),

⁴³ Cf. Anexo, neste trabalho, em que colocamos o resumo das conclusões sobre o tema.

seriam obtidos dados capitais incapazes de novos investimentos produtivos que permitissem outra acumulação, rompendo-se o ciclo de reprodução ampliada e gerando a crise de sobreacumulação.

Dito isso, acrescentemos apenas que consideramos fundamental levar em conta como esse aspecto da teoria marxista é um determinante da crise capitalista dos 1970 e das reviravoltas do capital para buscar sair dessa crise. Em um texto também escrito ao calor dos acontecimentos de 2008, *Lo que está en juego en la crisis* (HUSSON, 2008), Michel Husson elabora um gráfico sobre o problema da queda das taxas de lucro que fica patente a partir do início dos anos 1970.

Figura 9. Taxa de lucro e taxa de acumulação. Estados Unidos + União Europeia + Japão



O gráfico é rico justamente por apresentar esse aspecto da crise dos 1970 que consiste na queda das taxas de lucro como ponto de inflexão, criando, como se pode ver, uma tesoura (uma tendência econômica em direções opostas) formada pela taxa de lucro e a taxa de acumulação. Sem que se compreenda isso, quer dizer, que se trata de uma das determinações mais estruturais do processo, torna-se difícil compreender o significado dos efeitos concretos que teve o neoliberalismo e seu padrão de acumulação (ou crise de acumulação, poderíamos dizer). Temos, assim, o significado concreto dos governos de Ronald Reagan e Margareth Thatcher como

personificações do capital e sua necessidade de retomar as taxas de lucro (aprofundando as contradições da acumulação).

Robert Brenner destacou-se na análise da crise atual também por elencar o setor produtivo e a queda de suas taxas de lucros desde os anos de 1970. Todavia, sua análise comporta uma dimensão de competição no cenário internacional. Na opinião desse autor essa queda se relacionava essencialmente com blocos de capital competindo entre si e obrigando a uma taxa de lucratividade menor, tendo como consequência uma diminuição dos salários e uma incapacidade orgânica de responder à demanda. A raiz desse processo está na perspectiva marxista de crise de supercapacidade (*overcapacity*, nos termos de Brenner). Conforme explica detalhadamente em intercâmbio com Jeong Seong-jin:

O que aconteceu foi que, um após outro, um novo poder industrial ganhou o mercado mundial – Alemanha e Japão, nordeste asiáticos NICs (Newly Industrializing Countries), os tigres asiáticos do sudeste e, finalmente, o leviatã chinês. Essas economias de desenvolvimento tardio produziram os mesmos bens que já eram antes produzidos pelas economias avançadas, no entanto, mais baratos. O resultado foi um excesso de oferta em relação a demanda em uma indústria após a outra, e isso forçou a queda dos preços e, nesse sentido, dos lucros. As corporações que experimentaram o aperto nos seus lucros não deixaram, além disso, lentamente suas indústrias. Elas tentaram segurar as plantas ao tentar um retorno a sua capacidade de inovação, acelerando investimentos em novas tecnologias. Mas, por suposto, isso apenas fez piorar a [crise de] supercapacidade (BRENNER, 2009, tradução nossa).

Por um lado, a emergência de potências como Alemanha e Japão que tardaram pelo menos duas ou três décadas para voltar à posição de potências internacionais em vias de afrontar a hegemonia norte-americana; mas uma vez que atingiram esse marco, começaram a rivalizar com a indústria dos Estados Unidos; por outro lado, a reestruturação da divisão internacional do trabalho, em que a busca desenfreada do capital por condições mais favoráveis a fim de aumentar o grau de exploração da força de trabalho em todos os cantos do mundo levou ao desenvolvimento de um parque produtivo de mercadorias cada vez mais baratas, o que não poderia deixar de afetar a indústria nas potências e, por conseguinte, as taxas de lucro.

Por fim, ainda dentro desse tema, mas para abordar uma outra interpretação, que consideramos complementar, Andrew Kliman argumenta que a revolução nas

tecnologias da informação levou a um aumento na depreciação da taxa de lucro devido à obsolescência, que nem sempre é expressa nas estatísticas, mas se tomada como fator importante de análise poderia levar ao entendimento de que a queda nas taxas de lucro é ainda maior. Segundo ele,

isso levou a uma destruição significativa do valor do capital durante as últimas décadas. Uma vez que a destruição do valor do capital é um indicador de fraqueza econômica que, apesar de tudo, aumenta a lucratividade, a fraqueza resultante do progresso técnico tem sido ainda mais significativa do que o declínio na taxa de lucro medida sugeriria. Minhas estimativas indicam que, uma vez que controlamos o aumento da lucratividade resultante da depreciação devido à obsolescência, a queda na taxa de lucro durante as últimas décadas torna-se substancialmente maior e grandes porções dos aumentos na taxa de lucro durante as bolhas dos anos dos 1990 e 2000 são eliminadas (KLIMAN, 2011, p.123, tradução nossa) .

Os “anos dourados” de 1950 e 1960 trouxeram, particularmente nos Estados Unidos, uma importante revolução tecnológica e de tecnologias de informação e comunicação, o que foi pouco a pouco aumentando a composição orgânica do capital e influenciando as taxas de lucro. Como se pode ver a partir da análise dos gráficos, estas se mantiveram crescendo nas estatísticas durante os anos neoliberais, evidentemente, devido às medidas de reestruturação produtivas tomadas. Há também que se levar em conta o problema da obsolescência, que seria uma forma de observar a contradição da queda tendencial mais claramente em sua expressão gráfica.⁴⁴ Alguns economistas, como Michel Husson⁴⁵, argumentam que não é um fator determinante a queda das taxas de lucro, enquanto outros se aferram nessa tendência como determinante da análise. Ao nosso ver, não se pode perder de vista que, além

⁴⁴ Kliman (2011) detalha o argumento, retomando a definição de Marx sobre a depreciação moral dos meios de produção, quando este diz que “além do desgaste material, a máquina sofre, por assim dizer, um desgaste moral. Ela perde valor de troca na medida em que máquinas de igual construção podem ser reproduzidas de forma mais barata, ou que máquinas melhores passam a lhe fazer concorrência” (MARX. 2013, p. 475 – a tradução desta citação buscamos na edição brasileira da Boitempo). Não abordaremos mais detidamente aqui, posto que nosso objetivo é apenas localizar as contradições principais, embora reconheçamos a importância para debates específicos de se compreender os meandros de como foi a dinâmica das taxas de lucro no pós-crise dos 1970.

⁴⁵ “A análise da crise atual deve, efetivamente, partir da evolução da taxa de lucro. Após as recessões generalizadas de 1974-1975 e 1980-1982, uma nova fase se abriu no funcionamento do capitalismo, o que pode ser descrito como a comodidade neoliberal. O início dos anos 80 representa um verdadeiro ponto de virada que desencadeia uma tendência fundamental para aumentar a taxa de exploração que leva a um aumento contínuo da taxa de lucro. Para um marxista acostumado com a tendência de queda da taxa de lucro, essa reversão da tendência pode ser preocupante. Pode-se certamente tentar escapar dessa dificuldade tentando mostrar que a taxa de lucro, medida adequadamente, tenderia a declinar. Mas essas tentativas não são justificadas teoricamente e, sem ter tempo para mostrá-lo em detalhes, penso que a explicação tradicional do declínio tendencial é errônea” (HUSSON, 2008)

da própria tendência apontada, Marx também sinalizou uma série de contra-tendências, e os mecanismos de espoliação do neoliberalismo e sua reestruturação produtiva as acentuaram ainda mais. Parece-nos evidente que a queda tendencial das taxas de lucro seja um motor interno da crise dos 1970 e que, com o advento do neoliberalismo, isso se modifique. Ou seja, se recuperam as taxas de lucro, mas a um custo muito alto para o metabolismo capitalista, aprofundando muito as contradições da acumulação; dessa forma, ainda que estatisticamente se visualize a queda (tendencial) nas taxas de lucro, dado os efeitos avassaladores da restauração neoliberal – isso, em realidade, apenas confirma a tese, pois essa tendência está sempre se operando, e para evitar sua consumação se exige medidas cada vez mais bruscas pelo capital. Para o que nos interessa aqui, basta localizarmos os teóricos da crise, no geral, introduzem a queda das taxas de lucro como fator relevante ou decisivo, ou seja, como algo que está na raiz da crise dos 1970. Naturalmente se gera um debate mais específico para os economistas da análise dos dados, de como se constituem as estatísticas ou mesmo do peso dessa determinação frente a outras, mas esse debate extrapolaria nossos objetivos, que é mostrar em termos gerais as contradições que se perpetuam a partir da crise dos 1970 e qual será o contexto, portanto, da resposta neoliberal; melhor dizendo: como o neoliberalismo retardou os problemas estruturais que já advinha da crise dos 1970.

2.3 A CRISE E O PROBLEMA DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

Como parte da análise dos resultados da crise dos 1970 que levaram ao padrão de acumulação neoliberal, é importante observar também as determinações geopolíticas que envolveram esse processo. O que nós queremos apontar aqui é que, sem dúvida, a hegemonia norte-americana entra em questão, na forma como ela vai se dar e nas tendências à sua debilitação, como um fator de bastante relevância para a reflexão do capital internacional no pós-1970, bem como para a compreensão da fase neoliberal.

A situação da hegemonia norte-americana não pode ser pensada por fora da análise do significado do acordo de Yalta, realizada dois meses antes da fundação da

Organização das Nações Unidas, que reuniu Roosevelt, Churchill e Stálin e moldou bastante do que seria a configuração da hegemonia americana durante a Guerra Fria. Isso porque ela se dava, de um lado, pela massiva destruição e pela fragilidade que vivenciava o continente Europeu, principal palco da *Guerra*, mas também pela fragilização do Japão, alvo de duas bombas nucleares; somado a isso, o “acordo” entre as economias capitalistas vencedoras e a União Soviética selava a *pax armada* entre a política americana e a burocracia de Stálin no sentido de manter a situação afastada de levantes revolucionários e de eventos que fugissem ao controle dos Estados Unidos e não questionassem o domínio da URSS sobre o “bloco socialista”, que nesse sentido buscariam com o Plano Marshall e a política de emergência dos Tigres Asiáticos ir fortalecendo os países sob hegemonia do capital americano e, nesse sentido, criando condições mais favoráveis no interior da Guerra Fria.

Immanuel Wallerstein analisa o pacto do seguinte modo, colocando como um marco não apenas os acordos formais, mas os acordos tácitos:

Os pactos formais da conferência de Yalta foram menos importantes do que os acordos informais e tácitos nela estabelecidos. Só podemos avaliá-los observando o comportamento dos Estados Unidos e da União Soviética nos anos seguintes. Quando a guerra terminou na Europa, no dia 8 de maio de 1945, as tropas soviéticas e as ocidentais (isto é, americanas, britânicas e francesas) estavam localizadas em pontos particulares – essencialmente, ao longo de uma linha norte-sul, no centro da Europa, que se tornou conhecida como Linha Oder-Neisse. À Parte alguns ajustes menores, foi onde ficaram. Em retrospectiva, Yalta foi um acordo entre ambos os lados no sentido de que poderiam permanecer onde estavam e nenhum lado usaria a força para expulsar o outro. Este pacto tático aplicava-se também à Ásia, como demonstra a ocupação do Japão Pelos Estados Unidos e a divisão da Coréia. Politicamente, Yalta foi um acordo de *status quo*, segundo o qual a União Soviética controlaria cerca de 1/3 do mundo e os Estados Unidos o restante (WALLERSTEIN, 2004, p. 23)

Buscando, a partir do “mundo de Yalta”, transferir a disputa entre revolução e contrarrevolução para a disputa entre “Estados” e agindo de modo a aumentar seu poder em suas zonas de influência, o imperialismo norte-americano desenvolveu sua hegemonia nas mais diferentes partes do globo. Do extremo Oriente ao extremo Ocidente, o imperialismo foi marcado por uma mistura de complexo industrial-militar

desenvolvido, com a manutenção de bases militares e intervenções diretas em diversos países do globo, mas também, num âmbito mais superestrutural, por alianças políticas importantes (como a OTAN), pela divisão do mundo em Zonas de Influência, em acordo com a burocracia soviética (Yalta) e, sobretudo, pela disseminação do “americanismo”, envolvendo o mundo ideologicamente em distintos âmbitos do modo de vida.

Se tomamos a definição da crise dos 1970 no sentido de crise de superprodução, determinada, em seus traços gerais, pela queda nas taxas de lucro, conforme apontamos nos tópicos anteriores, então devemos observar que é uma crise no “sociometabolismo” do capital em seu conjunto e, portanto, da potência hegemônica durante essa fase no capital internacional (e também nas demais potências). Nesse sentido, não consideramos exagerado dizer que seria um erro analítico buscar separar (não na exposição, mas na concepção da investigação) a economia da situação política internacional, embora nem sempre os efeitos são de fácil percepção à primeira vista.

O que queremos dizer com isso é que a crise dos 1970 marca um questionamento da hegemonia norte-americana, ou o início de um declínio postergado pelos anos neoliberais, e que é importante remarcar a estreia desse questionamento na medida em que ele se expressa em três fatores de três esferas distintas. Em primeiro lugar, pelo componente geopolítico, referente à campanha dos EUA na Guerra do Vietnã, com uma ofensiva imperialista extraordinária, mas que não conseguiu subjugar os vietnamitas e acabou por se tornar um símbolo tanto da resistência antiguerra quanto da debilidade hegemônica norte-americana. Segundo, do ponto de vista da luta de classes, o evento que se deu paralelamente à *ofensiva do Tet*, um dos marcos da guerra ocorrido em 1968, emergido na França do movimento estudantil e operário naquilo que ficou conhecido como Maio de 1968 e acabou por se constituir em outra determinação decisiva do fim da “estabilidade de Yalta”. Por fim, conforme desenvolvemos mais detidamente nas seções anteriores, a quebra do padrão *Bretton Woods* de 1971, a entrada do sistema de câmbios flutuantes e a crise de superprodução de 1973⁴⁶. Assim, entre o final dos 1960 e o início dos

⁴⁶ De uma forma ou de outra, os autores como Immanuel Wallerstein ou Giovanni Arrighi, que tratam bastante do problema teórico da hegemonia norte-americana (nem sempre nesses termos), pontuaram

1970, atinge-se o “ponto culminante” da hegemonia norte-americana, entrando em um período de falência gradual, que é revertido parcialmente com a fase neoliberal, mas não chega a mudar o curso de debilitação dessa hegemonia.

Uma avaliação equivocada, que ao nosso ver diz muito sobre essa debilidade quando se dissocia o elemento econômico do político, esteve em um autor que apontamos como um dos principais intérpretes da crise dos 1970 e utilizamos para a definição do caráter da crise, que foi Ernest Mandel. Pouco antes do estourar da crise, em 1969, em sua *Introdução à teoria econômica marxista*, produto de um curso ocorrido em 1963⁴⁷, Mandel utiliza o termo “neocapitalismo” para definir o momento que estava vivenciando. Entre os fatores que o autor elenca para definir o “neocapitalismo”, partia-se do contexto de Guerra Fria, com um enorme complexo militar que buscava incessantemente se revolucionar e produzia, efetivamente, alguns avanços tecnológicos. Nesse contexto, a economia se mantinha em dinâmica, com um desenvolvimento parcial das forças produtivas e tecnológicas. Agrega-se a isso o fato de que com as revoluções anticoloniais, não tendo formado em países um Estado operário, abria-se um campo de exploração do capital relativamente fértil, com novos mercados; por fim, com peso dos monopólios e *trusts* na economia, os aspectos ainda mais acirrados de programação-planificação capitalista que se colocavam, aprofundando o que já havíamos visto no começo do século XX, contando com a estatização que vai ocorrendo nos sindicatos para ir garantindo acordos com as direções sindicais de anos, por vezes, para garantir suas margens de lucro. Em suma, Mandel diz que nessa fase o Estado aparece cada vez mais como o garantidor dos lucros empresariais e financeiros. Dessa forma, o capital parecia ter entrado num período de relativo equilíbrio, instável dado o contexto da Guerra Fria. Em outras

os mesmos elementos (WALLERSTEIN, 2004, p. 25; ARRIGUI, 2008). No caso de Wallerstein, este destaca mais o elemento do Vietnã e de Maio de 1968, dando menos ênfase à crise dos 1970 na referência colocada (embora trate disso em outras passagens) e apontando a queda do muro de Berlim como novo elemento de comprovação dessa crise, com o que não concordamos, pois se trata justamente do momento em que o imperialismo norte-americano ganhou certo fôlego com a restauração capitalista nos ditos países socialistas.

⁴⁷ Na introdução do livro, da edição “afrontamento”, de 1975, pode-se ler que “Apresentada sob a forma de curso, esta Iniciação que sintetiza a aplicação do ponto de vista marxista à análise dos problemas capitalismo, foi exposta em 1963 num fim de semana de formação organizado em Paris pelo Partido Socialista Unificado” (MANDEL, 1963).

palavras, são alguns dos fatores que fizeram Mandel na primeira metade da década de 1960 enxergar um “neocapitalismo” nascente.

O próprio Mandel expressava, já naquele momento, que não via uma superação das crises ou “uma supressão das contradições” pelos mecanismos do neocapitalismo; para ele, reduz-se a um quadro de “longo prazo” a amplitude e a gravidade dessas contradições⁴⁸. Queremos dizer com isso que, no período de que tratamos, mesmo economistas do calibre de Mandel sofreram os efeitos do período da “Era de Ouro” ao enxergar a situação econômica como uma estabilidade mais estrutural do que de fato era. Isso se dá porque os mecanismos de superprodução, conforme o mesmo Mandel enxergaria mais tarde, continuavam operando a todo o vapor e seriam um componente fundamental do questionamento da hegemonia do capital financeiro tal como havia se dado no pós-Guerra, por um lado, de da hegemonia norte-americana em particular, por outro, questionada pelos mecanismos econômicos (a crise de 1973), políticos (Maio de 1968, o Outono Quente italiano, a Primavera de Praga ou a Revolução Portuguesa) e geopolíticos (o fracasso na Guerra do Vietnã).

Já em 1972, portanto, um tanto mais próximo da crise, Mandel escreve aquela que ficaria conhecida como sua principal obra, *O capitalismo tardio*. No texto, expunha traços decisivos do fim do *boom* do pós-guerra e uma nova dinâmica da acumulação capitalista, com a qual ia se desfazendo o mundo do *welfare state*, imbricando as crises econômicas com as crises políticas relacionadas ao papel intensivo da atuação estatal no pós-guerra, encontrando limites nos superlucros advindos das inovações produtivas e tecnológicas dos anos 1950, percebendo as debilidades dos mecanismos econômicos anticíclicos como a “inflação permanente” – que não pode manter eternamente os lucros extraordinários, entre outros elementos.

⁴⁸ “estes traços distintos do neo-capitalismo operam não para suprimir as contradições do capitalismo — as crises rebentam como dantes, o capitalismo não encontrou meio de assegurar um crescimento ininterrupto, mais ou menos harmonioso — mas para as reduzir (ao menos temporariamente, no quadro dum período a longo prazo de crescimento acelerado e a preço duma inflação permanente) a sua amplitão e gravidade” (MANDEL, 1975, p. 61)

A relação entre os distintos elementos econômicos levou Mandel a cunhar a expressão “capitalismo tardio”, que serviu para que ele se referisse a esse processo de transformações no capitalismo internacional, expondo os distintos elementos que colocavam fim ao período de *boom* do pós-guerra e ajudasse a dar elementos para pensar o novo período que ganhava a arena internacional com a crise dos 1970. No entanto, em sua introdução a *O capitalismo tardio*, Mandel se preocupa em contrariar aqueles que possam utilizar dessas reflexões para compreender que estava surgindo uma nova *época*⁴⁹ do capitalismo internacional, que na verdade serve também (isso nos parece fundamental perceber), embora não declaradamente, como uma revisão de sua teoria do neocapitalismo.

Nesse sentido, em contraposição ao neocapitalismo, para ele, a faceta mais clara do capitalismo tardio era a de complexificar as tendências expostas pela análise marxista do começo do século em que se consagrou a visão de que a predominância do capital financeiro marcaria definitivamente a “face” do capitalismo contemporâneo. Assim escreve Mandel:

Em primeiro lugar, o termo “capitalismo tardio” não sugere absolutamente que o capitalismo tenha mudado em essência, tornando ultrapassadas as descobertas analíticas de *O Capital*, de Marx, e de *O Imperialismo*, de Lênin. Assim como Lênin só conseguiu desenvolver sua descrição do imperialismo apoiando-se em *O Capital*, como confirmação das leis gerais, formuladas por Marx, que governam todo o decorrer do modo de produção capitalista, da mesma maneira, atualmente, só podemos intentar uma análise marxista do capitalismo tardio com base no estudo de Lênin de *O Imperialismo*. A era do capitalismo tardio não é uma nova época do desenvolvimento capitalista; constitui unicamente um desenvolvimento ulterior da época imperialista, de capitalismo monopolista. Por implicação, as características da era do imperialismo enunciadas por Lênin permanecem, assim, plenamente válidas para o capitalismo tardio (MANDEL, 1982, p. 5).

Ainda que Mandel aponte não ver uma nova “época”, uma nova fase no sentido global de operação do sistema – o que realmente parecia ficar mais evidente quando ele utilizou a expressão “neocapitalismo” na análise econômica, a ênfase nas

⁴⁹ Por “época” do capitalismo nos referimos aqui a uma transformação profunda de dimensões que possam requalificar a caracterização do capitalismo e sua dinâmica em seu conjunto (tomado como sistema internacional), e não apenas alguns de seus aspectos. Nesse sentido, para a caracterização clássica de virada de “época” no capitalismo nos referimos ao processo ocorrido na virada do século XX, com predominância do capital financeiro e formação de um “mundo de monopólios”.

características econômicas do capitalismo em detrimento dos aspectos geopolíticos (ou da competição interestatal) talvez evidenciem uma das importantes brechas de seu pensamento nesse momento e que acabam, pelas lacunas e ênfases no livro, possibilitando interpretações que confluem para o desenvolvimento de outras visões economicistas do período. Para entender essa brecha no seu pensamento, recorreremos a Bach, em sua análise de fim dos anos 1990 sobre o pensamento de Enerst Mandel:

Se é verdade que [Mandel] reconhece como fator de fundamental importância para dar início ao que nós definimos como crise de acumulação capitalista a quebra da ordem monetária de Breton Woods, ressalta disso especialmente seu aspecto econômico, subvalorizando as consequências políticas e por isso não define como característica essencial do fim do *boom* o princípio de crise da hegemonia norte-americana e o renascimento das disputas interimperialistas no marco do fortalecimento aos quais haviam chegado os imperialismos competidores, Alemanha e Japão (BACH, 1998).

Daqui se depreende uma questão metodológica que nos parece fundamental: a análise das transformações do capitalismo (como a que devemos fazer para pensar o mundo pós-2008) não podem ser separadas da análise dos conflitos entre Estados e da situação da correlação de forças entre as classes em nível nacional e internacional. A debilidade apontada na análise de Mandel fatalmente se desenvolve em visões com traços economicistas ou objetivistas da realidade na obra em questão, o que é relevante para se pensar quando se toma as transformações do sistema em seu conjunto. Apesar do fortalecimento dos EUA como potência no pós-guerra, havia a URSS, outro grande ator internacional, e a importância disso é notar que o stalinismo era dominante nos partidos comunistas em esfera global, o que impactava o movimento operário de um lado, e o jogo geopolítico.

Tendo isso em vista, o que queremos pontuar é que a reflexão sobre a hegemonia norte-americana (e as contradições que esta herdou da crise dos 1970) deve ser parte fundamental da análise dos desdobramentos da crise. E seria impossível falar em hegemonia de uma potência como os Estados Unidos e a estabilidade da fase neoliberal do capitalismo sem se observar as consequências

concretas para o mundo da crise da União Soviética (que levará a uma crise da esquerda internacional e uma ofensiva burguesa sem paralelos contra a classe trabalhadora) e a derrota do último ascenso dos anos 1970 e começo dos 1980. Essa combinação, entre a economia, geopolítica e os conflitos capital vs. trabalho em nível internacional consideramos um fundamento advindo da experiência da crise dos 1970, fundamental para entender não apenas essa crise, mas também porque nos ajuda a tirar lições “metodológicas” para se pensar o mundo pós-2008.

2.4 NEOLIBERALISMO

Como viemos demonstrando, ao nosso ver, a crise dos 1970 evidencia problemas essenciais, como a superprodução, a sobreacumulação, a crise de hegemonia norte-americana etc. É desse modo que podemos, então, compreender em que sentido se deu a resposta do capital a esse período, que precisamente qualifica o intervalo de tempo o qual convencionou-se chamar de neoliberalismo.

David Harvey, em *O neoliberalismo, história e implicações*, faz uma definição sobre os princípios teóricos neoliberais nos seguintes termos:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas (HARVEY, 2008, p. 8).

Entre a visão teórica e a prática concreta do neoliberalismo, porém, há um abismo, onde pode existir de tudo menos “a melhor maneira de promover o bem-estar do ser humano”, conforme o próprio Harvey demonstra:

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo

internacional ou como um projeto político de reestabelecimento das condições da acumulação do capital e da restauração do poder das elites econômicas (HARVEY, 2008).

Na verdade, antes mesmo de definir a prática, depois dos marcos teóricos dessa doutrina, o que existiu foi uma formalização política por meio de documentos que expressam as propostas políticas e programáticas do neoliberalismo: tal foi o *Consenso de Washington*, que se tornou quase um mantra da cartilha neoliberal.

O conhecido economista keynesiano Joseph Stiglitz aponta que o plano original ficou a cargo do economista britânico John Williamson, que teria cunhado a expressão *Consenso de Washington* e apontado diretrizes gerais teóricas no texto “What Washington Means by Policy Reform”, de 1990⁵⁰. Mas a realidade é que mesmo o projeto de propostas econômicas e o que efetivamente se implementou foram distintos. Assim, diz Stiglitz:

Ao me referir ao Consenso de Washington, claramente me refiro à apresentação excessivamente simplificada das recomendações dos organismos financeiros internacionais e do Tesouro dos Estados Unidos, especialmente durante o período da década de oitenta e princípios da de noventa, antes que se convertessem em objeto de depreciação tanto no Norte quanto no Sul, e não ao trabalho mais sutil de John Williamson, que foi quem realmente cunhou a denominação. Seja qual fosse seu conteúdo e intenção originais, ao redor do mundo e na mente da maioria das pessoas, o termo passou a ser tomado como referência para as estratégias de desenvolvimento focadas nas privatizações, na liberalização e na macro estabilidade (principalmente a estabilidade de preços); um conjunto de políticas pregadas em base a uma grande fé (maior que o justificável) nos mercados livres de restrições e visando a reduzir, inclusive ao mínimo, o rol do governo (STIGLITZ, 2004, tradução nossa).

Dessa maneira, quando falamos em “privatizações”, “liberalização globalizante”, “redução dos gastos públicos”, “desregulamentações” etc., em geral, nos situamos no campo da política neoliberal. No entanto, para compreender o sentido real do neoliberalismo, é preciso ir além da cartilha, e localizar esse conjunto de políticas no tempo, a partir das necessidades históricas do capital.

⁵⁰ Cf. WILLIAMSON, J. “What Washington Means by Policy Reform,” in *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*, John Williamson (ed.), 1990.

Se fossemos sintetizar de uma outra forma, então, poderíamos dizer que a resposta do capital à crise dos 1970, iniciada nos anos de 1980, que se consagrou chamar de *neoliberalismo*, esteve marcada por quatro grandes fatores: primeiro, conforme abordamos em tópico anterior, um processo de *hiperfinanceirização*, na qual se buscou desregulamentar um conjunto de regras financeiras para oferecer novas soluções de crédito a velhos problemas, aumentando o endividamento das famílias e dos Estados e criando condições ainda mais arriscadas para a rentabilidade capitalista; segundo, *as políticas fiscais e monetárias*, visando a achatar o Estado no sentido de seus serviços públicos, combinada com a desvalorização salarial e outros mecanismos de também criar melhores condições para o sociometabolismo do capital, em detrimento das condições do trabalho, em termos de estabilidade, e ao mesmo tempo com a implementação de políticas fiscais e monetárias mais agressivas em tempos de ameaça de crise; terceiro, a *reestruturação produtiva*, uma transformação das relações de produção que, tomadas em seu conjunto, significaram uma revolução na capacidade de extração da mais-valia dos trabalhadores, ou seja, uma forma agressiva de retomar as taxas de lucro pela via das investidas contra o trabalho; e, por fim, como desdobramentos desses fatores, podemos dizer que a política neoliberal também é uma forma *mais agressiva do imperialismo para submeter países dependentes pelas vias econômicas*, seja em experiências ditatoriais, como foi a política dos *Chicago Boys* no Chile sob a ditadura de Pinochet, seja nos governos da chamada transição democrática, herdeiros em muitos casos da estrutura política e policial da ditadura militar, como foi o caso de Sarney e Collor no Brasil.

Dentre essas determinações, tendo em vista que nosso objetivo não é fazer uma exposição sistemática sobre o tema, mas buscar apontar como as contradições dos 1970 foram postergadas pelo neoliberalismo e que necessariamente tornar-se-iam crises mais agudas, passando pelas crises do final dos anos de 1990, no 2000 e, finalmente, em 2008, destacaremos particularmente nesse ponto a resposta “hiperfinancerizante” do capital frente ao problema da superprodução, em seguida, pincelaremos as demais determinações como parte da ofensiva do capital contra o trabalho (que incluem a reestruturação produtiva, as políticas fiscais e monetárias e a

política imperialista contra o proletariado em nível internacional, citadas na definição acima), posto que também abordaremos em outras partes da tese o problema.⁵¹

2.4.1 Hiperfinancerização

O gráfico de Husson exposto anteriormente (cf. p. 87) também expressa outro sintoma expressivo ao se analisar a crise dos anos de 1970 e seus efeitos: o choque entre as curvas da taxa de lucro e taxa de acumulação como parte da “resolução” da crise. Um olhar imediato já nos permitiria concluir o seguinte: essa discrepância ampla entre as curvas só pode ser um indício da desenfreada financeirização mundial da economia, uma vez que, ao aumentar a taxa de lucro sem que se aumente a taxa de acumulação, indica que o crédito tem entrado como um fator fundamental da realização das mercadorias e, portanto, evita-se a crise imediata, mas necessariamente estrangula ainda mais a capacidade de consumo das famílias em longo prazo. Como coloca Husson:

Embora a taxa de lucro e as taxas de acumulação tenham evoluído em paralelo até o começo da década de oitenta, depois começaram a divergir. A separação entre as duas curvas (...) mede o aumento da fração não acumulada do mais-valia, que constitui um bom indicador da financeirização (HUSSON, 2008, p. 71, tradução nossa).

O fato é que a crise dos 1970 continuou legando ao mundo as contradições da queda das taxas de lucro em nível internacional, já que, como coloca Kliman, naquela década não se deu uma resolução de violenta destruição das forças produtivas. Na realidade, a “resolução” da crise foi postergá-la com mecanismos de uma complexa arquitetura econômica, cujos principais alicerces poderiam ser sintetizados na imensa financeirização da economia a partir dos anos 1980, o que permitiu, como atesta o

⁵¹ Na medida em que: no capítulo 1 abordamos o desenvolvimento da herança neoliberal no que tange as políticas fiscais e monetárias, algo que apontamos como parte de sua continuidade na análise dos planos de austeridade e sobre a dinâmica imperialista neoliberal, é parte de toda a reflexão sobre a crise da União Europeia (seja nas políticas de submissão de capitalismo avançados de menor força ou no que se refere à crise dos emergentes, a forma como a crise é “deslocada” e atinge em cheio esses países). Já a determinação sobre a reestruturação produtiva neoliberal e sua continuidade, buscaremos analisar mais detidamente no capítulo 3.

gráfico e a análise de Husson, a divergência entre as taxas de lucro (que voltam a crescer no neoliberalismo) e as taxas de acumulação (que começam a despencar). Ou seja, em termos mais simples, o capital *hiperexplora*, mas não consegue investir, o que leva um montante de capital ao setor financeiro e promove as inevitáveis bolhas.

A chave desse processo está nos eventos que vão acontecer após o fim dos acordos de Bretton Woods em 1971, com o conhecido choque de Nixon, que fez com que se desvinculasse o lastro do dólar com o padrão ouro, seguida pela adoção do sistema de câmbios flutuantes em muitos países e um combo de medidas econômico-financeiras no começo dos anos de 1980, que levaram em seu conjunto a *desregulamentação*, *descompartimentalização* e *desintermediação* do sistema financeiro, com consequências altamente dinâmicas para a evolução do capitalismo internacional, processo que François Chesnais vai chamar de *mundialização do capital*.

O economista francês, em sua obra coletiva de 2005, *A finança mundializada*, que atualiza e aprofunda conclusões da conhecida obra de 1996 *A mundialização do capital*, explica de forma sintética esse processo dos três “D”:

Classicamente, os autores distinguem três elementos constitutivos na implementação da mundialização financeira: *desregulamentação* ou liberalização monetária e financeira, a *descompartimentalização* dos mercados financeiros nacionais e a *desintermediação*, a saber, abertura das operações de empréstimos, antes reservadas aos bancos, a todo tipo de investidor institucional.

E completa a explicação:

Há uma interação e um encadeamento profundo entre os três processos. A mundialização financeira remete tanto à “descompartimentalização” *interna* entre diferentes funções financeiras e diferentes tipos de mercado (de câmbio, de crédito, de ações e de obrigações) quanto a interpenetração *externa* dos mercados monetários e financeiros nacionais e sua integração nos mercados mundializados. A descompartimentalização externa se apoia sucessivamente na liberalização dos mercados de câmbio, na abertura do mercado de títulos públicos aos operadores estrangeiros e na abertura da Bolsa às empresas estrangeiras. A descompartimentalização interna abriu caminho para uma (des)especialização progressiva dos bancos em nome da concorrência e da liberdade de empreendimento. É o terceiro “D”, a “desintermediação”, que permite às instituições financeiras não bancárias ter acesso aos mercados como emprestadoras. Foram elas que tiveram um

crescimento particularmente espetacular desde o início da desregulamentação financeira. Enfim, o movimento de liberalização e descompartimentalização foi igualmente marcado pela criação de numerosas formas novas de aplicação da liquidez financeira (o que se chama de novos produtos financeiros, à medida que a remoção das regulamentações e controles nacionais anteriores abriu caminho para as “inovações financeiras” (CHESNAIS, 2005, p. 46).

Partindo da obra de Henri Bourguinat, *Finance internationale* (BOURGUINAT, 1992), em que se desenvolve uma análise pormenorizada do processo, a explicação de Chesnais sobre os três “D” dessa nova arquitetura financeira nos ajuda a compreender os mecanismos que foram se articulando de modo a criar a enorme massa de capital financeiro e, sobretudo, em se tratando das crises, uma massa enorme de capital fictício que necessariamente levaria ao estouro de “bolhas”. Tendo isso em vista, a questão era saber onde se expressaria o processo de superprodução e sobreacumulação de capitais que desequilibraria o conjunto do sistema financeiro.

Uma série de economistas tem debatido sobre os mecanismos econômicos que levaram à explosão financeira das últimas décadas. Na Inglaterra, dois escritores ativos no debate para o estudo da crise do ponto de vista da financeirização da economia: Robert Blackburn e Peter Gowan, ambos ligados à revista *New Left Review*. Robert Blackburn tem trabalhado em explicar a ideia de financeirização e sua inter-relação com a crise, ficando conhecido por antecipar a crise dos *subprimes* já em 2007, em texto publicado alguns meses antes da quebra do banco de investimentos Lehman Brothers (BLACKBURN, 2008). A análise de Blackburn, no entanto, busca explicações inerentes ao próprio sistema financeiro para o desdobramento da crise, que passam pelas novas linhas de crédito [new principles of consumer credit] elaboradas nos anos de 1960 e fundos de investimento, que possibilitaram um alto crescimento do sistema financeiro (BLACKBURN, 2008, p. 85).

Peter Gowan considera que a raiz da crise também está no processo de “financeirização” da economia. No entanto, acredita que essa financeirização se relaciona com uma estratégia econômica da elite americana, uma personificação do capital financeiro, que cria bolhas financeiras (que aumentam a desproporção do setor financeiro e a economia real) até que essas bolhas se irrompam e exigem a ajuda das “autoridades estatais”, ou seja, da atuação do Estado como regulador da economia e do sistema financeiro (GOWAN, 2009). Nesse sentido, Peter Gowan vê o processo

mais como uma articulação entre o sistema econômico e o Estado, que acabam autorregulando a economia e fazendo das crises um processo mais cíclico do que Blackburn, que vê uma desregulação inerente às próprias finanças.

Além desses, também caberia notar a contribuição dos que estão deste lado do Atlântico: David McNally é uma das expressões canadenses no debate. Em seu texto *“From financial crisis to world slump: accumulation, financialisation and the global slowdown”*, vê a crise de financeirização a partir de uma nova acumulação que vai dos anos de 1980 a 1997, bastante relacionada com as economias asiáticas. Interessante notar que não relaciona com a crise dos 1970, nesse sentido, difere de uma série de autores que buscam as raízes mais para trás, cronologicamente falando, e dá bastante ênfase no período posterior e no *boom* asiático (MCNALLY, 2009).

Esses são debates que podem ser aprofundados no interior do entendimento do sistema financeiro e como as suas desregulações, descompartimentações e desintermediações podem ser objeto de uma pesquisa mais detida. O fundamental para nossa análise é apenas termos em mente os fundamentos globais que relacionam a crise da queda da taxa de lucro, uma crise na dita economia produtiva, com os mecanismos de financeirização advindos e produto dessa crise, parte da dinâmica irracional do capital e seu desenvolvimento, um dos fatores fundamentais para entendermos a ontogênese da crise de 2008.

2.4.2 A ofensiva do capital contra o trabalho

Além dos processos econômicos ligados ao processo de hiperfinanceirização, outra marca distintiva da abertura da nova “idade das trevas” conservadora esteve na derrota sofrida pela classe trabalhadora em seu último ascenso, expresso na fórmula neoliberal Reagan-Thatcher contra o movimento operário. Sintetizam esse ponto Matías Maiello e Emilio Albamonte, na chamada etapa de “restauração burguesa”:

Esse ofensiva reacionária, que foi batizada de “neoliberalismo”, se expressou num primeiro momento nos países imperialistas, a partir da entrada de

Reagan no governo dos EUA e de Thatcher na Grã Bretanha, mediante a implementação de uma série de “contra-reformas” econômicas, sociais e políticas, com o objetivo de reverter as conquistas obtidas pelo movimento operário durante os anos de *boom* sob as bandeiras do livre mercado para garantir os lucros capitalistas. Depois se estendeu aos países semicoloniais mediante o chamado “Consenso de Washington”, e teve sua expressão nos ex-Estados operários burocratizados pela via da restauração do capitalismo, ainda que [...] com diferentes consequências na URSS com relação a China (ALBAMONTE; MAIELLO, 2011, p. 13).

Dentro da “restauração burguesa”, além da sempre comentada restauração capitalista na URSS e a queda do muro de Berlim, que são elementos de dimensão histórica na reconfiguração geopolítica internacional, com impactos para a avalanche neoliberal, também é importante frisar que não é menor a restauração na China, sob as medidas de Deng Xiaoping, em 1978, e o sangue da mobilização de Tiann’anmen, em 1989, como expressão de um imenso novo nicho de acumulação, ainda que não suficiente para reverter a crise anterior, foi uma das determinações que deu sobrevida ao capitalismo e que marcam a fase neoliberal.

Dentro da ofensiva do capital contra o trabalho, posto já termos desenvolvido o aspecto da hiperfinanceirização, os três pontos que queremos indicar como parte de uma caracterização introdutória, mas global, das respostas do capital à crise dos 1970 que configuram o neoliberalismo:

2.4.2.1 A política fiscal e monetária

Para alguns economistas, dentre os quais destacaríamos, em especial, Gérard Duménil e Dumenique Lévy (2011), a própria qualificação do que seria o marco de inflexão do início do neoliberalismo estaria no ano de 1979, quando o Federal Reserve decide aumentar as taxas de juros, a partir de uma concepção monetarista e oposta, portanto, a toda a experiência keynesiana anterior, que teve forte peso desde o New Deal, especialmente pelo aparente sucesso durante os anos da “Era de Ouro”.

David Harvey descreve do seguinte modo:

Em outubro de 1979, Paul Volcker, presidente do Federal Reserve Bank no governo Carter, promoveu uma mudança draconiana na política monetária

dos Estados Unidos. O compromisso de longa data do Estado democrático liberal com os princípios do New Deal, que significava em termos gerais políticas fiscais e monetárias keynesianas, e tinha o pleno emprego como objetivo central, foi abandonado em favor de uma política destinada a conter a inflação sem medir as consequências para o emprego. A taxa real de juro, que com frequência fora negativa durante o surto inflacionário de dois dígitos dos anos 1970, tornou-se positiva por ordem do Federal Reserve (HARVEY, 2008).

Os efeitos recessivos foram claros, como apresentamos no gráfico do crescimento do PIB mundial, com queda no crescimento atingindo míseros 0,3% em 1982. No entanto, os objetivos da política monetária se ligavam justamente à política fiscal endurecedora, cortando gastos em serviços públicos ou até mesmo os eliminando, generalizando as privatizações, aumentando o desemprego com demissões, retirando direitos do trabalho etc. “A virada para o neoliberalismo”, como afirma Harvey (2008), “se apoiava assim não só na adoção do monetarismo como na implantação de políticas governamentais em muitas outras arenas”, que em suma tinha o objetivo degradar os direitos sociais da massa trabalhadora da população, concentrando a riqueza ainda mais na elite financeira e descarregando a crise sobre o mundo do trabalho. Daqui entramos no segundo aspecto, relacionado a esse.

2.4.2.2 A reestruturação produtiva

A reestruturação produtiva neoliberal estava diretamente ligada a essa ofensiva do capital contra o trabalho, que tem na política monetária e fiscal uma dimensão, mas que só pode se consolidar efetivamente na medida em que atingem o mundo do trabalho.

As transformações por que foram passando da esfera produtiva do fordismo ao toyotismo e a acumulação flexível vão no sentido de criar mecanismos de aumentar o grau de exploração e reverter a tendência à queda nas taxas de lucro reveladas na crise dos 1970. Os mecanismos nesse sentido foram amplos e complexos: as distintas formas de rotatividade do trabalho, o incremento avassalador da terceirização, as combinações de jornadas extras (hora-extra), banco de horas, dias extra de trabalho (fins de semana), à “jornada flexível”, aumentando para seis ou sete dias de trabalho na semana, com folgas alternadas ou mesmo retiradas – e também buscando aumentar a intensidade do trabalho com a nova maquinaria e transformações

tecnológicas. Os questionamentos a cada um dos direitos assegurados segundo as históricas lutas da classe, com as férias, décimo terceiro, alimentação, transporte etc., também são parte do aprofundamento da avalanche neoliberal, buscando aumentar as taxas de exploração (de mais-valia) seja no prolongamento da jornada, arrancando direitos ou aprofundando a intensidade do trabalho. Os processos objetivos naturalmente caminharam conjuntamente com a tentativa cada vez mais elaborada com esses processos de debilitação da organização sindical e as formas de resistência organizada dos trabalhadores.

A coordenação desse processo fica a cabo do capital financeiro, que articula a logística entre hiperprodutividade do trabalho qualificado no mundo do trabalho nas potências, ao mesmo tempo em que semiescraviza e explora até a última gota de sangue e de tempo dos trabalhadores nos países dependentes – ou dos imigrantes nos países do “centro”.

Esse aspecto abordaremos de maneira mais detalhada no próximo capítulo desta tese, quando trataremos dos efeitos da crise sobre o mundo do trabalho, momento em que poderemos resgatar mais detidamente o significado da restauração neoliberal.

2.4.2.3 O acirrar da política imperialista

Do ponto de vista da análise do neoliberalismo, é interessante notar a dimensão internacional da dinâmica do capital, pois, conforme vimos, a política da crise dos 1970, a guerra do Vietnã e os processos revolucionários que se abrem com o Maio de 1968 vão no sentido de questionar a hegemonia norte-americana e pareciam colocar em questão o próprio futuro do capitalismo. Ao capital internacional não restou alternativa a não ser *aumentar a aposta* contra os trabalhadores, com os governos desde os anos 1970 dispostos a uma política agressiva contra o mundo do trabalho tanto em seus próprios países quanto em nível internacional.

No que se refere à relação com os demais países dependentes e semicoloniais, a política norte-americana, bem como das demais potências, era mais intervencionista, com pressão para implementação das políticas monetárias e fiscais,

como as que descrevemos, até a própria cartilha neoliberal com o Consenso de Washington.

Assim, o “Estado mínimo” neoliberal só pode adquirir tal acepção se entendermos, ao menos, a imensa atuação dos governos contra as greves operárias e as mobilizações de massa, no plano nacional, e como uma intensa atuação imperialista no plano internacional, sobretudo para explorar o máximo possível a derrota subjetiva da classe trabalhadora com a restauração nos antigos Estados operários, mas também nos países dependentes, com a deslocalização da produção.

Conforme escreveram Gérard Duménil e Dumenique Lévy:

A ordem neoliberal internacional – conhecida como globalização neoliberal – foi imposta a todo o mundo, desde os principais países capitalistas do centro até os países menos desenvolvidos da periferia, geralmente ao custo de severas crises, como na Ásia e na América Latina durante as décadas de 1990 e 2000. Como em todos os estágios do imperialismo, os principais instrumentos dessas relações internacionais de poder, além da violência econômica direta, são a corrupção, a subversão e a guerra. E o principal instrumento político é sempre a instalação de um governo local pró-imperialista. A colaboração das elites do país dominado é fundamental, bem como, no capitalismo contemporâneo, a ação de instituições internacionais, como a Organização do Tratado Atlântico Norte (Otan), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Economicamente, o objetivo dessa dominação é a extração de “excedentes” pela imposição de preços baixos aos recursos naturais e investimentos no exterior, seja ele em bolsa ou o investimento externo direto (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 19).

Dessa maneira, pensar esse movimento em escala global, como aprofundamento das tendências mais avançadas da exploração capitalista após uma enorme ofensiva contra a classe trabalhadora entre os 1980 e 1990, é decisivo para a compreensão do neoliberalismo.

Nesse sentido, podemos dizer que o capitalismo em sua fase decadente, particularmente após a crise dos 1970, em que já não podia se basear em nenhum campo fértil para sua acumulação, combinou, a partir da hiperfinanceirização (com o capital financeiro como senhor da arquitetura internacional da produção capitalista), uma mudança global nas políticas monetárias e fiscais com peso dos governos em descarregar a crise dos 1970 nos trabalhadores e aumentar a concentração de renda nas elites, conjuntamente a desenvolver as formas mais brutais da exploração do ponto de vista da mais-valia relativa (as distintas novas formas, com o mais avançado

da tecnologia e dos métodos de administração capitalista), com a hiperexplosão de monopólios dominando todos os cantos do planeta e aprofundando formas de exploração da mais-valia absoluta, com degradação completa das condições de trabalho.

2.5 SINTOMAS DA EFERMIDADE

A crise de 2008 foi o verdadeiro golpe no modelo de acumulação neoliberal. No entanto, antes de agonizar no novo momento da década de 2010, o neoliberalismo já havia enfrentado importantes crises regionais de alcance internacional, como a crise asiática de 1997, a crise russa de 1998 e a crise argentina de 2000-2001, além da explosão da bolha das empresas de tecnologia, crise que se consagrou como “a crise das ponto.com”. O fundamental aqui para nós não será a análise detida dos processos, mas compreendê-los como parte dos sintomas da enfermidade que o capital internacional sofria desde a crise dos 1970 diante das suas respostas neoliberais.

O nosso argumento aqui vai no sentido de afastar interpretações unilaterais, seja na ênfase à desregulamentação financeira e à formação de ampla massa do capital fictício como explicação de toda a crise (do contrário, não se poderia entender a crise asiática de 1997, por exemplo), como a análise das taxas de lucro. Tais interpretações geram discussões intermináveis sobre os dados e, por essa mesma razão, não ajudam a compreender crises como a bolha ponto.com, em que uma massa de capital fictício se formou, num espaço muito pequeno de tempo, e, com isso, uma verdadeira farra especulativa a partir das projeções hipotéticas de crescimento do setor de internet.

O economista canadense David McNally (2008) busca traçar uma explicação para as raízes da crise afastando-se desses dois extremos – todo o peso na desregulamentação financeira ou na queda tendencial – já em dezembro de 2008, analisando os acontecimentos quentes da crise. Em elaboração semelhante, em 2009, o economista argumenta que a reestruturação do capital se baseou em uma ampla reconfiguração entre o capital e o trabalho, transcendendo a esfera financeira,

ainda que parta naturalmente de sua grande importância. Assim, ele explica que o central de seu argumento:

É central para o meu argumento afirmar que processos intensos de reestruturação capitalista através do período neoliberal criaram uma nova reconfiguração socio-espacial do capital e uma nova, desigual e volátil onda de expansão capitalista (e dirigiu processos centrais do fenômeno conhecido como 'globalização'). Através de uma dialética de reestruturação global que reconfigurou tanto o capital quanto o trabalho dentro e fora de seu núcleo, a economia mundial capitalista foi refeita decisivamente (MACNALLY, 2009, p. 47, tradução nossa).

McNally analisa a fase neoliberal a partir de uma nova onda de expansão do capital; para o autor, o que está em jogo não é questionar a expansão, mas entender o seu caráter “novo, desigual e volátil”. E tal volatilidade se relacionava, por suposto, às intenções hegemônicas dos EUA, que buscavam fortalecer com a exportação de capital os tigres asiáticos como uma parede para a expansão da influência geopolítica da Rússia ou da China (nos marcos da Guerra Fria), objetivo que se perde, ao menos dessa forma, com a restauração capitalista nos 1990.

Mas, no que se refere aos interesses propriamente econômicos dos Estados Unidos e a supremacia do capital financeiro nesse processo, há marcas de como se deu a mundialização do capital, seja na agressividade imperialista nos países dependentes (a crise asiática é uma grande marca disso), seja na hiperfinanceirização nos centros (com a bolha das ponto.com). Analisemos separadamente essas dimensões.

2.5.1 A crise asiática de 1997 e as economias dependentes

A crise asiática é bastante reveladora do entrelaçamento das determinações que permeiam a fase neoliberal e como vão se formando as crises. Aqui queremos tratar particularmente desse episódio porque ele é expressivo dos limites que a solução neoliberal de monetarismo, arrocho, reestruturação produtiva, hiperfinanceirização e agressividade imperialista foram suficientes para dar um fôlego ao capital, mas não para afastar as contradições mais de fundo, que não vieram

diretamente na crise internacional (como em 2008), mas em crises regionais. Isso não significa que se trata de uma fórmula da formação do capital fictício e das bolhas aplicável da mesma forma em cada parte do globo: na realidade, o caráter desigual e combinado da intervenção imperialista é justamente parte das contradições de uma forma de lidar com uma crise imensa em um amplo mercado mundial.

Quando olhamos para o problema das economias asiáticas, comprova-se que uma explicação unilateralmente “financista” do problema seria bastante insuficiente. Isso porque a intervenção imperialista na Ásia oriental não se baseava apenas em capitais fictícios, mas em grandes fluxos de investimento estrangeiro direto, que implicou na criação de imensos parques industriais, com dezenas de milhares de fábricas e milhões de trabalhadores. É o que argumenta McNally quando diz que:

A (...) razão para afirmar que gastos governamentais impulsionadores⁵² e criar créditos em si mesmo não faria possível ao capitalismo evitar uma crise generalizada capitalista por um quarto de século é tanto lógica quanto empírica. É inconcebível que o massivo IED [investimento estrangeiro direto] em direção à Ásia oriental, as novas zonas industriais com dezenas de milhares de fábricas e milhões de trabalhadores, o imenso crescimento no tamanho da classe trabalhadora mundial poderiam todos serem gerados simplesmente pela criação de crédito de bancos centrais. Criação de crédito pode frequentemente estender um boom, como eu acredito que acontece desde 1997, mas não pode sozinha criar um quarto de século de expansão secular. (MCNALLY, 2009, p. 54, tradução nossa).

Na verdade, a trepidação de 1997 se manifestou particularmente entre os chamados “novos tigres asiáticos”, dentre os quais estão Malásia, Tailândia, Indonésia, Filipinas e também a Coreia do Sul. Foi uma crise com efeitos catastróficos para esses países e alcançou o mundo inteiro em seus impactos.

Harvey (2008) descreve do seguinte modo:

⁵² No original “*pump-priming*”. Segundo texto da revista *exame*, “Prime the pump”: a expressão em inglês se refere ao processo necessário em bombas d’água antigas, de colocar uma dose inicial de água para disparar o mecanismo. É uma metáfora usada desde os anos 30 por economistas para ilustrar como o estímulo fiscal do governo pode movimentar uma economia em depressão. A tese foi estruturada pelo economista britânico John Maynard Keynes e colocada em prática após a Grande Depressão americana que estourou com a crise de 1929” (João Pedro Caleiro, Revista Exame, 12/maio/2017)

A segunda onda de crises financeiras, de caráter mais amplo, começou na Tailândia em 1997, com a desvalorização da moeda local, o *thai baht*, na esteira do colapso do mercado imobiliário especulativo. A crise contaminou primeiro a Indonésia, a Malásia e as Filipinas e depois alcançou Hong Kong, Taiwan, Cingapura e a Coreia do Sul. A Estônia e a Rússia foram duramente atingidas e pouco depois o Brasil desabou, com fortes consequências para a Argentina. Mesmo a Austrália, a Nova Zelândia e a Turquia foram afetadas. Só os Estados Unidos pareciam imunes, mas mesmo lá um fundo de derivativos, o Long Term Capital Management (cujos principais conselheiros eram dois laureados pelo Nobel em economia), que tinha apostado errado nas variações da moeda italiana, teve de ser resgatado com nada menos de 3,5 bilhões de dólares.

Partindo do argumento de McNally, que observa a expansão “efetiva” de capital no leste asiático, devemos observar também que essa expansão se deu em bases completamente frágeis, como também argumenta McNally, em que os tigres asiáticos, e em particular os “novos tigres”, foram parte desses nichos em que a crise de sobreacumulação foi “resolvida” com enormes e desenfreados fluxos de capital que tinham como base o fato de que essas economias desregulamentaram completamente suas legislações e permitiram a farra do capital financeiro. O que queremos dizer com isso é que a desregulamentação financeira, no caso dos países dependentes, deu-se no sentido de abrir a porta para a exportação de capital, incluindo investimentos “produtivos”, mas completamente atrelados às economias das potências. Assim, permitiam-se crescimentos extraordinários nas economias (a imagem de “tigres” e “novos tigres” asiáticos), encontravam-se nichos para escoar a sobreacumulação de capitais, mas atrelando as economias desses “tigres” ao dólar, de modo que condicionavam completamente seu crescimento às vontades do capital.

O importante aqui é perceber que também o “fetichismo produtivo” keynesiano sem uma resposta anti-imperialista pode se tornar uma forma ainda mais agressiva de dominação, afinal, os imensos fluxos de investimento estrangeiro direto com a formação de um parque industrial imenso na Ásia oriental, criando um espaço industrial, na lógica da acumulação deslocalizada, nada mais fizeram que tornar essas economias altamente dependentes e controladas pelo capital norte-americano. Nesse caso, o desenvolvimento industrial nada tem a ver com o fortalecimento da soberania desses países e nem ia na contramão da onda hiperfinanceirizante neoliberal, mas, na verdade, baseava-se nela para ampliar a subordinação ao capital imperialista.

Robert Brenner, em 2001, escreveu a obra *O boom e a bolha*, que sem dúvida é uma referência para compreender esse período do final dos 1990. Brenner explica mais detalhadamente esses mecanismos e como foi a dinâmica dos fluxos de capital nas economias do Leste Asiático:

De sua parte, as economias do Leste Asiático, com as notáveis exceções de Taiwan e Cingapura (e a China), tinham desde o final dos anos 1980 desregulamentado os seus mercados financeiros a fim de facilitar não só a entrada como saída de capital, e afixado as amarras de suas moedas ao dólar para propiciar a estabilidade cambial [...]. Fluxos abundantes de capital de curto prazo à região de fato materializaram-se bastante inchados pela grande expansão da liquidez internacional durante o período (BRENNER, 2003, p. 218-219).

O interessante do argumento de Brenner é que ele aborda a questão partindo da hegemonia norte-americana e ligando-a a um duplo movimento: esses fluxos de capitais nos países dependentes (e semicoloniais) em paralelo à política norte-americana para debilitar o Japão como parte do processo. Trata-se, portanto, de uma política integrada, que tinha a ver com hipervalorizar a moeda japonesa e obrigar aos investimentos se voltarem para os países ao redor.

O economista norte-americano parte do significado dos Acordos de Plaza de 1985, em que o G-5 (EUA, Alemanha, França, Inglaterra e Japão) se comprometeu à desvalorização do dólar com políticas monetárias, levando também à valorização do iene (moeda japonesa) – o mesmo em relação ao marco alemão, mas com outros resultados relacionadas ao contexto europeu. As consequências dessa política é de que os

fabricantes japoneses tinham [...] respondido ao iene desenfreado em parte realocando a produção para o Leste Asiático, onde não só os salários eram muito mais baixos comparados a qualificação da mão-de-obra, mas também as moedas estavam amarradas ao dólar e, portanto, tendiam a cair conforme o iene subia (BRENNER, 2003, p. 217).

O leste asiático então era irradiado com amplos volumes de crédito e, particularmente, o caso do Japão foi expressivo: o investimento direto anual do setor manufatureiro japonês no Leste Asiático quase triplicou de 2,9 bilhões de para 8,1

bilhões de dólares, e os exportadores japoneses supriram a região com quantidades vastamente aumentadas de capital e de bens intermediários, subindo a cota de exportações japonesas para o Leste Asiático em 40-50% no mesmo curto período (BRENNER, 2003, p. 218).

Esse foi parte do primeiro ciclo que gerou a explosão dos tigres asiáticos. No entanto, a partir de 1995, a configuração na região muda particularmente com o chamado “Acordo de Plaza invertido”, que faz com que o dólar se revalorizasse e o iene se desvalorizasse. Tratava-se de um momento em que a restauração do capitalismo na China (que ia se consolidando como nova fábrica do mundo) entrava diretamente na equação, com consequências nefastas para as economias dos novos tigres asiáticos na medida em que o sentido dos investimentos japoneses se reverteu, as amplas dívidas lastreadas em dólar na região tornam-se impagáveis e o crédito se enxugou. Acostumados a rolar as dívidas e navegar no mar de crédito fácil, os países do Leste Asiático se veem numa situação desesperadora. Um dos marcos dessa crise estaria na Tailândia, quando o governo decide tornar, nesse contexto de desespero, o câmbio flutuante, desatrelando o bath (moeda tailandesa) do dólar, depois de tentativas exaustivas de manter o lastro com o dólar ao ver a fuga de capitais enorme afetar o país, gerando apenas enormes dívidas externas, diminuição da importação, quebra das empresas.

Assim, a composição entre a expansão avassaladora de capitais, de um lado, trazendo consigo a enxurrada de fluxos de capitais oriundos da crise de sobreacumulação, implicando em uma desregulamentação explosiva do sistema financeiro e uma política econômica de incentivo para o Japão aos investimentos e, depois, o enxugamento abrupto dos capitais, estão entre os fatores determinantes para a crise asiática e a virulência com a qual ela se deu, impactando o sistema financeiro internacional.

Do ponto de vista dos países dependentes, a desregulamentação ia servindo para os Estados Unidos manterem sua hegemonia na região (desde a Guerra Fria, em oposição ao bloco soviético) com imensos fluxos de capitais, investimentos, em suma, exportações de capitais que iam no sentido de ampliar a dependência dos países, por um lado, e, por outro, uma forma de dar vazão à crise de sobreacumulação. No entanto, quando a situação geopolítica muda com as restaurações capitalistas (Rússia e China) e a economia começa a mudar em meados

dos anos 90, expressos no estourar da crise mexicana em 1995 ao mesmo tempo em que EUA, Japão e Alemanha decidiam valorizar o dólar e os juros americanos começavam a aumentar, os fluxos de capitais vão mudar de orientação, passando do mundo asiático para o centro financeiro, o mercado de ações, particularmente norte-americano, mas também europeu, como na *City of London*. Nesse caminho, a formação da bolha no mercado de ações era algo esperado e previsível, a despeito de o mercado financeiro ignorar qualquer alerta de crise em sua sede de valorização, conforme foi a bolha da internet.

2.5.2 A bolha ponto.com

After the boom, the bubble. Depois do *boom* neoliberal dos anos 1990, a primeira crise de dimensão internacional foi justamente a crise asiática, seguida de crises de economias emergentes como a Rússia, o Brasil, depois, mais intensamente, a Argentina. Mas a bolha financeira expressou-se mais decisivamente no interior das potências a partir de uma grande transformação tecnológica que vinha acontecendo ao longo dos anos de 1990 e que atingiu seu ápice no final da década.

Partindo da crise de superprodução e particularmente da sobreacumulação em nível internacional, que vinha sendo postergada na industrialização dos tigres asiáticos, mas particularmente nos novos mercados com a restauração do capitalismo na Rússia e na China, em algum momento, a busca desesperada por nichos de valorização do capital iria se expressar com muita intensidade; ou seja, o respiro que a exportação de capital para a China e a Rússia, bem como para os tigres asiáticos, forneceu ao capitalismo foi grande, retomou as taxas de lucro e é um dos fatores do *boom* neoliberal – a crise de sobreacumulação, porém, não poderia “resolver”.

Conforme pontuamos, Brenner localiza como ponto de inflexão da situação asiática os Acordos de Plaza invertidos, na medida em que implicava em um grande fluxo de capitais para fora dos tigres. Acontece que esse fluxo não saiu sem buscar novos nichos de valorização, ainda que fossem virtuais, e daqui a formação da bolha na economia americana. Os aumentos na taxa de juros dos Estados Unidos, de um lado, e as promessas da “nova economia da internet”, por outro, estão na raiz dessa

realização virtual do capital e do montante avassalador de capital fictício criado que irá rapidamente se expressar na crise das *ponto.com*. Conforme escreve Brenner:

[As medidas do “Acordo de Plaza invertido”] não apenas começaram a cultura do dólar para cima, aumentando, portanto, a valorização dos ativos americanos (inclusive as ações), para os investidores voltados ao investimento internacional. Também libertaram uma enchente de recursos vindos do Japão, do Leste Asiático e do estrangeiro mais em geral para os mercados financeiros americanos, o que marcadamente acalmou as taxas de juros e abriu o caminho para um poderoso aumento na tomada corporativa de empréstimos para financiamento das compras de ações nos mercados de valores (BRENNER, 2003, p. 200).

Daqui que as condições da passagem do *boom* à bolha estavam colocadas, e essa é uma parte fundamental da explicação do processo que vai se expressar em crises nos países dependentes e, com o afluxo de capitais para o centro, a crise nas potências. Trata-se de um processo inverso ao que ocorrerá na crise de 2008, pois essa especulação se desloca das empresas de internet e passa ao mercado imobiliário, levando à crise. Com isso, um importante fluxo de capitais escoia para os emergentes, constituindo-se, portanto, em sua dinâmica, em uma crise do centro à periferia.

As novas tecnologias e as promessas de transformação da dinâmica capitalista foram a chave de onde concentrar o dinheiro e promover outra bolha. A “nova economia” que surgia com as empresas de tecnologia, com valorizações incomensuráveis na bolsa de valores dessas empresas, o crescimento abrupto de novos monopólios que por serem muito recentes alcançavam o nível de maiores empresas das potências, em resumo, uma farra de especulação e fetichismo do dinheiro, esteve na base da crise das *ponto.com*. Algumas narrações do período⁵³ afirmam que *startups* muito iniciais, que levavam o “dot.com” em seus nomes, recebiam volumes de dinheiro em ações sem paralelos.

A “nova economia” da internet aparecia, portanto, como a superação prática da lei do valor, ou seja, como a consumação do mais íntimo desejo burguês na dinâmica econômica: o fetiche de transformar Dinheiro em Dinheiro, a célebre fórmula D-D, sem intermediação do trabalho humano.

⁵³ Como no documentário “Startup.com”.

Naturalmente, não é de *fetichismo das mercadorias ou do dinheiro* que se cria um crescimento econômico com alguma estabilidade para o capital, ao contrário, nessa lógica, criou-se uma poderosa bolha que terminou em um derretimento de montantes gigantescos em perdas. Mas essa bolha não podia ser prevista? Não alertou desde 1996 o cérebro do Federal Reserve Alan Grespan e outros vários economistas do *mainstream*?

Essa questão é abordada por Andrew Kliman que explica o fetichismo da “nova economia” da internet como algo que parecia desvincular a economia das leis do valor:

Em retrospectiva, pode parecer surpreendente que a corrida para cima dos preços de casas não foi amplamente identificada na época formando a bolha. Mas é o caso com toda bolha, e bolhas são extremamente comuns. Nos anos 90, pessoas se permitiram acreditar que os preços das ações cresceriam indefinidamente, porque a informação tecnológica, a Internet e a emergência das empresas “ponto-com” teria criado “a nova economia”, na qual as leis indigestas da velha economia que governou o capitalismo no passado teriam sido abolidas (KLIMAN, 2011, p. 39, tradução nossa).

Assim, pode-se ver como os limites da crise de acumulação fizeram retornar aos mercados financeiros norte-americanos a massa de capitais, depois de importantes crises nas economias dependentes (México em 1995, Leste Asiático em 1997, Rússia e Brasil em 1998 e Argentina em 2000-1), terminando por enriquecer a bolha da internet na busca do famoso D-D, e em seguida com a hiperespeculação no mercado imobiliário de hipotecas.

Nosso objetivo aqui não é o de esgotar a história da crise asiática ou a bolha das ponto.com nos anos 2000, mas apenas remarcá-las como duas importantes crises que antecederam os acontecimentos de 2008 e que já indicavam os sintomas da doença que levaria à bancarrota da Lehman Brothers e seus efeitos no capitalismo pós-2008.

Notas de fim

Michel Husson, “La crise aurait pu éclater à un point ou à un autre de cette configuration néolibérale. Qu’elle se soit déclenchée dans la sphère financière n’implique donc pas qu’elle soit exclusivement financière. Il s’agit plutôt d’une crise systémique, une crise de l’ensemble des dispositifs mis en place pour réussir à restaurer le taux de profit, une crise des solutions à la crise précédente.”

Leon Trotsky, “Es verdade que teoricamente no se puede excluir la posibilidad de un nuevo período de progreso capitalista general en los países más avanzados, dominadores y líderes. Pero para eso el capitalismo tendría que saltar previamente inmensas barreras en el dominio de las clases y en el de las relaciones entre Estados: aplastar por un largo tiempo la revolución proletaria, reducir definitivamente a China a la esclavitud, derribar la República de los Soviets, etc”

Andrew Kliman, “as a popular saying goes, blaming the crisis on greed is like blaming an airplane crash on gravity. Gravity is always there, but airplanes do not always crash”

Andrew Kliman, “The rate of profit— that is, profit as a percentage of the amount of money invested— has a persistent tendency to fall. However, this tendency is reversed by what John Fullarton, Karl Marx, and others have called the “destruction of capital” — losses caused by declining values of financial and physical capital assets or the destruction of the physical assets themselves”

Andrew Kliman, “Paradoxically, these processes also restore profitability and thereby set the stage for a new boom, such as the boom that followed the Great Depression and World War II. During the global economic slumps of the mid-1970s and early 1980s, however, much less capital value was destroyed than had been destroyed during the Depression and the following World War. The difference is largely a consequence of economic policy. The amount of capital value that was destroyed during the Depression was far greater than advocates of laissez-faire policies had expected, and the persistence of severely depressed conditions led to significant radicalization of working people. Policymakers have not wanted this to happen again, so they now intervene with monetary and fiscal policies in order to prevent the full-scale destruction of capital value. This explains why subsequent downturns in the economy have not been nearly as severe as the Depression. But since so much less capital value was destroyed during the 1970s and early 1980s than was destroyed in the 1930s and early 1940s, the decline in the rate of profit was not reversed. And because it was not reversed, profitability remained at too low a level to sustain a new boom.”

Robert Brenner, “What happened was that, one-after-another, new manufacturing power entered the world market -- Germany and Japan, the Northeast Asian NICs (Newly Industrializing Countries), the southeast Asian Tigers, and, finally, the Chinese Leviathan. These later-developing economies produced the same goods that were already being produced by the earlier developers, only cheaper. The result was too much supply compared to demand in one industry after another, and this forced down prices and, in that way, profits. The corporations that experienced the squeeze on their profits did not, moreover, meekly leave their industries. They tried to hold their place by falling back on their capacity for innovation, speeding up investment in new technologies. But, of course, this only made overcapacity worse.”

Andrew Kliman, “it has led to significant destruction of capital value during the last few decades. Since the destruction of capital value is an indicator of economic weakness that nonetheless boosts profitability, weakness resulting from technical progress has been even more significant than the decline in the measured rate of profit would suggest. My estimates indicate that, once we control for the boost to profitability that results from depreciation due to obsolescence, the fall in the rate of profit during the last few decades becomes substantially greater, and large portions of the increases in the rate of profit during the bubbles of the 1990s and 2000 are eliminated”

Karl Marx, “in addition to the material wear and tear, a machine also undergoes what we might call a moral depreciation. It loses exchange-value, either because machines of the same sort are being produced more cheaply than it was, or because better machines are entering into competition with it”

Michel Husson, “L’analyse de la crise actuelle doit effectivement partir de l’évolution du taux de profit. Après les récessions généralisées de 1974-1975 et de 1980-1982, une nouvelle phase s’est ouverte dans le fonctionnement du capitalisme que l’on peut qualifier par commodité de néolibérale. Le début des années 80 correspond à un véritable tournant qui enclenche une tendance fondamentale à la hausse du taux d’exploitation qui conduit à une élévation continue du taux de profit. Pour un marxiste habitué à la baisse tendancielle du taux de profit, ce renversement de tendance peut être troublant. On peut certes tenter d’échapper à cette difficulté en cherchant à montrer que le taux de profit, correctement mesuré, aurait malgré tout tendance à baisser. Mais ces tentatives ne sont pas théoriquement fondées et, sans avoir ici le temps de le montrer en détail, je pense que l’exposé traditionnel de la baisse tendancielle est erronée”

Paula Bach, “si bien reconoce como factor de fundamental importancia para dar comienzo a lo que nosotros definimos como crisis de la acumulación capitalista el quiebre del orden monetario de Bretton Woods, resalta del mismo especialmente su aspecto económico subvaluando las consecuencias políticas y por ello no define como característica esencial del fin del boom, el principio de la crisis de la hegemonía norteamericana y el renacimiento de las disputas interimperialistas en el marco del fortalecimiento al que habían llegado los imperialismos” competidores, Alemania y Japón”

Joseph Stiglitz, “Al referirme al Consenso de Washington, por supuesto me refiero a la presentación excesivamente simplificada de las recomendaciones de los organismos financieros internacionales y del Tesoro de los Estados Unidos, especialmente durante el período de la década de los ochenta y principios de los noventa, antes de que se convirtieran en objeto de vilificación tanto en el Norte como en el Sur, y no al trabajo más sutil de John Williamson, que fue quien realmente acuñó la denominación. Sea cual fuere su contenido e intención originales, alrededor del mundo y en la mente de la mayoría de las personas, el término ha pasado a ser tomado como referencia a las estrategias de desarrollo centradas en las privatizaciones, la liberalización y la macroestabilidad (principalmente la estabilidad de precios); un conjunto de políticas predicadas en base a una gran fe (más fuerte de lo justificable) en los mercados libres de restricciones y encaminadas a reducir, incluso al mínimo, el rol del gobierno”

Michel Husson, “Si bien el índice de ganancia y las tasas de acumulación evolucionaron paralelamente hasta el inicio de los años 1980, después comenzaron a divergir. La separación entre las dos curvas (...) mide el aumento de la fracción no acumulada de la plusvalía, que constituye un buen indicador de financiarización”

David McNally, “is the claim that intense processes of capitalist restructuring throughout the neoliberal period created a new social-spatial reconfiguration of capital and a new, uneven and volatile wave of capitalist expansion (and drove key processes of the phenomenon known as ‘globalisation’). Through a dialectic of global restructuring that has reconfigured labour and capital both within and outside the core, the world-capitalist economy has been decisively remade”

David McNally, “[the] reason for claiming that pump-priming and credit-creation alone could not have enabled capitalism to avoid a generalised capitalist crisis for a quarter-century is both a logical and empirical one. It is inconceivable that the massive FDI flows into East Asia, the new industrial zones with tens of thousands of factories and millions of workers, the huge increases in the size of the world working class, could all have been generated simply by central banks creating credit. Credit-creation can frequently extend a boom, as I believe it did after 1997, but it cannot on its own create a quarter-century of secular expansion”

Andrew Kliman, “In retrospect, it may seem surprising that the run-up of home prices was not generally recognized at the time to be a bubble. But that is the case with every bubble, and bubbles are fairly common. In the 1990s, people allowed themselves to believe that stock prices would keep increasing indefinitely, because information technology, the Internet, and the emerging “dot-com” companies had created “the new economy,” in which the stodgy old economic laws that governed capitalism in the past had been abolished”

3 REESTRUTURAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO E RESISTÊNCIA

Neste capítulo, buscaremos indicar algumas das principais transformações causadas pelos impactos da crise no mundo do trabalho – em especial o processo em curso de reestruturação produtiva – e nos ater a algumas das experiências de resistência aos planos de austeridade. Nesse sentido, buscaremos compreender, agora tomando-se por base a classe trabalhadora, a evolução da dinâmica internacional do capitalismo pós-crise.

Começamos por introduzir os debates a partir da teoria do valor e sua atualidade, em oposição a um conjunto de teorias da era “pós-industrial”, “informacional”, “comunicacional”, as quais ficaram bem questionadas com a crise, visto que os debates sobre o mundo do trabalho recobram grande força, particularmente pela necessidade do capital de se reestruturar novamente no sentido de aumentar suas taxas de lucro e aplicar seus planos de austeridade⁵⁴. Em seguida, adentraremos em alguns dos debates sobre o que é o novo proletariado hoje, relacionando as reflexões sobre a teoria do valor com as metamorfoses práticas no mundo do trabalho, sobretudo a ampliação do setor de serviços e um “novo proletariado” no contexto da crise. Depois, buscaremos traçar alguns apontamentos para a pergunta de se estamos vivendo uma nova reestruturação produtiva nessa década. Por fim, abordaremos alguns exemplos de lutas destacáveis, tratando brevemente de alguns exemplos como o de Grécia, Espanha, França, Brasil e os novos setores de serviços, particularmente, nos Estados Unidos, para entender as formas de resistência operária no contexto de crise.

⁵⁴ Ainda que, com a estabilização parcial do capitalismo em escala internacional, essas teorias voltam a ganhar força, sobretudo com os novos debates ao redor das tecnologias como 5G, internet das coisas etc.

3.1 O PROLETARIADO HOJE: A INTRODUÇÃO AO DEBATE

Friedrich Engels (2004) disse, certa vez, que a história da humanidade sempre tendeu a colocar as ideias como criadoras do mundo, e as formas materiais como reflexo dessas ideias. Em outras palavras, na história do desenvolvimento humano, a matéria *aparece* sempre correndo atrás da *ideia*, e o trabalho humano correndo atrás da consciência. Daqui que a teoria do valor de Karl Marx tenha sido uma das maiores reviravoltas teóricas, no sentido de desfazer a proposição segundo a qual a *Ideia* surge como demiurgo do mundo, conferindo, ao contrário, centralidade ao *trabalho humano*, numa teoria exposta em sua plenitude há 150 anos em *O capital* e que mantém uma incrível força.

Chega a ser um tanto irônico, portanto, que teorias do século XXI queiram conferir à *tecnologia*, à *informação* e à *ciência* formas ideológicas de superação da teoria do valor, ou seja, que de novo o trabalho não é mais o determinante na dinâmica da sociabilidade humana, mas alguma forma cultural. No espírito do que pensava Jean Paul Sartre, tendo em vista a teoria pós-moderna e formas correlatas de negação do materialismo histórico da atualidade, sempre se oferece uma “nova” ideia superadora do marxismo, mas reproduzindo outra bastante antiga⁵⁵.

Esse problema nos faz remeter à categoria de *fetichismo*⁵⁶, uma das mais importantes da teoria do valor. Desde um de seus primeiros (senão o primeiro) texto propriamente “marxista”, sua *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*, Marx escrevia sobre os *Fetish Diener* [servo do fetiche], e utilizou essa categoria em outras obras até consagrar um tópico sobre o “fetichismo: seu segredo”, na abertura de sua obra máxima de 1867.

O fato é que Marx escolheu utilizar a analogia com a religião para explicar o fetichismo da mercadoria. Aqui como ali, o ser humano é o criador, e o fetiche ou a expressão religiosa é a criatura; o fetiche consiste em que, tão logo a criatura tenha nascido, ela começa a reger o destino, a fortuna e o azar dos seres humanos – dando

⁵⁵ “Com frequência tenho observado o seguinte: um argumento “antimarxista” não passa do rejuvenescimento aparente de uma ideia pré-marxista. Uma pretensa “superação” do marxismo limitar-se-á, na pior das hipóteses, a um retorno ao pré-marxismo e, na melhor, à redescoberta de um pensamento já contido na filosofia que se acreditou superar (SARTRE, 2002, p. 21).

⁵⁶ Existe uma longa discussão sobre a origem do termo. Entre outras fontes, uma das mais atuais talvez seja o filme “O Capital” de Alexander Kluge, no qual vários especialistas acadêmicos dissertam sobre o tema em entrevistas.

a impressão de ser a verdadeira razão das coisas. O criador, então, curva-se diante de sua própria criatura e começa a reger sua ação baseando-se nos preceitos que lhe são expostos – seja pelo código religioso, seja pela dinâmica das mercadorias. A humanidade criou um Deus, mas tem a sensação de que Deus a criou e a ele deve servir; como no fetichismo, em que os homens e mulheres criam as mercadorias, mas se rendem de modo incontrolável aos ditames que seu fetichismo lhes impõe.

Portanto, podemos dizer que as novas teorias pós-modernas têm algo de “fetichismo” (no sentido marxista do termo), afinal, se olharmos para a ciência, a tecnologia e a informação, em todas as suas variantes de maior ou menor complexidade, iremos perceber que são produto do desenvolvimento do *trabalho humano*, ainda que seja imaterial, intelectual, científico. O fetiche é acreditar que o trabalho de um cientista em uma nova máquina para aumentar a produtividade na empresa, os engenheiros para desenvolver o projeto, os desenvolvedores e, por fim, o trabalho dos metalúrgicos em fazer a máquina e os trabalhadores do transporte em fazê-la chegar em um novo galpão da fábrica, enfim, é acreditar que toda a complexa dinâmica das *cadeias de valor* até o produto final esvai-se, esfumaça ou desmancha no ar, some como um coelho escondido na cartola, restando somente a dimensão “virtual” final, isolada de todo o complexo do trabalho humano até o produto final. O sociólogo do capital do século XXI olha para o resultado final, a fábrica robotizada, e em devaneio adivinha que o trabalho morreu e agora vivemos os tempos da ciência e da tecnologia, da sociedade informacional. São uma espécie de – para usar a expressão de Marx – “servos do fetiche”.

Por isso voltamos a Marx, mas não para reafirmar apenas as linhas escritas, mas para redimensionar seus textos à luz da atualidade. Como disse Wagner, no Fausto de Goethe:

Perdão, mas é um prazer, deveras
Entrar no Espírito das eras,
Ver como já pensou um sábio antes de nós,
E a que sublimes fins tens chegado após
(GOETHE, 2004, p. 79).

Ou seja, a grande reafirmação da teoria do valor no mundo contemporâneo, contra toda a especulação pós-moderna que enxerga uma sociedade superadora da teoria do valor – naturalmente fingindo não perceber a força do proletariado, especialmente na periferia do capitalismo – só pode se dar visando a ampliação, complexificação e abrangência das teses de Marx à luz das sociedades do século XXI. Encontrar os “sublimes fins que temos chegado após” o sábio fundador do socialismo científico.

E quais as reais questões que estão se colocando para o trabalho e a teoria do valor na década pós-Lehman Brothers? Sem dúvida, um dos temas fundamentais está na transformação da morfologia da classe trabalhadora, com a combinação dos imensos parques industriais no mundo ainda existentes, formas ultradinâmicas da realização comercial, a dinâmica do setor de transporte e a ascensão meteórica do setor de serviços. Naturalmente, essa questão desemboca em um debate de estratégia, pois se acreditamos ter todas as condições para defender a força social absoluta e relativa da classe trabalhadora nas modernas sociedades, é claro que com a transformação em sua *forma*, os novos setores produtivos e improdutivos existentes implicarão em uma combinação particular, ou seja, potencialmente modificarão a “cara” da revolução proletária no século XXI.

No caminho da pesquisa científica para esse problema, devemos saber que nos circunscrevemos entre dois limites: por um lado, um dogmatismo *obreirista*, que imagina o proletariado apenas como aquele que produz objetos materiais – uma descrição do proletariado que Marx nunca fez, mas pode ser objeto de um dado marxismo dogmático e vulgar; de outro lado, o esfacelamento dos trabalhadores como classe e a desconfiguração dos complexos industriais, como parte de pensar a dinâmica do trabalho produtivo e a importância estratégica da indústria, em particular, e dos trabalhadores, em geral (incluindo setores de serviços, comércio, transportes e distintas esferas improdutivas). A nova “cara” da revolução é, portanto, *operária*, mas em sua completude e multiplicidade de formas que abrange o mundo do trabalho hoje, da indústria de transformação até as formas mais virtuais, intelectuais e criativas de trabalho no mundo dos *softwares*.

Faz-se mister levar em conta e investigar as metamorfoses no mundo do trabalho do final do século XIX e começo do XX para pensar a dinâmica do trabalho e suas resistências ao capital em nossos dias. Para dar um exemplo, a concentração

operário-industrial no começo de 1917 em Petrogrado (atual São Petersburgo) era “pequena”, com um total de 392.800 operários (VELEZ, 1986), mas altamente concentrados. Em alguns bairros como Vyborg existia uma maioria esmagadora de operários fabris.

Se tomarmos o percentual relativo de operários fabris como parte do percentual total de trabalhadores em cidades como Petrogrado, por exemplo, e compararmos com as concentrações operárias nas grandes potências hoje, poder-se-ia concluir que existe hoje nas grandes cidades uma diminuição do número de operários fabris, já que ter 30% em uma cidade de trabalhadores industriais já indicaria um número alto de trabalhadores nesse setor, e se pensarmos as cidades como Nova York, Berlim ou Tóquio, é claro que a concentração industrial (clássica) é menor.

Nesse ponto é preciso desfazer duas armadilhas teóricas dessa abordagem: em primeiro lugar, em termos relativos, deve-se levar em consideração o enorme crescimento ao longo de um século do proletariado não industrial, particularmente do setor de serviços, que frequentemente é qualificado pela literatura sociológica por meio de outras categorias – ou seja, dão ênfase à redução do proletariado “clássico” (aquele com capacete de construção ou de fábrica), enquanto dissociam uma parcela expressiva dos setores não industriais do conjunto da classe trabalhadora. Isso cria a imagem de cidades com uma importante porcentagem da pequena-burguesia e da “classe média”, dando a impressão de um peso relativo menor da classe trabalhadora ou, no auge do devaneio acadêmico, de que a classe trabalhadora haveria acabado.

Porém, mesmo a parcela daqueles que não se simpatizam com a ideia de que o proletariado estaria acabando, ainda se inclina à ideia de que o setor industrial hoje é menor que do início do século XX. Entretanto, se observarmos sob o prisma do número absoluto de trabalhadores e tomado como força de trabalho internacional no interior da economia mundial, a massa fabril ainda mantém uma força incontestável: toda a revolução tecnológica e a reestruturação produtiva foram combinadas com transformações na divisão internacional do trabalho de forma a criar nichos de enorme robotização e automação do trabalho, mas também mantendo polos industriais gigantescos e mesmo concentrados em alguns países. Para darmos apenas um dado gráfico, a classe trabalhadora mais forte no mundo hoje é a chinesa e, segundo dados

do *China Statistical Yearbook*⁵⁷ e do site Statista.com⁵⁸, em 2015, o número da população economicamente ativa naquele país estava entre 729 e 774 milhões de trabalhadores, dos quais, nas duas fontes, 29,3% era de trabalhadores fabris. Isto quer dizer que, na China, hoje, pelo menos 220 milhões de trabalhadores estão alocados nas estatísticas da “indústria”, uma massa proletária que no século XIX e mesmo no começo do século XX não se poderia imaginar. Apenas a título de comparação, Smith (1983) aponta que em 1917 a Rússia tinha 3,4 milhões de operários industriais, diante de uma população imensa para a época de 182 milhões de habitantes. Hoje, falamos em mais de 200 milhões de trabalhadores fabris na China, uma massa proletária absoluta ao menos 50 vezes maior que todo o proletariado da Rússia na revolução socialista de 1917.

A questão metodológica aqui, portanto, é observar o tema do mundo do trabalho hoje sob um olhar internacional. Com a mundialização do capital e as formas mais agressivas de imperialismo, hegemonia do capital financeiro, concentração de capital e oligopólios, não existe ângulo econômico que sobreviva sem se ater à dinâmica desigual e combinada da economia mundial. A chamada divisão internacional do trabalho busca, portanto, dar conta desse processo internacional da produção e da reprodução do capital na atualidade.

O aspecto *desigual*, mesmo na mais formalista fotografia das economias do mundo, é claramente perceptível – a mais estrondosa riqueza e a mais bárbara miséria econômica convivendo juntas no mapa do capitalismo global.

O que nem sempre é compreensível à primeira vista é o aspecto *combinado*. Em primeiro lugar, com as transnacionais (e as potências imperialistas) usurpando as riquezas do trabalho na periferia do capitalismo. Mas, no fundamental do que queremos trabalhar aqui, é preciso perceber também que as mais importantes inovações de *softwares* e da computação, da robótica, da inteligência artificial, da internet das coisas, aplicadas às fábricas aumentando enormemente a produtividade, não podem ser dissociadas de uma massa enorme de trabalho, em geral, localizada no “sul do mundo” (mas também em menor escala até mesmo nas potências, em especial com a imigração), que fornece todos os subsídios para a “revolução

⁵⁷ Os dados podem ser conferidos em: <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2016/indexeh.htm>

⁵⁸ Cf.: <https://www.statista.com/statistics/252848/economically-active-population-vs-number-of-employed-persons-in-china/>

tecnológica”, seja na extração de minérios que farão o celular, nos materiais que comporão as placas dos computadores, a montagem dos aparelhos, enfim, uma imensa massa operária submetida aos mais altos graus da exploração capitalista, escondidas no “fetiche” dos aparelhos tecnológicos de última geração. Parafraseando Balzac, os *esplendores* da tecnologia no centro contrastam com as *misérias* da exploração na periferia do capitalismo.

O fato é que, por mais que a apologética do capital tenha buscado de todas as formas ocultar e desconfigurar os trabalhadores como classe e o lugar do trabalho na sociabilidade humana, a potencialidade do trabalho deve ser encontrada em suas formas mais tradicionais de trabalho material até as dimensões mais abstratas do trabalho intelectual, criativo, imaterial. Observar a importância objetiva e estratégica do proletariado fabril, no entanto, não nos deve fazer perder de vista as novas transformações do mundo do trabalho.

Retornando a Marx, entre as distintas definições de classe trabalhadora que escreveu, uma das mais “fechadas” é a que oferece na segunda metade do Livro I, quando escreve que:

Por ‘proletário’ deve-se entender, do ponto de vista econômico, o assalariado que produz e valoriza o capital e é posto na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização do ‘monsieur capital’, como Pecqueur denomina esse personagem (MARX, 2013, p. 690).

Essa é, pois, a acepção mais clássica do conceito de classe, que ao nosso entender mantém seus fundamentos em toda a atualidade. No entanto, é mais que evidente que mais de um século e meio depois dessas teorizações, a morfologia da classe se alterou, e é preciso entender essas alterações como parte da compreensão da complexidade desta classe e os fundamentos que a mantém objetivamente como “sujeito da revolução”. Consideramos essa pesquisa fundamental para adentrarmos às transformações específicas do proletariado no interior da crise econômica.

Atualizando esse debate, para trabalhar como uma definição que tomamos como ponto de partida para pensar de forma abrangente o mundo do trabalho hoje, retomamos a definição de Ricardo Antunes, quando este aponta que:

Considerando, portanto, que todo trabalhador produtivo é assalariado e nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora, vista de modo ampliado, deve, em nosso entendimento, incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados. Isso não elide, repetimos, o papel de centralidade do trabalhador produtivo, do trabalho social coletivo, criador de valores-de-troca, do proletariado industrial moderno no conjunto da classe-que-vive-do-trabalho, o que nos parece por demais evidente quando a referência é dada pela formulação de Marx, mas como há uma crescente imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo no capitalismo contemporâneo, e como a classe trabalhadora incorpora essas duas dimensões básicas do trabalho sob o capitalismo, essa noção ampliada nos parece fundamental para a compreensão do que é a classe trabalhadora hoje (ANTUNES, 2009, p. 102-103).

A essa definição econômica de Marx e à atualização que faz Ricardo Antunes, que consideramos a melhor e mais abrangente das tentativas nesse sentido, poderíamos complementar da seguinte forma: a classe dos trabalhadores é o conjunto dos assalariados cujo salário não lhes permite acumular capital e que não exerce, dentro do sistema produtivo, poder de mando ou formas de coerção (repressões) aos trabalhadores em interesse dos capitalistas, que compõe algumas preocupações para delimitar a classe dos trabalhadores que Ernest Mandel teorizou já há algumas décadas e consideramos ainda bastante atuais (MANDEL, 1986).⁵⁹

Queríamos, antes de tentar entender qualquer tendência atual sobre o mundo do trabalho no pós-crise, traçar definições gerais sobre o que consideramos como classe trabalhadora e seu peso absoluto e relativo no capitalismo atual, em oposição às teorias pós-modernas que foram moda no neoliberalismo.

É possível pensar que, com o desenvolvimento do capitalismo, tudo ampliou sua escala. Conforme veremos em mais detalhes na próxima seção deste trabalho, a exploração da mais-valia relativa ganhou contornos inimagináveis com o Fordismo e o Toyotismo, a esfera da circulação reduziu o tempo da circulação de mercadorias ao mínimo, com a implementação, dentre outros sistemas, do *just-in-time* (sistema de pronta-entrega, encurtando os estoques), as inovações produtivas a partir do que se chamou de *acumulação flexível* e o crescimento exponencial do setor de serviços que, com o desenvolvimento de megalópoles e da urbanização nos distintos países, ganhou um papel preponderante na sociedade.

Dessa maneira, começaram a se conformar verdadeiros monopólios no setor de serviços, imbricados com a produção industrial e especializados para aumentar o

⁵⁹ Cf.: <http://www.ernestmandel.org/new/ecrits/article/marx-la-crise-actuelle-et-l-avenir>

grau de exploração dos trabalhadores, de modo a tornar produtivo um setor que poderia antes ser improdutivo. Dito de outro modo, o setor de serviços dos distintos tipos – em que os trabalhadores não podem dissociar o produto do trabalho do próprio processo de trabalho – que antes era relativamente insignificante na economia global (e em relação ao peso da concentração da mais-valia nas indústrias), hoje consegue ganhar, também desse ponto de vista objetivo (econômico), uma forte expressão, já que se entrelaça com os grandes polos da “gênese” da mais-valia, apropriando-se de uma grande parcela desta e formando um “exército” de trabalhadores produtivos com as grandes empresas do setor.

Tendo em vista o foco dos efeitos da crise no mundo operário, nosso intuito é observar os estudos que vêm se propondo a penetrar no significado da transformação da classe trabalhadora, da imbricação entre o “produtivo” e “improdutivo”, o que nos permite não só compreender o proletariado nessa nova fase do capitalismo pós-2008, mas também as reflexões de estratégia, pensando a revolução social no século XXI.

Partimos, por conseguinte, de que a análise de Marx estava embasada no próprio desenvolvimento histórico do capitalismo industrial e fornece diversas pistas para pensar os desdobramentos do complexo produtivo, com a forte urbanização (verdadeiras megalópoles). Naturalmente, do ponto de vista de uma estratégia política dos trabalhadores, essas transformações têm consequências que devem ser pensadas quando se pretende refletir greves gerais, rebeliões, processos revolucionários e revoluções, precisamente em uma década de crise econômica que voltou a dispor na mesa tais cartas.

Dessa forma, é preciso investigar que, pelo movimento da complexificação das cidades, não apenas o trabalho improdutivo (de serviços e/ou imaterial) de ontem se tornou produtivo a partir da especialização do capital nesse ramo, mas ganhou uma força vital dentro do “fazer política” no conjunto da classe. Evidentemente, existem setores improdutivos na esfera de serviços (todo o aparato subordinado às indústrias ou sem interesse de lucro direto, além da esfera de funcionalismo estatal etc.), e setores sem grande impacto econômico em suas greves (capacidade de incidir no desenvolvimento “regular” do capital, na sua produção ou reprodução); mas também se desenvolveram setores de serviços que poderíamos considerar como “estratégicos”, pois a paralisia de suas atividades poderia afetar regiões importantes, zonas ou até mesmo a cidade em seu conjunto, afetando de distintas formas a mais-

valia produzida, não apenas na esfera da própria empresa, mas também indiretamente de uma infinidade de outras formas do capital industrial e comercial.

Tendo em vista as definições centrais sobre o proletariado hoje, podemos iniciar a compreensão acerca de sua reconfiguração neoliberal, as transformações, à luz da teoria do valor, nos setores produtivos e improdutivos, a industrialização do setor de serviços e, nesse sentido, perguntar se estaria em curso um processo de reestruturação produtiva na atualidade. Por fim, dar algumas imagens do que foi o processo de resistência operária no interior da crise e as perspectivas estratégicas que daqui derivam.

3.2 AS NOVAS FACES DO PROLETARIADO E A TEORIA DO VALOR

Sobre os debates teóricos em torno do mundo do trabalho, fica cada vez mais arcaica e intempestiva a visão sociológica que proclamava que, com a revolução tecnológica e o desenvolvimento da robótica, chegaríamos a uma sociedade de “fim do trabalho”. Tal era a visão de André Gorz (1987), Claus Offe (1989), Habermas (1991; 1992) e, mais atualmente, figuras como Manuel Castels (2007), entre outros (ANTUNES, 2008). Observando a dinâmica das primeiras resistências operárias mundiais à crise e olhando a dimensão do proletariado “clássico” em países como a China, a Índia, o Brasil, é só com uma visão muito ofuscada pelo eurocentrismo que pode ainda sustentar que vivemos em um mundo meramente “pós-industrial”, de fim do trabalho.

No entanto, o fato de que se prova a cada dia o caráter errático da tese do *fim do trabalho* (que vem sendo renovada a partir do fetichismo da robótica (BACH, 2007), mas sem o mesmo sucesso anterior) não deve impedir o marxismo de perceber a enorme transformação que vem ocorrendo no mundo operário, como forma de dar uma resposta aberta e não dogmática, mas também de – precisamente quando *O Capital*, de Karl Marx, completa 150 anos – colocar à frente, à prova, a teoria do valor, e demonstrar sua enorme riqueza como fonte explicativa do conjunto das transformações no capitalismo internacional. A atualidade da reflexão sobre a teoria do valor e o mundo do trabalho se expressam em um momento de enorme crise econômica, com fortes crises políticas em importantes países do globo e elementos

de crise social. E é nessa dinâmica do capitalismo internacional que vai se gestando um novo proletariado de serviços.

No âmbito da literatura marxista, desde o pós-guerra até a atualidade, identificamos Braverman como um dos primeiros nomes, já em 1974, ao voltar seus olhos para o setor de serviços – e expandir a compreensão de classe trabalhadora, conforme sua obra *Trabalho e capital monopolista*, que promoveu uma verdadeira transformação nos estudos posteriores sobre o mundo do trabalho. Como disse Paul Sweezy a propósito da obra, o grande pontapé oferecido por Braverman foi de fundir a reflexão bem elaborada de Marx aos “novos métodos e ocupações inventados ou criados pelo capital em sua incansável expansão” (SWEEZY, 1987, p. 11).

Um amplo debate sobre a formação desse proletariado nos últimos 50 anos tem sido feito e esse objetivo extrapolaria bastante nosso fio condutor. O que, no entanto, cabe destacar, é que não estamos falando de um fenômeno decorrente da crise econômica, mas uma mudança mais expressiva na morfologia do trabalho, tendo como forte fator a formação de um amplo setor de serviços. Nesse sentido, trata-se de um movimento que corre em distintos planos, mas, em nossa abordagem, serão particularmente dois os focos: por um lado, o setor de serviços derivado das distintas áreas do capital comercial, em geral mais precarizados; e por outro lado, a expansão de empresas ligadas à tecnologia de informação e comunicação, que sofrem um primeiro *crash* em 2000 com a crise das ponto.com, mas depois seguem um curso expansivo e, particularmente no pós-crise, vão expandindo bastante reestruturações na esfera do trabalho com a economia de plataformas digitais.

O ângulo de nossa abordagem é também internacional, na medida em que a própria expansão se deu dessa forma, a partir da dinâmica de acumulação flexível do neoliberalismo. Portanto, um dos focos da transformação mais “abrupta” da configuração do proletariado, ou seja, um dos nodais do processo de proletarização do setor de serviços, esteve na telemática, com a quebra das empresas estatais no setor de comunicação e informática, conformando grandes monopólios privados, nos quais o capital foi buscando as formas de mercantilizar todas as esferas do trabalho. Conforme escreve Simone Wolff (2009, p. 90) sobre esse processo de privatização no neoliberalismo:

A utilização intensiva das novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) nas grandes empresas decorre da suma relevância que a inovação passou a ter no quadro de intensa competitividade engendrado pela quebra dos monopólios estatais e com o advento das políticas neoliberais que assolaram todo o mundo capitalista nos anos 1990. Com efeito, a convergência tecnológica entre a informática e as redes de telecomunicações, a telemática, foi altamente otimizada com a privatização deste setor, que passou assim a ser concebido e efetivado como um bem de capital dos mais cruciais do capitalismo contemporâneo. Em uma economia mundializada, é pelas redes telemáticas que toda a sorte de informações estratégicas, isto é, aquelas relativas às últimas tendências de consumo e tecnologias de produção, podem chegar mais rapidamente de todos os cantos do mundo às grandes empresas-rede, cuja característica mais fundamental é ter suas cadeias de produção espalhadas nos mais diferentes pontos do planeta.

Antes de tentar entender, entretanto, o sentido dessas transformações morfológicas no mundo do trabalho – e com isso compreender a conformação de um novo e robusto proletariado do setor de serviços (acompanhando particularmente sua explosão nas potências e grandes megalópoles) e a relação desse setor com as novas TICs, até as plataformas digitais e as formas de *uberização do trabalho* –, achamos crucial passar pelo debate de fundo no interior do processo. Isso porque ele readquire atualidade justamente *na relação entre o trabalho produtivo e improdutivo* e, especificamente, a tendência geral do capital de ir devorando todas as formas improdutivas e tornando-as produtoras de mais-valia, sejam elas materiais ou imateriais, da esfera da produção ou circulação, da dimensão manual ou puramente intelectual.

Seguindo essa linha de raciocínio, depois de pensar a força relativa e absoluta do proletariado ainda hoje, passemos a como ele se articula com as formas de produção do valor e do mais-valor.

3.2.1 Retomando o debate produtivo e improdutivo

Iniciar com os elementos estratégicos e compreender as formas de resistência dos trabalhadores não deve estar em contraposição a entender a dinâmica objetiva do mundo do trabalho, as cadeias de valor e a dinâmica da mais-valia. Ursula Huws retoma o debate sobre o trabalho produtivo e improdutivo com uma ótima questão: “Será que não deveríamos apenas aceitar que todos nós somos, de uma forma ou de

outra, parte de uma enorme força de trabalho indiferenciada, produzindo valor indiferenciado para um capital indiferenciado?” E responde em seguida: “argumento que não” (HUWS, 2014, p. 27).

Huws (2014) busca explicar essa espécie de “nó”, um emaranhado de formas de trabalho que confluem a partir dos objetivos da acumulação capitalista, mas sem perder de vista o “ponto em que os trabalhadores têm poder para desafiar o capital: o centro do nó”, o que atinge diretamente a produção da mais-valia e que mantém vigência e importância estratégica. No sentido da pergunta de Huws (2014), acreditamos que mantém expressiva força e atualidade o modo como Marx aborda tal questão, desde que olhemos os quatro livros de *O Capital* em seu conjunto e não partes destacadas da teoria geral – e esse é parte do desafio para enfrentar a nova realidade e os novos elementos que estão dados para a classe trabalhadora hoje. É sobre os aspectos clássicos da teoria que nos deteremos brevemente, para depois retomar para a atualidade da questão.

Tendo em vista a acumulação de capital como elemento decisivo, Marx define o trabalhador produtivo não como aquele que produz determinado objeto, mas como aquele que expande o capital do empresário. Desse modo, a partir da complexificação da produção capitalista, Marx cria o conceito de “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo” a partir do crivo da produção de mais-valia, conforme escreve:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital (MARX, 2013, p. 578).

Assim, completa Marx (2013, p. 578): “Ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar”.

Com a virada do século XX e a supremacia do capital financeiro como pilar da época do capitalismo que se abria, evoluíram formas do capital que existiam no século XIX, mas que ganharam uma proporção na acumulação capitalista de outra magnitude. O capital bancário se complexificou a ponto de derivar em uma nova forma de capital, imbricado ao industrial, chamado de capital financeiro. O capital comercial ganhou corporações globais no capitalismo atual (basta ver que a maior empresa do mundo em quantidade de empregados é a Walmart). E o setor de transportes, com a reestruturação produtiva e avanço do sistema *just in time* também aprofundou enormemente sua importância.

Logo, decorre que a imbricação que começou a existir entre as formas de capital e o impacto na produção da mais-valia devem ser cuidadosamente reanalisadas.

3.2.2 Comércio e transporte: elementos para pensar a imbricação do produtivo-improdutivo

Uma questão nem sempre observada quando se trata do debate entre o “produtivo” e o “improdutivo” em Marx é que o próprio *O capital*, além de estabelecer definições que encontramos no Livro I, também relativiza essas definições quando *olhamos o processo global de reprodução do capital*.

Em primeiro lugar, se tomarmos os trabalhadores do comércio, que trabalham na esfera da circulação, pelas definições do livro primeiro, não restaria dúvida sobre seu caráter *improdutivo*. Mas Marx, por exemplo, no capítulo sobre o lucro comercial, do Livro III, discute a mesma categoria observando diferentes “pontos de vista”, formas relativas de com quem se relacionam aqueles trabalhadores.

No esquema geral, Marx (2017, p. 335) sintetiza que

Do mesmo modo como o trabalho não pago do trabalhador cria diretamente mais-valor para o capital produtivo, também o trabalho não pago dos assalariados comerciais cria para o capital comercial uma participação naquele mais-valor.

A princípio, a definição imprime uma fronteira clara: trabalhadores comerciais não produzem mais-valia, mas auxiliam o capital comercial a participar da mais-valia produzida. Um detalhe, porém, nessa reflexão faz toda a diferença: não produzem “diretamente”, pois, indiretamente, é claro que se a circulação aumenta, a velocidade da realização das mercadorias – a rotação do capital até voltar à esfera produtiva – será mais rápida e, por conseguinte, a reprodução ampliada (a acumulação de capital) será maior. É o que diz Marx quando escreve que “o capital comercial não cria valor nem mais-valor, não diretamente. Na medida em que contribui para a abreviação do tempo de circulação, ele pode ajudar indiretamente a aumentar o mais-valor produzido pelo capitalista industrial” (MARX, 2017, p. 322).

Mas, para além da questão de que o capital comercial pode auxiliar indiretamente na produção da mais-valia, Marx complexifica ainda mais quando, ao discutir a questão do trabalho produtivo e improdutivo, busca relacionar essas categorias ao ângulo sob o qual se observa o problema, ou seja, trabalhadores comerciais para um capitalista industrial fabril são improdutivos, mas, aos olhos de um monopólio comercial, são produtivos, porque “geram” mais-valia, um montante da riqueza produzida no conjunto das esferas produtivas do qual o capital comercial se apropria:

Para o capital industrial, os custos de circulação aparecem como despesas adicionais – e, de fato, são. Para o comerciante, eles aparecem como fonte de lucro, que, pressupondo-se a taxa geral de lucro, encontra-se em proporção à grandeza desses custos. Por isso, o desembolso que se deve efetuar nesses custos de circulação é, para o capital comercial, um investimento produtivo. Assim como para ele também é diretamente produtivo o trabalho comercial que ele compra (MARX, 2017, p. 343).

Traduzindo para os tempos atuais, os trabalhadores do comércio apenas realizam a mercadoria, não a produzem. Logo, não produzem mais-valia e são improdutivos. No entanto, com a formação de monopólios na esfera comercial,

grandes empresas conseguem concentrar e “industrializar”⁶⁰ em grande escala essa esfera comercial, o que implica que conseguem agarrar grande parte da mais-valia *redistribuída* em função da concorrência capitalista e da imbricação entre a esfera fabril e a esfera comercial. Aos olhos do capital comercial, portanto, esses trabalhadores são diretamente produtivos.

Em outros setores de serviços como o de transporte, Marx já opina mais diretamente sobre a “industrialização” do setor e, nesse sentido, menos em termos relativos e mais em termos absolutos sobre a produção da mais-valia. No Livro II, o autor de *O capital* escreve o seguinte:

As massas de produtos não aumentam pelo fato de serem transportadas. [...] Porém, o valor de uso das coisas só se realiza em seu consumo, o qual pode exigir seu deslocamento espacial e, portanto, o processo adicional de produção da indústria do transporte. Assim, o capital produtivo investido nessa indústria adiciona valor aos produtos transportados, em parte por meio da transferência de valor dos meios de transporte, em parte por meio do acréscimo de valor gerado pelo trabalho de transporte. Esta última adição de valor se decompõe, como em toda produção capitalista, em reposição de salário e mais-valor (MARX, 2014, p. 255).

Já no século XIX, Marx conseguia enxergar, na esfera do setor de serviços, a *industrialização* do setor de transportes, tratando, portanto, como “continuação de um processo de produção *dentro* do processo de circulação e *para* o processo de circulação” (MARX, 2014, p. 257), em que ocorre transferência de valor adicional e criação de mais-valia.

A teoria do valor, portanto, contra as teses do fim do trabalho ou as reminiscências pós-modernas de “sociedade pós-industrial e informacional” mantém enorme atualidade não só para reafirmar a centralidade do trabalho hoje, mas também para compreender as metamorfoses no mundo do trabalho. Dessa forma, abre-nos a possibilidade de, compreendendo as transformações objetivas, relacionar também com a resistência e as formas de luta dos trabalhadores os aspectos subjetivos e o ângulo da estratégia.

⁶⁰ Sobre a industrialização dos serviços, destacamos o livro de Vinícius Oliveira Santos, *Trabalho imaterial e a teoria do valor em Marx* (2013), ou em uma entrevista específica sobre o tema, de Ricardo Antunes, intitulada “Marx percebe um processo de industrialização do setor de serviços” também se pode ver a abordagem teórica sobre a questão. (Cf.: <https://esquerdadiario.com.br/ideiasdeesquerda/?p=275>).

Alguns aspectos, para tanto, devem ser levados em consideração: em primeiro lugar, que não devemos abandonar as categorias de trabalho produtivo e improdutivo, ainda que a imbricação tenha aumentando e que, por vezes, custe mais estabelecer as fronteiras entre ambas as categorias. Em segundo lugar, como parte de observar as zonas de intersecção entre o produtivo e improdutivo, buscamos retomar, como o próprio Marx utilizou, dois recursos para abordar esse tema: a) de um lado, estabelecer que existem formas diretas e indiretas do trabalho produtivo; b) o elemento *relativo* do debate, que permite ir percebendo com a formação dos monopólios em que se imbrica o produtivo/improdutivo.

O intuito do rico e complexo debate dessas categorias, no entanto, não pode desviar do seu norte estratégico. Para compreender as novas formas da organização do proletariado, não se pode perder de vista os núcleos produtivos da mais-valia, a fim de organizar a classe em todos os setores, mas sabendo onde atinge o coração do capital; além disso, orientar o movimento operário no sentido de entender sua rica multiplicidade e os desafios que se colocam para unidade da classe trabalhadora.

Isso posto, podemos avançar em nosso intento de compreender as principais tendências das transformações por que passa o mundo do trabalho no pós-crise e o sentido que damos à pergunta se estaríamos vivendo uma nova reestruturação produtiva hoje.

3.3 UMA NOVA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA PÓS-CRISE?

É certo que o movimento do capital pós-crise afetou a esfera da produção, e nem poderia ser diferente pela própria definição do capital. O que queremos abordar, sem fazer um extenso percurso sobre o mundo do trabalho, sobre o qual, ademais, direta e indiretamente, viemos tratando até aqui, é o *sentido geral* em que se dá essa metamorfose e qual a relação desse sentido com a crise econômica global.

Como abordamos nos tópicos anteriores, um dos grandes debates teóricos na academia, especialmente durante o período neoliberal, era a contraposição entre o chamado “paradigma do trabalho” contra o “paradigma da comunicação”. Desde os anos de 1970, o debate parece estar colocado, mas particularmente a partir de 1981,

quando Jürgen Habermas escreveu sua obra principal, a *Teoria da ação comunicativa*, o embate contra a centralidade do trabalho tem se dado e sido marcantes em inúmeros autores. Esse debate arrefeceu após 2008, ao menos momentaneamente, já que voltamos a ver a classe trabalhadora estampada nos jornais cotidianamente, seja em processos de demissão, aos milhares, ou em processos de luta, com no mínimo expressões embrionárias ao redor do mundo todo.

Ainda assim, cabe falar sobre essas esferas do debate teórico com outros propósitos (do trabalho e comunicacional), pois existe entre elas uma relação peculiar no capitalismo contemporâneo: aumenta-se exponencialmente a capacidade de comunicação da sociedade ao mesmo tempo em que se busca diminuir drasticamente os laços que unem os indivíduos pela via do trabalho. É incrível perceber o enorme esforço que as forças do sistema utilizam para imprimir aos indivíduos isolados uma imensa capacidade de comunicação e, na mesma medida, buscar estraçalhar todo e qualquer laço mais orgânico no interior do mundo do trabalho, não só na dimensão política, mas também sindical e até mesmo social, já que entramos na era do *atomismo laboral* em alguns ramos do mundo do trabalho. Analisando mais o detalhe dessa questão, percebemos que tal processo se insere nada mais no que na desenfreada alienação promovida pela “sociedade informacional”, que atualmente está montada na classe trabalhadora de maneira mais robusta do que em qualquer período histórico.

Para adentrar nas consequências práticas do processo, na metamorfose ocorrida na classe trabalhadora, podemos pensar tal degradação das relações até mesmo filosoficamente, no que se refere ao desenvolvimento “humano” nas sociedades de regência capitalista: “o homem é, por natureza, se não um animal político, como diz Aristóteles, em todo caso um animal social” (MARX, 2013, p. 401), diz Marx e complementa em uma nota, “Capítulo 11 - cooperação” em *O capital* que

a definição de Aristóteles é, na verdade, a de que o homem é cidadão por natureza. Ela é tão característica da Antiguidade clássica quanto a definição de Franklin, segundo a qual o homem é por natureza um fazedor de instrumentos, é característica da sociedade ianque (MARX, 2013, p. 402).

A definição de Marx segundo a qual os humanos se constituem como um *ser social* está intimamente ligada à forma por meio da qual a sociedade produz e reproduz a sociedade, ou seja, pela via do trabalho humano. Daqui deriva o problema que queremos abordar sobre as reestruturações que o capital tem feito na esfera da produção, as chamadas “reestruturações produtivas” e, especialmente, qual tem sido o sentido das transformações no pós-crise: quase poderíamos dizer que um dos pontos cruciais da nova metamorfose no mundo do trabalho, o enriquecimento capitalista da alienação do trabalho, é o estilhaçar da sociabilidade laboral, reestruturando três esferas cruciais para esse objetivo: levando às últimas consequências a perda da *estabilidade* do trabalho; desenvolvendo formas de *atomização da atividade laboral*; e, entre outros pontos, *explorando os desencontros* no mundo do trabalho se apoiando no fenômeno da imigração – e também o racismo, machismo, LGBTfobia etc.

Mas para conseguir captar mais no detalhe os impactos desses processos, será preciso entendermos a dinâmica no mundo do trabalho no pré-crise e qual o sentido que assume, de modo que buscaremos traçar as etapas (em traços grossos) que se desenvolveram nas últimas décadas, uma vez que nos permite compreender como vão se combinando as tendências com a virada mais abrupta de 2008.

3.3.1 Os principais aspectos da reestruturação produtiva neoliberal

Um dos aspectos mais marcantes da reconfiguração da produção capitalista no período neoliberal foi o que teóricos do mundo do trabalho chamaram de *acumulação flexível*. O que na realidade foi um processo que confluía algumas tendências de organização da produção com a tendência global à mundialização do capital, levando em conta o processo taylorista, fordista e toyotista do passado, preservando o que era interessante ao capital, acentuando algumas das tendências e inovando em alguns de seus métodos.

Descrevendo brevemente os elementos dessas tendências, a primeira a analisarmos é a mais clássica forma de organização da produção fabril ao longo de todo o século XX foi o que convencionou chamar de *Fordismo*. Imortalizada pela grande obra do ator e cineasta Charles Chaplin, em *Tempos modernos*, a *produção em série*

é sem dúvida o traço marcante do período fordista, ou seja, a *produção em massa, através da linha de montagem de produtos homogêneos*, com controle temporal advindo do período taylorista e a produção desenfreada, produzidas em fábricas de grande concentração proletária. A divisão mecânica da produção se dá com cada operário alocado em uma esfera produtiva (como um “apêndice da máquina”), separando claramente a *elaboração* e a *execução* no processo de trabalho, ou seja, com patente divisão manual e intelectual do trabalho (ANTUNES, 2008, p. 24-25).

Esse modelo de produção, que vigorou e foi predominante ao longo do século XX, trouxe dentro da dimensão social do trabalho um eficiente ganho e uma contradição fundamental ao capital. Por um lado, com a produção em série, conseguiu aprofundar a dinâmica do “trabalhador coletivo” que, como aponta Marx no capítulo da *cooperação* em *O capital*, pela interação coletiva do trabalho, aumenta muito a capacidade produtiva, fato que permitiu uma explosão na velocidade de produção das mercadorias e, por conseguinte, uma forte base para o aumento das taxas de lucro; já a principal contradição, ao que estamos analisando, era a *concentração operária* que advinha desse processo: fábricas atingiam milhares, dezenas de milhares e, em alguns complexos, centenas de milhares de trabalhadores, juntos, o que fazia com que o potencial para as formas de *rebeldia do trabalho* se tornasse explosivo.

Embora o modelo fordista tenha perdurado ao longo do século, modificações foram acontecendo e, especialmente, o processo de reconfiguração pelo capital da esfera produtiva tem suas raízes de forma mais importante na crise de superprodução e sobreacumulação dos anos 1970. Era necessária uma inovação e mesmo uma revolução nos métodos produtivos de forma a permitir uma extração ainda maior de mais-valia, ao mesmo tempo que se aprimorava a produtividade do trabalho. Doravante destaca-se o *Toyotismo*, que mesmo com origens apontadas já no pós-guerra no Japão (que foi “vanguarda” nessas inovações pelas particularidades do país, sobretudo um país advindo da derrota da Guerra Mundial), vai ganhando uma feição cada vez mais internacional a partir dos anos de 1970 e da crise internacional.

Para compreender as inovações do Toyotismo, achamos interessante resgatar duas definições clássicas de Marx sobre a mais-valia absoluta e relativa e a tendência à subsunção real do trabalho ao capital, na medida em que nos ajuda a perceber a combinação nas formas de mais-valia. Em *O capital*, Marx se refere, entre outras passagens, às formas de mais-valia absoluta e relativa do seguinte modo:

A extensão da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente do valor de sua força de trabalho, acompanhada da apropriação desse mais-trabalho pelo capital – nisso consiste a produção do mais-valor absoluto. Ela forma a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida da produção do mais-valor relativo. Nesta última, a jornada de trabalho está desde o início dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho, o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente do salário. A produção do mais-valor absoluto gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais (MARX, 2013, p. 578).

A partir daí Marx explica como o desenvolvimento das formas de exploração pode permitir a sujeição (ou subsunção) real do trabalhador ao capital, baseando-se no aumento da composição orgânica do capital, as revoluções produtivas e tecnológicas e, com isso, as condições de exploração da mais-valia relativa. Nos termos colocados em *O Capital*:

Ela [mais-valia relativa] supõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus próprios métodos, meios e condições, só surge e se desenvolve naturalmente sobre a base da subsunção formal do trabalho sob o capital. O lugar da subsunção formal do trabalho sob o capital é ocupado por sua subsunção real (MARX, 2013, p. 578).

Trazendo para a atualidade, tendo em vista as formas de subsunção real do trabalho ao capital, podemos entender os caminhos que foram assumidos pelo Toyotismo em seu intento de aumentar o grau de exploração da força de trabalho. No livro *Adeus ao trabalho?*, Ricardo Antunes (2008, p. 30-31) descreve da seguinte forma, apoiando-se na leitura de Benjamin Coriat:

Coriat fala em quatro fases que levaram ao advento do *Toyotismo*. *Primeira*: a introdução, na indústria automobilística japonesa, da experiência do ramo têxtil, dada especialmente pela necessidade de o trabalhador operar simultaneamente com várias máquinas. *Segunda*: a necessidade de a empresa responder à crise financeira, aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores. *Terceira*: a importação das técnicas de gestão dos supermercados dos EUA, que deram origem ao *kanban*. Segundo os termos atribuídos a Toyada, presidente fundador da Toyota, “o ideal seria produzir somente o necessário e fazê-lo no melhor tempo”, baseando-se no modelo dos supermercados, de reposição dos produtos somente depois da

sua venda. Segundo Coriat, o método *kanban* já existia desde 1962, de modo generalizado, nas partes essenciais da Toyota, embora o *Toyotismo*, como modelo mais geral, tenha sua origem a partir do pós-guerra. *Quarta fase*: a expansão do método *kanban* para as empresas subcontratadas e fornecedoras.

Muito do que se modificou no Toyotismo foi a tentativa de avançar o esquema da produção em série com o aumento da composição orgânica do capital (aumento do capital constante em detrimento do capital variável), fazendo assim com que não apenas o trabalhador produza como uma peça desenfreada das máquinas, mas um trabalhador que consiga operar várias máquinas ao mesmo tempo de forma mais *planificada* para os interesses do lucro, ou seja, nas quantidades, atendendo às particularidades dos pedidos, criando mecanismos de sinalização e controle do fluxo de produção no interior da empresa, com consequência na esfera da circulação do chamado *just-in-time*.

Tendo em vista os traços fundamentais do Fordismo e as inovações toyotistas como bases do processo de reestruturação produtiva, podemos buscar propriamente a dita neoliberal. Com a *acumulação flexível*, é característica sua ultrapassar os limites da rigidez fordista, incorporando os elementos de avanço tecnológico do Toyotismo, mas indo além, uma vez que está intimamente relacionado com a mundialização do capital, ou seja, a “globalização neoliberal”, em que o capital financeiro atinge níveis inimagináveis de articulação entre distintas regiões do globo como forma de combinar a exploração mais selvagem do trabalho, por um lado, utilizando-se dos grandes polos industriais para produção e montagem, e também aproveitando os melhores polos tecnológicos, como parte da “composição” da produção, por outro lado. Isso significa dizer que na acumulação flexível é possível explorar um trabalhador em busca de silício em minas chinesas em níveis extremos, aproveitando-se de setores ultraprecarizados; mas também se pode utilizar da força de trabalho em países dependentes, que será mais barata, mas em outras condições, a partir de grandes fábricas, e por fim utilizar a especialização tecnológica de trabalhadores especializados – ou *cyberproletários*, como se vêm chamado esses operários do mundo virtual.

Nesse sentido, se tomarmos o apogeu do Toyotismo japonês como processo produtivo entre 1948 e 1975, podemos dizer que a marca dos anos de 1980 e 1990

foi a expansão de formas híbridas do Toyotismo do Japão ao conjunto do ocidente “rico”, junto a países em que predominavam formas arcaicas, brutais, da exploração capitalista. O neoliberalismo como forma de modificação das relações de trabalho a fim de ganhar sobrevivência diante da imensa crise de acumulação é, de certa forma, uma complexa combinação de formas de exploração e de constituição do sistema produtivo. Foi nessa perspectiva que David Harvey elaborou o conceito de acumulação flexível, que tem entre suas características estar

marcada por um confronto direto com a rigidez do Fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 2011, p. 140).

A pista que nos dá David Harvey indica o caráter desigual dos padrões de desenvolvimento na acumulação flexível. Ricardo Antunes aprofunda essa perspectiva quando, em sua reflexão no debate sobre a “acumulação flexível”, diz que esta

articula um conjunto de elementos de continuidade e descontinuidade que acabam por conformar algo relativamente distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação. Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da produção de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semiautônomos”, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições de trabalho alienado e estranhado. O “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre as diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho (ANTUNES, 2009, p. 54).

A combinação entre as formas “polivalentes”, “multifuncionais”, “qualificadas” com formas terceirizadas, rotativas, precarizadas do trabalho é uma das chaves, do ponto de vista da reestruturação produtiva, para compreender a acumulação flexível.

A vantagem *estratégica* explorada pelo capital no seu intuito de acumulação neoliberal era debilitar as formas de organização coletiva do mundo do trabalho e aprofundar a integração “por cima”, do sistema de comunicação e circulação, fazendo com que em uma mesma mercadoria existissem peças produzidas em distintas partes de um mesmo país, ou ao redor do mundo, por exemplo, produzidas em Bangladesh ou China, montadas no México ou Brasil e com *chips* feitos ou desenhados no vale do silício norte-americano.

A quebra da estabilidade, a atomização laboral e o papel dos imigrantes como parte de dificultar a organização coletiva expressavam-se nos distintos mecanismos de *flexibilização*, nas formas de *terceirização* nas empresas, de *rotatividade* no trabalho (que faz com que trabalhadores permaneçam poucos meses em fábricas e sejam substituídos correntemente) e explorando as divisões intralaborais em cada fábrica, valendo-se de expedientes como a xenofobia, o racismo e outras formas de opressão que dividem os trabalhadores no local de trabalho e dificultam a integração.

Sem fazer uma exposição longa sobre o tema, já que visamos apenas a indicar os traços fundamentais da reestruturação produtiva neoliberal, podemos avançar em compreender o que seria um “agravamento” dessa reestruturação do capital no pós-crise econômica. O que nos interessa nesse ponto perguntar é o seguinte: a solução de precarizar o mundo do trabalho com a terceirização, flexibilização, rotatividade no trabalho, horas-extra e banco de horas etc., tinha encontrado seu limite na etapa neoliberal, ou era possível pensar mecanismos que iriam nesse sentido sem deprimir completamente o consumo e aprofundar a crise de superprodução e sobreacumulação? Ou seja, podemos falar em um espécime de “nova reestruturação produtiva” pós-crise de 2008 ou apenas um aprofundamento da reestruturação produtiva neoliberal?

3.3.2 A era da precarização estrutural do trabalho

Após a crise de 2008, o capital entrou em um impasse: a bancarrota do modelo de acumulação neoliberal sem a perspectiva de uma nova resolução de acumulação internacional. O resultado para o mundo do trabalho também não poderia ser outro. Não se tratou de negar os métodos do período neoliberal, já que não se tinha encontrado outro padrão de acumulação que pudesse levar a uma metamorfose completa e mais abrupta; mas de buscar aprofundá-los dentro das novas condições econômicas, o que só poderia levar a formas de decomposição do trabalho e da estrutura produtiva de muitos países, em nome de engordar as massas de lucro de um conjunto de monopólios.

Entre essas condições que a crise econômica internacional postulou e que apontam no sentido de aspectos de transformação na forma da acumulação flexível capitalista, estão: a) o modo como os *planos de austeridade* buscavam alterar as condições de produção e reprodução do capital a partir da crise; b) o fenômeno da *imigração* sendo incorporado em outra escala a partir da crise no metabolismo social do capital; c) a introdução de *novas tecnologias de informação e comunicação* (TICs), que vêm transformando as formas de contratação da força de trabalho bem como de sua própria dinâmica, fenômeno que poderíamos sintetizar como *uberização do trabalho* e indústria 4.0; d) o papel da guerra comercial e os conflitos geopolíticos na arquitetura da divisão internacional do trabalho. Vejamos de forma breve cada um desses aspectos para compormos nossa conclusão sobre a questão de se podemos falar em uma “reestruturação produtiva pós-crise”.

Não há dúvida de que os impactos da última década no mundo do trabalho que vão no sentido de aprofundar a reestruturação produtiva neoliberal foram os acontecimentos de 2009-2010, particularmente na Europa, com o que ficou conhecido como *planos de austeridade*. Conforme já tratamos no primeiro capítulo, em seção dedicada ao período dos planos na Europa, o fundamental da atuação do grande capital internacional e dos governos nacionais em comparação a outras crises (particularmente à Grande Depressão de 1929) está na resposta à crise, dada de forma mais ou menos coordenada, com políticas monetárias e fiscais ofensivas, os distintos governos injetando trilhões de dólares nas economias nacionais a fim de salvar bancos e grandes empresas, o que acabou por evitar um desenvolvimento depressivo da crise; de outro lado, um mecanismo decisivo para a manutenção do sistema financeiro e industrial foi uma política fiscal de arrocho, como na Europa

(grande laboratório social dos primeiros anos da crise), com a implementação dos chamados planos de austeridade. Esse aspecto é muito importante para compreendermos a reestruturação do capital, pois é, de certa forma, o mais “neoliberal” dos aspectos do pós-crise, no sentido de buscar reproduzir novamente as condições de exploração anteriores (cortando salários, benefícios, aumentando a jornada, precarizando as condições laborais etc.), mas de uma forma ainda mais agressiva.

Apenas a título de oferecer um quadro gráfico do problema, tomemos a Grécia em 2015. Quando da emergência do Syriza, a situação econômica do país, vindo de uma recessão, era de um crescimento de 0,7% no PIB, ou seja, não se enfrentou uma depressão passados ainda alguns anos de 2008. Do ponto de vista social, todavia, em um país europeu “berço da democracia”, havia um total de 300 mil famílias vivendo à luz de velas por não conseguirem pagar a eletricidade de suas casas, com uma taxa de 25,8% de desemprego e mais de 50% no caso da juventude – a chamada geração “nem, nem” (nem estuda, nem trabalha) –, sendo que todos esses sem plano de saúde, visto que estão atrelados aos empregos. Dados apontam que 21% das famílias gregas passaram fome durante os anos de 2013/2014, 30% das crianças viviam em situação de pobreza e 23% da população abaixo da linha da pobreza (2,5 milhões).⁶¹ Esse era o quadro do país que votou na esperança de um projeto de esquerda (reformista), mas que também encontrou um crescimento expressivo de setores neonazistas.

Teria esse país semelhança com o que imaginamos do ideário europeu do capitalismo bem-sucedido?

Esse exemplo gráfico que ora oferecemos poderia ser aplicado, ainda, a países como Espanha ou Portugal, entre outros.⁶² Efetivamente, não se tratava de um plano de recuperação desses Estados, senão de formas de países como a Alemanha ou a França descarregarem a crise nas costas das classes trabalhadoras grega, espanhola, portuguesa etc. Esse é um dos fundamentos daquilo que possibilitará uma grande e acelerada mutação no mundo do trabalho na Europa, além de um dos componentes de sua era de precarização estrutural, na medida em que, com os

⁶¹ Alguns desses dados, com as fontes elencadas, serão apresentados em nosso próximo capítulo.

⁶² Conforme abordamos do ponto de vista econômico no primeiro capítulo e abordaremos em seus efeitos sociais para a juventude no quarto capítulo.

ataques da austeridade, rebaixou-se em muito o valor da força de trabalho nos setores público e privado, mas também as condições de reprodução da força de trabalho (expressas nos dados sociais).

O segundo elemento que queremos destacar com importância no pós-crise foi o aumento desenfreado da xenofobia (como expressão do avanço da extrema-direita) e a subsequente forma da incorporação dos imigrantes no mundo do trabalho, particularmente europeu, e aproveitando a crise para imprimir as novas condições de precarização. Ou seja, se o efeito imediato da crise foi uma onda de demissões, atrelada a uma retirada de direitos trabalhistas, o capital se utilizou de modo consciente também da xenofobia e as novas condições de crise econômica como fator para rebaixar o valor da força de trabalho e aumentar as taxas de lucro.

Valendo-se da posição mais frágil dos imigrantes pela situação de estarem em outro país – em empregos precários, na maioria das vezes sem familiares ou amigos a quem recorrer numa situação de desespero –, o capital tem sido implacável na exploração dessa força de trabalho, chegando ao ponto de em algumas descrições para imigrantes recém-chegados oferecer “trabalhos” em troca de alimentação e moradia, ou seja, uma forma atualizada de trabalho escravo ou mesmo utilizado pelo próprio Estado: “Em Novara, Udine, Rovereto, Livorno, Firenze, Prato, Cesena, Vittorio Veneto, Treviso, Reggio Emilia, Este, Bari, Reggio Calabria, etc., os refugiados que pedem asilo têm sido empregados gratuitamente em trabalhos de utilidade pública, quase sempre de polícia” (BASSO, 2015).

Quando não estão nessa situação, muitas vezes se veem na condição de ilegalidade jurídica, uma condição das quais as distintas formas de capital também tiram proveito para imprimir um grau maior de exploração da força de trabalho imigrante. A propósito, Aziz Choudry e Mondli Hlatshwayo (2016, p. 5) escrevem sobre:

A criação e manutenção de categorias de trabalhadores com diferentes conjuntos de direitos ligados à sua situação de imigração é uma característica política padrão e uma estratégia capitalista que é fundamental para o funcionamento de muitas economias, facilitando a redução dos custos trabalhistas para os empregadores. Postos de trabalho irregular são particularmente sujeitos à exploração pelo capital, a fim de reduzir os custos trabalhistas e gerar maior mais-valia (tradução nossa)

Os imigrantes sem documentos são focos ainda mais frágeis da exploração pelo capital, já que estão bem mais suscetíveis a qualquer pressão, do contrário são denunciados pelos próprios empregadores.

desafia a construção de migrantes sem documentação e outros sem status de imigração como “ilegal”. Essas categorias de migrantes são as mais exploradas e vitimizadas - por empregadores e por autoridades estaduais na forma de detenções, violência e deportações. Em muitos casos, esses trabalhadores fazem trabalho precário e perigoso e seus direitos são violados pelos empregadores que se aproveitam de seu status (tradução nossa)

Nesse sentido, os autores apresentam uma das respostas que têm surgido em meios ativistas e de movimentos sociais ao redor do mundo na forma do lema: “ninguém é ilegal”.

A incorporação desse elemento na reestruturação do capital não está dissociada das causas que levam à emigração, mas na realidade as aprofundam. Se formos descrever os tópicos gerais do que leva a esse fenômeno, poderíamos citar: as diferenças gigantescas de condições de vida entre países do “norte” e “sul” do mundo, o crescimento do agronegócio e a “urbanização”, criando inchaço e grandes megalópoles da miséria nos países subdesenvolvidos e a política imperialista que tem impactos sociais nefastos, tendo como grande exemplo o caso da Síria, com um enorme êxodo do país, produto do prolongado sofrimento da população com guerras e intervenções imperialistas.

Pietro Basso analisa em dimensão ampliada esse fenômeno quando diz:

O crescimento das migrações internacionais se deve a causas estruturais de longo prazo. As principais são: 1) A desigualdade de desenvolvimento produzida pelo colonialismo e neocolonialismo, que têm dividido o mundo em países ricos e países pobres; 2) A violenta pressão do capital e das multinacionais do agronegócio sobre a agricultura dos países da Ásia, da África, da América Latina, que está expulsando do campo enormes massas de camponeses pobres e trabalhadores rurais; 3) O endividamento forçado desses países; 4) A cadeia infinita de guerras “locais”, relacionadas diretamente ou por intermediários, aos estados europeus e aos Estados Unidos (é necessário não esquecer o massacre sistemático e periódico de Gaza por parte de Israel); 5) O desastre ecológico.

A crise que irrompeu em 2008 tem exasperado todos esses processos (BASSO, 2015).

Tendo isso em vista, não resta dúvida que o fenômeno da imigração tem motivações que são bem anteriores à crise, mas nesta última década cada um desses fatores pode se intensificar ainda mais, particularmente em sua incorporação na lógica do capital com, no último capítulo da crise, a emergência de governos de extrema-direita e o crescimento da xenofobia atingindo uma nova escalada, o que permitiu ao capital criar condições bem mais favoráveis para aprofundar a precarização geral da força de trabalho e amplificar a divisão no interior do movimento operário entre contratos formais e informais, estáveis e rotativos, assíduos e precários, trabalhadores do país e imigrantes.

Assim, do ponto de vista da crise, trata-se de uma dialética entre as consequências devastadoras no sul do mundo e a forma de se utilizar dessa violência para rebaixar o valor da própria força de trabalho nas potências (sobretudo, o continente europeu) – forçando os imigrantes a ser parte constitutiva da nova reestruturação do capital no pós-crise.

Um terceiro componente que consideramos de importância decisiva na reestruturação do capital está na *utilização de novas tecnologias da comunicação como forma de debilitar decisivamente qualquer elemento de estabilidade laboral e aumentar o controle do trabalho*, relacionando-se, portanto, com essa tentativa de atomizar completamente a classe trabalhadora, em alguns ramos específicos. Isso quer dizer que, por um lado, entramos em uma nova escala do que seria o trabalho temporário, intermitente, ampliado, terceirizado, no limite, uma tentativa de debilitar (e em alguns casos esfaquear) a “jornada de trabalho” regular e, ao mesmo tempo, fazer o trabalhador vender por mais horas sua força de trabalho, em escala semanal. Por outro lado, a tentativa de amplificar consideravelmente as tecnologias no plano industrial, particularmente com a propaganda de que vivenciaríamos uma 4ª revolução industrial, a partir da indústria 4.0, a era da comunicatividade e da interconectividade.

Começamos pelo fenômeno da *uberização do trabalho*. Ursula Huws, em uma entrevista realizamos com a autora no ano de 2017 sobre o *cyberproletariado* e as novas condições de trabalho, diz que:

Temos outro enorme crescimento da classe operária através do que podemos chamar de “formalização da economia informal”; o tipo de trabalho que costumava ser do setor privado ou da “pequena produção”, por exemplo, trabalhadores da limpeza, limpadores de janelas, cuidadores de idosos ou crianças, que são pagos diretamente em dinheiro – normalmente, na maior parte do mundo – fora do escopo das relações formais do capitalismo. Agora conhecemos as plataformas on-line como a Uber, sugando os trabalhadores para dentro da órbita das relações formais do capitalismo, embora não sejam funcionais, estão sujeitos à disciplina capitalista, à disciplina do tempo, e outras formas de disciplina e supervisão por capitalistas. Ainda que nos estágios iniciais, da produção fabril inclusive, o modelo de trabalho era originalmente um modelo de aluguel; eles não empregavam diretamente os trabalhadores, eles alugavam um espaço na fábrica no período inicial do desenvolvimento industrial. Estas empresas de plataforma estão usando também um modelo tipicamente de aluguel, tomam para si uma percentagem por cada transação (HUWS, 2017, p. 30).

Huws chama a atenção para a capacidade com a qual o capital, pela via das novas tecnologias de comunicação, vem conseguindo incorporar uma série de trabalhos antes informais, fragmentados, a uma rede de monopólios, plataformas digitais, “proletarizando” o setor de serviços e fazendo com que as empresas possam atingir grandes margens de lucro naquilo que antes eram tidos como trabalhos “improdutivos”, no sentido que Marx dá em *O capital*, ou seja, que não geravam mais-valia.

Foram se inovando, assim, os métodos de aproveitar essa força de trabalho sem dar garantias ou direitos trabalhistas, mantendo o trabalho atomizado e subordinado a plataformas, ou seja, amplificando em uma escala até então não realizada, a *flexibilização* das condições de trabalho. Expressões disso é o que na Inglaterra ficou conhecido como “*zero hour contract*”, contrato de zero hora, formas de trabalho “*on demand*”, pagamento com *voucher* na Itália e a forma mais conhecida, as plataformas digitais como a Uber ou o Rappi; que criam esse novo sentido da morfologia do trabalho, em que se modifica a jornada de trabalho regular como forma de devastar todos os direitos trabalhistas, as férias, o décimo terceiro e mesmo os que se condicionam à carteira assinada. Agora trata-se de utilizar os trabalhadores nos minutos, nas horas ou nos dias em que é conveniente e depois descartá-lo à própria sorte na maré da crise e do desemprego. Além disso, com a redução dos direitos e o rebaixamento da força de trabalho, o “estraçalhar” da jornada, ironicamente, só pode ter uma consequência clara: o aumento da jornada, com trabalhadores “fazendo seu horário”, na prática trabalhando 10, 12 ou até 14 horas diárias. Sem dúvida, esta é uma das tendências fundamentais da reestruturação do capital no pós-crise.

No que tange à indústria 4.0, tendo a Alemanha como país propulsor, o eixo da “revolução” que estaria ocorrendo nas indústrias seria a *comunicatividade*, particularmente com a introdução da chamada “internet das coisas”. A capacidade de utilização de controles remotos e sensores, permitindo interação a distância entre os humanos e as coisas já data de algumas décadas; no entanto, a diferença fundamental estaria em que agora essa forma de interação não seria apenas bilateral, mas se daria mediada pela internet, conectando as pessoas e as coisas, permitindo que as trocas de informações alcançassem uma velocidade muito maior, programando objetos e máquinas para processar, selecionar e enviar informação, criando canais de rede entre a produção e a circulação (por exemplo, sobre a necessidade de novos insumos industriais).

Tal mudança viria acompanhada de uma robotização muito maior das indústrias, com a introdução de inteligência artificial. Entre os destaques no que se refere à reestruturação produtiva, estariam as tecnologias de *machines learning*, que permitiriam às máquinas desenvolverem gradativamente uma capacidade cada vez maior de processar as informações e oferecer soluções de novo rendimento do capital. Em paralelo, as novas tecnologias de impressão 3D, permitindo uma evolução significativa no modo de produção de mercadorias, inclusive atingindo já a impressão de metais com gastos cada vez menores.

Os efeitos disso no mundo do trabalho iriam em dois sentidos. Em um deles, seguindo uma regra da produção regida pelo capital, busca-se aumentar a composição orgânica do capital, aumentando o capital constante e diminuindo o capital variável, em outras palavras, introduzindo nova maquinaria e diminuindo o número de trabalhadores. Se a revolução toyotista já amplificou os mecanismos de controle no interior da produção e a conexão entre esta e a esfera da circulação, a *revolução comunicativa* na indústria 4.0 fatalmente aumentará em alguma escala esse processo. No outro, a capacidade de controle do capital sobre os operários tende a se intensificar, por exemplo, com os mecanismos que as máquinas teriam de “avisar” os empregadores com dados mais precisos sobre falhas, peças, itens com defeitos (diminuindo as perdas, intensificando o ritmo de trabalho), número de itens produzidos, produtividade de cada trabalhador em determinados segmentos, velocidade com que insumos chegariam para continuidade do trabalho. Pode-se esperar que se combine a “internet das coisas” na esfera industrial também com a

“uberização do trabalho” em perspectiva, com as fábricas conectadas informando mais detidamente a capacidade de produção e podendo fazer com que os empregadores contratem e demitam com mais agilidade.

Por fim, é igualmente importante para o debate levar em conta as novas condições econômicas e geopolíticas na dinâmica da crise, ou seja, *os impactos da guerra comercial na divisão internacional do trabalho* na medida em que questionam certos aspectos da acumulação flexível na era da mundialização do capital. Isto porque, como consequência dessa última fase da crise no pós-2016, está o incremento de tipos de nacionalismos econômicos, que questionam bastante o modelo de globalização neoliberal do período anterior e têm levado a medidas protecionistas de grande magnitude, especialmente no conflito entre Estados Unidos e China. Isso coloca em xeque o modelo anterior que, na verdade, baseou-se bastante na dinâmica dos EUA como *consumidor número 1 do mundo* e China como *fábrica do mundo*, e tinha como base as condições extremas de exploração capitalista no interior das fábricas chinesas. Como é sabido, durante o ciclo neoliberal pré-crise (década de 1990 e 2000), o papel da China foi decisivo como fonte de exploração do trabalho quase “ilimitada” (pra usar uma expressão hiperbólica) com influência no valor da força de trabalho em âmbito internacional. No entanto, os efeitos da crise parecem ser contraditórios, visto que com a queda no crescimento chinês e um aumento cada vez maior do seu mercado interno, parece que estamos assistindo a uma espécie de tendências opostas se combinando, em que se mantém nichos de exploração ferrenha (em que um salário de 60 dólares é considerado bom), mas também, em termos relativos, a formação de um proletariado mais “moderno”, qualificado e em que não se pode manter eternamente a tendência selvagem de exploração. Pelo contrário, indica-se um aumento relativo na China do valor da força de trabalho em alguns nichos que pode trazer consequências em âmbito internacional, em que se coloca o debate de até que ponto a Índia poderia ser uma alternativa, já que possui um imenso proletariado e as condições de acumulação nesse país aparecem como um terreno fértil para o capital internacional. Mas, para além desse debate muito recente, o que, por sinal, vem se transformando, é o papel da China como “fábrica do mundo de um país dependente” para um país que vem avançando na exportação de capital, na tecnologia de ponta, em avanços militares, em suma, que vem adquirindo traços iniciais de potência imperialista e, nesse sentido, modificaria necessariamente o lugar

do seu proletariado no esquema da divisão internacional do trabalho. Evidentemente, se a China conseguirá vencer as contradições internas e a “guerra fria” que se anuncia contra os Estados Unidos e se consolidar como potência ou se sucumbirá em seus laços de dependência a pressão ianque é um processo em aberto, que potencialmente marcará os próximos anos, e talvez décadas.

Sem dúvida, esse tema balizará os movimentos de reestruturação do capital, entretanto, esta pesquisa deve seguir, porque se trata de um processo muito recente, sobretudo no que tange à escalada da guerra comercial no pós-2016. Isto torna um tanto difícil o exercício de propor prognósticos acerca dos impactos no mundo do trabalho, embora acreditemos que já possa ser apontado como um fator de relevância no estudo desse processo em curso de reestruturação do capital.

O conjunto desses fatores, portanto, pode ser relacionado para definirmos que *vivemos uma nova fase de reestruturação do capital das condições de trabalho e produção*, superando (dialeticamente) o Fordismo, o Toyotismo e alguns aspectos da acumulação flexível, mantendo e aprimorando alguns de seus mecanismos e inovando os métodos de extração de mais-valor em tempos de austeridade, fluxos migratórios, tecnologias de informação e comunicação e guerras comerciais. Por se tratar de um fenômeno tão recente e em que cada uma dessas tendências continua vigorando e se aprofundando, seria talvez prematuro falar categoricamente em “nova reestruturação produtiva” diferente qualitativamente da reestruturação produtiva neoliberal. No entanto, acreditamos que podemos dizer também, da mesma forma que vimos uma transição importante da fase neoliberal para uma nova fase do capitalismo, levando em conta a economia (ou seja, as transformações no capital), que estamos vivenciando um processo em curso, com tendências mais ou menos desenvolvidas, dessa reestruturação produtiva – expressas nos quatro aspectos que elencamos acima. O *sentido* desse *processo em curso* de reestruturação do capital acreditamos estar bem postulado na expressão utilizada por Ricardo Antunes em seu livro, *O privilégio da servidão*, em que o autor advoga que estamos vivenciando uma “era de precarização estrutural do trabalho”, composta pelos seguintes elementos:

- 1) a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e sua substituição pelas diversas formas de trabalho atípico, precarizado e “voluntário”;
- 2) a criação das “falsas” cooperativas, visando dilapidar ainda mais as

- condições de remuneração dos trabalhadores, solapando os seus direitos e aumentando os níveis de exploração da sua força de trabalho;
- 3) o “empreendedorismo”, que cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado, fazendo proliferar as distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa;
 - 4) a degradação ainda mais intensa do trabalho imigrante em escala global (ANTUNES, 2018, p. 76).

Daqui que retomamos o que escrevemos no início da seção, em que, nessas novas condições internacionais, o movimento do capital tem sido utilizar o tabuleiro econômico da crise no sentido de dificultar os elos de conexão entre os trabalhadores nos seus lugares de trabalho, atomizando-os, estilhaçando a “jornada” regular e, nesse sentido, os elementos de estabilidade do trabalho e, finalmente, explorando os desencontros entre os trabalhadores, particularmente a partir do grande fenômeno internacional da imigração.

Assim, buscamos tentar traçar as principais tendências do capital no sentido de aumentar o grau de exploração e na sua luta contra a organização da resistência do mundo do trabalho, observando em que direção vai a reestruturação do capital das condições de produção e reprodução do trabalho, atendo-se ao processo em sua dinâmica atual, tendo em vista os limites para falarmos categoricamente de um processo em oposição ao neoliberalismo – mas que já deixa suas marcas de diferença aprofundando tendências e inovando em alguns métodos ou no contexto internacional distinto – e, por fim, apontar o sentido do que consideramos essa reestruturação, que é a precarização estrutural do trabalho.

Ter isso em mente, compreender a “era da precarização estrutural do trabalho” em seus mecanismos objetivos e perceber que esse processo vai se dando com múltiplas tendências em pleno desenvolvimento, é também entender a forma por meio da qual o movimento operário vem imprimindo lutas de resistência, e também pensar como desenvolver alternativas a esse processo de reestruturação produtiva pós-crise.

Isto posto, consideramos importante também buscar compreender as formas de resistência dos trabalhadores, observando a classe não apenas em sua dimensão objetiva, mas também subjetiva, no contexto do pós-Lehman Brothers.

3.4 A REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL E A RESISTÊNCIA OPERÁRIA

Na década da crise econômica (2008-2018), os conflitos entre o capital e o trabalho se deram em distintas formas, incluindo formas indiretas, em que o proletariado não era o sujeito hegemônico das manifestações, mas nem por isso elas deixaram de ser formas de resistência ao metabolismo do capital na década da crise. Entre esses processos, poderíamos destacar os grandes processos revolucionários de massas como os que ocorreram no início da primavera árabe, mobilizações internacionais da juventude, o movimento feminista, movimento negro, movimentos LGBTs, entre outros. No entanto, um olhar mais acurado para a dinâmica da crise pode possibilitar perceber que o que antecedeu esses grandes fenômenos políticos e movimentos sociais foram grandes batalhas de resistência da classe trabalhadora contra os planos de austeridade, entre as quais a mais destacável foram as greves gerais na Grécia.

Entre os fatores que apontamos como fundamentais para a reestruturação do capital no interior da crise estavam os planos de austeridade, já que as distintas medidas econômicas dos pacotes propostos buscavam acelerar as consequências de precarização do mundo operário. Dessa forma, as reflexões que fizemos sobre o processo em curso de uma nova reestruturação produtiva na década ora referida correm em paralelo com os processos de resistência e a emergência do proletariado no interior da crise, que se não podemos dizer que é o que se destaca – afinal, a rigor, não vivenciamos nenhum processo ainda de revoluções ou rebeliões claramente proletárias –, não se pode dizer que não houve processos de relevância.

Kurt Vandaele (2016) apresenta um gráfico que trata das greves gerais⁶³ e ameaças de greve⁶⁴ (*strike threads*) no oeste europeu entre 1995 e 2015, em que se pode ver o pico de ações dos trabalhadores no ano de 2010:

⁶³ O próprio conceito de greve geral, a rigor, poderia ser problematizado, já que distintos pesquisadores trabalham com diferenças entre esses conceitos, até mesmo considerando a própria noção de paralisação nacional de um dia como uma greve geral. De todo modo, a pesquisa apresentada pode dar uma noção aproximada das ações mais intensas dos trabalhadores tomando a greve geral nesse sentido mais “amplo”.

⁶⁴ Por “strike threads”, os autores consideram o seguinte: “Às vezes, a mera ameaça de ação grevista pode induzir uma resposta do governo. Portanto, também olhamos para as ameaças de greve geral, mesmo quando a greve não ocorreu. Para contar como uma ‘ameaça’, uma liderança de um sindicato ou confederação sindical teve que declarar sua intenção de convocar uma greve geral em uma questão

Figura 10. Greves gerais (incluindo ameaças) no oeste europeu desde 1995

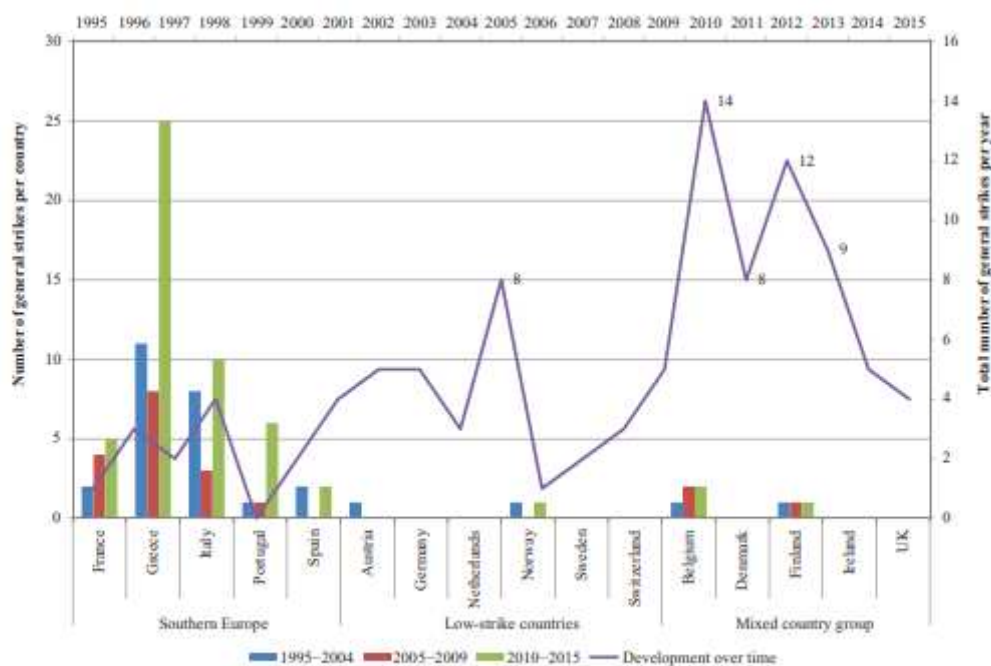


Figure 2. General strikes (including threats) in western Europe since 1995.

Source: Data provided by John Kelly.

A partir dos dados do gráfico, poderíamos falar em ao menos 65 greves gerais ou ameaças de greve que fizeram governos recuarem após a crise de 2008 até o ano de 2015, um número enorme de greves das quais as batalhas contra os planos de austeridade são onde se encontra o maior número, com 14 greves gerais só em 2010. Outro dado a se destacar está na análise do movimento operário grego, em que se apontam 25 greves gerais entre 2000 e 2015. Disso podemos extrair mais “graficamente” a análise segundo a qual o período em que, em sentido estrito, podemos nos referir como “a grande recessão”, que são os dois anos que seguem a crise de 2008, é o momento em que vai se apresentar mais intensamente a resistência operária, ou seja, em que categoricamente o proletariado entra em cena em distintos lugares do mundo, sobretudo na Europa dos planos de austeridade.

específica e em uma determinada data”, no texto *Striking Concessions from Governments: Explaining the Success of General Strikes in Western Europe, 1980-2009* de Kerstin Hamann, Alison Johnston, and John Kelly.

Um segundo gráfico⁶⁵ traça a comparação dos países nos quais mais houve processos de resistência, entre os quais figuram Grécia, Itália, Portugal e Espanha.

Figura 11. Número de greves gerais nos países da Europa do Sul – 2002 -2011

TABLE 1 *Number of General Strikes in South European Countries, 2002–2011*

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Greece	1	0	1	3	2	1	1	1	7	7
Italy	2	2	2	1	0	0	1	1	1	2
Portugal	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1
Spain	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0

Sources: Hamann, Johnston, and Kelly 2013; European Industrial Relations Observatory (EIRO), <http://eurofound.europa.eu/eiro/index.htm> [accessed 5 April 2012]; authors' database.

O destaque para a Grécia se refere não a que tenha sido o único país com lutas importantes, mas onde elas foram expressivamente mais intensas.

Conforme escrevem Rüdig & Karyotis (2014, p. 488):

Embora protestos contra a austeridade possam ser vistos em muitos países, a crise da dívida soberana na zona do euro, que se acelerou em 2010, fornece um foco específico. O país na vanguarda desse desenvolvimento é a Grécia. Para evitar uma inadimplência desordenada em sua dívida, em maio de 2010, o governo socialista do PASOK negociou o maior empréstimo já recebido por um único país (\$110 bilhões) em troca da promulgação de um programa de ajuste estrutural draconiano. A Grécia, evidentemente, não era o único país a enfrentar problemas econômicos agudos e a ser forçada a adotar políticas de austeridade. Espanha, Itália e Portugal no sul da Europa, assim como a Irlanda e o Reino Unido, entre outros, também estavam em posições semelhantes. No entanto, o protesto contra a austeridade parece ter sido, pelo menos até agora, muito mais intenso na Grécia do que em outros lugares, inclusive em comparação com países que também tiveram que recorrer a resgates financeiros internacionais (tradução nossa)

Isto posto e ao passar à abordagem do movimento operário grego contra a austeridade, podemos buscar identificar algumas ondas no interior dos conflitos contra os planos de austeridade no pós-crise, em que consideramos que existem diferenças destacáveis de uma para outra onda. Particularmente a partir de 2011 – quando no

⁶⁵ Extraído do texto “*Who Protests in Greece? Mass Opposition to Austerity*” [Quem protesta na Grécia? Oposição de massa à austeridade], dos pesquisadores Wolfgang Rüdig e Georgios Karyoti.

início do ano alguns ditadores caíram com protestos massivos no Oriente Médio e, em seguida, com o desenvolvimento das lutas estudantis na Europa – entra-se em uma nova fase na qual não mais se poderá dissociar as lutas de resistência aos planos de austeridade do que significou, em distintos países, *a confluência da juventude com o movimento operário*. No caso particular da Grécia, esse encontro se deu nas praças, como nas mobilizações na Syntagma.

Georgios Karyotis e Wolfgang Rüdig (2017, p. 161), em um outro estudo realizado sobre os protestos na Grécia, apontam para essa diferenciação em três grandes ondas:

A primeira onda consiste no protesto em massa contra a austeridade que surgiu em 2010 e se intensificou após o acordo de resgate em maio (...). A segunda onda de protestos ocorreu em 2011 e viu não apenas um aumento adicional na participação (...), mas também uma expansão de suas atividades, notadamente com a ocupação de praças centrais por um novo movimento inspirado nos Indignados chamado *Αγανακτισμένοι* (Aganaktismeni) (...). Uma terceira onda de mobilização, a partir de meados de 2012, coincidiu com uma mudança parcial de foco das ruas para a arena eleitoral, com um partido anteriormente marginal, a Coligação da Esquerda Radical (SYRIZA), estabelecendo-se como o principal partido do movimento

Neste trabalho, queremos tratar especificamente das lutas da “primeira onda”, nos detendo mais brevemente no conteúdo do plano de austeridade anunciado pelo governo grego e contra o qual os trabalhadores se embateram.

Os planos de austeridade baseavam-se em conseguir um corte orçamentário de 30 bilhões de euros em três anos, reduzindo o que apontavam como “déficit público” a menos de 3% do PIB até 2014, o que correspondia a mais de 10% de redução posto que em 2011 (ano da medida) atingia 13,6%. Em troca, oferecia-se bilhões em empréstimos do FMI. Entre os principais pontos do plano de austeridade que queremos destacar aqui, que podemos retirar do *The economic adjustment programme for Greece*⁶⁶, relatório da Comissão Europeia, estão⁶⁷:

⁶⁶ Cf.: http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/occasional_paper/2010/pdf/ocp61_en.pdf

⁶⁷ Uma síntese dessas medidas pode ser acessada na matéria: *Greece's austerity measures*, da BBC, no link: <https://www.bbc.com/news/10099143>.

- **No setor público**, as medidas eram draconianas: não apenas congelava qualquer aumento ou medida de valorização do trabalho, mas incluía ataques de grandes dimensões às atuais condições de trabalho, incluindo um congelamento de pagamentos para trabalhadores do setor público e demissões em alguns setores; agrega-se a isso que mesmo as medidas meritocráticas de bônus foram questionadas, com pagamentos realizados no Natal, na Páscoa e nas férias de verão anulados – substituídos por uma quantia significativamente menor, e naturalmente questionando qualquer outra política de bônus ou benefício ao trabalho.
- **Privatizações**: como parte também do “enxugamento da máquina pública”, que nada mais é do que uma destruição dos serviços públicos e das condições de trabalho dos funcionários, a proposta era uma generalização das privatizações, incluindo setores primários e secundários da economia.
- **Uma reforma da previdência**, que buscava combinar um duro ataque ao setor público, aumentando em alguns casos 10-15 anos do tempo de trabalho para a aposentadoria, e condicionando, em geral, a aposentadoria à expectativa de vida no país, com idade mínima de 65 e aumentando progressivamente até 2020, com 40 anos no mínimo de trabalho. Além disso, os mesmos bônus que foram cortados nos servidores públicos (de Natal, Páscoa e férias de verão) também foram anulados para os aposentados. Por fim, diminuindo o valor das aposentadorias, não mais tomando o salário final, mas sim o salário médio do trabalhador.
- **Aumento de impostos**: o *imposto sobre valor agregado*, implementado em toda União Europeia, que taxa em todos os níveis os bens e serviços, seria aumentado de 21% para 23%.

Dessa maneira, o que marca a primeira fase da reestruturação do capital no epicentro da crise, tendo a Grécia como laboratório, é uma nova rodada, ainda mais profunda, dos “remédios” neoliberais: cortes de salário e demissões no funcionalismo público, reforma da previdência, privatizações e mais impostos (esse último não como parte do receituário oficial, mas muitas vezes aplicado na receita prática neoliberal).

O que existe de novo nessa velha fórmula? O grau de intensidade com que isso acontece em países de capitalismo avançado, como Grécia, Portugal, Espanha, Itália, por um lado, e a disputa imperialista que começa a gestar-se na União Europeia, com as potências mais fortes (sobretudo Alemanha, França e Inglaterra) buscando todas as formas de aumentar a dependência dos países de segunda linha no cenário europeu, impondo aos trabalhadores desses países condições de trabalho e de vida que se assemelham mais aos países do sul do mundo. Ainda assim, essas medidas isoladas não conformariam uma diferença qualitativa em relação à reestruturação neoliberal, era preciso a combinação com demais medidas, como apontamos no tópico anterior.

Desse ponto de vista, a primeira grande entrada em cena da classe trabalhadora com uma sequência de greves gerais, apesar do nível de controle significativo por parte da burocracia sindical, ocorreu na Grécia contra as medidas de austeridade da crise, ou seja, uma batalha do proletariado e suas entidades de classe contra as reminiscências neoliberais que se expressavam com vigor no interior da crise. Já em conexão com os movimentos de juventude e sob os impactos da Primavera Árabe, as lutas seguiram nos anos seguintes, no entanto, sem conseguir apresentar organização que pudesse barrar as medidas de austeridade.

A frente única defensiva, sem a qual a frente única ofensiva e os soviets são impensáveis, foi um dos grandes ausentes durante todo o primeiro ciclo de lutas de classes que vai desde 2010 até 2012, com dezenas de greves gerais, mobilizações de massa e enfrentamentos com a polícia. (ALBAMONTE; MAIELLO, 2017, p. 28 – tradução nossa).

Com os sindicatos principais ainda colocando importantes limites ao movimento, ainda muito atrelados ao “socialista” *PASOK*, terminaram por resultar em importantes derrotas para os trabalhadores gregos e imposição das medidas de austeridade.

Conforme escreveu Claudia Cinatti (2012, p. 20) em 2012, no calor dos processos:

Os dados indicam que está havendo uma depressão: em 2012 a economia irá se contrair pelo quinto ano consecutivo, desta vez em 7%; o desemprego oficial está em torno de 22%, trabalhadores públicos e aposentados perderam em média um terço de seus ingressos e a dívida, logo após a quitação, acordada com a assinatura do memorando, ascende em torno de 113% do PIB. Os planos de ajuste exigidos pela *troika* não fazem mais que agravar esta situação. No marco desta catástrofe social e econômica e da crise dos partidos tradicionais, nos últimos dois anos se desenvolveu uma grande variedade de formas de luta: setoriais e mobilizações de massa; a emergência do “movimento das praças”, similar aos “indignados” espanhóis que durante dias ocupou a praça Syntagma e cercaram o parlamento; experiências minoritárias, porém significativas de ocupação e operação por parte de seus trabalhadores de estabelecimentos como o jornal *Elefthrotypia*, mesmo que lamentavelmente esta experiência não tenha se consolidado; e lutas operárias difíceis e prolongadas, talvez a mais emblemática seja a dos trabalhadores da Usina Grega, que após 9 meses de conflito foram duramente reprimidos pelo governo da Nova Democracia – PASOK e Dimar (tradução nossa).

Se os resultados foram contidos em se generalizar em uma greve geral política que pudesse questionar efetivamente os planos da *troika* e oferecer uma nova alternativa política e programática para a Grécia, um dos resultados indiretos – mas de muita importância – do processo de luta na Grécia, expressou-se no terreno político e, na realidade, relaciona-se com um fenômeno de alcance internacional, do qual esse país é um dos seus berços. Aquilo que Antonio Gramsci chamou de “crise orgânica” (GRAMSCI, 2007, p. 60), um fenômeno de crise de hegemonia, em que se abre uma fissura entre “representantes e representados”, tornou-se uma realidade patente na Grécia, com um verdadeiro derretimento do *PASOK* (então governo durante os ataques de 2010) e futura emergência do *SYRIZA*. No quarto capítulo deste trabalho, abordaremos com mais detalhes o fenômeno; gostaríamos apenas de apontar desde já que, embora o imperialismo europeu, em acordo com os setores dominantes e governos da Grécia, tenha conseguido impor contundentes medidas de austeridade à população grega, o custo desse processo foi desencadear uma enorme crise política no regime grego.

No que se refere aos planos de austeridade, o caso da Grécia é expressivo para nossa análise em dois sentidos. Se precisamente aí o plano foi mais agressivo contra os trabalhadores, também aí se deu a maior resposta proletária de 2010. Seu resultado significou uma derrota dos trabalhadores, mas veio acompanhada de uma crise política de hegemonia da classe dominante.

Entender esse processo é perceber onde os “extremos se tocam” na dinâmica da crise, pois as vitórias do capital contra os trabalhadores foram acompanhadas de novas batalhas muito mais intensas e de consequências decisivas para a dominação capitalista.

3.4.1 As reformas trabalhistas e as batalhas dos trabalhadores

A primeira grande expressão de uma reforma trabalhista, no sentido da “era estrutural da precarização do trabalho” se deu no Estado Espanhol. O processo se deu em algumas etapas, a primeira em paralelo com o processo grego, em junho de 2010, pelo governo “socialista” de Luiz Zapatero, tinha dois eixos fundamentais: generalizava os contratos precários de primeiro emprego e ampliava as possibilidades de demissão pelas empresas sob alegação de que não havia condições econômicas para manter os empregos, ou seja, facilitando enormemente as demissões.

Em fevereiro de 2012, com a entrada do Partido Popular no governo, ampliou-se muito o alcance da reforma com a aprovação do decreto-lei 3/2012 com uma série de medidas que iam no sentido de: a) debilitar as condições dos sindicatos nas negociações coletivas: “A reforma se pronuncia a favor de descentralizar os âmbitos de negociação coletiva para os aproximar, cada vez mais, à situação da empresa” (BLASCO, PÉREZ, 2015 – tradução nossa); b) ampliar as facilidades para as demissões, incluindo alegações econômicas, de modo que “Facilita a demissão por causas econômicas, com indenização de 20 dias de salário por ano no cargo, ao definir a diminuição persistente do nível de receitas ou vendas da empresa como aquela que se produz durante ao menos três trimestres consecutivos” (BETILILA, JANSEN, 2012 – tradução nossa); e c) ampliar as modalidades de contratos de trabalho.

A lógica, portanto, seria diminuir as condições de negociação dos sindicatos, facilitar as possibilidades de demissão por parte das empresas e adequar a legislação à “nova realidade trabalhista” com um ataque à estabilidade do trabalho e a conformação desse novo proletariado de serviços. Sobre o último ponto dos contratos, vale a pena observar as quatro formas propostas na reforma:

No que diz respeito à nova contratação, surgem várias figuras. A primeira é o novo contrato permanente de apoio aos empreendedores. Esta modalidade contratual pode ser utilizada pelas empresas com menos de 50 trabalhadores, é permanente e a jornada é completa, com um período experimental de um ano; se beneficia de significativos incentivos fiscais; o trabalhador pode conciliar o salário com 25% de subsídio de desemprego; e o contrato deve durar por no mínimo três anos. A segunda modalidade é o contrato de formação e aprendizagem, destinado aos menores de 30 anos. Quando termine a duração do contrato, o trabalhador não poderá ser contratado sob esta modalidade pela mesma ou outra empresa para a mesma atividade laboral ou ocupação objeto da qualificação profissional associada ao contrato, mas sim para uma diferente. O tempo de trabalho não poderá superar 75% da jornada no primeiro ano e 85% no segundo e terceiro ano. Está bonificado com importantes reduções de parcelas até 100% das contribuições. A terceira modificação contratual faz referência à possibilidade de realizar horas extras por trabalhadores com contrato de tempo parcial. E a quarta modificação se refere à suspensão da limitação à concatenação de contratos temporários (BLASCO, PÉREZ, 2015 – tradução nossa).

Os processos de reanimação do questionado neoliberalismo com tentativas de desmonte do funcionalismo público, privatizações e reforma da previdência como o plano grego vieram seguidos da releitura do capital em atacar em um ponto crucial: recriar as modalidades de trabalho de forma a apontar ainda mais para o trabalho temporário, instável, atomizado, debilitando os sindicatos e criando as condições para o novo fenômeno que se nasceria no interior da crise: a *uberização do trabalho*.

Vale notar que o proletariado espanhol também entrou em cena nos dois momentos, com grandes greves gerais: em 2010, no entanto, tardou três meses para que os sindicatos reagissem à reforma trabalhista, tendo a greve ocorrido apenas em 29 de setembro, já com muitas dificuldades para reverter a reforma e bastante controlada pelas direções conciliadoras dos sindicatos, que na realidade serviram como freio em nome de defender as reformas necessárias para dar estabilidade ao governo “socialista” de Zapatero, terminaram em uma crise importante do PSOE e a emergência do PP. A outra grande greve geral se deu mais próxima da segunda reforma trabalhista, de 2012, desta vez com um impacto muito maior por parte dos sindicatos. Em uma matéria do jornal *El País* da época, embora numa guerra de cifras, é incontestável que podemos falar de um processo de centenas de milhares de trabalhadores no Estado Espanhol, com os sindicatos apontando que ultrapassava a casa do milhão em todo o país:

As mobilizações, como quase sempre, acabaram com a habitual guerra de cifras. O governo calculou em 800.000 o número de manifestantes em toda a Espanha,

enquanto os sindicatos estimaram em 900.000 o número de manifestantes em Madrid (sem cifras oficiais ao término da mesma), 800.000 em Barcelona (dez vezes menos segundo a Guarda Urbana) e 250.000 em Valencia (35.000 segundo a polícia local). *El País* realizou seus próprios cálculos nestas três marchas, as mais massivas, com resultados de 170.000 assistentes na capital, 275.000 em Barcelona e 98.000 em Valencia (GÓMEZ, 2012 – tradução nossa).⁶⁸

As greves gerais no Estado Espanhol, portanto, também marcaram a combinação de dois setores estratégicos do proletariado, que se mostraram bem vivos durante as paralisações: as indústrias e o setor de transporte, com a classe trabalhadora já em 2012 impactada pelas marchas da juventude que acabaram por influenciar à esquerda o movimento operário nesse momento. As batalhas em torno da transformação das condições de trabalho seguiram ao longo de toda a década da crise, não só em Grécia, Espanha, Portugal e Itália, mas inclusive nas potências. Um país a se destacar nesse aspecto foi a França, com a reforma trabalhista de 2016.

As duas fases de batalhas em torno da reforma trabalhista na França estiveram colocadas entre os anos de 2016 e 2017: também aqui a reforma se iniciou sob os auspícios do governo “socialista” de François Hollande e avançou já no governo Macron. Ao executivo – com Hollande como presidente – não conseguir maioria no congresso, o recurso utilizado foi um decreto, recorrendo ao mecanismo 49.3 da Constituição, que força a aprovação de um projeto (salvo que haja uma moção de censura do congresso dentro de 24h), ou seja, uma medida muito “de cima”.

A reforma trabalhista na França se baseava nos seguintes pontos principais: a) Buscava expandir as possibilidades da jornada de trabalho, que embora mantinha-a em “oficiais” 35 horas, criavam-se mecanismos que podiam fazê-la subir até 60h semanais “em circunstâncias excepcionais”; b) que as empresas poderiam negociar seus próprios acordos com funcionários, retirando o centro dos convênios coletivos definidos com os sindicatos. A relação se tornava de empresa para funcionários, local, deixando, portanto, muito melhores as condições para as empresas avançarem contra os direitos dos trabalhadores; c) “direito de se desligar”, que se refere às mudanças no tipo de controle, quer dizer, como, remotamente, a partir de *smartphones* e *laptops*, os empresários são capazes de acessar seus funcionários a qualquer momento.

⁶⁸ A nota intitulada *La jornada de huelga general culmina con manifestaciones masivas en toda España* pode ser acessada no link: https://elpais.com/politica/2012/03/28/actualidad/1332958776_265683.html

Nesse ponto, embora a legislação prevê o “direito de se desligar”, o que fica patente é a regulamentação de que em dados horários a empresa pode acessar os funcionários, o que muitas vezes extrapola enormemente a jornada regular, fazendo o trabalho “invadir” as casas dos trabalhadores; d) Empresas com menos de 300 funcionários teriam mais facilidade em demitir, alegando causas financeiras, aproximando, na falta de estabilidade, os empregados formais dos temporários.

Aqui também foi chamativa a ação dos trabalhadores franceses. Além das jornadas de paralisação nacional, o que tem se demonstrado é que, em distintos setores, como os trabalhadores fabris, setor de transporte (especialmente, os ferroviários), refinarias, portuários, garis, setores do funcionalismo, entre outros, a particularidade do processo francês foi a permanência incessante de conflito e disposição de resistência, com a emergência do forte movimento de juventude a partir de março de 2016 chamado *Nuit Debout* (Noite em pé), que encheu de energia as ruas francesas, seguido por greves particularmente do setor do petróleo depois da assinatura do decreto. Daniela Cobet traça uma retrospectiva do processo de greves quando escreve que:

trata-se do uso de 49.3 [mecanismo da constituição] durante a passagem da Lei do Trabalho para a Assembleia, que servirá como uma faísca para a onda crescente de greves de trabalhadores que se seguirão. No dia seguinte, a CGT chamou uma greve renovável [em que os trabalhadores decidem em assembleia diárias se continuam ou não em greve] nas refinarias a partir de 17 de maio. Logo depois, é a vez dos caminhoneiros entrarem na dança, depois a CGT *Pétrole* anuncia a greve renovável de todo o setor (refinarias, depósitos, petroquímicos, estações de aeroportos) e a paralisação de todas as instalações. A região Oeste é, provavelmente, a vanguarda da mobilização e, a partir de 17 de maio, encontra-se paralisada por greves e bloqueios de refinadores, caminhoneiros e estivadores. [...] O movimento de greves renováveis vai durar até o final do mês com mais 7 das 8 refinarias em greve e terá repercussão em vários setores. Assim, no dia 26 de maio, a sede da PSA em Mulhouse passará pela maior paralisação do trabalho desde 1989, com cerca de 1.000 trabalhadores em greve que desfilam nas oficinas e se organizam em assembleia geral contra o acordo de competitividade imposto pela direção e pela lei trabalhista. Ou, ainda, os eletricitistas que reproduziram suas célebres ações “Robin Hood” e economizam um milhão de euros para os usuários, cobrando deles as *heures creuses* [tipo de tarifa que se aplica fora dos horários de pico] (COBET, 2016).⁶⁹

⁶⁹ Cf.: <https://www.revolutionpermanente.fr/Retropective-2016-Le-joli-mai-de-la-classe-ouvriere-contre-la-Loi-travail>

A classe trabalhadora se apresentava em cada uma das aplicações dos planos de austeridade e durante as reformas trabalhistas. O processo ao qual Cobet se refere como “célebres ações Robin Hood”, tratam-se de, no calor da luta contra a reforma e pelos seus direitos trabalhistas, a criatividade com a qual o setor elétrico buscou afrontar os governos e o grande capital, ao mesmo tempo em que tinha uma política hegemônica para a população, visto que os trabalhadores cortaram a eletricidade em empresas e atos do governo, enquanto a estão restaurando para setores pobres. Dessa forma, buscaram obter apoio social para o movimento de combate à lei trabalhista, conforme explicou Marie-Claire Cailletaud da *Confédération Générale du Travail*: “Sábado os funcionários restabeleceram a eletricidade às pessoas em situação precária”; e a CGT completava: “Não vamos cortar as linhas [elétricas] de 400.000 volts para mergulhar a França na escuridão, mas podemos cortar aos clientes industriais aqui e ali”⁷⁰. Um exemplo dos melhores do como, com todos os limites para uma “virada de mesa” efetiva, entrou com tudo em cena a classe trabalhadora francesa.

Por fim, para abordar o fenômeno da reforma trabalhista “deste lado do Atlântico”, num dos “emergentes” que se tornou um dos elos débeis da crise, podemos falar do próprio Brasil. Aqui também o centro dos combates dos trabalhos no contexto do pós-*impeachment* se deu em torno da Reforma da Previdência e da Reforma Trabalhista. Em 2017, já no governo Temer, a aposta se deu em torno da reforma trabalhista – sem mencionar que conseguiu passar a PEC do teto dos gastos, um duro ataque aos direitos sociais. Se analisarmos o caso brasileiro, vemos que os pontos da reforma, tendo por base o artigo de Souto Maior “Impactos do golpe trabalhista (a Lei n. 13.467/17)” (MAIOR, 2017), visam conectar as regras da exploração nacional ao novo padrão internacional advindo da crise: ampliar o banco de horas; ampliar o trabalho temporário; ampliar o trabalho a tempo parcial (aumento para 36 horas semanais – com possibilidade de trabalho em horas-extras); autorizar a terceirização da atividade-fim, com responsabilidade apenas subsidiária do tomador, prevendo “quarteirização”; criar o trabalho intermitente, para qualquer atividade e sem garantia sequer do recebimento do salário mínimo, negociado sobre o legislado, sem garantia

⁷⁰ Cf.: <https://www.laizquierdadiario.com/Huelga-Robin-Hood-de-los-trabajadores-de-la-electricidad-en-Francia>

efetiva para um questionamento na Justiça; autorizar a jornada 12x36⁷¹ por acordo individual; teletrabalho (sem limitação da jornada, dificulta responsabilização do empregador por acidentes e permite a transferência dos custos ao empregado); limitar as condenações por dano moral (com exclusão de responsabilidade da empresa tomadora dos serviços); criar a figura do “autônomo”, que trabalha com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não; permitir e incentivar as dispensas coletivas e o PDV etc.

Também o movimento operário brasileiro reagiu de forma contundente, embora, seguindo o velho fantasma que permaneceu também nos países europeus, ainda sem irrupções antiburocráticas e movimentos radicais que pudessem colocar mais em xeque os planos do grande capital nacional e estrangeiro no Brasil. A greve geral brasileira⁷², ocorreu no dia 28 de abril de 2017. A resistência no Brasil se deu em fábricas, envolvendo setores do funcionalismo, com professores na vanguarda, mas, sobretudo, teve grande destaque para o setor de transporte: metrô e rodoviários de vários lugares do país estiveram na linha de frente da greve geral brasileira. Sua potência foi grande e chegou a adentrar as altas esferas políticas, a ponto de estremecer o presidente, à época, Michel Temer, que foi alvo da Lava Jato (buscando desviar a força da greve e capitalizar politicamente os acontecimentos), quando semanas depois manteve-se por um fio e declarou num discurso de 18 de maio: “não renunciarei”. Uma nova greve geral foi anunciada para 30 de junho e tinha grande potencialidade, mas aqui as centrais sindicais colocaram um pé no freio decisivo, sendo a segunda paralisação nacional qualitativamente mais fraca que a primeira, o que abriu espaço para a aprovação da Reforma Trabalhista.

De todo modo, conforme foi objeto de análise por muitos cientistas políticos, as greves gerais no país foram parte de uma das principais ações do movimento operário nesse último período, que não resultaram na derrota na Reforma Trabalhista, mas postergaram a disputa em torno da Previdência, que só seria retomada pelo governo Bolsonaro, depois de sua eleição em outubro de 2018.

⁷¹ Doze horas de trabalho consecutivas, seguidas de trinta e seis horas de descanso.

⁷² A rigor um dia de paralisação de grande abrangência nacional.

3.4.2 O novo proletariado: algumas imagens de suas lutas

Como vimos, durante a crise, os setores mais tradicionais do mundo do trabalho utilizaram seus métodos de luta também mais tradicionais e entraram em cena contra as tentativas do capital de descarregar a crise com seus planos de austeridade. Efetivamente, a maioria dessas lutas se deram ainda muito controladas pelas burocracias sindicais e ainda sem ultrapassar as fronteiras de lutas defensivas, terminando em muitos casos com derrotas, imposições dos planos de austeridade, reforma da previdência, trabalhista etc., tendo como resultado distorcido também a perda de hegemonia de setores do capital internacional e nacionais e o desenvolvimento de fortes crises orgânicas nos países, com derretimento dos partidos tradicionais dos regimes políticos.

Mas não foram só os setores mais tradicionais que entraram em luta. A novidade esteve em que as primeiras greves mais expressivas se deram no *novo proletariado de serviços*, que começa a emergir mais decisivamente a partir da crise econômica: o fetichismo das tecnologias de informação e comunicação, que imaginavam criar um mundo robotizado, de plataformas digitais e trabalhos amplamente controlados, sem sindicatos, desarticulados e atomizados, começou, na década da crise, a se converter em seu contrário. O *novo proletariado*, emergindo como parte da ultramonopolização de alguns ramos do setor de serviços, começou a praticar seus primeiros movimentos em variadas formas de expressão da luta de classes, e tendo um signo de internacionalização de suas lutas marcadas pelas primeiras palavras de ordem “greve mundial” em determinados monopólios internacionais do setor.

Essa resistência dos trabalhadores expressa um quadro complexo de transformações do mundo do trabalho. Para dar três exemplos expressivos nos últimos anos, um dos movimentos ligados ao setor de serviço com forte peso no coração do sistema é o chamado “*fight for \$15*”, um movimento pelo salário mínimo

de 15 dólares por hora que vem crescendo nos Estados Unidos e já levou a importantes conquistas dos trabalhadores.⁷³

Em 2015 nós tivemos o anúncio de uma greve na rede de *fast-food* McDonald's, a qual afetou mais de 200 cidades nos EUA e foi convocada como “greve mundial”, tendo proposta de ação em pelo menos 40 países. Embora não tenha se concretizado verdadeiros movimentos internacionais de luta, o espectro de uma greve mundial ronda esses monopólios, e não é pra menos. A cultura de escravidão assalariada dessas empresas cria uma clara identidade entre os trabalhadores que ultrapassa qualquer fronteira nacional. O modo como se dá a reestruturação produtiva nas fábricas, como viemos apontando (busca de atomização laboral etc.), em que monopólios de empresas como o MacDonald's, que tem cerca de 37 mil restaurantes em 120 diferentes países, ou Walmart, com mais de 1 milhão de trabalhadores espalhados pelo mundo, acaba por criar as mesmas condições de trabalho, bem como realidades parecidas a um verdadeiro exército proletário internacional. Mesmo em nível nacional, não é qualquer categoria que consegue fazer uma greve que atinge 200 cidades nos Estados Unidos, como vimos nas greves do MacDonald's.

Em outro sentido, em 2018 o jornal britânico *The Guardian* anunciava o que eles chamavam como “McGreve”, com o artigo “*McStrike*’: *McDonald’s workers walk out over zero-hours contracts*”⁷⁴, mostrando greves mais no final da década da crise no Reino Unido (2017 e 2018) em que se questionavam não apenas os salários, mas também os chamados “contrato de zero horas”, ou seja, a total falta de estabilidade desse setor, que começa a se movimentar questionando essas condições de trabalho e essa nova reestruturação do capital, o qual já cria um “novo proletariado” de serviços bem precarizado.

Pouco a pouco, esse setor começa a se movimentar e, mais que resgatar os métodos+ clássicos de luta dos trabalhadores – com greves e protestos, e também de criar essa afinidade internacional mais naturalmente, com o espectro das “greves mundiais”, esse novo proletariado tem uma forte composição de setores imigrantes e negros, justamente por estarem nos postos mais precários, o que também pode levá-

⁷³ Como se pode ver no relatório: *Fight for \$15: Four Years, \$62 Billion*, in: <https://s27147.pcdn.co/wp-content/uploads/Fight-for-15-Four-Years-62-Billion-in-Raises.pdf>, que analisa o movimento em quatro anos nos seus distintos setores.

⁷⁴ Cf.: <https://www.theguardian.com/business/2018/may/01/mcstrike-mcdonalds-workers-walk-out-over-zero-hours-contracts>

lo a movimentações que extrapolam os limites do sindicalismo economicista – a luta apenas salarial – e colocar questões mais de fundo. Um exemplo muito ilustrativo é o de Jorel Ware, um trabalhador do MacDonald de Chicago e membro do *Fight for \$15*, que afirmou que

O que me motiva é que há muitas coisas diferentes acontecendo nos Estados Unidos. Com salários de miséria, com Black Lives Matter, reforma da imigração, assistência infantil. Essas questões são basicamente as mesmas porque todo mundo está passando por elas, negros e pardos estão passando por isso. É assim que tudo se soma e me dá um impulso, e finalmente estou disposta a fazer uma mudança (OCASIO & GERTNER, 2017, p. 504 – tradução nossa)

Como se pode depreender das palavras de Jorel Ware, concentra-se, muitas vezes, no novo proletariado de serviços, a precarização laboral e das condições de vida, as quais nos momentos de crise econômica se acirram ainda mais.

Dando um outro exemplo também dessa nova morfologia do mundo do trabalho, podemos nos voltar para as plataformas digitais: com as contradições de que a reestruturação do capital nesse setor buscou de todas as formas retirar o *sentido de classe*, dando a ideia do “trabalho autônomo”, da “liberdade de escolher” quantas horas trabalhar e em quais dias, sendo “você seu próprio chefe” etc., quando na prática muitos desses trabalhadores acabam submetidos a extenuantes jornadas de 12h, muitas vezes 7 dias por semana, tentando cumprir metas etc., a verdade é que esses trabalhadores muitas vezes estão submetidos aos milimétricos planos de exploração dos grandes monopólios. Conforme escreve Daniele Linhart:

À sua maneira, essas companhias procuram reduzir o “jugo” que representam para elas os direitos e garantias que constituem o outro lado da relação assalariada. Assim, esforçam-se para desenvolver competências dos indivíduos “que lhes permitam assumir a si próprios”, a enfrentar por conta própria os riscos, sem deixar de prendê-los com imposições suficientemente fortes para garantir o lucro. Isso ocorre sob a forma do autoempreendedorismo e, particularmente, da economia de plataforma digital (como o Uber). Esses trabalhadores, apresentados como amantes da liberdade e da aventura, da ousadia e da flexibilidade, veem-se diante de imposições bastante específicas em termos de equipamentos (carro, bicicleta), vestuário e até roteiros de interação verbal, que são obrigados a respeitar sob pena de multa. As plataformas também estabelecem os preços a serem cobrados e recebem avaliações dos clientes, não hesitando em punir os trabalhadores, recorrendo, portanto, a um poder disciplinar. Por mais

independentes que pareçam ser, os “parceiros” da plataforma Deliveroo, por exemplo, são multados caso recusem mais de três chamadas de serviço durante seu horário de trabalho. Regra semelhante existe para os motoristas do Uber, embora sejam eles mesmos que devam pagar os impostos referentes à atividade, as contribuições sociais, a gasolina e o carro... Ocorre que 87% dos trabalhadores em atividade são assalariados. Portanto, é espantoso que seja sistematicamente ignorada a via de modernização que consistiria em manter (ou até fortalecer) os aspectos positivos do assalariamento, libertando-o dessa dimensão alienante que é a subordinação (LINHART, 2017).

Nas plataformas digitais estamos ainda vivenciando essa contradição, a saber, de muitos setores que, embora assalariados, são sistematicamente estimulados ideologicamente a não se ver como classe, em alguns casos em uma posição ambígua por deter a ferramenta de trabalho (no caso de um Uber), ou já expressão de outra classe, do ponto de vista estritamente sociológico da pequena-burguesia, quando detém o seu caminhão e, às vezes outros mais, um bem num valor que pode atingir a casa do milhão.

Aqui, portanto, é necessário distinguir, evidentemente, um detentor de uma frota de carros de Uber de um trabalhador assalariado que, em alguns casos, tem que trabalhar dobrado para alugar um carro no qual fará as corridas. Além disso, é preciso entender que, entre estes, a massa de motoristas que tem o seu próprio carro passa por um processo acelerado de proletarização, como fica mais evidente nos países onde as plataformas são mais desenvolvidas, particularmente na Europa, onde vemos uma explosão de trabalhadores em bicicletas, em condições muito precárias de trabalho.

Mas como vão se dando as expressões de luta de classes nesse setor?

Em fevereiro de 2017, o motorista de Uber Fawzi Kamel recebeu em seu carro o CEO da empresa, Travis Kalinick; ao final da corrida, o motorista fez reivindicações contra a hiperexploração do trabalho e os baixos salários. O CEO da Uber deu uma resposta grosseira ao motorista, bateu a porta e não aceitou conversar com o trabalhador. Mal sabia o CEO que, na “nova classe trabalhadora”, também existe luta de classes. O motorista estava filmando a conversa⁷⁵ e divulgou publicamente, mostrando o descaso da empresa com os funcionários. Nos dias seguintes, lá estava

⁷⁵ Cf.: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-02-28/in-video-uber-ceo-argues-with-driver-over-falling-fares>

o CEO pedindo desculpas pelo “lamentável comportamento” perante todos os funcionários da empresa e, três meses depois, um dos maiores bilionários dos Estados Unidos estava renunciando ao cargo.⁷⁶

Dessa luta de grau de consciência ainda muito baixo, vemos notícias de “greves mundiais” da Uber⁷⁷, com iniciativa por exemplo de buscar gerar “apagões” em horários de pico dos trabalhadores da empresa, ensaios que vêm se dando ainda em primeiros passos nos últimos anos mas que já apontam para um caminho mais claro de luta de classes no setor.

Sem buscar fazer um exposição exaustiva sobre as características desse setor e como vêm se desenvolvendo suas lutas, gostaríamos de acrescentar apenas que, simultaneamente à crise que já passa de uma década, assistimos à explosão de importantes greves contra a austeridade (um dos principais expedientes que a nova reestruturação do capital se utilizou para se impor), e também esses setores do novo proletariado de serviços vêm se exercitando em greves e mobilizações, usando até mesmo plataformas digitais e se articulando internacionalmente. Por essa razão, acreditamos que isso nos habilita a pensar que tais transformações na morfologia do trabalho – uma das características fundamentais da crise – também vêm criando um novo proletariado que, ao contrário de ser “uma nova classe”, em realidade é parte na nova morfologia da classe trabalhadora, com forte potencial explosivo e colocando o problema estratégico crucial para o século XXI, que será a unidade de organização política entre os setores tradicionais e esse novo proletariado de serviços.

3.4.3 A questão da imigração

A questão da imigração, conforme vimos, é outro componente determinante da morfologia da classe trabalhadora: não temos como pensar, em estudos mais profundos, a emergência e as feições desse novo proletariado de serviço por fora de entender a dinâmica da imigração. Em outro sentido, a imigração entra como fator crucial também para pensar a resistência dos trabalhadores nos anos de crise

⁷⁶ Cf.: <https://www.theguardian.com/technology/2017/jun/20/uber-ceo-travis-kalanick-resigns>

⁷⁷ Cf.: <https://www.laizquierdadiario.com/Conductores-de-Uber-en-EE-UU-y-Reino-Unido-van-a-la-huelga-por-sus-derechos-laborales>

econômica, não apenas pensando as formas de organização dos imigrantes diretamente, mas compreendendo que tem sido um fator determinante em muitos planos, basta ver que dois dos processos políticos mais significativos da década da crise, a saber, tanto o Brexit na Inglaterra quanto a ascensão de Donald Trump nos EUA, relacionam-se diretamente no plano discursivo com a questão da imigração – o mesmo se pode dizer com a ascensão de personalidades políticas reformistas que têm crescido bastante também abordando a questão da imigração, como Jeremy Corbyn na Inglaterra e Alexandria Ocasio-Cortez nos Estados Unidos.

Aqui o que queremos pontuar é apenas que, com base no que foi discorrido acerca das formas de luta do novo proletariado de serviços, a questão imigrante é um componente fundamental, uma vez que uma importante parcela desse proletariado é composta justamente por populações imigrantes. Por conseguinte, mediante as greves, lutas sindicais e conflitos políticos proletários, os imigrantes tornam-se cada vez mais protagonistas.

O mesmo não se pode dizer exatamente no plano internacional de grandes movimentos dos imigrantes. No imediato pré-crise vimos um movimento de dimensão internacional acontecer, a marcha de 2006, denominada “um dia sem imigrantes”, que até mesmo segundo a grande imprensa reuniu cerca de um milhão nas ruas dos Estados Unidos⁷⁸. Porém, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, a crise econômica criou condições bem mais difíceis para os imigrantes, aumentando até mesmo a força de correntes políticas abertamente xenofóbicas em distintos lugares do globo, sobretudo na Europa.

Talvez as imagens mais marcantes da imigração na década do pós-Lehman Brothers ainda não foram de processos de resistência, mas da extrema violência com a qual os refugiados de países sob intervenção imperialista, como a Síria, foram submetidos, mortos em barcos e em tentativas de travessia do mar mediterrâneo, talvez uma das feridas mais abertas da degradação das relações humanas em meio à crise do capitalismo. A imagem mais forte desse processo talvez tenha sido a de Aylan Kurd⁷⁹, um menino sírio de três anos encontrado morto à beira da praia na Turquia, em uma tentativa da família de atravessar este país até a ilha grega de Kos.

⁷⁸ Cf.: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2006/05/060502_euaprotestoimigrantefn.shtml

⁷⁹ Cf.: <https://www.theguardian.com/world/2015/sep/02/shocking-image-of-drowned-syrian-boy-shows-tragic-plight-of-refugees>

Outra imagem, do outro lado do Atlântico, foi a da política de Trump de encarcerar famílias de imigrantes em celas, com as crianças separadas dos pais⁸⁰.

De fato, a questão da opressão aos imigrantes no capitalismo, em particular durante a crise econômica, ficou mais latente do que nunca, e vem se tornando decisiva, tanto pelas estratégias de exploração do capital, quanto pela resistência dos imigrantes. Conforme escrevem Choudry e Hlatshwayo (2016):

Trabalhadores migrantes e imigrantes em todo o mundo continuam a se organizar face à exploração e opressão, e muitas vezes se encontram na linha de frente das lutas contra a precariedade, austeridade e outras formas de exploração capitalista que impactam todos os trabalhadores. De fato, suas lutas continuam a destacar maneiras pelas quais o capital explora os trabalhadores através do status de imigrante e das relações sociais de raça, gênero e classe em todo o mundo. Além disso, as lutas, a organização e a resistência dos trabalhadores migrantes são uma indicação de uma era em que trabalhadores migrantes e imigrantes são parte vital de uma força social e política em uma luta global pelo poder (tradução nossa)

Quando os autores falam em “lutas, organização e resistência dos imigrantes” se referem a quais processos?

Na obra *Just Work? Migrant Workers's Struggles Today*, Choudry e Hlatshwayo compilam uma série de artigos de pesquisadores, dissertando sobre a resistência imigrante em vários lugares do mundo. Sem buscar adentrar nas experiências concretas, queremos pontuar as formas de organização que tem assumido a luta dos imigrantes. Dentre elas, estão:

- a) **Worker Centers** [centros de trabalhadores]: essas organizações, que funcionam em geral com doações privadas, têm tido importante expressão nos Estados Unidos e têm sido um dos fatores de luta pelos direitos dos imigrantes. Criadas inicialmente nos anos 1970 e começo dos 1980, tais organizações recobram força especialmente na “era Trump”, variando entre grupos mais assistencialistas, que ajudam imigrantes de baixa renda, fornecessem serviços de educação (idiomas), saúde, advocacia etc., até worker centers mais

⁸⁰ Cf.: <https://www.theguardian.com/us-news/2018/jun/18/us-immigration-court-parents-separated-children-families>

combativos, organizando militância de imigrantes e organizando greves e lutas pelos direitos dos imigrantes. Janice Fine escreveu uma obra que aborda as características desse tipo de organização, chamada *Worker Centers: Organizing Communities at the Edge of the Dream* (FINE, 2006)

- b) **ONGs:** Uma segunda via da resistência tem se dado em organizações não governamentais (ONGs) e organizações comunitárias de reivindicação de direitos dos imigrantes, que cresce continuamente em muitos países. Em geral atuam por mudanças políticas (em legislações ou políticas públicas para imigrantes), em campanhas contra a xenofobia, campanhas de conscientização e mesmo campanhas educacionais.

- c) **Sindicatos:** Sem dúvida como fenômeno internacional ainda muito atrasados, os sindicatos seriam outro mecanismo na resistência dos trabalhadores. Não são muitas, porém valiosas, as experiências de sindicatos que organizam diretamente imigrantes, colocam o tema da luta contra xenofobia como ponto de suas reivindicações e organizam iniciativas em favor dos imigrantes. Alguns pesquisadores têm apontado que sindicatos na Nova Zelândia, Suécia e Japão estão realizando experiências de organização de imigrantes (Edward Miller & Dennis Maga, 2016). Entre os estudos acadêmicos, destaca-se o estudo *Migrant Unionism in Hong Kong*⁸¹, da *Asia Pacific Mission for Migrants*, o qual aborda a sindicalização e as lutas dos trabalhadores domésticos em Hong Kong, em sindicatos de trabalhadores da Indonésia, Filipinas e Nepal.

Ou seja, ainda que com iniciativas de resistências em distintos lugares do globo, uma das marcas da reestruturação foi ser, no geral, bem sucedida em oprimir de modo ferrenho a condição dos imigrantes no mundo todo, explorar a divisão interna

⁸¹ Migrant Unionism in Hong Kong: A Case Study of Experiences of Foreign Domestic Workers in Union Organizing, In: <http://www.apmigrants.org/articles/publications/Featured%20Researches/MTU%20Research%20Document.pdf>

na classe trabalhadora com a xenofobia e a posição acomodada dos sindicatos nesse sentido.

Perguntado sobre a política dos sindicatos em relação a tal situação na Europa, Pietro Basso (2015) faz uma crítica severa às atuais direções sindicais:

Permito-me não ter nenhuma dúvida a respeito: Marx faria uma crítica impiedosa e em total desacordo com o atual movimento sindical europeu, sem exceções. (...) Isso porque na Europa os sindicatos históricos estão cada vez mais subordinados à lógica da competitividade e dos interesses nacionais e empresariais, estão cada vez mais profundamente doentes de nacionalismo, e por esse motivo cada vez mais subalternos dos poderes constituídos e cada vez mais débeis. E isso, embora haja muitos milhões de imigrantes organizados nas suas fileiras.

Após essa dura crítica, o sociólogo italiano complementa com uma proposição política de como se deveriam orientar os sindicatos:

O que deveriam fazer organizações sindicais verdadeiramente classistas é batalhar contra qualquer forma de discriminação contra as trabalhadoras e os trabalhadores imigrantes e promover em todos os lugares a mais forte unidade, sob bases paritárias, com efetiva paridade, entre imigrantes e autóctones; sendo conscientes de que a divisão da classe trabalhadora é a principal razão da sua debilidade e sua unidade é sua única força (BASSO, 2015).

As imagens que utilizamos das resistências dos trabalhadores, particularmente no contexto europeu (que foi o epicentro da “Grande Recessão”) atuam no sentido de enfeixar o fundamental que queríamos abordar neste capítulo: o processo de transformações no capital internacional durante a década da crise econômica está diretamente ligado a um processo de reestruturação também do mundo do trabalho, uma nova reestruturação produtiva ainda em curso de desenvolvimento, com expressões de mudança na morfologia do trabalho, que tem levado tanto a movimentos de resistência quanto a consequências políticas, seja no Oriente Médio ou nas democracias ocidentais.

Dessa forma, buscamos traçar alguns apontamentos tendo como objetivo, sob o ângulo dos impactos na crise no mundo do trabalho, enriquecer a tese de fim da era de acumulação neoliberal do capital e início de uma nova fase do sistema econômico

internacional, com transformações abruptas já no pós-Lehman Brothers e com uma nova fase do capitalismo internacional se abrindo após a ascensão de Trump e Xi Jinping, no conflito que deve marcar os próximos anos do capitalismo internacional.

Notas de fim

Choudry e Mondli Hiatshtwayo, “the creation and maintenance of categories of workers with different sets of rights tied to their immigration status is a standard policy feature and capitalist strategy which is fundamental to the functioning of many economies, facilitating the provision of reduced labour costs to employers. Pools of undocumented labour are particularly subject to exploitation by capital in order to reduce labour costs and generate greater surplus value

Choudry e Mondli Hiatshtwayo, “challenges the construction of undocumented migrants and others without immigration status as “illegal” These categories of migrants are the most exploited and victimised – by employers and by state authorities in the form of arrests, violence and deportations. In many cases, these workers do precarious and hazardous work and their rights are violated by employers who take advantage of their status”

Karyotis & Rüdig, “While anti-austerity protest can be found in many countries, the sovereign debt crisis in the eurozone that accelerated in 2010 provides a specific focus. The country at the forefront of this development is Greece. To prevent a disorderly default on its debt, in May 2010 the socialist PASOK government negotiated the largest loan ever received by a single country (€110 billion) in return for enacting a draconian structural adjustment programme. Greece was of course not the only country to experience acute economic problems and be forced to adopt austerity policies. Spain, Italy and Portugal in Southern Europe, as well as Ireland and the UK, among others, were also in similar positions. However, anti-austerity protest appears to have been, at least thus far, much more intense in Greece than elsewhere, including in comparison to countries that have also had to resort to international financial rescues”

Karyotis & Rüdig, “The first wave consists of the anti-austerity mass protest that emerged during 2010 and intensified after the bailout agreement in May (Rüdig and Karyotis 2014). The second wave of protest occurred in 2011 and saw not only a further increase in participation (Diani and Kousis, 2014), but also an expansion of its activities, notably with the occupation of central squares by an Indignados-inspired new movement called the Αγανακτισμένοι (Aganaktismeni) (Sotirakopoulos and Sotiropoulos 2013; Simiti 2014; Mavrommatis 2015). A third wave of mobilisation, from mid-2012 onwards, coincided with a partial shift of focus from the streets to the electoral arena, with a previously marginal party, the Coalition of the Radical Left (SYRIZA), establishing itself as the main party of the movement”

Albamonte & Maiello, “El Frente Único defensivo, sin el cual el Frente Único ofensivo y los Soviets son impensables, fue uno de los grandes ausentes durante todo el primer ciclo de lucha de clases que va desde el 2010 hasta 2012, con decenas de huelgas generales, movilizaciones de masas y enfrentamientos con la policía”

Claudia Cinatti, “Los datos indican que está viviendo una depresión: en 2012 la economía se contraerá por quinto año consecutivo, esta vez un 7%, el desempleo oficial está en torno al 22%, en promedio empleados públicos y jubilados han perdido un tercio de sus ingresos y la deuda luego de la quita acordada con la firma del memorándum asciende a alrededor del 113% del PBI. Los planes de ajuste exigidos por la troika no hacen más que agravar esta situación. En el marco de esta catástrofe social y económica y de la crisis de los partidos tradicionales, en los últimos dos años se ha desarrollado una gran variedad de formas de lucha: 17 jornadas de huelga general (dos de ellas de 48 horas), paros sectoriales y movilizaciones de masas; la emergencia del “movimiento de las plazas”, similar a los “indignados” españoles que durante días ocupó la plaza Syntagma y rodeó el Parlamento; experiencias minoritarias pero significativas de ocupación y puesta en funcionamiento por parte de sus trabajadores de establecimientos como el diario Eleftherotypia, aunque lamentablemente esta experiencia no se consolidó, y luchas obreras duras y prolongadas, quizás la más emblemática sea la de los trabajadores de la Acería Griega, que tras 9 meses de conflicto fueron duramente reprimidos por el gobierno de Nueva Democracia-PASOK y Dimar”

Blasco & Pérez, “La reforma se pronuncia a favor de descentralizar los ámbitos de negociación colectiva para acercarlos cada vez más a la situación de la empresa”

Betilila & Jansen, “Facilita el despido por causas económicas, con indemnización de 20 días de salario por año de antigüedad, al definir la disminución persistente del nivel de ingresos o ventas de la empresa como aquella que se produce durante al menos tres trimestres consecutivos”

Choudry & Hiatswayo, “Migrant and immigrant workers around the world continue to organise in the face of exploitation and oppression, and often find themselves on the frontlines of struggles against precarity, austerity and other forms of capitalist exploitation which impact all working people. Indeed, their struggles continue to highlight ways in which capital exploits workers through immigration status and the social relations of race, gender and class across the world. Moreover, the struggles, organising and resistance of migrant workers are an indication of an era where migrant and immigrant workers are a vital part of a social and political force in a global power struggle”

Blasco & Pérez, “En lo que respecta a la nueva contratación, surgen varias figuras. La primera es el nuevo contrato indefinido de apoyo a los emprendedores. Esta modalidad contractual la pueden utilizar las empresas de menos de 50 trabajadores; es indefinido y a jornada completa, con un período de prueba de un año; se beneficia de importantes incentivos fiscales; el trabajador puede compatibilizar el salario con el 25% de la prestación por desempleo; y, el contrato debe mantenerse como mínimo tres años. La segunda modalidad es el contrato de formación y aprendizaje, destinado a los menores de 30 años. Cuando expire la duración del contrato, el trabajador no podrá ser contratado bajo esta modalidad por la misma o distinta empresa para la misma actividad laboral u ocupación objeto de la cualificación profesional asociada al contrato, pero sí para una distinta. El tiempo de trabajo no podrá superar el 75% de la jornada el primer año y el 85% el segundo y tercer año. Esta bonificado con importantes reducciones de cuotas de hasta el 100% de las cotizaciones. La tercera modificación contractual hace referencia a la posibilidad de realizar horas extraordinarias a los trabajadores con un contrato a tiempo parcial. Y, la cuarta modificación se refiere a la suspensión de la limitación a la concatenación de contratos temporales”

Gomez, “Las movilizaciones, como casi siempre, han finalizado con la habitual guerra de cifras. El Gobierno ha calculado en 800.000 los manifestantes en toda España, mientras que los sindicatos han estimado en 900.000 los manifestantes de Madrid (sin cifras oficiales al término de la misma), en 800.000 los de Barcelona (diez veces menos según la Guàrdia Urbana) y en 250.000 los de **Valencia**”

Daniela Cobet, “c’est l’usage du 49.3 lors du passage de la Loi travail à l’Assemblée qui va faire office d’étincelle à la vague montante de grèves ouvrière qui va suivre. Dès le lendemain, la CGT appelle à la grève reconductible dans les raffineries à partir du 17 mai. Très peu de temps après, c’est au tour des routiers de rentrer dans la danse, puis à la CGT pétrole d’annoncer la grève reconductible de tout le secteur (raffineries, dépôts, pétrochimie, stations aéroportuaires) et l’arrêt de toutes les installations. La région Ouest est sûrement à la pointe de la mobilisation et dès le 17 mai se trouve paralysée par les grèves et blocages de raffineurs, routiers et dockers. (...) Le mouvement de grèves reconductibles durera jusqu’à la fin du mois avec encore 7 raffineries sur 8 en grève et aura des répercussions dans de nombreux secteurs. C’est ainsi que le 26 mai, le site de PSA à Mulhouse verra le plus fort arrêt de travail depuis 1989, avec environ 1000 ouvriers en grève qui défilent dans les ateliers et s’organisent en assemblée générale contre l’accord de compétitivité imposé par la direction et la Loi travail. Ou encore les électriciens qui ont reproduit leurs célèbres actions « Robin des bois » et on fait gagner un million d’euros aux usagers en les faisant passer en heures creuses”

Ocasio & Gertner, “What’s motivating me is there’s a lot of different issues going on in the United States With living wages, with Black Lives Matter issues, immigration reform, childcare. These issues are basically the same because everybody’s going through them, black and brown people are going through this. This is how it comes together and it gives me the drive and I’m finally willing to make a change”

4 CONFLITOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E FENÔMENOS POLÍTICOS

Um dos efeitos que consideramos mais significativos frente a queda do Lehman Brothers foi a propulsão em setores de massa, tanto de juventude como de trabalhadores, de lutas, protestos, mobilizações, movimentos, uma ampla gama de conflitos em que uns e outros buscavam seu direito ao futuro e a não viver carregando o peso da crise econômica. Como um monstro adormecido que acaba de despertar e, ainda sonolento, busca alguma reação, a entrada em cena dos trabalhadores e da juventude não foi decidida, nem sem enormes contradições, pois expressou nos conflitos os trinta anos de paralisia. O que é decisivo aqui é que, carregando todas as heranças do passado, o conflito entre classes, a luta de classes, voltou à cena de forma sistemática, persistente e, em alguns casos, com alguns aspectos de radicalidade.

Aqui, a dialética é perceber a relação entre a crise econômica e a dinâmica dos conflitos durante essa década, tanto em sua importância histórica como em seus limites. Não se trata, entretanto, de enxergar uma relação mecânica entre a economia e a luta de classes, afinal não estamos tratando de um período imediato após setembro de 2008, mas observando o conjunto do quadro de uma década. Buscamos, portanto, nos afastar do mecanicismo ou imediatismo econômicos, porém, a partir da visão de que os conflitos são motivados por causas econômicas profundas, em geral enraizadas na dinâmica do capital e, especialmente, nas suas transformações nos marcos de um capitalismo em crise.

Isto é, as grandes mudanças na esfera da produção e da reprodução do capital são o *essencial*, são a parte decisiva do que vai influenciar a dinâmica dos conflitos, seja no plano imediatamente econômico, no plano político - como na erupção de instabilidades, ou na esfera da fina flor da ideologia do século XXI. O que não significa que o conjunto das respostas práticas – dos levantes, movimentos, fenômenos políticos variados, e também das ideias, formações ideológicas, hábitos, modos de vida e cultura, das elaborações teóricas e formas de interpretações dos acontecimentos, em suma, o conjunto de elementos relacionados a esfera da política e consciência - deixem de ter um papel igualmente relevante e até mesmo decisivos

em alguns casos. Parafraseando Engels⁸², os fatores econômicos descritos nos nossos dois primeiros capítulos são determinantes, mas apenas em *última instância*, e dialeticamente influenciados pelas respostas do proletariado, da juventude, e dos movimentos sociais etc.

Walter Benjamin aborda essa questão em suas celebres *Teses Sobre a História*, quando na quarta tese, após uma epígrafe sobre Hegel, descreve de maneira instigante essa dialética da matéria e das ideias no percurso histórico. Assim escreve:

A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores. Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história. O materialismo histórico deve ficar atento a essa transformação, a mais imperceptível de todas. (BENJAMIN, 2012, p. 243)

Se quisermos identificar os conflitos numa década de crise capitalista teremos que ter em mente esses dois âmbitos cruciais apontados por Benjamin: em primeiro lugar, a forma ousada de dizer claramente que a luta de classes é “*pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais*”. Percebendo, no entanto, que a partir do momento em que as coisas materiais influenciam o conflito, os distintos elementos culturais se modificam não só em sua existência material e presente, mas também em sua leitura do passado. Não por acaso, conforme destacaremos mais à frente no próximo capítulo, a releitura das décadas neoliberais por parte da vanguarda da juventude e da classe trabalhadora é um elemento crucial de transformação subjetiva. Do ponto de vista das massas populares, ter uma percepção inicial em amplos setores da sociedade de que o capitalismo entrou em uma crise histórica e que, portanto, não tínhamos vivido o “fim da história” é um dos

⁸² “De acordo com a concepção materialista da história, o elemento *determinante em última instância* na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido, em uma frase vazia” (ENGELS, 2016, p. 83)

elementos mais importantes para entendermos a transformação ocorrida ao longo da década.

Compreender a dinâmica dos conflitos dessa forma, buscando sua raiz material mais global, também nos permite enxergar de maneira radical, contra todo determinismo, os processos de transformação nas mais distintas esferas da cultura, como parte do conflito e, em geral, como parte da luta de classes. É que os conflitos não foram gerados de maneira aleatória e sem razão, e sim expressam contradições profundas da resolução neoliberal das crises anteriores, que em algum momento iriam se expressar em novas antinomias econômicas, novas dinâmicas do capital e mesmo no parir de um novo modo de vida, de novas relações de produção, novas formas de hegemonia, ou no aumento dos conflitos de classe, em suma, numa nova forma de sociabilidade, irrompendo contra a sociedade da resignação anterior.

Karl Marx, deslumbrado com a ação dos *communards* diante da Comuna de Paris, criando pela primeira vez na história as respostas para como se daria o processo de ascensão ao poder da classe trabalhadora e, nesse sentido, o combate ao capital e a transição socialista, transformando completamente as relações sociais na Paris insurreta, escrevia:

A classe operária não esperou milagres da Comuna. Ela não tem utopias prontas a introduzir *par décret du peuple* [por decreto do povo – francês]. Sabe que para realizar a sua própria emancipação e com ela essa forma superior para a qual tende irresistivelmente a sociedade presente pela sua própria atividade econômica – terá de passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformam circunstâncias e homens. Não tem de realizar ideais, mas libertar os elementos da sociedade nova de que está grávida a própria velha sociedade burguesa em colapso. (MARX, 2008, p. 408)

Os *communards*, apesar de seu heroísmo insurrecional, foram derrotados: foi necessário o percurso político de algumas décadas, avançando teórica e estrategicamente, incluindo a novidade da forma-partido russa, enraizada na classe trabalhadora, para que os trabalhadores conseguissem conduzir uma revolução até a vitória, como em outubro de 1917, na Rússia. Nesse sentido, há algo de análogo no que iremos ver ao longo da década da crise: há condições objetivas para uma transição entre modos de produção a partir da crise que acometeu a economia

mundial, que lembram o fruto mais maduro (quase em vias de apodrecer) pronto para colheita, mas, ao mesmo tempo, vivenciamos as debilidades subjetivas e a falta dos instrumentos necessários para colher esse fruto, e experimentar o sabor de uma nova sociabilidade humana como resposta à crise que vivenciamos.

Também a análise dos conflitos na década da crise tem que incluir esse ponto de vista: buscar o que foi se desenvolvendo como contradição; percebendo o significado que existe na transformação expressa nas mais distintas formas de conflito entre classes, mas sem perder de vista sua limitação política, estratégica e mesmo tática. Ou seja, buscar olhar para esses processos em sua *contradição*.

Buscaremos, nesta perspectiva, observar um conjunto de fenômenos políticos e movimentos sociais no interior da crise, e qual a conexão que existiu entre a crise econômica, as soluções do capital e os processos que consideramos mais marcantes do período, como: a) A *Primavera Árabe*, um conjunto de processos revolucionários que incendiou o norte da África e o Oriente Médio, começando na Tunísia e se estendendo ao Egito, Síria, Líbia, entre outros países. Nos vai interessar o significado de tais processos revolucionários – que derrubaram ditadores com mais de 30 anos de poder, e que terminaram, em sua maioria, a partir da intervenção imperialista com resoluções reacionárias (incluindo golpes militares) –, os impactos iniciais e as contradições dessas resoluções; b) As *mobilizações internacionais da juventude*, particularmente no ano de 2011, que, embora também muito limitadas politicamente na maioria dos casos, trouxeram a marca de um levante que chacoalhou completamente as relações sociais e culturais nas democracias ocidentais. Buscaremos comprovar que as mobilizações de juventude na Europa, Estado Unidos, países da América Latina, África do Sul, e mesmo na China são um componente decisivo para empregar a marca da juventude na nova realidade internacional e abrir espaço para outros movimentos sociais; c) Os *movimentos feminista e negro*, que tiveram também alcance igualmente internacional, sendo um terceiro componente de nossa análise, e parte dos fenômenos e movimentos sociais da década da crise, em que buscaremos analisar ambos, tentando encontrar sua raiz nas transformações do capital que, de modo geral, descarregaram a crise nas costas da juventude, das mulheres e dos negros – abrindo espaço para maiores conflitos e maiores respostas. Naturalmente, foi uma escolha destacar esses movimentos e não outros igualmente possíveis, como os LGBTs, indígena, ecológicos, entre outros, pois se trata não de

apresentar o conjunto dos movimentos sociais na crise, mas oferecer uma pista para enxergar a conexão desses movimentos com a dinâmica desta década.

Buscaremos, por fim, conectar o conjunto desses fenômenos em uma grande marca política do pós-Lehman Brothers, introduzindo a categoria de “crise orgânica”, do marxista italiano Antonio Gramsci, como parte de analisar a “crise das democracias”, um processo que não pode ser explicado sem observarmos a crise capitalista e seus efeitos, conectando os aspectos econômicos, a dinâmica do capital, as transformações no mundo do trabalho, os processos de resistência operária, os processos revolucionários no mundo árabe, o levante internacional da juventude, os movimentos sociais negro, feminista, contra a opressão da sexualidade, em suma, um conjunto de processos que levou a passagem da crise econômica para a crise política, o qual buscaremos analisar em suas distintas dimensões, complementares aos capítulos anteriores, nos tópicos que se seguem.

4.1 A PRIMAVERA ÁRABE

Do ponto dos fenômenos sociais e políticos que a década da crise econômica internacional gerou, não se pode ter dúvida que a *Primavera Árabe*, em tudo o que significou em transformações progressistas e em resoluções (por vezes) reacionárias, trata-se de um dos mais significativos, se não o mais significativo, emblemas do período de transição que vivenciamos entre o neoliberalismo e uma reatualização da fase imperialista do capitalismo, de crises, guerras e revoluções.

Um percurso histórico que fosse da imolação do jovem Mohamed Bouazizi, um suicídio que levou a mais feroz revolta na Tunísia e tornou-se a marca do início da Primavera Árabe, até os últimos acontecimentos da guerra da Síria, parte expressiva do final invernal dessa “primavera”, seria objeto de um trabalho histórico, que passaria necessariamente por entender a intervenção do imperialismo na região⁸³. Isto posto, nossa proposta é focar onde consideramos a forma mais desenvolvida do processo

⁸³ Um dos trabalhos mais sistemáticos sobre esse tema é a tese de doutorado de Simone Kawakami Costa, que pudemos ter um contato prévio e que será defendida em 2019, no departamento de economia internacional da UFRJ, em que aborda mais detidamente a política do imperialismo no mundo árabe e traça um panorama do processo, um trabalho de referência para entender os acontecimentos históricos vivenciados na região.

revolucionário no mundo árabe, o Egito, na medida em que representa bem esse “encontro entre os extremos”, dos processos revolucionários na famosa praça Tahrir até o golpe militar, sendo uma boa base para focarmos em nosso objeto em questão, que é a relação entre a crise e os fenômenos políticos.

4.1.1 Três imagens da Primavera Árabe no Egito

Assim, começaremos por elencar três “imagens” da *Primavera Árabe* no Egito, buscando extrair do processo vivo, revolucionário, e também limitado, a fonte das conclusões que queremos abordar sobre o processo:

Dia 25 de janeiro 2011 começam as manifestações no Egito, depois de, no final de dezembro de 2010, começarem na Tunísia e irem se espalhando pelo norte da África e Oriente Médio. A praça Tahrir torna-se então um dos grandes palcos revolucionários de enfrentamentos entre as forças de repressão do ditador Hosni Mubarak e o movimento de massas. O dia 28 de janeiro proporcionou ao mundo talvez uma das imagens mais impressionantes do processo revolucionário no Egito, e tal imagem não se deu na praça Tahrir, mas num de seus lugares de acesso, a 400 metros da praça: trata-se de *Kars El-Nile Bridge*, a ponte que liga *Opera Square* com a saída para a praça *Tahrir*. Neste dia, em pleno processo de mobilizações, os manifestantes reunidos próximos a *Opera Square* buscavam cruzar a ponte com destino a praça Tahrir. As forças policiais de Mubarak decidem então bloquear a ponte, como forma de impedir que os manifestantes cheguem ao seu destino e engrossem as manifestações massivas pela queda do ditador. Alguns dos que buscaram descrever o processo trataram como “a batalha de *Kars El-Nile Bridge*”⁸⁴, pois se tratou literalmente de uma batalha, uma disputa entre as forças policiais e os manifestantes para decidir se estes podiam seguir em seu protesto ou se a manifestação seria paralisada diante da ponte.

⁸⁴ Ver alguns artigos que nos baseamos para retomar os fatos históricos: <https://www.nytimes.com/2011/01/29/world/middleeast/29cairo.html>

Aos olhos de qualquer estudioso positivista o resultado poderia se definir claramente já antes do próprio embate: de um lado uma massa de pessoas desarmadas, ou exclusivamente armadas com as palavras de ordem “*liberdade no Egito*” e “*Abaixo Mubarak*” (BIAU, 2015, p. 273), de outro as forças de segurança que, além de suas armas de fogo, portavam escudos, cassetes, lançadores de bombas de gás e jatos de água, além de seus carros-fortes blindados. Ou seja, do ponto de vista estritamente militar o que se preparava na ponte, conforme o próprio presidente deve ter visualizado, não era uma batalha, mas um massacre policial – inclusive porque ao se tratar de uma ponte, quando a massa estivesse já ocupando uma parte a polícia poderia atacar e fatalmente levaria a morte de muitas pessoas, não só pelas armas policiais, mas pelas circunstâncias difíceis da fuga, com pessoas pisoteadas, caindo da ponte e etc.

De um ponto de vista, de fato, ocorreu um massacre, com mortos e feridos, nesse dia. A intervenção policial não hesitou, ao ver o movimento de massas adentrando a ponte, em lançar balas, bombas, jatos d'água; a encarnar, em suma, todo o espírito reacionário do que significava o governo Mubarak e atacar as massas, fazendo os manifestantes recuarem em seu intuito de atravessar a ponte.

Dissemos “recuarem”, mas não “desistirem”. O processo começou cerca de meio dia e se estendeu ao longo de toda a tarde: durante horas e horas manifestantes avançavam e recuavam ao longo da praça, e a repressão não se tornava desmoralização ou resignação, mas aumentava a fúria.

Depois de algumas horas de combate, carregando o fardo de muitos mortos e feridos na ponte, o inexplicável começa a ocorrer: milhares e milhares de manifestantes começavam a avançar pouco a pouco na ponte, e quem pôde acompanhar os vídeos nesse 28 de janeiro de 2011 começou a ver, depois de muitas décadas, as armas policiais se tornarem cada vez mais inócuas diante da fúria e dos ideais das massas. O jogo começa a virar na ponte, progressivamente o movimento começava a avançar e, em algum momento no final da tarde, poder-se-ia ver um grupo de policiais com seus escudos correndo enquanto o movimento avançava.

O grande poeta da Revolução Russa, Vladímir Maiakóvski, escreveu em um dos seus grandes poemas que “*Dialética, não aprendemos com Hegel. Invadiu-nos os versos/ Ao fragor das batalhas,/ Quando,/ sob o nosso projétil,/ debandava o*

burguês / que antes nos debandar” (MAIAKOVISKI, 2011, p. 135)⁸⁵. A dialética da batalha de *Kars El-Nile Bridge* – embora não uma batalha de proletários armados buscando a revolução socialista, mas uma do movimento de massas buscando a caída de Mubarak – trazia um pouco do gosto dos versos de Maiakóvski e da crítica a qualquer lógica positivista de pensar a história.

Sim, o movimento de massas desarmado no Egito podia vencer a polícia armada ao menos nessa batalha. Ao final da tarde não se via apenas os manifestantes avançando e policiais correndo, se via jovens pulando em cima dos blindados, arremessando bombas ao Nilo, confrontando-se em briga com os policiais, ganhando metro a metro, palmo a palmo, a ponte.

O cair da noite cantava a vitória dos manifestantes, que tomaram toda a ponte e puderam encontrar seu rumo na praça Tahrir. Para os dialetas não se tratava de uma vitória tática dos manifestantes, mas de um anúncio claro do significado dos protestos que sacudiam as ruas, as praças, as pontes e os corações dos egípcios em luta.

11 de fevereiro de 2011, a praça Tahrir está tomada por uma multidão. Foram dezoito dias de embates, cada um deles era desde o início contra as forças de segurança e apoiadores políticos do ditador. A noite anterior foi uma noite de angustia, de espera pela renúncia de Hosni Mubarak que não ocorreu.

No entanto, a praça parecia mais organizada que nunca: pessoas dormindo em barracas há dias, partilhando cobertores, alimentos, cigarros e uma grande energia colocada durante dias e noites à espera da renúncia do presidente.

A praça Tahrir, sem dúvida, se tornou muito mais que uma praça nesses 18 dias. Tornou-se o primeiro palco revolucionário do século XXI, e como todo palco dessa natureza, trouxe consigo uma série de transformações; uniu por um momento grupos religiosos inimigos, uniu gerações, chamou a atenção do mundo ao ver milhares de mulheres à frente das manifestações, ganhando grande protagonismo na sociedade. Os impactos que essas imagens tem no imaginário internacional são difíceis de calcular, mas podemos ter por certo que o alcance na transformação da

⁸⁵ MAIAKÓVSKI, Vladímir. Poemas. São Paulo: editora Perspectiva, 2011

geração que assistia a essas cenas será decisivo, são marcas que nem os resultados reacionários da primavera árabe poderão apagar (como veremos na discussão do próximo tópico, sobre as mobilizações da juventude).

Eis que o dia 11 de fevereiro não era um dia qualquer, era um dia histórico. O jornalista da *Fox News Leland Vittert* em meio a transmissão ao vivo começa a ouvir um barulho ensurdecador advindo da praça⁸⁶, e confusamente diz que algo deve estar se transformando diante da situação, e em meio a esse processo os outros dois âncoras do programa que também estão ao vivo anunciam que chegou a informação de que Mubarak havia renunciado. Atrás de Vittert, na praça, a explosão parecia de filme, uma explosão coletiva absolutamente massiva que só um processo revolucionário poderia fornecer. Gritos e comemorações tomam a praça, lágrimas, alegrias e alívios se espalham. Imagens de combatentes que perderam a vida durante os dias de mobilização recebem beijos e carinhos de manifestantes. Tahrir Square vira então um palco de comemoração, e milhares de pessoas vão imediatamente para a praça, fogos de artifício podem ser vistos aos montes, artistas ligados a revolução começam shows que envolvem milhares de pessoas cantando junto as músicas que aprenderam ao calor das batalhas.

No dia 11, o vice-presidente do país, Omar Suleiman, anunciava que Mubarak renunciava ao cargo de presidente e transferia o poder para o conselho supremo das forças armadas.

Eis o mistério da revolução: a notícia da renúncia efetivamente foi comemorada como uma das mais fabulosas vitórias do povo egípcio, mas a contradição é latente, pois o exército começava desde o primeiro dia suas artimanhas para usurpar completamente o poder das massas.

Não é exatamente uma história nova ao longo das revoluções; ao contrário, poderíamos dizer que é uma tragédia que se repetiu ao longo de muitos processos revolucionários. No caso, junto a herança da descrença na transformação revolucionária da sociedade que o neoliberalismo legará a essas gerações dos trabalhadores, jovens, mulheres e os milhões de entusiastas da revolução no Egito se encontravam em meio a enorme força de seu movimento sem os instrumentos

⁸⁶ Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=3VWc3IO0P8E&feature=youtu.be>

necessários para transformar aquela enorme energia em verdadeira democracia das massas trabalhadoras, em uma solução anticapitalista e com uma transição para uma sociedade sem exploração e opressão. Uma tragédia que os revolucionários mesmo durante a Revolução Russa, onde encontrava-se um partido revolucionário bastante fincado na classe trabalhadora, num primeiro momento, em fevereiro de 1917, sem a intervenção de Lenin, acabaram incorrendo. Como disse Trotski, em seu clássico *História da Revolução Russa*, um dos paradoxos da revolução de fevereiro é que uma massa popular entrou em combate, começando pelas mulheres – precisamente no 8 de março numa manifestação espontânea, mas entregou o poder para um governo provisório que era alheio aos interesses dessas mesmas massas, fato que se consumava ao não resolver as questões cruciais da revolução, como a paz diante da guerra imperialista, a terra para os camponeses ou o pão para a população faminta e miserável. Era o paradoxo da revolução, que felizmente foi resolvido em *outubro* do mesmo ano. A mesma sorte não pôde se ver em uma série de processos revolucionários e revoluções ao longo do século XX, e é uma das contradições gritantes das mobilizações no Egito (e outros países do mundo árabe), onde as massas veem confusamente o poder de *Tahrir* ser usurpado pelo exército, pela *Irmandade Muçulmana* de Al Mursi e, finalmente, por um golpe militar que levou o general Al-Sisi ao poder.

Se pudermos escolher uma imagem terceira imagem que marcou as retinas internacionais durante os protestos no Egito temos que recorrer a dezembro de 2011: o enfrentamento das massas com o exército está ganhando uma ampla dimensão e entre novembro de 2011 e fevereiro de 2012 são anunciadas eleições parlamentares. O clima no país está muito quente e no período vão acontecer protestos significativos. Precisamente em dezembro ocorrerá uma cena de repressão que simboliza o conjunto da violência a qual a massa estava submetida. No Cairo, um conjunto de algumas dezenas de militares avança sobre manifestantes desarmados e se pode observar um homem carregando com dificuldade uma mulher ferida, buscando fugir dos militares. A dificuldade de fugir, estando uma das pessoas ferida, era notável, e rapidamente as forças do exército os alcançaram. As cenas que se seguem a serem agarrados pelas forças policiais são muito demonstrativas do que significava o exército no poder. Um grupo de policiais circunda a mulher e o homem, que se

encontram sem reações, no chão, e começa uma cena indescritível de barbárie e violência: chutes, pontapés, violência com os cassetetes atingem todas as partes do corpo dos dois, incluindo muitas vezes a cabeça. A mulher muçulmana tem sua burca levantada e um dos militares promove a cena mais marcante, talvez, ao pisar no tórax da mulher indefesa. A repressão só para quando manifestantes começam a jogar uma chuva de pedras nos militares, que recuam um pouco.

Hassan Mahmoud, um jornalista que trabalha no periódico Al Badeel, disse que a mulher foi salva graças a mobilização: “ficou claro para mim que eles queriam levá-la para longe de nós mas então alguns manifestantes corajosos entraram e começaram a lançar pedras e que foi por isso que ela foi salva da mão deles⁸⁷” (tradução nossa). E completou que a mulher no vídeo, que envergonhada pediu para não ter sua identidade revelada, teria dito para ele algo que a situação era altamente expressiva do significado do exército no poder e, nesse sentido, das consequências que tiveram os processos revolucionários no país, em sua resolução reacionária: “Não é uma questão de se falamos com eles ou não [com a mídia], o abuso deles em relação a mim é o suficiente para mostrar quem eles são [o exército] e diz o suficiente para aqueles que ainda depositam confiança”⁸⁸ (tradução nossa).

Esse terceiro evento histórico que chamou a atenção do mundo é expressão dos extremos que se apresentam em um processo revolucionário. Marx dizia que uma das verdades mais profundas do pensamento de Hegel, que foi um dos lemas que guiou o conjunto da altamente complexa filosofia hegeliana, era uma mensagem que tomava da sabedoria popular, segundo a qual “os extremos se tocam” (MARX, 1981, p. 9). Tahrir, com a dialética avassaladora de um processo revolucionário, é a comprovação disso. Afinal, as mais poéticas demonstrações progressistas das massas em ação conviveram com as mais brutais demonstrações reacionárias de manutenção do antigo regime, particularmente por parte do exército.

⁸⁷ A imagem da cena e a descrição que transcrevemos podem ser acessadas em: <https://www.theguardian.com/world/2011/dec/18/egypt-military-tahrir-square-woman>

⁸⁸ Cf. <https://www.theguardian.com/world/2011/dec/18/egypt-military-tahrir-square-woman>

4.1.2 Qual era o significado do exército assumindo o poder?

Para compreender esse ponto integralmente teríamos que observar os distintos momentos e a dinâmica em que se desenvolveu os protestos pós queda de Mubarak, ou seja, com o Conselho Supremo do Exército no poder. A onda de protestos percorreu o Egito muitos meses depois da derrubada de Mubarak. Um sentimento que atingia setores amplos das massas populares era o da necessidade do regime cair: nem o exército, nem a Irmandade Muçulmana, era necessária uma outra alternativa – e esse foi o drama que percorreu todo o ano de 2011 e 2012, até o golpe militar de julho de 2013, que levou o general Abdel Fattah *el-Sisi* ao poder.

O drama da revolução egípcia, ao nosso ver, é o drama da primavera árabe: em primeiro lugar, é preciso ter em mente que os impactos do movimento das massas em ação no conjunto da primavera árabe, e no Egito em particular, na geração pós-crise econômica não podem ser diminuídos. A visão, após três décadas de neoliberalismo, resignação, e ceticismo, de uma nova chama revolucionária foi algo que marcou significativamente toda esta geração. De outro lado, ao não ter um instrumento político (forma-partido adequada às necessidades da revolução egípcia) e uma vanguarda do proletariado que pudesse utilizar seus métodos históricos, como a greve geral e a insurreição, em favor de colocar abaixo o regime e Estado opressor egípcios, transitando rumo a uma nova forma de poder ligada aos organismos de democracia dos trabalhadores, que realmente pudesse criar uma nova arquitetura que transformasse os trabalhadores, jovens, mulheres de Tahrir no poder real do Egito, as massas ficaram reféns dos que estavam mais organizados e, nesse sentido, embora com embates heroicos como os que se deram em dezembro de 2011, os quais narramos acima, os resultados não poderiam ser outro que não a reconstituição de um poder do capital contra as massas, que se consumou definitivamente no golpe de julho de 2013. Novamente, os extremos se tocam.

4.1.3 A interpenetração entre a crise e os fenômenos político-sociais

Os momentos acima elencados, ao nosso ver, oferecem um pouco o tom das cores que brilharam – para o bem e para o mal – na Primavera Árabe e também nos ajudam a enfatizar um aspecto que queremos destacar ao longo desse capítulo: a interpenetração entre os movimentos na economia mundial e os fenômenos políticos e sociais da luta de classes.

O que queremos abordar aqui é que a primavera árabe mostrou bem essa conexão, seja por, de um lado, enxergarmos que não é possível pensar o conjunto dos acontecimentos do mundo árabe que se abriram no final de 2010 e começo de 2011 por fora de compreender que eles se inserem no contexto da crise econômica, e nesse sentido são determinados, em última instância, por ela; mas também, do outro lado da moeda, geralmente pouco explorado e que buscaremos relacionar em cada um dos temas que trataremos – seja na juventude, no movimento de mulheres, no movimento negro, e também poderíamos levar em consideração as lutas de resistência operária, como as da Grécia, narradas no terceiro capítulo – a abertura de processos revolucionários no mundo árabe causara um influência na subjetividade internacional, a começar pela juventude e isso, por sua vez, impactará decisivamente na crise internacional. Ou seja, falando de forma mais simples, a crise determina os levantes, os levantes modelam os desdobramentos da crise.

Abordar a questão dos impactos econômicos da crise no mundo árabe é, por si só, um tema de grande magnitude, pois exige abordar um conjunto de determinantes dos países do Oriente Médio e norte da África que fizeram parte constitutiva da Primavera Árabe. Buscaremos aqui apenas apontar alguns elementos nos apoiando em algumas obras que tratam do tema de forma mais exaustiva. Particularmente, nos referenciamos na obra de Gilbert Achcar, *The People Want: a Radical Exploration of the Arab Uprising*, publicada em 2013, na qual busca abordar distintos elementos históricos na formação econômica dos países do mundo árabe, incluindo o crescimento dos países, os índices de pobreza, desemprego, a forma do investimento e o papel do capital estrangeiro no país, o impacto da economia de petróleo, entre outros determinantes.

Analisando a problemática de conjunto, Achcar parte da consideração de Marx na introdução de 1857 ao *Para a Crítica da Economia Política*, em que o fundador do marxismo analisa o estágio de uma dada formação social em que se atingem os limites de seu desenvolvimento e as forças produtivas entram em contradição com as relações de produção (MARX, 1987, p.29-30), e parte desse raciocínio para pensar um conjunto de levantes no mundo árabe, num período muito aproximado, concluindo que isso era uma expressão do que apontava Marx, ou seja, enxergando um componente mais estrutural econômico para o conjunto dos fenômenos no mundo árabe.

A partir deste ponto de vista, Achcar define que “A situação social que confronta a população da região árabe pode ser resumida em três palavras - pobreza, desigualdade, precariedade - ironicamente reminiscentes do lema da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade” (ACHCAR, 2013, p. 15), ou seja, pobreza, desigualdade e precariedade eram a paródia dramática da situação social a qual estavam submetidos jovens e trabalhadores nos países do mundo árabe e norte da África, mas não como uma situação sempiterna de pobreza e miséria na qual estão imersos os países semicolonias e dependentes. Os dados expostos sobre a situação de miséria no mundo árabe é de deixar alarmado a qualquer leitor, analisando um relatório do banco Mundial de 2008:

A linha de pobreza nacional superior define a receita necessária para obter tanto a nutrição básica como os itens essenciais não alimentares num determinado país, o que leva a que as pessoas que vivem na linha mais baixa de pobreza tenham de fazer escolhas difíceis entre estes dois tipos de despesas mínimas. A imagem que surge quando nos concentramos no número de pessoas na região árabe que vivem abaixo da linha “superior”, que varia entre US\$ 2,43 e US \$2,70 (PPP) por dia, difere muito da que aparece quando aplicamos a linha internacional da pobreza de US\$ 2 (PPP) por dia. Segundo o relatório do PNUD, as estatísticas da taxa de pobreza para os países do Oriente Médio e Norte da África, para os quais tais dados (coletados entre 2000 e 2006) estão disponíveis, são: 11,33% na Jordânia, 23,8% na Tunísia, 28,6% no Líbano, 30,1% na Síria, 39,6% no Marrocos, 40,9% no Egito, 53,9% na Mauritânia e 59,9% no Iêmen. A taxa média de pobreza para todos os países em questão é de 39,9%. Este é um número muito maior do que os 16,9% dos habitantes do Oriente Médio e Norte da África, supostamente vivendo abaixo da linha de pobreza internacional de US\$ 2 por dia. (ACHCAR, 2013, p. 17 – tradução nossa)

Se tomarmos, portanto, o dado da *upper line* da pobreza, num mundo com poucos bilionários dominando metade da riqueza mundial, percebemos que temos números muito impactantes como 40% da população do Egito – tomando um país que foi um dos centros das revoltas – na linha da pobreza.

Do ponto de vista objetivo, os antecedentes da crise já eram de países em uma situação extrema de pobreza para amplas parcelas da população. Acontece que, em se tratando de uma crise alimentar, uma de suas consequências imediatas foi o aumento do preço das *commodities*, que por um lado expressava a especulação financeira pós-crise, que ocorria em produtos de primeira necessidade, e por outro um alento em alguns emergentes que tinham economia agroexportadora. No entanto, no caso do mundo árabe, a especulação apresentará consequências imediatas de maiores sacrifícios para as massas da população. Conforme escreve Oswaldo Coggiola (2016, p. 582), no seu livro *A revolução árabe e o Islã*:

A faísca inicial da revolução tunisiana teve suas raízes na crise capitalista mundial, que voltou a provocar, como em 2008, uma forte especulação sobre as matérias primas, em especial sobre os grãos. Na Índia os preços dos alimentos de primeira necessidade aumentaram em 18%, na China em 12%. 29 países se encontravam em situação de emergência alimentar. Nos países do Magrebe esses aumentos de preços alcançaram uma média de 30%, nos alimentos principais, pão (trigo), azeite, açúcar e sêmola: o custo da farinha e do azeite dobrara nos últimos meses, até atingir preços recordes, enquanto que o quilograma de açúcar, que fazia poucos meses apenas custava 70 dinares, uns 0,7 euros, chegou até os 150 dinares, 1,5 euros. A desvalorização praticada pelos governos, para equilibrar os orçamentos arrasados pelo grande capital (nacional e estrangeiro) colaborou para a catástrofe do Magrebe.

Partindo dos sofrimentos aos quais as condições objetivas imprimiam nas massas e indo além nas consequências econômicas, podemos também nos voltar ao artigo do professor Tarek Abo Saeid, da Al-Quds Open University da Palestina, que escreveu sobre a influência da crise no mundo árabe que a ligação entre os países do norte da África e do Oriente Médio com a Europa economicamente é muito forte, e que nesse sentido os impactos da crise vão afetar distintos âmbitos, seja os fluxos de capital, investimentos, preço do petróleo, turismo etc. Nesse sentido, ele traça um panorama do seguinte modo:

É necessário identificar a natureza dos resultados causados pela crise para as economias dos países árabes. No início, deve ser sublinhado que a Europa é o primeiro parceiro comercial dos países Árabes que significa que o comércio entre os países árabes e da Europa constitui a maior proporção do comércio internacional árabe, de modo a fraqueza da economia de países europeus e a demanda diminuindo são refletidas negativamente nas economias dos países árabes. A Europa demandado petróleo à região árabe, o que tem fornecido a fonte estável de renda para muitos países árabes, sob a forma de preços mais baixos do petróleo. Não se deve esquecer que os países árabes do norte da África exportam 60-80% de petróleo para empreiteiros europeus. Por exemplo, a diminuição do nível de exportação em 2009 foi de 25% na Tunísia, mas no Egito apenas 15%. As receitas importantes na constituição do PIB obtidas pelo turismo também diminuíram. Na Tunísia, o turismo é responsável por 6,5% do PIB e, direta ou indiretamente, emprega um em cada cinco tunisianos, mas no Egito ele dá apenas 10% do PIB (...). Além disso, a rápida queda nas transferências monetárias que desempenham o papel de "rede realista de seguridade social" influenciou a capacidade dos países árabes envolvidos na primavera árabe de consumir. O choque econômico ocorreu após o aumento significativo dos preços mundiais dos alimentos (efeito das secas em alguns países) e determinou a espera para a melhoria condições (SAEID, 2013, p. 36 – tradução nossa)

Outro aspecto que Saied (2013) trabalha em seu texto, e Achcar (2013) aborda também em seu livro com destaque, refere-se à questão dos investimentos na região e o papel da Europa. Said complementa seu raciocínio sobre os efeitos da crise no mundo árabe do ponto de vista de investimentos e do fluxo de capitais quando escreve que:

Por causa da crise financeira, os investimentos europeus diminuíram para cerca de 30% do total dos investimentos em comparação com a porcentagem global que constituía mais de 55% no final de 2007, antes da crise financeira mundial. Os efeitos da crise também foram significativos para os países do Golfo Pérsico no mundo financeiro global. O superávit financeiro encolheu e a liquidez financeira no setor bancário foi esgotada por meio de fluxos financeiros estrangeiros (SAEID, 2013, p. 37 – tradução nossa)

Sem buscar esgotar o conjunto dos aspectos em que a crise afetou os países do mundo árabe, o que nos interessa aqui é apenas indicar em traços gerais como os países foram afetados e quais eram as bases objetivas que a crise econômica colocou, ou seja, o terreno, o tabuleiro, sobre o qual as massas protagonizaram a Primavera Árabe. Pretendemos, então, dar indicações para reafirmar o que queremos trabalhar nesse tópico, que são os fatores que evidenciam mesmo num primeiro olhar que *é impossível pensar o desenvolvimento da Primavera Árabe de modo alheio da crise econômica internacional*, sendo os levantes e seus resultados um expressão

contraditória da etapa de *interregno* que estamos vivendo entre o neoliberalismo e um próximo período mais convulsivo.

Os impactos dessas determinações que apresentamos não poderiam ser mais expressivos se tomarmos em conta as origens da Primavera Árabe, que atesta bastante essas condições: em dezembro de 2010, o jovem Mohamed Bouazizi, que vivia em Sidi Bouzid, uma cidade da Tunísia central. Vivenciando o drama dos que não puderam avançar em seus estudos e caíram no amplo mercado de trabalho precário, Bouzid trabalhava vendendo frutas em uma feira. No dia 17 de dezembro, no entanto, decide fazer um gesto desesperado e bárbaro, colocando fogo no próprio corpo e morrendo diante de todos naquela feira. A brutalidade do gesto chocou; de fato, o gesto é chocante. Agora, o significado extrapolou bastante até mesmo as próprias intenções de Bouazizi. Na verdade, ele extravasava o conjunto dessa violência social à qual a juventude e os trabalhadores eram submetidos na Tunísia. O dia 17 de dezembro de 2010 então entrou na memória internacional como o dia em que as mobilizações começaram na Tunísia, levando a queda de um ditador há décadas no poder três semanas depois do ocorrido, naquilo que ficou conhecido como a *Revolução de Jasmin*.

Evidentemente, o gesto isolado de Bouazizi não significa muito, é expressão da barbárie capitalista que leva um ser humano a retirar a vida dessa forma brutal. Mas o seu significado tomou uma forma coletiva por ser o estopim de uma revolta engasgada no conjunto da população tunisiana.

O que nos faz voltar no que apontava Achcar, já que o aflorar das mobilizações em outros países como Iêmen, Egito, Síria, Líbia demonstra que existia algo mais estrutural da opressão imperialista nos países do mundo árabe, apoiada em ditaduras que expropriam as riquezas naturais petroleiras e mantêm as massas amplas em situação de miséria que, em algum momento, iria explodir.

Desde esse ponto de vista, se pudermos ter uma visão ampla sobre a caráter altamente contraditória da Primavera Árabe, como buscamos fazer nas imagens que apresentamos sobre o Egito, ao mesmo tempo estabelecer em termos gerais a relação entre a econômica e os fenômenos sociais e políticos no caso do mundo árabe, podemos buscar estabelecer a relação inversa: como a Primavera Árabe influenciou a dinâmica da crise econômica? Ou, melhor dizendo, quais os impactos

que a Primavera Árabe teve na subjetividade da juventude e da classe trabalhadora em nível internacional?

É esse ponto que buscaremos estudar nos próximos tópicos, levando em conta os movimentos de juventude, o movimento de mulheres e o movimento negro.

4.2 AS MOBILIZAÇÕES INTERNACIONAIS DA JUVENTUDE

A Primavera Árabe ficou marcada, nos inícios dos anos que seguiram à queda do Lehman Brothers, como um conjunto de processos revolucionários que retomaram no imaginário internacional a ideia da revolução. Ainda em sua forma muito contraditória, e com consequências por vezes reacionárias no resultado dos processos, os levantes significaram um chacoalhar a partir do Oriente Médio e o norte da África no interior da situação internacional. E foram poucos meses depois que Bouazizi retirou tragicamente sua vida na Tunísia, iniciando o processo árabe, que os jovens, inicialmente na Europa e depois em todo o mundo, levantaram a cabeça e começaram uma grande onda internacional de movimentos, a partir dos *indignados* na Espanha com o 15M e se alastrando; tomados em sua totalidade, *podemos considerar como o maior levante internacional da juventude desde Maio de 1968*.

Isso não significa que seja um movimento à altura de Maio de 1968. Em muitos aspectos, os movimentos iniciados em 2011 na juventude se distinguem de maneira importante ou até drástica de 1968. A definição que colocamos acima fala não apenas de período que vai de 2011 a 2015, mas dos anos que o precederam: ser o maior levante desde 1968, com todas as suas limitações e contradições, indica o deserto subjetivo que se instaurou na juventude por mais de 4 décadas e, especialmente, dá uma dimensão do sentido restaurador-conservador da ideologia neoliberal na juventude.

No entanto, como dizia um importante *rapper*-poeta brasileiro, “até do lixão nasce flor”. Em outros termos, uma flor ainda desbotada, que iludiu a polícia e rompeu o asfalto. Não foi a *rosa do povo*, mas não deixou de ter os encantamentos próprios

da luta de classes. Daqui que então a comparação com Maio de 1968 nos ajude a dar uma dimensão, um parâmetro histórico para o objetivo que estamos analisando.

4.2.1 “Sejamos realistas, exijamos o impossível”

O filósofo francês Alain Badiou em sua importante obra *A hipótese comunista* reúne um conjunto de palestras e artigos sobre Maio de 1968. Em uma das palestras, que ele ministrou precisamente em 2008, ano da crise e ano em que Maio de 1968 completava 40 anos, Badiou busca fazer uma síntese do que ele considera os quatro aspectos decisivos do processo francês.

Em primeiro lugar, o filósofo francês cita o que talvez tenha sido um dos aspectos mais consagrados de 1968 que foram as mobilizações estudantis. Partimos que a reforma na educação era um dos temas cruciais das reformas de Charles de Gaulle, o estopim do movimento é unanimemente atribuído ao movimento 22 de março, com a ocupação da parte administrativa da Universidade de Nanterre. Os desdobramentos disso, a repressão policial, a ocupação da *Sorbonne*, a entrada em cena dos estudantes secundaristas, a juventude ganhando as ruas e construindo as barricadas do bairro latino em Paris, em suma, o conjunto das ações que levaram a estabelecer a ação da juventude como decisiva em Maio de 1968.

Um segundo aspecto, não menos decisivo mas nem sempre igualmente comentado, foi a entrada em cena da classe trabalhadora francesa em meio às mobilizações de Maio de 1968. Se a reforma universitária atingia diretamente os estudantes, de Gaulle também tinha planejada a reforma da previdência, um dos fatores do descontentamento dos operários parisiense. As greves gerais que se desenvolveram na França envolveram pelo menos 7 milhões de trabalhadores, num universo em que se estima um total de 14 milhões de operários – ou seja, possivelmente uma das maiores greves gerais do ocidente no pós-guerra. Isso também é determinante para compreender a dimensão de *Maio de 1968*.

Um terceiro aspecto que destaca Badiou seria o que ele chamou de “maio libertário”, relacionado com a dimensão propriamente cultural, ou seja, com o impacto ideológico que tem Maio de 1968 na esfera dos costumes, das relações amorosas, na dimensão artística (teatro, cinema, música) e também no desenvolvimento de lutas como o feminismo e os movimentos ligados à emancipação sexual. Já o quarto aspecto que ele destaca é a concepção de que Maio de 1968 imprimiu sobre a pergunta “o que é política?”, buscando discutir o sentido de morte da velha política em 1968, ao mesmo tempo em que afirmando que a “bandeira vermelha” e as concepções de que a classe trabalhadora seria o sujeito da transformação eram a tônica do processo.

Embora, naturalmente, a sistematização de Badiou seja apenas uma das possíveis dentre outras dado o nível de complexidade do movimento de que estamos tratando, ela nos ajudará a tirar algumas conclusões importantes para a análise do processo iniciado em 2011. No que tange à comparação entre os processos, as diferenças são chamativas em todos os âmbitos, mais ou menos acentuadas em alguns casos. O primeiro que queremos diferenciar é que o levante da juventude francesa confluiu com uma das mais importantes greves gerais do movimento operário no pós-guerra, ou seja, *é uma grande expressão da aliança operário-estudantil*, e aqui talvez seja o traço mais importante de diferença no que se refere aos levantes de juventude no período da crise. É mais que natural que a entrada em cena da classe operária, com seus métodos, juntamente a um movimento estudantil em aberta radicalização, com ocupação de universidades etc., gerasse um processo mais explosivo da luta de classes e com consequências mais marcantes para a realidade internacional. A realidade é que o processo mais intenso de lutas de classe trabalhadora se deu na Grécia em meio aos planos de austeridade e antecipou o levante da juventude – ou seja, uma das distinções poderíamos definir como o *destempo* entre a luta operária e a da juventude – nos determinantes que propôs Badiou, um destempo entre o primeiro e segundo aspectos de Maio de 1968.

Isso também determina os dois demais aspectos, já que naturalmente o alcance das transformações culturais e a resposta que pode se dar à questão sobre “o que é política?” são os pontos para entender a importância do levante da juventude no terreno internacional. Ainda mais que, no caso, a articulação que queremos fazer

entre *o que expressam* e *no que influenciam* a dimensão subjetiva tem uma importância grande, ou seja, retomando Marx, “a teoria se torna força material quando penetra nas massas” e, nesse sentido, o impacto de ter jovens secundaristas e universitários como atores principais em ação na sociedade civil deixaram sua marca.

Assim, Maio de 1968 se diferencia dos levantes de 2011-2015 no encontro com as mobilizações operárias (o fato de existirem) no mesmo país dos levantes de juventude (dois primeiros aspectos que levanta Badiou), se diferencia pelo alcance das transformações culturais que conseguiu promover e por dar uma resposta muito mais radicalizada e estratégica (ainda que com limitações) em termos relativos se comparada com a que a juventude deu durante a crise.

Mas a comparação tem alguns aspectos interessantes de semelhança, seja na própria atuação da juventude em distintos países do mundo num período aproximado; em exemplos pontuais de confluência com os trabalhadores – muito distintos de 1968, mas importantes do que pode surgir na nova etapa pós-crise –, nas transformações culturais, a qual queremos sustentar que o movimento de mulheres – o mesmo poderíamos dizer sobre aspectos dos movimentos por identidade negra e LGBTs – em certo sentido se deriva dessas expressões da luta de classes, na qual a juventude teria bastante influência e, por fim, na própria questão do “fazer política”, em que se expressa a miséria da estratégia a qual a juventude e o movimento operário chegam após anos de neoliberalismo, mas que também colocam em alguns casos um componente interessante por se formarem em movimentos relativamente *espontâneos*, que se, por um lado, apresentam limitações importantes programáticas e estratégicas, por outro, acabam se desprendendo de velhas formas engessadas, burocráticas, de organizações de juventude ligadas a velhos partidos reformistas, que acabam por impedir muitas vezes a ação mais desenvolvida da juventude.

Partindo dessa visão geral, tentaremos aprofundar esses elementos de comparação buscando destrinchar e aprofundar um pouco algumas dessas conclusões. Em se tratando de períodos históricos muito distintos, é válido abordar um pouco certa diferença entre esses contextos, partindo do plano internacional.

De certa forma, as relações entre o movimento da década de 1960 e o da década 2010 com a crise econômica são opostas: Maio de 1968 nasce 5 anos antes

da recessão da superprodução que acometeu as principais potências em 1973, ou seja, são levantes da juventude em nível internacional que antecipam a crise. No caso dos levantes a partir de 2011 se dá o contrário, são movimentos diretamente derivados da recessão, vindo 3 ou 4 anos depois do estourar da crise. Em outras palavras, os movimentos de 1968 se deram depois dos 30 anos gloriosos e no contexto de esgarçamento do “Estado de bem-estar social”; já os movimentos de 2011 se dão depois de 30 anos de neoliberalismo, em que a situação da juventude já era de uma realidade econômica difícil, um fato que se aprofunda bastante com a crise, chegando a casos-limite de mais de 50% de desemprego na juventude em alguns países mais afetados, como Espanha e Grécia. No entanto, embora vindo de polos opostos, os movimentos se encontram no que eles enfrentam: reforma universitária (no sentido da elitização), reformas econômicas (previdenciária), cerceamento das liberdades políticas nas escolas secundaristas etc., eram movimentos de resistência a ataques econômicos e políticos.

Do ponto de vista político, também vemos diferenças com o que vem impactando a juventude ideologicamente, em particular sua vanguarda. No caso francês e no contexto da década de 1960, os estudantes haviam sido influenciados por alguns processos históricos, entre os quais estavam: um fato ocorrido cerca de 9 anos antes e que foi decisivo para o período, a Revolução Cubana, uma revolução no continente americano e cujo alcance ideológico atingia amplos setores da juventude em todo o mundo; no caso francês, outros dois componentes internacionais que ampliavam o sentimento anti-imperialista da juventude, que foram, por um lado, a influência da luta de libertação nacional na Argélia, que se deu no final dos anos 1950 e começo dos 1960, e por outro, os movimentos contra a invasão imperialista dos Estados Unidos no Vietnã.

A realidade internacional na qual se inseriram os levantes de 2011 são influenciados por outros determinantes: sem contexto da Guerra Fria, processos de revoluções socialistas como a cubana, sem movimentos anti-imperialistas fortes, o nível de consciência da juventude e as influências ideológicas acabam tendo um alcance muito menor. Mas justamente por isso destacamos o papel da Primavera Árabe como componente de bastante importância para a subjetividade internacional, já que, para as gerações que fizeram parte do levante, sejam universitários com 25

anos ou jovens de secundaristas de 13, tratou-se dos primeiros processos revolucionários que a geração viu, a rigor, possivelmente os primeiros processos de massas nas ruas. É natural que o caráter contraditório desses processos no mundo árabe também exerça uma influência contraditória, mas não deixa de ser impactante, depois da noite neoliberal de 30 anos, voltar a uma geração o debate sobre a possibilidade de movimentos de massa que transformem tudo, em suma, a possibilidade de revoluções.

Tendo em vista o contexto internacional em seus processos políticos, é importante também observar as diferenças objetivas que apontamos sobre o significado de uma juventude que vinha dos “trinta anos gloriosos” como no caso francês em comparação com a juventude da geração da grande recessão da década de 2010. Do ponto de vista objetivo, os motivos que impulsionaram a juventude à revolta eram mais intensos no último levante, já que carregavam o fardo da devastação neoliberal e as consequências da crise econômica. E esse componente objetivo será determinante para entender por que, mesmo em um contexto internacional distinto, sem as mesmas influências ideológicas e sem organizações de vanguarda fortes, a juventude foi protagonista de processos de luta de classes históricos.

4.2.2 A geração da crise: *ni estudia, ni trabaja*

Do ponto de vista do que expressam, é interessante retomar a passagem de Leon Trotski quando este analisa a ação dos estudantes e a capacidade que a juventude tem, por suas aspirações ligadas ao futuro, de expressar com mais plasticidade as contradições das classes das quais provém:

Nos estudantes se reflete com toda potência, exatamente como numa caixa de ressonância, os interesses e aspirações sociais gerais das classes de que provêm. No curso de toda história – tanto em seus momentos heroicos, como nos períodos de apatia social – os estudantes europeus foram mais que o barômetro sensível das classes burguesas. Fizeram-se ultrarrevolucionários, fraternizaram-se sincera e honestamente com o povo, quando a sociedade

burguesa não tinha outra saída senão a revolução. Substituíram de fato a democracia burguesa quando a mesquinha política desta última não lhes permitiu colocar-se à frente da revolução, como sucedeu em Viena em 1848. Mas os estudantes metralharam os operários em junho do mesmo 1848, em Paris, quando a burguesia e o proletariado se encontravam em lados opostos da barricada [...] Em todas as metamorfoses históricas, incluindo as mais desagradáveis, os estudantes revelaram sentido político, capacidade de sacrifício e idealismo combativo [...] o conteúdo político desse idealismo vem determinado integralmente pelo gênio da classe da qual procedem os estudantes e à qual retornam (TROTSKY, 2002 – tradução nossa).

Aqui Trotski aponta um determinante fundamental para levarmos em conta quando analisamos a questão da juventude: atuam como *caixa de ressonância* e, nesse sentido, expressam intensamente as contradições das classes de que provêm, mas essa ligação com a classe não é apenas do ponto de vista da origem, mas também do ponto de vista do retorno; ou seja, as aspirações da juventude estão intimamente ligadas à classe da qual provêm antes de entrarem na vida escolar e universitária, mas também com que olhos enxergaram o futuro após essa passagem. E é precisamente aqui que a crise econômica entra como um fator determinante.

Quando nos referimos à juventude da atualidade, uma definição que foi frequentemente usada, já a partir dos *indignados* espanhóis, mas que tinha correspondência em distintos países do mundo, era a de que vivenciamos uma geração “*ní, ní*”, ou em português “nem, nem”, uma elipse que significa “nem estuda, nem trabalha”, equivalente ao que em inglês seria dado pela sigla NEET, para a expressão “*not in employment, education or training*”, um termo que, ao que parece, surge no final dos anos de 1990, mas que ganha grande popularidade no contexto da crise econômica.

E não é para menos, pois os impactos que a crise teve em setores da juventude são mais que chamativos: os dados colhidos na *Encuesta de Población Activa* sobre a sociedade espanhola de 2013, um dos auges da crise e mesmo pós-indignados, indicavam que “a taxa de desemprego da juventude na Espanha em 2013 é absolutamente exorbitante, situando-se na atualidade, segundo EPA7 (terceiro trimestre, 2013) em 54,37% (73,85% em jovens de 16 a 19 anos, e 53,65% nos de 20 a 24 anos” (HILA, 2014, p. 104), conforme escreve Ana Belén Cano Hila – a análise

dos dados de 2011⁸⁹ mostra uma realidade também de descalabro. Em outros termos, um país de capitalismo avançado como a Espanha, um dos países mais ricos da Europa, chegou a atingir quase 55% de desemprego entre a juventude, uma dramática negação do futuro para a juventude de toda uma sociedade.

Ocorre que esses dados não são característicos apenas da realidade espanhola: a juventude na Grécia atingiu o maior pico de desemprego no período, quando, em 2013, a cifra chegou a inacreditáveis 58,3%.⁹⁰ Estamos pontuando os casos extremos, como da Espanha e Grécia, mas mesmo tomando as estatísticas do conjunto da União Europeia no pré e no pós- crise, segundo artigo da *Eurostat*, o pico do desemprego no conjunto da União Europeia no pós- crise foi de 23,9%, uma taxa altíssima, que depois declina um pouco já em 2016:

Em relação à taxa total de desemprego, o desemprego na juventude na União Europeia-28 caiu drasticamente entre 2005 e 2007, chegando ao dado mais baixo (15,2%) no primeiro trimestre de 2008. A crise financeira e econômica, entretanto, atingiu severamente os membros jovens da força de trabalho. No segundo trimestre de 2008, a taxa de desemprego juvenil seguiu uma trajetória de crescimento rumo aos 23,9% no primeiro trimestre de 2013 (acompanhada de reduções temporárias durante o terceiro trimestre de 2010 e o primeiro trimestre de 2011), antes de cair aos 18,5% no terceiro trimestre de 2016 (tradução nossa)⁹¹

Se esses dados econômicos não podem explicar, por si só, mecanicamente, os levantes, não deixam de ser um dos componentes fundamentais do processo. Ainda que com um contexto diferente, vindo de anos de baixa luta de classes, com poucas influências ideológicas disruptivas no cenário internacional (nenhum revolução socialista), sem fenômenos anti-imperialistas, a questão é que as condições de ataque a que foram submetidas a geração *millennial*, uma geração “nem, nem”, atingiram limites os quais seria difícil não haver revolta.

⁸⁹ Cf.: <https://www.ine.es/daco/daco42/daco4211/epa0411.pdf>

⁹⁰ Cf.: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Unemployment_statistics_and_beyond#Youth_unemployment

⁹¹ Idem

4.2.3 Breve panorama dos processos

Vejamos alguns dos principais processos e suas demandas durante os anos de 2011-2015

4.2.3.1 *Indignados (Espanha, 2011)*

No dia 15 de maio de 2010, uma considerável parcela da juventude espanhola protagoniza o que ficou conhecido como movimentos dos *indignados*, ou 15M. Um amplo movimento que atinge 58 cidades e chama a atenção do mundo todo, com conflitos contra a polícia em muitas cidades e particularmente com a poderosa manifestação na praça Puerta del Sol, em Madrid.

As manifestações apareceram mundialmente como apresentando a demanda de “*democracia real ya*”, mas de fundo expressam questionamentos mais integrais ao regime bipartidário de 1978, com o profundo desgaste do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), por um lado, e do Partido Popular (PP), por outro. Assim, Santiago Lupe, um dos militantes que atuaram ativamente no processo, diz que “o chamado ‘movimento dos indignados’ era a primeira expressão de divórcio entre o regime político nascido da transição de 1978 e as amplas massas populares” (LUPE, 2014, p. 101). Um impacto político que olhando alguns anos depois é possível identificar na conformação de organizações como *Podemos* ou *Ciudadanos*, que modificaram categoricamente o regime político espanhol.

Mas essa transformação na superestrutura se dava como expressão de transformações econômicas como apontamos, e a Espanha é um caso particular, na medida em que lá se unifica um conjunto de ataques neoliberais que levará ao desemprego da juventude, a perda de sua autonomia (muitos voltando para a casa

dos pais) ao mesmo tempo em que será um dos epicentros na Europa da crise dos *subprimes*. Santiago Lupe liga bem esses elementos quando escreve que em 2013:

O drama do desemprego de massas teve uma rápida e dramática consequência no acesso a moradia. Setenta por cento dos menores de 30 anos que haviam ido viver fora da casa paterna se viram obrigados a retornar a ela. E o desemprego juvenil ascendeu rapidamente para 45% em 2011 e não tem deixado de fazê-lo em nossos dias, quando se encontra em 55%. Mais dramática ainda resulta a situação daquelas famílias que ante a impossibilidade de quitar o pagamento da hipoteca, foram sem amparo e colocadas na rua, mais de 450 mil desde 2007 (LUPE, 2014, p. 102 – tradução nossa).

Como vemos, são mobilizações que se defrontam com as condições da crise – com especial destaque para o desemprego, iniciadas quatro meses depois da Primavera Árabe, que expressam a enorme crise de representatividade da sociedade espanhola, levam ao protagonismo da juventude e conformaram umas das primeiras grandes manifestações de massa da juventude, com consequências nas subjetividades de todo o mundo.

4.2.3.2 Educação Gratuita Ya (Chile, 2011)

As lutas por educação gratuita no Chile também se dão no ano de 2011 e, a rigor, começam com movimentos de vanguarda já em abril, antes do 15M. Mas vão se generalizando nos meses seguintes, já em junho com marchas de 200 mil em todo o país, que fazem com que sejam consideradas as maiores marchas desde o fim da ditadura de Pinochet. Centenas de ocupações de escolas e universidades deram a marca, com manifestações massivas com grandes enfrentamentos com a repressão policial, uma das expressões mais combativas da juventude durante a crise econômica.

A demanda principal era em torno da educação, já que as heranças neoliberais do regime pinochetista são muito presentes no Chile, país no qual o ensino superior é

altamente privatizado, fazendo com que a juventude tenha muita dificuldade de financiar os estudos – o que já é perceptível e foi influente já no movimento secundarista, levando a que a demanda unificasse tanto estudantes de colégios como universitários – que já sofriam com as consequências e que foram agravadas pela crise econômica internacional.

Naturalmente, também podemos dizer que o movimento estudantil no Chile se voltou contra as heranças do regime de Pinochet, atingindo a superestrutura política do país. Em entrevista ao jornal *El Ciudadano*, Barbara Brito, uma das militantes do movimento estudantil e participante ativa das mobilizações do período, a partir da qual se torna vice-presidente da Confederação Nacional dos Estudantes Chilenos (CONFECH), destaca sobre 2011 que:

2011 marcou um antes e depois no Chile das últimas décadas porque o que fez foi questionar mais profundamente o regime político que vinha da ditadura (...) 2011 foi para mim um exemplo muito claro de que o movimento estudantil pode jogar um rol de vanguarda tática, de influenciar a que surjam novas mobilizações. Posteriormente a 2011 os trabalhadores assimilaram métodos combativos que haviam sido utilizados pelo movimento estudantil, houve um aumento das greves legais e ilegais e, além disso, uma radicalização destas lutas, com barricadas... Eu acredito que o movimento estudantil tende a influenciar também, pois coloca sobre a mesa debates para o conjunto da sociedade (BRITO, 2018 – tradução nossa)

Os movimentos estudantis no Chile, portanto, vão atingir seu auge entre meados de 2011 e 2012, influenciando de distintas formas a juventude, mas também o movimento operário, e particularmente o movimento de mulheres, como uma explosão que se segue nos anos seguintes, elementos que são analisados por Brito na entrevista ora citada.

4.2.3.3 *Occupy Wall Street (Estados Unidos, 2011)*

No dia 17 de setembro, a onda da juventude chegaria ao coração do capital financeiro mundial: nascia o movimento *Occupy Wall Street*. Do ponto de vista da

mobilização da juventude, o movimento aparece como relativamente menor, reunindo por vezes entre 5 e 10 mil ativistas que acampam em frente ao coração financeiro norte-americano. Mas, do ponto de vista político, o OWS, na sigla pela qual ficou conhecido, acabou por ter um impacto internacional significativo, já que era uma espécie de direcionamento do levante internacional em confronto (ainda reformista) com o capital financeiro. Ainda de forma confusa, o movimento deu as bases para o que ficou conhecido como o “99% contra 1%”, um *slogan* político que buscava apontar o problema dos mais ricos do mundo, os rentistas, que usurpavam de certa forma a riqueza do conjunto da população, os 99%. Ainda que não passasse por uma análise de classe clara, o movimento carregava consigo a denúncia daqueles que foram os verdadeiros atores da crise econômica e, de certa forma, uma denúncia da desigualdade social numa economia governada pela capital financeiro. Nesse sentido, a ocupação em frente a Wall Street foi muito feliz para apontar esses objetivos e bem emblemática da ligação de processos que vão desde o mundo árabe, passando pela juventude europeia, latino-americana até chegar aos EUA e oferecer novo impulso internacional; não por acaso, o jornal *International Business Times* soltou a matéria em setembro: ‘*Occupy Wall Street*’ to Turn Manhattan into ‘Tahrir Square’⁹².

Os acampamentos duraram alguns meses depois de seu início e chamaram a atenção também pelas personalidades intelectuais que dele fizeram parte. Um dos mais importantes a discursar em Wall Street foi o filósofo esloveno Slavoj Žižek, que em seu discurso buscava dotar de significado a ação da ocupação, ultrapassando os limites reformistas dos que separavam o capital financeiro do conjunto da economia capitalista:

O problema não é a corrupção ou a ganância, mas o sistema que nos incita a sermos corruptos. A solução não é o lema “*Main Street, not Wall Street*”, mas sim mudar o sistema em que a *Main Street* não funciona sem o *Wall Street*. Tenham cuidado não só com os inimigos, mas também com falsos amigos que fingem nos apoiar e já fazem de tudo para diluir nosso protesto. Da mesma maneira que compramos café sem cafeína, cerveja sem álcool e sorvete sem gordura, eles tentarão transformar isto aqui em um protesto moral inofensivo. Mas a razão de estarmos reunidos é o fato de já termos tido o bastante de um mundo onde reciclar latas de Coca-Cola, dar alguns dólares para a caridade ou comprar um cappuccino da Starbucks que tem 1% da renda revertida para problemas do Terceiro Mundo é o suficiente para nos

⁹² Cf.: <https://www.ibtimes.com/occupy-wall-street-turn-manhattan-tahrir-square-647819>

fazer sentir bem. Depois de terceirizar o trabalho, depois de terceirizar a tortura, depois que as agências matrimoniais começaram a terceirizar até nossos encontros, é que percebemos que, há muito tempo, também permitimos que nossos engajamentos políticos sejam terceirizados – mas agora nós os queremos de volta (ŽIŽEK, 2011)

Podemos dizer, com isso, que OWS se localizava dentro dos levantes internacionais da juventude, atingia o coração do capital financeiro internacional e estopim da crise, mas apresentava em seu programa e norte político ainda os limites de um movimento disruptivo herdeiro do fantasma ideológico neoliberal, ou seja, que critica a *aparência* (Wall Street) sem ser exatamente anticapitalista, que criticava os mais ricos (1%) sem colocar a classe trabalhadora exatamente como o contraponto (por isso falam dos 99% de forma genérica), que começa os primeiros trabalhos de mobilização, mas sem ter uma organização militante forte e a altura dos enfrentamentos com o sistema financeiro.

4.2.3.3 *Yo Soy 132 (México, 2012)*

O México também vivenciou um movimento de alcance nacional e que se insere entre as mobilizações de juventude do período, embora o componente que desencadeia o processo não foi uma demanda econômica ou um protesto contra instituições, mas esteve ligado diretamente ao período eleitoral mexicano, nesse sentido mais próximo do que foi o “*democracia real ya*” espanhol.

E em meio ao turbulento período eleitoral, 131 estudantes soltaram um vídeo no YouTube respondendo aos meios que buscavam diminuir o protesto que estudantes haviam feito contra o candidato Enrique Peña Nieto, do Partido Revolucionário Institucional (PRI). O vídeo foi compartilhado numa velocidade impressionante e deu origem ao movimento #YoSoy132. O que expressava de fundo eram as inúmeras contradições da sociedade mexicana, uma repressão sistemática contra os estudantes (que levará à morte em 2014 de 43 estudantes normalistas), a partir de um aparato estatal ligado ao tráfico de drogas, um “narcoestado”, que expunha bastante a decomposição do capitalismo mexicano e, nesse sentido, também

o enorme desgaste do regime político, uma questão que se expressou em distintos protestos dos estudantes.

Como escreveu Pablo Oprinari,

o #YoSoy132 colocou em discussão questões-chave que expressam a antidemocracia, a repressão e o verdadeiro caráter da “transição democrática” [...] Em sua emergência, mostrou o descontentamento existente não só entre trabalhadores e setores populares, mas também na classe média e a juventude universitária, tanto de escolas públicas como privadas. E ensinou também a desilusão com uma *reforma democrática* que [...] não resolveu as expectativas de amplos setores da população. A adesão de setores da juventude ao #YoSoy132 parece expressar o desgaste – ainda que não se veja em suas reivindicações imediatas – com o capitalismo sacudido não só pela crise econômica internacional, mas também pela decomposição estatal acelerado pelo atolar na “narcoguerra” (OPRINARI, 2014, p. 214 – tradução nossa)

O movimento vai durar então de maio de 2012 até 2013, tendo protagonismo da juventude e envolvendo outros setores, cortando as eleições de meados de 2012 e seguindo em protestos contra Peña Nieto no período posterior.

4.2.3.4 Jornadas de Junho (Brasil, 2013)

As jornadas de junho no Brasil foram outro movimento significativo inserido no marco das mobilizações da juventude internacional. As mobilizações têm origem nas manifestações impulsionadas contra o aumento da passagem, com o Movimento Passe Livre (MPL) como um dos impulsionadores dos atos pré-junho. Depois de uma marcha de aproximadamente 15 mil pessoas em 13 de junho, o governo estadual decide utilizar uma repressão policial altamente violenta, que incluiu o uso de muitas balas de borracha contra a vanguarda, prisões e perseguição entre bares em ruas famosas da região. O tiro no olho de uma jornalista da *Folha de S. Paulo* foi a gota d'água⁹³.

⁹³ Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296077-jamais-achei-que-ele-fosse-atirar-diz-reporter-da-folha-atingida-durante-protesto.shtml>

Como resposta, centenas de milhares saem às ruas de forma espontânea nos maiores protestos de massa desde a fundação da Nova República, expressando os limites do projeto de país da conciliação lulista, colocando inicialmente no centro do processo demandas como transporte público, educação, saúde. As manifestações têm claro protagonismo da juventude, que organiza os protestos nos distintos estados e cidades, enfrenta a repressão e abre amplo processo de discussão na sociedade sobre os rumos do país; de outro lado, além seu caráter espontâneo, tem um viés antipartidário (expressão da crise orgânica que se abria no Brasil) – o que faz com que a própria direita e a extrema-direita busquem também tomar as ruas e disputar os rumos do processo.

As manifestações atingem centenas das principais cidades do país, enfrentando a repressão policial e colocando em xeque o aumento da passagem, fazendo os governos estadual e municipal de São Paulo declararem juntos que reveriam o aumento. Mas seu significado foi bem mais amplo, já que *Junho de 2013* tornou-se um marco na mudança da correlação de forças entre as classes no país, levando a, por um lado, derivar-se no início de 2014 numa onda de greves operárias, como a dos garis do Rio de Janeiro, que contra a vontade da direção sindical e em pleno carnaval conseguiram grande apoio e conquistaram 37% de aumento; também de rodoviários em vários estados, com destaque para a cidade de Porto Alegre, greves de meses dos funcionários da USP e a histórica greve dos metroviários nas vésperas da Copa do Mundo de 2014.

Por outro, depois de um interregno eleitoral no segundo semestre de 2014 (onde o PT ainda conseguiu conquistar a eleição, apoiado no nordeste), especialmente com os primeiros sinais da recessão, expressasse o enfraquecimento do antigo centro político (que tinha no PMDB, PT e PSDB os partidos principais do regime), particularmente tirando o poder de contenção de massas que o PT teve em anos anteriores. E, nesse sentido, expressando os limites do ciclo lulista e antecipando o que vai ser os limites da própria Nova República.

As jornadas de junho, embora como mobilizações espontâneas tenham um inegável impulso progressista, ao não encontrarem alternativa – e posto que o PT no governo sempre viu as mobilizações com um caráter negativo –, após a recessão encontraram-se com os limites do petismo (de seu programa reformista e sua estratégia de alianças com a velha direita), o que abriu espaço para a direita; esta, por

sua vez, em 2015 conseguiu ir instrumentalizando o descontentamento e criando condições necessárias para consumir o golpe institucional em 2016.

4.2.3.4 O movimento dos guarda-chuvas (China, 2014)

26 de setembro de 2014 na China se localiza outro movimento de importância entre os movimentos de juventude: é o que ficou conhecido como *Umbrella Movement*, movimento dos guarda-chuvas, em Hong-Kong, que ganhou esse nome pela tática que os estudantes utilizavam ao se proteger com os guarda-chuvas dos ataques da polícia portando *spray* de pimenta.

Do ponto de vista interno, a dinâmica econômica da China, a partir de 2012, sofre uma desaceleração do crescimento mais significativa (já havia caído do crescimento de dois dígitos anterior), com consequências e impactos também para a juventude.

Mas, assim como outros movimentos de juventude, esse se ligou diretamente a uma proscrição no período eleitoral em Hong Kong. Foi um movimento que durou 79 dias ocupando a cidade, as universidades e envolvendo os colégios, enfrentando a repressão do Estado chinês, que incluiu a prisão de importantes lideranças do movimento.

4.2.3.4 Rhodes must fall (África do Sul, 2015)

Em 2015, estourou outro movimento de magnitude nacional e repercussão internacional na África do Sul. Estudantes da *University of Cape Town*, na Cidade do Cabo, organizam-se para reivindicar a retirada de uma estátua de Cecil Rhodes da entrada da universidade: tratava-se de um símbolo de um empresário e político inglês do período colonial, um colonizador, um símbolo do passado reacionário da África do Sul, que teve uma estátua posta na universidade em 1934 e progressivamente, ao longo das décadas, foi sendo questionada pelos estudantes. Em 2015, se desencadeia um movimento estudantil massivo e que chama a atenção de todo o país,

que coloca em pauta a necessidade de transformações na universidade a partir de questionar um símbolo arcaico e do racismo institucional na Universidade de Cape Town.

A força do protesto levou a uma vitória rápida na primeira demanda: o movimento começou em 12 de março, conseguiu impor primeira votação na gestão universitária para retirar a estátua em 27 de março e em 9 de abril a estátua foi removida da universidade.⁹⁴ Mas esse foi só um primeiro passo num conjunto de reivindicações do movimento, que incluía um conjunto de demandas para transformar a universidade e questionar o racismo da instituição, como a modificação do currículo que incluísse temáticas africanas e tradições, história da África, lutas anticoloniais e a demanda de mais professores indígenas e africanos.

Poucos meses depois, explode outro movimento que ficou conhecido como *#FeesMustFall*, questionando as taxas escolares na África do Sul e se conectou com o *#EndOutsourcing*, contra a terceirização na universidade, e levou a uma conexão até 2016 entre os estudantes e trabalhadores, conseguindo vitórias importantes, entre elas, a incorporação de terceirizados ao quadros dos trabalhadores da universidade.

O movimento foi uma das expressões mais importantes da luta de classes na África do Sul, depois do massacre de Marikana, deixando 34 mineiros mortos em 2012, colocando em questão o racismo e a herança colonial ainda presente naquele país e canalizando o descontentamento, num momento, 2015, em que a crise dos emergentes atingia seu auge, com forte repercussão também ali.

4.2.4 Política, redes, costumes

Retomando nosso parâmetro do levante de 1968 para pensar as manifestações atuais, vemos que um ponto de convergência é a postura ativa da juventude em distintos lugares do mundo de assumir uma posição protagonista do ponto de vista político, em geral, tocando em problemas estruturais sobre os serviços públicos do

⁹⁴ No seguinte link se pode ver o vídeo do momento em que a estátua é retirada e a comemoração dos estudantes: <https://www.youtube.com/watch?v=LN9hf9QYzzM>

Estado, a decadência dos regimes políticos, o problema do racismo etc. Nesse ponto, ainda que mais limitadas, as manifestações de juventude no interior da crise significaram uma primeira ruptura com a passividade neoliberal, com o controle burocrático, com a lógica institucional: a juventude ganhou as praças de todo o mundo, as manifestações tornaram-se seu método tradicional, e o enfrentamento com a repressão policial, sua marca.

Essa espontaneidade como um primeiro momento da consciência política trazia muitos limites, e o principal traço de debilidade estratégica, com exceções nas dinâmicas da luta, mas sem dar os contornos gerais do movimento, *foi a ausência de uma aliança orgânica com os trabalhadores*. Uma vanguarda preparada que soubesse conduzir essas mobilizações a uma aliança com os trabalhadores contra a austeridade poderia ter um *efeito* explosivo.

Sobre a pergunta que Badiou colocou e um dos aspectos de sua análise de 1968, que questionava “o que é política?”, devemos ter em mente que os estudantes em mobilização no interior da crise, herdeiros da enorme crise de subjetividade do neoliberalismo e desvinculados da classe trabalhadora em ação, encontram-se com o “grau zero da estratégia”, ou com os primeiros movimentos ainda muito desconcertados da ação de massas contra as mazelas do capital.

Como escreveu Daniel Bensaid (2008, p. 22), como parte dos dilemas da herança da década de 1990 e o problema da estratégia, um dos dados cruciais ao se analisar a debilidade do levante de juventude:

O debate de estratégico atinge o seu grau zero, como se o futuro tivesse de se reduzir a uma repetição infernal da ordem existente e a história, de se imobilizar em uma eternidade mercantil. Na França, a retórica da esquerda pluralista, cuja ambição se limita desde já à gestão de um presente sem futuro, reflete-se na própria apatia dos discursos de resistência, tem os interlocutores que se merecem.

E completa:

Fomos designados então a uma dupla responsabilidade, de transmissão de uma tradição ameaçada de conformismo e de invenção audaciosa de um futuro incerto. De acordo com o senso comum midiático, é sempre melhor ser

aberto do que fechado, leve do que pesado, flexível do que rígido. No entanto, em toda teoria, a desconfiança em relação aos entusiasmos volúveis e aos efeitos de moda exige sérias refutações antes de se colocar em questão um paradigma tão fecundo. Não se trata de conservar piedosamente um capital doutrinário, mas de enriquecer e transformar uma visão de mundo à prova de práticas renovadas (BENSAID, 2008, p. 22).

Tratava-se então de romper com a repetição “infernada da ordem existente”, sem recorrer a entusiasmos volúveis e efeitos da moda, mas buscando enriquecer e transformar a visão de mundo, um desafio enorme para os levantes de juventude, apartados da atuação estratégica de organizações que resgatem justamente o debate de estratégia. Isso quer dizer que os levantes significaram um enorme passo adiante em relação à passividade neoliberal, mas expuseram a extrema debilidade que o movimento ainda carregava.

Do ponto de vista da forma da organização, tanto no mundo árabe quanto na juventude também é um tema do “fazer político” da atualidade o uso das redes sociais. Muito se tem escrito sobre isso, pois, sem dúvida, o uso das redes transformou significativamente as mobilizações; no entanto, naturalmente, a ideia de que a *comunicação* é determinante em relação ao conjunto dos fenômenos acaba por negligenciar amplos fatores estruturais que buscamos demonstrar ao longo dessas páginas, os quais estão embasados especialmente na economia internacional e nacional, na crise das democracias, crises no aparato estatal e, especialmente, em elementos de crise social. Atrelados ao conjunto desses fatores, potencializando as mobilizações, sem dúvida as redes sociais cumpriram um papel importante.

O sociólogo espanhol Manuel Castells escreveu uma obra focada nas mobilizações do mundo árabe e da juventude logo depois de ocorrerem, publicando em 2012 a obra *Redes de Indignação e Esperança*. No livro, Castells busca estabelecer, seguindo seu controverso (e ao nosso ver, equivocado) conceito de que vivenciamos um “capitalismo informacional”, a relação entre os fenômenos de luta social e as redes sociais; ainda que com uma abordagem distinta da que utilizamos em nossa análise, não deixa de pontuar dados e reflexões interessantes sobre os movimentos. Para se ter uma ideia, no movimento *Occupy Wall Street*, que ele mesmo define como um movimento que nasce digitalmente, ele aponta um pouco como uma as redes sociais eram utilizadas no movimento:

Durante o mês de novembro, observaram aproximadamente 120 mil tuítes relacionados com *Occupy* em um dia normal e mais de 500 mil durante a “redada” em Zuccotti Park em 15 de novembro. A análise de Gilad Lotan sobre o tráfego do Twitter relativo ao movimento mostra que os picos estão associados a momentos cruciais, como a primeira tentativa de desalojamento de Zuccotti Park em 13 de outubro. Na maioria dos casos de ameaças de ação policial contra as ocupações, as redes de Twitter alertaram a milhares de pessoas, e sua mobilização imediata em solidariedade ajudou a proteger os acampados (CASTELS, 2012, p. 171 – tradução nossa).

Sem dúvida, é um tema que se pode explorar na investigação dessas novas formas de mobilização e particularmente nas de juventude, sempre mantendo os parâmetros do quão influentes são esses mecanismos subordinados às mudanças econômicas, políticas e sociais mais estruturais em um dado país. Mas se pode analisar o impacto das redes não apenas na mobilização em si, mas também no que elas deixam: aqui queremos casar o impacto das redes com outro aspecto que apontava Alain Badiou sobre o Maio de 1968 e que gostaríamos de refletir no interior da crise. A saber, o impacto que as mobilizações de juventude geram nos hábitos, costumes e valores do conjunto da sociedade, posto que o Maio de 1968 foi um movimento de alcance cultural quase incomensurável na história do século XX. E o que gerou os movimentos pós-2011 da juventude, retomando o que diz Badiou:

Há um terceiro Maio de 1968, igualmente heterogêneo, que chamarei de Maio libertário. Diz respeito à questão da mudança dos costumes, das novas relações amorosas, da liberdade individual, à questão que leva ao movimento das mulheres e, mais tarde, dos direitos e da emancipação dos homossexuais. Isso afetou também a esfera cultural com a ideia de um novo teatro, uma nova forma de discurso público, um novo estilo de ação coletiva, com a promoção do *happening*, da improvisação, com o estado geral do cinema... (BADIOU, 2012, p. 32).

Tendo em vista, então, a importância dos levantes em distintos lugares do mundo, as debilidades estratégicas em sua ligação com o movimento operário, na organização política e nos limites programáticos, resta-nos focarmos não só na dinâmica, mas como impactou em transformações culturais nas sociedades também, aspecto que Badiou pontua acima. E a melhor forma de enfrentar essa questão é analisar uma das maiores transformações ideológicas pós-levantes: a Primavera Feminista.

4.3 A PRIMAVERA FEMINISTA

Seria difícil imaginarmos a definição de que começamos a vivenciar, a partir de 2008, uma transformação no capitalismo em nível internacional - um interregno entre o fim da fase neoliberal e o início de uma nova fase - sem identificar alguma dinâmica no movimento de mulheres. Mais do que uma dinâmica, a década da crise pós-Lehman Brothers encontrou um vigoroso movimento de mulheres em nível internacional, um movimento que ficou conhecido como Primavera Feminista.

Se o ângulo de nossa análise sobre os fenômenos e conflitos durante esta década é o do *interregno*, ou seja, do fim do que ainda está morrendo e o começo do que ainda está nascendo, o movimento de mulheres não poderia estar por fora disso: encontramos ao longo dessa década, do ponto de vista da estratégia, a corrida paralela de duas grandes formas do movimento feminista. A saber: um feminismo ligado a processos da luta de classes, um feminismo combativo, *de rua*; e um feminismo de campanhas, um feminismo de denúncias, ligado, em geral, a grandes empresas, artistas, com espaço definido *nas instituições*. Evidentemente, nem tudo que esteve nas ruas foi progressista e nem tudo o que esteve nas instituições foi meramente empresarial, mas um choque veio se dando ao longo da década, e de alguma forma poderíamos descrever como o feminismo que olha para frente (da luta de classes) e o feminismo que olha para trás (herdeiro do neoliberalismo, da ampliação da cidadania).

Observando a Primavera Feminista, algumas autoras buscam tratar desse movimento como a quarta onda do feminismo, autoras como Kira Cochrane (2013), Ealasaid Munro (2013) e outras teóricas enfatizam o papel da internet e da organização *online* na definição da quarta onda (2013); outras autoras, como Prudence Chamberlain (2017), trabalham com um instrumental teórico que não vai no sentido que estamos abordando, enfatizando conceitos como o de *temporalidade afetiva* na explicação da quarta onda.

Ainda assim, Cochrane, no entanto, em seu artigo *The fourth wave of feminism: meet the rebel women* [A quarta onda do feminismo: conheça as mulheres rebeldes], que teve bastante repercussão em seu momento e que dá também o título ao seu

livro, embora não trate da formação do movimento ligada às causas objetivas, não deixa de localizar “a consciência feminista” vinculada aos acontecimentos da crise, quando escreve que:

Mas a consciência feminista da quarta onda foi acompanhada nos anos seguintes por um *crash* financeiro e um governo de coalisão, e muitas ativistas se politizaram e influenciadas por outros movimentos, particularmente a campanha estudantil contra as tarifas, mas também e mais amplamente pela campanha contra os cortes e o movimento *Occupy*. A natureza rápida e reativa de muitas das campanhas feministas surgindo hoje reflete o trabalho de ativistas que mais em geral irrompem do mundo do desemprego e subemprego, capitalização da previdência, trabalho intermitente, penalidade de subocupação, discursos de ódio contra os imigrantes, deficientes e aqueles que precisam de ajuda do Estado (COCHRANE, 2013).

Esse é o caminho que queremos brevemente trilhar aqui. Ao nosso ver, existe, sim, um movimento diferenciado durante a crise, uma onda feminista, mas nossa definição visará se circunscrever não nos distintos aspectos que podem marcar a emergência do feminismo, que incluem dimensões culturais, ideológicas, o lugar da internet hoje, em suma, diferentes campos que poderiam ser frutíferos para a pesquisa; mas nos atendo novamente ao campo que nos propusemos abordar, que é dar o ângulo dos impactos da crise econômica na formação dos fenômenos e movimentos.

O que nós queremos aqui, portanto, é observar qual foi a transição que se fez entre o movimento feminista da década neoliberal e a explosão feminista nas ruas durante a década da crise econômica, buscando entender os fatores objetivos e subjetivos que marcam uma grande diferença entre os processos.

4.3.1 Renúncia a qual herança?

Antes de tudo, é importante entender de onde vem o movimento, quais as aspirações e o que a crise colocou de novo no tabuleiro. Começamos, pois, com um resgate que fazem as marxistas argentinas Andrea D’Atri e Laura Liff sobre a análise de Nancy Fraser acerca do feminismo nos anos 1990, período que alguns consideram

como “terceira onda feminista” e em que ficava patente a contradição entre o discurso neoliberal da “ampliação da cidadania” e as estatísticas que apontavam que a mulher, que era 40% da força de trabalho global e pela primeira vez estava mais no emprego urbano que rural, era maioria nos empregos precários. Uma contradição entre a “ampliação dos direitos” e a desoladora realidade das estatísticas. Assim escrevem D’Atri e Liff (2017, p. 90):

Foi buscando uma explicação a esta contradição, que a feminista norte-americana Nancy Fraser expressou sua insatisfação com a tese de que “a capacidade relativa do movimento [feminista] para transformar a cultura contrasta de maneira aguda com a sua incapacidade relativa para transformar as instituições”. E a esse balanço impróprio (que confere ao feminismo um triunfo cultural e um certo fracasso institucional), Fraser o desafia com uma nova hipótese, se perguntando se por acaso o que sucedeu é que “as mudanças culturais impulsionadas pela segunda onda, saudáveis em si mesmas, têm servido para legitimar uma transformação estrutural da sociedade capitalista que avança diretamente contra as visões feministas de sociedade justa”. A autora se permite suspeitar que o feminismo e o neoliberalismo resultaram afins, questionando a cooptação do primeiro e sua subordinação à agenda do Banco Mundial e outros organismos internacionais.

Tendo essa hipótese em mente, as autoras afirmam que “a suspeita [de Nancy Fraser] parece acertada”. É que com a hegemonia do capital financeiro, num mundo onde ocorria a queda do muro de Berlim e a restauração capitalista na Rússia, China e outros países, pôde se dar de forma mais controlada no que tange aos movimentos sociais, e particularmente o movimento feminista. O feminismo dos anos 1990 se desenvolvia, então, no marco de um retrocesso histórico do movimento operário de conjunto, de poucos enfrentamentos abertos e com transcendência entre o capital e o trabalho, um mundo afastado da revolução e que, portanto, fechava as portas para a radicalização do movimento de mulheres.

Mas em que sentido essa retomada sobre o significado do movimento feminista no período neoliberal nos ajuda a pensar o movimento atual?

Na medida em que o que determina a dinâmica do movimento feminista não é a sucessiva compilação de pequenas ações, as batalhas institucionais meramente ou da “microfísica do poder” que compõe a luta individual contra a opressão, ou seja, a análise da superfície dos fenômenos; mas entender quais são as macro-transformações que modificam a dinâmica do movimento em seu conjunto. Vejamos,

assim, seguindo essa lógica, o que escreveu Nancy Fraser (2010, p. 233), já tendo em vista os primeiros efeitos da crise econômica, quando fazia a seguinte previsão:

Hoje, entretanto, esse capitalismo está numa cruzada crítica. A crise financeira global pode marcar o início do fim dos neoliberalismos como regime econômico. Enquanto isso, a crise política associada (...) pode anunciar a dissolução da ordem de governança na qual o neoliberalismo prosperou. Finalmente, o renascimento dos protestos anti-sistêmicos (ainda que tão fragmentados, efêmeros, desprovidos de conteúdo programático) podem sinalizar os movimentos iniciais de uma nova onda de mobilização que aponte para a articulação de uma alternativa. Talvez, nesse sentido, estejamos parados à beira de uma outra “grande transformação”, tão massiva e profunda como a que eu acabo de descrever (FRASER, 2013, p. 223 – tradução nossa).

A aposta que Fraser fez já em 2010 e que nos parece muito acertada observando o movimento de conjunto é que o que significou a adaptação e controle do movimento feminista nos anos 1990, sua incorporação às políticas afirmativas do neoliberalismo, converte-se em seu contrário quando o próprio neoliberalismo entra em crise em nível internacional, possibilitando uma nova onda de mobilizações. É crucial ter esse grande determinante como ângulo do antes e depois da crise, ou seja, qual o choque principal que as mulheres enfrentavam no novo mundo que surgia.

4.3.2 A grande recessão e a questão da mulher

Quando falamos de uma onda do movimento feminista – entendendo onda aqui como um movimento de expressão, influência e magnitude internacionais – é preciso levar em conta a particularidade das lutas da mulher, tendo em vista que quando falamos em movimento feminista abordamos desde as expressões ideológicas do movimento, o terreno de disputas de ideias, as formas culturais das opressões, as distintas dimensões ideológicas do machismo; mas também é preciso ver, num movimento com expressões de massas, que existe uma relação direta entre essas expressões culturais do machismo e as opressões que afetam o modo de vida (estudo, trabalho, futuro) de modo particular das jovens e das mulheres trabalhadoras - e

inclusive indo além das trabalhadoras, afetando outras classes ou setores de classe da sociedade.

Pensar um conjunto de fatores que se encadeiam e podem levar à irrupção de um movimento internacional extrapola os limites de nossa pesquisa. O que queremos apontar são alguns determinantes econômicos e políticos que estão circunscritos dentro do que estamos trabalhando na tese e no capítulo, e que ao nosso ver sem dúvida entram em alguns dos principais fatores determinantes (mas não únicos) do estudo da emergência da Primavera Feminista. Entre esses fatores, estão: a) *a situação econômica das jovens mulheres*, como parte do impacto da crise nos setores de juventude, na “perda do futuro”; b) *a dinâmica da feminização do trabalho em tempos de crise*; c) *o aumento da violência contra a mulher* como consequência das degradações sociais da crise.

O primeiro e segundo fatores têm uma ligação muito próxima entre si, na medida em que um dos fatores que determinam esse processo é a diminuição do número de empregos, afetando as mulheres em dois sentidos: por um lado, para as que se mantêm empregadas, uma tendência a redução do valor da sua força de trabalho, expresso nas tendências forçadas a redução salarial (consequência dos planos de austeridade e das prerrogativas que o capital se dá “num momento de crise”); ou seja, com o capital utilizando a força de trabalho feminina como parte da *era da precarização estrutural do trabalho*. Por outro lado, com a demissão desses setores, particularmente com os cortes no funcionalismo público e o conjunto dos setores considerados *improdutivos* para o capital.

Nos países economicamente dependentes, as consequências para as mulheres são ainda mais graves, mas isso não modifica que também nos centros do capitalismo europeu as consequências foram importantes. Jacqui True (2012, p. 51) analisa o caso da crise asiática de 1997-1998 e nos dá uma ideia do impacto que as crises causam:

Quando a crise financeira asiática estourou em 1997-1998, o impacto sobre as mulheres e meninas da região foi desproporcional como indicações iniciais do impacto da crise financeira de 2008 também sugerem. Meninas foram removidas das escolas para ajudar em casa ou foram forçadas a buscar trabalho no setor de sexo para ajudar no orçamento doméstico como um resultado dos cortes em trabalhos de serviços públicos e nos salários. Em alguns países da Ásia Oriental o trabalho remunerado feminino se intensificou

enquanto em outros, notadamente a Coréia do Sul, sua participação no trabalho encolheu-se. O consequente crescimento desse fardo financeiro tensionou as relações domésticas, estimulou suicídios, abandono e violência familiares (tradução nossa).

Acreditamos que a narração de True sobre os impactos da crise asiática em nível regional em geral podem ser considerados também em dimensões internacionais, como na crise de 2008.

Para dar um exemplo de um estudo relacionado já ao contexto europeu da crise contemporânea, poderíamos citar o da pesquisadora Maria de la Fuente (2017), que trabalha com o conceito de *feminização da pobreza*, em que busca relacionar a crise com os impactos da pobreza na vida das mulheres, momento no qual ela aponta alguns dados da realidade das mulheres na Espanha pós-crise, quando diz:

As médias salariais proporcionam informações sobre as distinções de gênero no acesso a esse recurso fundamental. Desse modo, podemos observar que, depois de um lento crescimento a partir de 2009, os salários masculinos de 2012 e femininos em 2013 começam a despencar até 2014. Nesse período, inclusive, o abismo salarial entre gêneros aumenta, e as mulheres, que estavam ganhando 24% a menos que os homens, começam a ganhar 26% menos que eles (...) Nesse sentido, salários em geral caíram e o abismo entre os gêneros aumentou. Entretanto, dentre os jovens há diferentes padrões em comparação com outras camadas da população. Os salários de jovens (com idades entre 25 e 34 anos) registraram sua maior queda (...). O restante dos grupos etários tem uma redução salarial menor durante a crise, mas um abismo mais profundo entre os gêneros que, todavia, se expandiu a novas extensões. Mulheres entre 45 e 54 anos sofreram o maior aumento de desigualdade (de 29% para 32%), recebendo cerca de um terço a menos, enquanto mulheres com mais de 55 anos também são afetadas (abismo salarial cresceu, durante o mesmo período, de 31% para 32%) (tradução nossa).

Tomando, dessa maneira, o exemplo da Espanha, mas seguramente aplicável aos demais países europeus mais afetados pela crise, o impacto na queda salarial é evidente em quase todas as faixas de renda, mais ou menos intenso, e embora em alguns casos por pouca margem, aumentou ainda mais a já gritante desigualdade salarial (revertendo qualquer tendência lenta de reduzir as disparidades).

Sem a pretensão de abordar a dinâmica da feminização do trabalho de conjunto num período de crise, o que podemos explorar como tendências principais são, por um lado, que existe uma redução dos salários (e portanto do valor da força de trabalho em geral, e das mulheres em particular), ao mesmo tempo em que os

processos de demissão vão atingir setores precários e tidos como “improdutivos” pelo capital, que atinge em muitos casos a dinâmica do trabalho de mulheres (incluindo empregos como empregadas domésticas, setores de limpeza, jardinagem, os quais nos períodos de crise são secundarizados ou ainda mais precarizados).

Daqui que a “economia política da violência contra a mulher” na crise não se torna algo muito difícil de visualizar: a precarização do trabalho, o desemprego, as duplas ou triplas jornadas, em suma, degradando as condições de vida do mundo do trabalho, com a redução do poder econômico nos núcleos familiares, os processos de violência social aumentam e, com as pressões da sociedade patriarcal aumentando, resultam também em aumento da violência contra as mulheres em distintos níveis, seja de processos de violência doméstica até as degradações sociais mais profundas, como o aumento dos índices de prostituição infantil ou até ondas de estupros.

Segundo relatório de 2018 da *Thomson Reuters Foundation*, que contou com 548 especialistas de distintas áreas, apontou que a Índia se tornou o país mais perigoso para as mulheres no mundo, seguido de Síria e Afeganistão. O primeiro foi um dos BRICS que se tornaram epicentro da crise no pós-2012, com a “crise dos emergentes”, e os dois países que seguem foram alvo de intervenção imperialista e vivenciam guerras.⁹⁵

As consequências disso são brutais no caso da Índia, com maiores e mais violentos casos de violência contra a mulher: só para se ter uma ideia, de acordo com o relatório anual de 2013 *National Crime Records Bureau* (NCRB) indiano, 24.923 casos de estupro foram registrados em toda a Índia em 2012.⁹⁶ Isso quer dizer que, tratando apenas dos que são registrados e sabendo que o número é muito maior (pois uma ampla parcela não registra a ocorrência), por dia, 68 mulheres são estupradas na Índia, o que equivale a quase três estupros por hora, uma barbaridade quase sem limites. Esse foi um dos presentes que a crise econômica tem oferecido para as mulheres indianas, forma mais “avançada” da barbárie social nesse caso da opressão, mas generalizada em menor grau ao redor do mundo.

⁹⁵ A ironia é que mesmo sendo uma associação registrada no Reino Unido e nos Estados Unidos, chama muito a atenção que o único país ocidental citado entre os dez primeiros, na décima posição, são os Estados Unidos – naturalmente se podem pensar os critérios utilizados, mas se pode ter uma dimensão dos impactos ideológicos no americanismo no que se refere à violência machista.

⁹⁶ Cf.: <http://ncrb.gov.in/StatPublications/CII/CII2012/Statistics2012.pdf>

Kavita Krishnan, argumenta contra a ideia de que a violência na Índia é algo “cultural”, mas está intimamente relacionada aos mecanismos de exploração da força de trabalho indiana, que alguns sociólogos do trabalho apostam que pode se tornar a nova China dos anos 1990. Segundo ela argumenta:

Nas últimas décadas, vêm crescendo o número de mulheres que buscam trabalho remunerado na Índia. No entanto, as taxas de participação feminina nos locais de trabalho ainda são baixas, e as mulheres ainda são majoritariamente empregadas nos chamados “trabalhos 3-D” (*“Dirty, Dangerous, Demeaning”* em inglês), isto é, insalubres, perigosos e degradantes. Ao mesmo tempo em que as mulheres estão sendo incorporadas ao trabalho assalariado explorador, elas também são instadas a aguentar maiores cargas de trabalho doméstico (KRISHNAN, 2015).

4.3.3 Lute como uma garota (a fotografia da primavera)

Analisar o avanço dos fatores objetivos é muito importante para observar como um fenômeno ideológico pode se massificar, em que terreno ele encontra solo fértil. O contrário é verdadeiro: pensar que as determinações econômicas, por si só, levam a fenômenos ideológicos, culturais ou políticos seria uma análise muito mecânica. Do ponto de vista de um fenômeno internacional da extrema complexidade da *onda feminista*, o que se desenvolve são expressões mais ou menos agudas dos determinantes objetivos e subjetivos, que vão se encontrando nos distintos países e se influenciando reciprocamente: aqui, como em outro terrenos, também vale a lei do desenvolvimento desigual e combinado.

Nesse sentido, não se pode definir com precisão um marco para a inflexão que torna a Primavera Feminista um fenômeno internacional, mas podemos aproximar um pouco alguns fatores para encontrar grandes determinantes que localizam a explosão do movimento em 2011-2012, do que poderíamos chamar efetivamente de um movimento de impacto internacional.

Daqui que nós voltamos a 2011-2012. Isso porque justamente nesses anos vão se dar grandes acontecimentos de dimensão internacional, que transcendem um país: os processos revolucionários no mundo árabe e os movimentos de juventude. Melhor dizendo, apesar de levarmos em conta as lutas de 2010-11 do movimento operário de

conjunto contra a austeridade, e tendo em vista o impacto internacional da primavera árabe em seus inícios, o fenômeno decisivo para o qual queremos chamar a atenção são as lutas da juventude.

Defendemos aqui que as mobilizações internacionais da juventude, tendo tido um protagonismo decisivo de jovens mulheres, foram igualmente decisivas para a emergência do movimento feminista internacional em dois sentidos: em primeiro lugar, as múltiplas imagens de jovens enfrentando o Estado - seja da jovem chilena de braços cruzados para o policial, seja das indignadas espanholas, seja de Ahed Tamimi, a jovem palestina que tornou-se um símbolo da resistência ao enfrentar homens do exército israelense com braços empunhados numa imagem que rodou o mundo (e que levou à prisão da jovem, num escândalo internacional), e talvez poucos símbolos da década da crise sejam mais marcantes que a da estátua de uma menina, *fearless girl* [garota valente], enfrentando o touro de Wall Street nos EUA - um conjunto de imagens que se derivam na expressão *fight like a girl* [lute como uma garota], que inflamou o estado de ânimo de jovens e mulheres ao redor do mundo durante a crise.

Em um segundo sentido, porque o fato de a juventude se levantar em nível internacional a colocou como sujeito ativo na sociedade, mudou sua localização, permitiu um muito maior protagonismo e, com isso, revolucionou em parte a sociedade em seus valores conservadores. Por isso os movimentos feminista, de negros e de LGBTs, entre outros, tenham crescido bastante.

Essa associação entre os levantes de juventude, o movimento de mulheres e a transformação de valores na sociedade, com a juventude sendo protagonista do avanço de pautas das mulheres e contra aspectos do conservadorismo, ficou patente em muitos países. Mas talvez na Argentina tenha sido o mais expressivo, na medida em que nas lutas pela legalização do aborto de 2018, que levaram a um movimento de massas na sociedade, a chamada *Maré verde* (pelos lenços verdes que o movimento feminista usava), foi definida nos jornais e televisão como “A revolução das filhas”⁹⁷, na medida em que jovens muito novas assumiram o protagonismo da discussão, inclusive modificando a opiniões de seus pais a respeito da legalização do aborto.

⁹⁷ Cf.: <https://www.pagina12.com.ar/191710-la-revolucion-de-las-hijas>

A Argentina refletiu muito essa conexão entre as questões, mas foi um caso tardio: essas lutas vieram no geral (como escrevemos nos tópicos sobre a juventude) entre 2011 e 2012, em alguns casos, como no Brasil, em 2013. Por isso, essa combinação das mulheres como linha de frente da luta, ao mesmo tempo em que a juventude, com seu programa e sua visão de mundo mais à frente na sociedade, criou um terreno fértil para o desenvolvimento da Primavera Feminista.

Mas não só a poesia da luta propositiva foram parte dessas causas, mas também a repulsa à opressão: conforme nós descrevemos, a Índia tornou-se o país, em 2016, mais violento do mundo contra as mulheres segundo algumas análises. Os casos de violência doméstica e machista em geral, em particular a generalização dos estupros na sociedade como parte da degradação da crise, chamaram a atenção do mundo todo. Mas o ponto de inflexão esteve na noite de 16 de dezembro de 2012, quando uma jovem foi brutalmente violentada e estuprada num ônibus por seis homens, quando voltava do cinema com um amigo, na capital indiana, Nova Déli. Ela não resistiu à violência e morreu dias depois⁹⁸. O caso chocante expôs para todo o mundo, precisamente no momento em que a juventude e as mulheres trabalhadoras buscavam resistir às medidas de austeridade e oferecer alternativas, o nível de violência ao qual mulheres estão submetidas no conjunto do globo.

A discussão foi ampla na Índia, levando a uma mudança na legislação criminal no primeiro semestre de 2013, mas particularmente deu também novas razões para a luta contra a violência a mulher no mundo todo, onde começou a emergir como imagem os *Gulabi Gang*, grupos de milhares de mulheres armadas com bastões que treinam defesa pessoal na Índia (que já operavam ao menos desde 2010⁹⁹, mas que ganham visibilidade depois de 2012).

Tendo isso em vista, localizamos que, em torno de 2012, estiveram alguns dos principais acontecimentos objetivos, as consequências econômicas da crise para jovens e mulheres trabalhadoras, e também algumas das principais respostas subjetivas, entre as quais localizamos as mobilizações da juventude como um dos fatores decisivos para a explosão da Primavera Feminista.

⁹⁸ Cf.: <https://www.aljazeera.com/indepth/features/2012/12/2012122991931998491.html>

⁹⁹ Cf.: FONTANELLA-KHAN, Amana. Wear a Pink Sari and Carry a Big Stick, The women's gangs of India. Acessado em: <https://slate.com/human-interest/2010/07/the-women-s-gangs-of-india.html>, último acesso em: 28/05/2019

Mas marcar um ponto de inflexão em 2012 é marcar o início de um movimento internacional e não necessariamente o auge, pois o acúmulo de experiências e a evolução histórica da crise geraram novas expressões do movimento, tão ou mais importantes.

Basta destacarmos que, no marco da forte crise das democracias que vivenciamos nos anos da crise (que trataremos em tópico a seguir), com a emergência de presidentes como Donald Trump, na linha de frente da resistência esteve o movimento de mulheres, com marchas de milhares e milhares logo depois da posse de Trump. No entanto, o feminismo, sob influência dos partidos liberais (como nos EUA, os democratas), não foi capaz de superar suas limitações estratégicas e programáticas no sentido de criar uma verdadeira força anticapitalista de mulheres, e aqui reside o desafio.

Ainda assim, o caráter massivo que foram assumindo algumas marchas, particularmente no 8M de 2017, com a greve geral espanhola encabeçada pela vanguarda das mulheres com um dos pontos altos, mostram um caminho interessante. Andrea D'Atri e Celeste Murillo (2017) se perguntam o porquê da massividade desses movimentos e respondem do seguinte modo:

O que explica a renovada massividade de marchas e protestos que, há apenas alguns anos, estavam reduzidas a uma parcela do ativismo feminista e da esquerda partidária? (...) a realidade é que, na crise capitalista em curso, se torna cada vez mais aguda a contradição entre a ampliação de direitos conquistada (...) e a materialidade da vida cotidiana da maioria das mulheres (onde golpeiam os cortes orçamentários, os ajustes só contra as classes mais populosas, a violência machista que não cessa ...) Depois de décadas de neoliberalismo, a explosão da crise econômica e suas consequências sociais fez mais palpável que nunca a expressão que “a igualdade frente a lei, não é ainda a igualdade frente a vida”. Nessa brecha entre as leis e a vida, estão localizadas as mulheres (tradução nossa).

De certa forma, a crise capitalista, do ponto de vista das aspirações das mulheres, coloca em evidência o choque entre a velha ideologia neoliberal de “ampliação da cidadania e os direitos institucionais” e a “materialidade da vida cotidiana” das mulheres que são atacadas a cada novo avanço do capital em sua sanha de austeridade e precarização. Nesse sentido, é bem expressivo no que

quisemos expor aqui, a ideia que ambas as autoras escrevem ao comentar como essas mobilizações das mulheres, na realidade, acabam canalizando os descontentamentos gerais das massas diante da crise, em relação aos quais as mulheres têm sido linha de frente e vanguarda em vários dos combates nesta década:

A enorme simpatia que despertam estas manifestações evidenciam que os protestos não expressam só uma reivindicação por demandas próprias das mulheres, mas também que servem como via de expressão do descontentamento de milhões de trabalhadores e estudantes com as políticas de austeridade, ajuste e precarização da vida que a classe capitalista e seus governos estão descarregando sobre nossos ombros, para manter seus lucros (D'ATRI, MURILLO, 2017 – tradução nossa).

4.4 BLACK LIVES MATTER

Em 2016, um dos jazzistas da nova geração dos Estados Unidos narrava antes de tocar uma música durante uma apresentação como ele se sentiu ao ter sido parado pela polícia, um fato ocorrido seis anos antes, no ano de 2010, em New Orleans, Louisiana.

Esta é uma canção que compus sobre um tema realmente sério. Quando compus a música, ela encontrou, na realidade, com o desprezo de muita gente nesta cultura em particular. Nós tocamos *stretch music*, que é como chamamos nossa música, mas basicamente é uma forma de jazz, e esta música foi composta a partir de uma experiência que tive em meu bairro de Nova Orleans com um grupo de oficiais da polícia. Me arrastaram uma noite, me apontaram suas armas sem nenhuma razão, disseram-me que me despisse e me deitasse no chão, e – supondo – que os deixassem fazer o que quisessem comigo. Não havia feito nada de mal, estava voltando para casa depois de uma apresentação com uma grande banda chamada Soulive, este carro da polícia seguiu o meu por 9 quadras, atiraram o veículo em cima de mim, e logo em seguida meu carro foi todo cercado, os chefes de polícia saem do carro e me põem o revólver na cabeça, me dizem para sair do carro, tirar a roupa e que me deite no chão. Não havia feito nada de mal, assim que lhes perguntei porque estavam me prendendo, disseram para me calar, pois eles eram meus chefes, a autoridade, e que eu iria fazer o que eles dissessem (DUARTE, 2016)

Felizmente o jazzista Christian Scott aTunde Adjuah foi liberado as três da manhã; depois da humilhação que sentiu pela polícia, depois do medo que sentiu ao ter revólveres apontados para sua cabeça, ser jogado no chão e dizerem que “se

falasse mais alguma coisa sua mãe o buscava no necrotério”, ele foi liberado. A vergonha se transformou no gesto de revolta do artista, em criatividade revolucionária; sem conseguir contar para a mãe o que havia ocorrido, aTunde Adjuah conta que sua reação foi apenas uma naquela noite: gritar, aquecer o sangue, explodir sua cólera, mas em forma de poesia. Scott estava criando uma música emblemática durante aquele dia, que ficou conhecida como *Ku Klux Khan Police Department* (K.K.P.D.), um grito de protesto contra a violência policial.

Não era uma temática isolada, um caso singular. Na realidade no contexto de crise nos Estados Unidos, logo após a Grande Recessão de 2009, as consequências econômicas iram fornecendo os instrumentos necessários para afiar as armas do racismo policial. A violência policial contra negros nos Estados Unidos levou a que se levantasse no país um dos mais importantes movimentos negros do mundo, um dos fenômenos político-sociais mais expressivos do contexto de crise econômica e com alcances que superaram as fronteiras dos Estados Unidos.

4.4.1 Vidas negras não importam?

Alguns nomes ficaram marcados na luta contra a violência policial.¹⁰⁰

No dia 26 de fevereiro de 2012, o jovem de 17 anos Trayvon Martin é assassinado brutalmente por George Zimmerman em Sanford, Flórida, enquanto estava numa loja de conveniência comprando doces e refrescos. Inicialmente Zimmerman não foi punido pela polícia de Sanford Police; a repercussão que teve o caso e a busca para que Zimmerman fosse considerado culpado marcaram as primeiras etapas do movimento. No dia 23 de novembro de 2012, outro jovem, Jordan Davis, é morto em Jacksonville, Flórida, ao que o assassino argumentou que ele estava ouvindo música muito alta com seus amigos.

¹⁰⁰ As informações a seguir foram extraídas do livro *From Black Lives Matter to Black Liberation* [Do Black Lives Matter à emancipação de negros e negras], citado em seguida, e de notas da imprensa. Cf. as referências bibliográficas deste trabalho.

2 de novembro de 2013, Detroit, Michigan, Renisha McBride sofre um acidente de carro, busca ajuda e bate na porta de Theodore Wafer, que atende ao pedido de ajuda na porta com um tiro de *shotgun*, levando a morte de McBride.

17 de Julho de 2014, em Nova York, o vídeo do assassinato de Eric Garner choca o mundo devido à brutalidade policial que chega ao extremo de enforcar um homem desarmado a partir de vários homens e o matar asfixiado. Antes de morrer, Garner disse várias vezes uma das frases que mais marcou o movimento: “*I can’t breathe*” [eu não consigo respirar]¹⁰¹. 5 de Agosto de 2014, John Crawford, de 22 anos, em Beavercreek, Ohio, uma cidade onde é permitido o porte de arma, o jovem estava com uma arma de pressão em frente a um Walmart comprando *marshmallows* e chocolates e foi assassinado por um policial.

9 de agosto, outra morte de repercussão internacional, dada as circunstâncias de sucessivos ataques fatais que os negros vinham sofrendo e as circunstâncias do acontecimento. Michael Brown é morto em Ferguson, Missouri. A revolta se torna generalizada na cidade, e a prefeitura decreta estado de emergência; nos doze dias após a morte de Brown, 172 pessoas foram presas; 132 delas foram acusados apenas de “não seguir a ordem de dispersar” – durante setembro de 2015, o memorial de Mike Brown foi pulverizado com gasolina e incendiado. As chamadas revitalizaram os protestos: mais de duzentas pessoas se reuniram em uma manifestação furiosa que terminou com cinco presos. 11 de agosto, Ezell Ford, cuja família declarou ter deficiência mental, é morto em Los Angeles por um tiro dado em suas costas enquanto caminhava pela rua. 20 de Outubro de 2014, Laquan McDonald, de 17 anos, é morto com 16 tiros dados em 13 segundos pelo policial Jason Van Dyke. 23 de novembro, Tamir Rice, de 12 anos, é morto por um policial ao carregar uma arma de brinquedo em Cleveland, Ohio.

Em 12 de abril de 2015 ocorre outro assassinato que alcança as redes internacionais: Freddie Gray, 25 anos é preso em Baltimore, Maryland e sofre uma série de golpes violentos da polícia no interior da viatura, o que o leva ao coma e, poucos dias depois, à morte. Baltimore se torna capital do movimento *Black Lives Matter*, com milhares e milhares nas ruas durante noites sucessivas protestando

¹⁰¹ Em seu momento, escrevemos a nota “No puedo respirar, el emblemático grito de Eric Garner”, disponível em: <https://www.laizquierdadiario.com/No-puedo-respirar-el-emblematico-grito-de-Eric-Garner>

contra a violência policial, incluindo elementos de radicalização. 16 de Novembro de 2015, Jamar Clark, 24 anos, é atingido na cabeça por um policial, com testemunhas dizendo que ele estava algemado no momento da execução; o caso levou a pelo menos 18 dias seguidos de protestos em Minneapolis, Minnesota. 5 de julho de 2015, Anton Sterling, 37 anos, é atingido cinco vezes no peito por um policial, depois de ter sido preso no chão, em frente a uma loja de conveniência em Baton Rouge, Louisiana. Um dia depois, no mesmo estado, Philando Castile recebe um tiro fatal de um policial e sua namorada, Diamond Reynolds faz um vídeo ao vivo no Facebook denunciando o caso, atingindo quase seis milhões de visualizações.

O ano de 2016, no entanto, talvez demonstre um dos pontos culminantes (limites) do movimento. Amplos setores do regime político e da mídia decidem fazer uma grande campanha contra o *Black Lives Matter*, dizendo que incitam a violência em protestos e buscando projetar os policiais como vítimas da situação. No dia 7 de julho, em Dallas, no Texas, durante um protesto pacífico do movimento um homem atira contra policiais, matando cinco deles. O caso então ganha projeção nacional e internacional e é utilizado pra desgastar as manifestações, que entram num refluxo a partir desse ano, sem nunca cessar os assassinatos contra negros e, portanto, as motivações que fizeram o movimento vir à tona.

4.4.2 A ferida aberta no coração do imperialismo

O que queremos defender aqui é que a explosão de um forte movimento negro nos Estados Unidos é uma consequência esperada das transformações do capital a partir da crise de 2008 e, particularmente, da necessidade do capital de descarregar a crise nas costas dos trabalhadores e, sobretudo, dos setores em trabalhos mais precários ou no desemprego, como os negros e imigrantes. Indo além, essas explosões de revolta que ficaram conhecidas pelo movimento *Black Lives Matter* são altamente simbólicas da marca do conjunto do período pós-Lehman Brothers, em que se modificou decisivamente as formas de hegemonia do capital nas sociedades, abrindo espaço de questionamento de setores trabalhadores e oprimidos da sociedade, mas sem que essa crise ainda entrasse em choque definitivamente com o

Estado e o regime capitalistas. Mas especialmente do caráter estrutural do racismo no capitalismo do século XXI, que a crise escancara.

Começemos por observar algo que em geral aparece oculto nos debates sobre a crise: quem eram os *subprimes*, os clientes que marcaram a crise norteamericana?

Se tivéssemos que ficar com um único indicador para medir o status das mulheres negras nos Estados Unidos, seria o da diferença entre o patrimônio médio de uma mulher negra solteira e o de uma mulher branca solteira. Um estudo de 2010 mostrou que o patrimônio médio de uma mulher branca solteira era de 42.600 dólares enquanto que o de uma mulher negra solteira era um montante surreal: 5 dólares. O colapso histórico do mercado imobiliário residencial estado-unidense em 2008 destruiu a maioria da riqueza patrimonial em propriedade de afro americanos. Em meados dos anos 2000, no auge do boom dos empréstimos hipotecários, quase metade dos empréstimos outorgados a afro americanos eram *subprime*. Hoje, de acordo com o *Center for Responsible Lending*, quase 25% das famílias que compraram casas neste período corre o risco de perdê-las. Assim como tem sido amplamente destacado, a crise destruiu dezenas de bilhões de dólares de riqueza negra investida em propriedades e mais de 240.000 afro americanos perderam suas casas. Em Detroit, por exemplo, uma cidade que alguma vez se mostrou uma das taxas mais altas de habitações com proprietários negros, mais de um terço das famílias negras que adquiriu empréstimos entre 2004 e 2008 perderam suas casas devido a execuções de hipotecas. Os empréstimos eram “bombas relógios” que acabaram detonando, fazendo com que as riquezas acumuladas por proprietários negros, já de por si modestas, se evaporassem no ar (TAYLOR, 2017, p. 20-21 – tradução nossa).

Os dados são do livro *From #BlackLivesMatter to Black Liberation*, de Keeanga-Yamahtta Taylor, e tem sido uma obra referenciada como importante no tema do *Black Lives Matter*. No trecho ora citado, é bastante notável, em primeiro lugar, o nível de desigualdade entre negros e brancos no que se refere aos patrimônios, com dados muito chamativos na comparação entre mulheres de diferentes etnias; mas, para o tema que estamos tratando, da relação entre a crise e a questão negra, a citação apresenta alguns dados que devem ser levados em conta para tirar a conclusão de que, *já nos inícios da crise das hipotecas, os negros eram o primeiro alvo a sofrer as consequências do capital*. Afinal, é bastante notável que, para os negros, metade das hipotecas que tinham era *subprime*, e igualmente notável o dado que apresenta de que 240 mil famílias de afrodescendentes perderam suas casas.

Isso indica, portanto, que a chamada “crise de ganância”, como os economistas buscam chamar a crise para retirar seu conteúdo estrutural e deixar apenas na falha

da vontade e ímpeto de agentes rentistas, ou seja, a crise da hiperfinanceirização da economia norteamericana e a produção da bolha imobiliária já foi constituída em parte sobre a população negra, que recebeu as promessas financeiras de ter a casa própria e terminaram perdendo suas hipotecas, ameaçadas e diretamente impactadas pela crise.

Pode-se imaginar a espiral que liga a crise dos *subprimes*, em que milhares de famílias negras perdem suas casas, com as consequências mais estruturais na economia, na esfera da produção, afetando a população negra. A mais evidente é justamente que é meramente fantasiosa a desvinculação dos grandes complexos financeiros da esfera da produção, o que se manifestou rapidamente seja diretamente na crise de grandes empresas como a *General Motors* ou a *Chrysler*, no amplo processo de demissões e aumento do desemprego, nos planos de austeridade, processos que afetam diretamente os setores mais precarizados do proletariado.

Um dado bastante gráfico de como na esfera da produção a crise vai afetar os setores negros nos Estados Unidos diretamente é a evolução do desemprego: como sabemos, uma das consequências principais da recessão é a baixa do crescimento e aumento do desemprego, o que afetou o conjunto da classe trabalhadora nas potências onde foi palco a crise econômica. Mas o que é preciso destacar é justamente que a forma como afetou os setores negros não foi igual, já que o racismo estrutural das sociedades capitalistas se revela quando analisamos os dados do gráfico de taxa de desemprego entre negros e afroamericanos.

Figura 12. Taxa de desemprego.: negros ou afro-americanos



Entre 2010 e 2011 a taxa de desemprego nos Estados Unidos entre os negros chegou a aproximadamente 16,8% (mantendo-se bastante alta), um índice enorme, já que a taxa geral do país não ultrapassou nenhum momento os 10% e em agosto de 2011, um dos picos, enquanto a taxa geral estava em 8,8%. Essa realidade, no entanto, não deveria ser inesperada, já que por trás da aparente anarquia de livre mercado do capital estão mega-monopólios que evidentemente trabalharão para descarregar a crise sobre o mundo do trabalho, seja retirando direitos ou aumentando o processo de demissão, buscando rebaixar o valor da força de trabalho etc – um processo inclusive que não é específico da crise mas se acelera durante os anos em que ela está impactando a economia.

Nesse sentido, entender os impactos da crise dos *subprimes* não pode passar por fora de entender a questão negra nos Estados Unidos. E não só os impactos econômicos, mas o peso do aparato estatal ao qual os negros são submetidos a sistemática prática de repressão e violência, por vezes letal. Ou seja, o que queremos dizer é que existe um entrelaçamento orgânico entre a exploração capitalista e a política de espoliação do capital contra a população negra norteamericana que corre em paralelo a necessidade (sempre do ponto de vista do capital) de uma repressão estrutural contra a população negra, expressa nos Estados Unidos com os índices abismais de assassinatos policiais de negros.

Segundo dados de 2015 apresentados no site do Fórum Econômico Mundial¹⁰², o índice de mortes da população negra é mais que o dobro o índice de mortos de brancos nos Estados Unidos:

Figura 13. Índice de mortes por policiais por etnia (número por milhão)¹⁰³



Isso em um país que já é expressão escandalosa de assassinatos policiais comparado a outras potências, uma vez que o peso do racismo institucional nos Estados Unidos é muito grande. Não é de se estranhar também desse ponto de vista que o índice de mortes de hispânicos/latinos seja maior também do que o de brancos, mas ainda próximo da metade das mortes de negros.

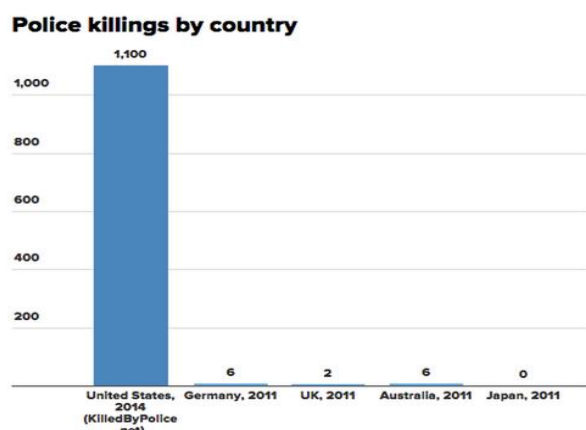
No gráfico a seguir destaca-se um dos picos da crise de mortes nos Estados Unidos, 2014, e compara com 2011 nas outras potências, onde podemos ver o seguinte:

¹⁰² <https://www.weforum.org/agenda/2016/08/black-lives-matter-movement-explained/>

¹⁰³ Legendas: *Negros foram mortos pela polícia mais do que em dobro em comparação com a taxa de pessoas brancas mortas pela polícia em 2015 /*

Apesar de um número total superior de pessoas brancas mortas, os negros tiveram mais propensão a morrer pelas mãos das forças de segurança quando comparado com a população (por milhão).

Figura 14. Mortes policiais por país



Source: FBI/CNN/The Economist/Insight Crime

Como se vê, mesmo se tratando da maior potência mundial, o país mais rico do mundo, supostamente com todas as possibilidades de reverter o quadro de violência social, é justamente onde se expressa com mais vigor as contradições capitalistas no mundo desenvolvido. Em pleno século XXI, na maior potência mundial, é considerado ainda hoje relativamente “normal” que uma parcela da população morra em ações da polícia, e que a parte mais atingida seja o setor negro da população.

E não se trata “apenas” da violência letal, a que leva a morte dos negros: quando não morrem, são encarcerados literalmente na casa de milhão. Os Estados Unidos hoje são a liderança em maior encarceramento em massa do mundo, com um amplo setor de negros presos, pelo menos de 1 milhão de pessoas. Conforme escreveu Brian P. Jones (2016):

Infelizmente, não é exagero extrapolar Ferguson para o país. Essa é a era do “encarceramento em massa”, como Michelle Alexander conceituou. Hoje os Estados Unidos são, de longe, os maiores aprisionadores do mundo, com aproximadamente 2,3 milhões de pessoas enclausuradas; quase um milhão desses são afro americanos. Cidades falidas que se esforçam para financiar escolas e serviços sociais geralmente entregam cheques em branco para a brutalidade policial. Chicago, por exemplo, pagou U\$50 milhões em 2014 apenas para abafar casos de má conduta policiais, e dedicou mais de meio bilhão de dólares para esse mesmo propósito na última década. Taylor, assim como Alexander e outros, vê o crescimento do encarceramento em massa como uma resposta a luta pelos direitos civis e movimentos Black Power de meados do séc. XX (tradução nossa)

Esse, portanto, é o pano de fundo da situação que fez escancarar o racismo norte-americano, mas com um “detalhe” não menos importante: a política do imperialismo, como forma de buscar evitar a explosão dessas contradições mais que evidentes, chegou a levar ao poder dessa principal potência o primeiro negro na história dos Estados Unidos. Em meio a todas as contradições da crise, a explosão do maior movimento negro no país em anos, a política era guiada por um agente de conciliação, um rosto negro “democrático” para uma política de descarregar a crise nas costas da população trabalhadora e negra.

Jordan T. Camp comenta a obra citada de Keeanga-Yamahatta Taylor, no que tange a cisão norteamericana, como parte da política neoliberal, entre a massa da população negra e uma “nova elite negra”, uma política de promoção de uma nova elite e uma ideologia de atingir os postos mais elevados na sociedade como suposta superação do racismo; na realidade, apenas uma arma ideológica a mais que o imperialismo utiliza para culpabilizar, segundo a doutrina neoliberal, os negros que não conseguiram conquistar esses espaços e que sofrem com a exploração e opressão cotidianas¹⁰⁴, sobretudo a violência policial – já que ao existir um “nova elite negra”, seria a prova de que todos teriam oportunidades. Assim, escreve Jordan T. Camp (2016):

essa transformação dependia da racialização e criminalização da classe trabalhadora negra enquanto elevava uma “nova elite negra”. Sua crítica materialista enumera as estratégias políticas que procuravam colocar “rostos negros em altos postos” no contexto da deterioração das condições que pobres e negros enfrentavam como consequência da pobreza concentrada, encarceramento em massa e moradia em ruínas. Na verdade, ela afirma que Ferguson e Baltimore iluminaram não apenas “o racismo e a brutalidade do policiamento americano”, mas também a adoção pela elite negra das políticas neoliberais que promovem a privatização, a gentrificação e a política punitiva.

¹⁰⁴ “O fato de uma família afro-americana habitar a Casa Branca, um prédio construído por escravos em 1795, é um exemplo poderoso da transformação de atitudes e realidades raciais nos Estados Unidos. Além da presidência de Barack Obama, milhares de negros eleitos negros, uma camada de executivos de empresas, muitos membros da alta sociedade de Hollywood e esportistas multimilionários negros animam a paisagem americana “pós-racial”. O sucesso de um número relativamente pequeno de afro-americanos é mostrado como uma demonstração do etos daltônico das cores dos Estados Unidos e como um testemunho de um passado racista superado. Quando se produzem abusos por motivos raciais, eles são vistos como o produto de comportamentos pessoais e morais obsoletos, enquanto afirma que ‘eles não são mais endêmicos ou sancionados por leis e costumes’, como fez o presidente Obama em seu discurso de comemoração do quinquagésimo aniversário da Lei dos Direitos de Voto” (TAYLOR, 2016 – tradução nossa)

Qualquer debate sobre o movimento contra a violência anti-policial, ela conclui, deve manter esse projeto político neoliberal em sua mira (tradução nossa).

Daqui se depreende a importância do movimento *Black Lives Matter* no contexto da crise econômica. Não se trata de observar um dos vários movimentos que se desenvolveram durante a crise, e nem de se colocar como defensor do mecanicismo econômico para provar que a crise se relaciona com as manifestações que derivam, como o movimento negro. Do que se trata é de buscar demonstrar como a crise econômica afeta a dinâmica do capital financeiro norteamericano, o mais forte do mundo, e nesse sentido abala a arquitetura da dominação burguesa no país, o que necessariamente faz escancarar as feridas do metabolismo capitalista nos Estados Unidos, o que leva a movimentos de significado histórico como o *Black Lives Matter*.

4.4.3 Crise econômica e violência policial

No caso dos Estados Unidos, a violência se escancarou nos casos de racismo policial cotidiano contra a população negra, que receberam uma resposta na forma de um movimento nacional nas ruas do país contra as mortes e a violência do Estado. Mas nos países do sul do mundo, países de capitalismo atrasado e economia dependente, a década da crise não colocou acontecimentos de menor estatura: na verdade, a agressividade da violência policial e das forças de segurança também atingiu em cheio a população negra do sul do mundo.

Dois acontecimentos, no entanto, consideramos que podem ser significativos para dar continuidade à reflexão sobre a relação entre a crise e a questão negra também entre os ditos “emergentes”, na realidade países de capitalismo atrasado e dependente como África do Sul e Brasil.

Em primeiro lugar, é preciso destacar o massacre ocorrido na África do Sul em 2012, o chamado *massacre de Marikana*. No dia 16 de agosto de 2012, as forças de segurança de Marikana protagonizaram um dos mais significativos massacres de civis em décadas no países, em que abriram fogo contra grevistas mineiros, levando à morte 34 pessoas, apenas comparável ao terrível massacre de *Sharpeville*, em 1960,

quando a polícia abriu fogo contra um protesto matando 69 pessoas e ferindo outras 180 em meio ao Apartheid.

A total brutalidade do acontecimento chamou a atenção da mídia e das redes em nível internacional. O mundo acompanhou vídeos dos agentes estatais fuzilando os trabalhadores mineiros, num dos mais terríveis acontecimentos da crise, escancarando o caráter racista do Estado e em particular o ódio e terror que causava ao capital negros da vanguarda de classe em luta para que a crise não seja descarregada sobre suas costas.

De outro lado, também como reflexo da violência policial num país com imensa população negra, um dos casos emblemáticos da realidade política brasileira foi o do pedreiro Amarildo Dias de Souza – que aproximadamente um mês após o início das Jornadas de Junho de 2013, um dos maiores protestos de massas da juventude no país em décadas – desapareceu depois de ser preso pela polícia na Favela da Rocinha e não se soube mais de seu paradeiro.

Ainda imerso no clima social e na relação de forças que derivou produto das jornadas de junho, a morte de Amarildo não se tornou apenas mais um nome para a estatística de negros assassinados pela polícia: ecoou no país inteiro a pergunta, “onde está Amarildo”?, que virou um dos gritos de guerra da juventude e trabalhadores, nas periferias e favelas, contra a violência policial.

Como se destacou no livro *Questão Negra, Marxismo e Classe Operária no Brasil*, uma importante contribuição para a reflexão sobre esses temas no país:

Mesmo com a quarta maior população carcerária do mundo (duplicada enquanto o PT esteve à frente do governo federal), composta majoritariamente por negros, o massacre do carandiru em 1992 não despertou o questionamento à violência social que emergiu com a campanha pelo aparecimento de Amarildo. Amarildo se tornou o símbolo dos inúmeros negros, trabalhadores precários e país de família que morrem nas favelas vítimas inocentes não só do gatilho fácil da polícia, mas também de todos os métodos de tortura e intimidação que garantem a “pax” dos cemitérios das UPPs. Esta não é apenas uma realidade carioca. Dados do próprio governo mostram que entre 2002 e 2010, enquanto os indicadores apontavam uma queda em 25% do número de homicídios, neste mesmo período se observou um aumento de 30% dos homicídios de negros, em sua maioria decorrente da brutalidade policial (ALFONSO; MATOS, 2013).

Em outras palavras, seja na potência mais poderosa do mundo quanto nos países dependentes – e poderíamos pensar em outros exemplos de países semicoloniais, como o Haiti –, a crise econômica escancarou as feridas abertas na sociedade, descarregando com armas na mão, com seu aparato reacionário de violência policial, a crise sobre as costas da população trabalhadora e dos negros. Não é uma novidade que exista violência policial nos Estados Unidos, África do Sul ou Brasil. A novidade é que nos EUA surja um amplo movimento nacional contra a violência policial, que na África do Sul a classe trabalhadora negra entre em cena e só consiga ser parada com os mais bárbaros gestos de violência capitalista e que no Brasil a morte de um pedreiro se torne um dos temas nacionais mais importantes, ecoando a pergunta “Onde está Amarildo”, a mesma que ecoa agora depois do recente caso de violência contra Marielle Franco, onde nos perguntamos no Brasil “quem mandou matar Marielle?”.

Seja na forma de movimento negro, movimento operário ou movimentos de juventude, a resistência negra entrou em cena no tabuleiro da crise capitalista... e não resta muita dúvida de que estes foram apenas seus primeiros movimentos.

4.5 O FENÔMENO DA CRISE ORGÂNICA

A partir de uma visão ampla do conjunto de lutas, fenômenos e movimentos sociais e políticos que foram se desenvolvendo na década da crise, um desafio será pensar a situação das democracias numa década que conflui tanto uma crise econômica histórica, um reordenamento geopolítico mundial (terminando em seu último capítulo na era dos nacionalismos econômicos e na guerra comercial), quanto processos de luta de classes, seja com as greves gerais dos trabalhadores contra os planos de austeridade e ajuste fiscal, seja na emergência da juventude em nível internacional, seja nos movimentos sociais, como o feminista e negro. Com tantos questionamentos de distintos lados à estabilidade da democracia do capital, teria sido possível manter a hegemonia das classes dirigentes nos distintos países? Quer dizer, teria sido possível que os fatores econômicos, de conflitos entre classes e geopolíticos não levassem a surgir também crises nos próprios regimes políticos das democracias capitalistas?

A resposta, categórica, é “não”. Conclusão não muito difícil para todos que vêm acompanhando a dinâmica explosiva de conflitos políticos em distintos países do globo: no mundo oriental com a série de reviravoltas pós-Primavera Árabe; no mundo ocidental, em distintos países da Europa e nos Estados Unidos e como se evidenciou no sul do mundo, tendo no Brasil, como o mais recente capítulo do décimo ano da crise, a eleição do ultraconservador Jair Bolsonaro. A questão que se depreende, então, é a de que tipo de crises políticas estamos falando na década da crise e o que elas anunciam...

Por isso não buscaremos aqui uma categoria formal que explique os distintos processos políticos que vêm surgindo nessa década, mas traçar pistas gerais sobre um fenômeno particular que tem surgido em muitos países e se expressa em uma espécie de crise das democracias (já degradadas), que está relacionado diretamente com os efeitos da crise econômica mundial. Em forma descritiva, trata-se de buscar entender o que ocorre nos regimes políticos num momento em que o “grande empreendimento” econômico mundial, o neoliberalismo, entra em falência como modo de acumulação, ao mesmo tempo em que o “novo”, uma ameaça real ao capitalismo neoliberal em questionamento, não emerge; em outras palavras, o que tem ocorrido numa década que não tem como marca *situações revolucionárias*, em que abertamente o poder de classe do capital seja posto em questão, mas cuja dinâmica econômica, objetiva, vem degradando paulatinamente as condições de hegemonia do capital em distintas democracias?

Nessa disjuntiva em que literalmente o velho começou a morrer sem que o novo tenha emergido, encontramos, no plano conceitual, a categoria de “crise orgânica”, de Antonio Gramsci - que Peter Thomas (2007)¹⁰⁵ considera como um dos eixos ordenadores do pensador italiano nas pesquisas do período do cárcere - uma das explicações mais ajustadas ao momento para buscar entender os fenômenos políticos que começamos a vivenciar nesta década (DAL MASO, 2016). Vale dizer que não se trata de um receituário aplicável imediatamente a qualquer país, mas tendo em vista a própria tensão (dialética) do conceito gramsciano, pode oferecer uma pista

¹⁰⁵ “The guiding thread that organises all of Gramsci’s carceral researches can be succinctly characterised as the search for an adequate theory of proletarian hegemony in the epoch of the ‘organic crisis’, or ‘passive revolution’, of the bourgeois ‘integral state’” (THOMAS, 2007)

explicativa global para entender esses processos políticos advindos da falência de um grande projeto de acumulação internacional.

Tendo em vista todos os fenômenos e movimentos que buscamos descrever no interior do capítulo, vejamos como Gramsci (2007, p. 60 - C13, §23) interpreta esse fenômeno de crise orgânica para relacionarmos novamente com o plano histórico:

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão da classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos. Como se formam estas situações de contraste entre representantes e representados, que, a partir do terreno dos partidos (organizações de partido em sentido estrito, campo eleitoral-parlamentar, organização jornalística), reflete-se em todo o organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja e, em geral, de todos os organismos relativamente independentes das flutuações da opinião pública?

No início de sua definição sobre a crise orgânica, Gramsci dá ênfase para um processo histórico em que representantes e representados se separam, ou seja, perde-se a conexão orgânica entre os grupos sociais e os partidos tradicionais que os representam em dada forma organizativa, o que gera uma “crise orgânica”, abrindo maior instabilidade no regime e a possibilidade de soluções de força ou emergência de lideranças carismáticas, formas de bonapartismo ou cesarismo etc. A pergunta que segue na explicação de Gramsci é como se formam essas crises orgânicas, que debilita os partidos (em sentido amplo) e fortalece as burocracias e “organismos estatais”? E assim prossegue na explicação o marxista italiano:

O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em um grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso da grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequeno-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações eu, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto (GRAMSCI, 2007, p. 60 - C13, §23)

Precisamente aqui reside o fundamental do que queremos abordar. Embora possa haver particularidades entre países, como indica Gramsci, o que unifica o conceito é o conteúdo de “crise de hegemonia da classe dirigente”, uma “crise de autoridade”, exposta na separação entre representantes e representados que, a depender do seu grau, atinge elementos da autoridade estatal em seu conjunto.

Isso não quer dizer que estamos falando de uma ausência de hegemonia. Conforme explica Fabio Frosini (2017, p. 67):

Pode-se dizer que no espaço social não existem momento completamente isentos de hegemonia, e que uma crise orgânica não se pode pensar como a desapareição – ainda que seja só por um instante – de toda determinação hegemônica. A crise é antes a desarticulação (mais ou menos generalizada) de uma determinada estrutura hegemônica. Esta desarticulação revela às massas populares as virtualidades hegemônicas que naquela estrutura ficavam incluídas e subordinadas, ou seja, reduzidas a funções internas daquela e por esta razão não se deixam visualizar

O decisivo no conceito gramsciano de *crise orgânica* é que as raízes desse processo, do ponto de vista de classes, não estão na classe trabalhadora, em sua emergência, luta política, em processos revolucionários ou revoluções proletárias. Na verdade, as causas do processo estariam ou na classe dirigente, com a falência de um grande empreendimento ou nas classes médias (pequeno-burguesia), que passe da passividade para a atividade política com um conjunto de reivindicações; nos dois processos encontraríamos uma situação de crise de hegemonia mais ou menos aguda, mais ou menos questionadora do regime político em seu conjunto e da autoridade estatal, sem que para isso tenha necessariamente que ter havido situações revolucionárias, ou seja, fenômenos clássicos de revolução e contrarrevolução.

Com esse conceito, portanto, Gramsci nos ajuda a perceber particularmente, em escala global, algo que vem se dando nesta década, a saber, a falência de um grande empreendimento internacional (o neoliberalismo), sem que tenha sido feita pela emergência da classe trabalhadora, de modo que o que se ressalta é decadência das potências imperialista em enfrentar a crise econômica, que abriu um marco estratégico internacional no qual ocorrem crises políticas desse tipo específico, tais como Gramsci descreve, naturalmente envoltas pelas particularidades nacionais de cada país.

O epicentro desses processos, a nosso ver, tem sido a Europa, em países como Grécia, Espanha, Itália, ou na Inglaterra (com Brexit) e França, entre vários outros exemplos, mas também podemos falar em expressões disso em países como Estados Unidos (com a emergência de Trump) ou Brasil (com o governo Bolsonaro).

No interior desse processo de crises orgânicas nas democracias ocidentais, queremos separar o que foi o desenvolvimento desses processos em dois grandes momentos: o do período dos planos de austeridade, realizado nos “elos débeis” dos países de capitalismo avançado europeu e, um segundo momento, atingindo os principais imperialismos da Europa, a saber, Alemanha, Inglaterra e França e, também nesse momento, os Estados Unidos. E essencialmente, o que marca os dois processos de modo decisivo são o que poderíamos chamar de *duas mortes da União Europeia como parte da emergência de nacionalismos econômicos*.

4.5.1 A crise orgânica nos elos débeis: Grécia, Espanha, Portugal

O primeiro processo, a primeira falência da União Europeia, se dá no ano de 2010 e 2011, com a aplicação dos planos de austeridade, sobretudo na Grécia, Espanha e Portugal. A falência está na reorientação agressiva que o coração do imperialismo europeu, sobretudo alemão, toma diante da crise econômica, particularmente com a articulação da Troika, composta pelo Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional e a Comissão Europeia, que atuaram incisivamente no contexto europeu a partir de memorandos com propostas de ajustes fiscais e planos de austeridade para os países em situação mais aguda de crise.

Conforme descrevemos, a orientação do memorando era atacar de frente o funcionalismo público, generalizar privatizações, realizar a reforma da previdência, incluindo setores estratégicos, cortar benefícios sociais, reduzir salários etc. Acontece que, como parte de uma política explicitamente imperialista de pressão dos órgãos internacionais aos governos nacionais, os partidos que compunham o centro do regime político em cada país sofreram crises e, no caso grego, uma decomposição abrupta, sendo o caso mais claro o do PASOK.

Para se ter uma ideia do caso da Grécia, a evolução política se da seguinte forma nos anos da crise: o ministro Geórgios Papandreou do PASOK (Movimento Socialista Pan-Helênico – na sigla em grego) entrou como primeiro ministro em 4 de outubro de 2009, substituindo o conservador Kostas Karamanlis (KOVROS, 2010). Sua entrada se deu depois das eleições legislativas de outubro, em que o resultado¹⁰⁶ foi o seguinte: PASOK com 43,9% e Nova Democracia 33,5%, ou seja, os dois principais partidos de centro esquerda e de direita atingindo juntos mais de $\frac{3}{4}$ da votação. O governo de Papandreou durou até 11 de novembro de 2011, sendo responsável pela aplicação das medidas de austeridade do período, até que o primeiro-ministro renuncia diante da pressão do movimento operário – sendo substituído pelo governo tecnocrata de Lucas Papademos do partido Gregos Independentes até as novas eleições (DONADIO, 2011). Estas novas eleições legislativas se darão alguns meses depois, em maio de 2012 e o resultado eleitoral foi uma mostra da reviravolta no regime político grego: Nova Democracia passou de 33,5% para 18,9%; o PASOK passa de 43,9% para 13,2%. A novidade aqui é partido reformista de esquerda SYRIZA, que passa de 4,6% em 2009 para 16,8% em 2012 e o partido nacionalista e conservador Gregos Independentes (ANEL) que atingem 10,6%, uma ruptura com o Nova Democracia que crescerá rapidamente atingindo o governo¹⁰⁷. Ainda assim, o novo governo se deu com o velho centro em junho de 2012, capitaneado pela Nova Democracia Antonios Samaras, em coalização com PASOK e DIMAR (um partido criado em 2010 proveniente da ala direita do Syriza).

Três anos depois, ao final, nas eleições de janeiro de 2015, o resultado é a emergência do Syriza com 36,3% dos votos e a debacle total do PASOK, com 4,6%, sendo o terceiro colocado nas eleições o partido neonazista Aurora Dourada, com 6,2% dos votos. Embora o Nova Democracia tenha se mantido, a falência completa do PASOK e a emergência do reformista Syriza por um lado e de um partido neonazista por outro mostra a dimensão da crise orgânica na Grécia.

¹⁰⁶ Extraímos os resultados (valores arredondados) do seguinte site: <https://www.hellenicparliament.gr/en/Vouli-ton-Ellinon/To-Politevma/Ekloges/Eklogika-apotelesmata-New/#Per-13>

¹⁰⁷ A ironia da história aqui é que o Syriza continuaria crescendo de modo avassalador até atingir o governo, mas o faz em aliança com os conservadores Gregos Independentes (ANEL).

No caso da Estado Espanhol, embora haja diferenças, a evolução política no pós-crise também expressa desde os inícios dos planos de austeridade importantes impactos no regime político: o presidente Jose Luis Rodriguez Zapatero, do PSOE (partido socialista operário espanhol) era o presidente desde 2004, completando 7 anos de mandato e sendo o presidente efetivo durante os primeiros planos de austeridade no país (RODRIGUEZ, 2014). O PSOE e o Partido Popular, pela esquerda e direita, formam o centro e os pilares do regime político do país. O resultado¹⁰⁸ da eleição legislativa de 2011 já mostrava um fortalecimento expressivo da direita e uma debilitação do PSOE, sendo que o PP atingiu o resultado de 44,63% e o PSOE 28,76%, resultando na entrada de Mariano Rajoy¹⁰⁹. A eleição de 2015, analisando também a votação para deputados, é onde se expressam mais claramente os elementos de crise orgânica, com o PP se mantendo como mais votado, mas com uma queda para 28,72%; o PSOE atingindo apenas 22,01% e, aqui reside a novidade, a emergência de dois grupos, um de orientação num espectro mais à esquerda, Podemos, com 12,67% dos votos, e o outro, uma “nova direita”, o *Ciudadanos*, aingindo 13,93% dos votos¹¹⁰. Foi um período em que o nome de Pablo Iglesias, o líder do Podemos, virou moda e buscou canalizar especialmente as transformações no país depois das greves e do 15M, o movimento dos indignados, modificando bastante o tabuleiro político do regime espanhol e abrindo um debate sobre essa nova forma de organização, de tipo “partido-movimento” (MARTÍN, 2015).

Por fim, no caso de Portugal, algumas expressões nesse sentido também se apresentaram: nas eleições de junho 2011 o longo mandato de José Sócrates terminou com um resultado não muito alentador para os “socialistas” portugueses (SANTANA-PEREIRA, 2015). Seria seguido com um mandato de Pedro Passos Coelho, da direita (Partido Social Democrata). Nas eleições de 2015, embora a direita com “Portugal à frente” tenha ganhado nos resultados eleitorais¹¹¹ com 36,86%, e o Partido Socialista tenha atingido 32,31% dos votos, a novidade foi o Bloco de

¹⁰⁸ Os dados das eleições no Estado Espanhol foram extraídos de informações oficiais do site do ministério do interior da Espanha, podem ser acessado em: http://elecciones.mir.es/resultadosgenerales2011/99CG/DCG99999TO_L1.htm, último acesso 16/07/2019

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Cf. <http://elecciones.mir.es/resultadosgenerales2015/congreso/#/ES201512-CON-ES/ES>

¹¹¹ Os dados foram extraídos de: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2015/resultados-globais.html>

Esquerda ter atingido 10,19%¹¹², também parte da emergência de organizações neoreformistas no marco da crise orgânica em países europeus. Um aspecto mais marcante da crise orgânica foi a rápida queda do segundo governo de Passos Coelho, pouquíssimo tempo da eleição, “11 dias, 5 horas e 40 minutos” (FONSECA, 2016), que fez com que emergisse um governo socialista ainda em 2015, estancando um pouco os elementos de crise nesse partido.

O caso italiano, que pontuaremos aqui, é uma espécie de caso híbrido, pois a Itália tem demonstrado aproximações várias com os “elos débeis” em alguns sentidos sociais, ao mesmo tempo que apresenta mais força econômica e expressou elementos da crise orgânica mais próximo ao período que se refletiu nas potências. Tem a particularidade de ter tido um rearranjo abrupto em seu regime político já nos anos 1990, com a operação *Mani Pulite* (BARBACETTO, & GOMEZ & TRAVAGLIO, 2012), que durou longos anos envolvendo uma série de escândalos de corrupção, prisões, reorganizações políticas e terminou, ao final do processo, com a emergência de Silvio Berlusconi, figura de extrema-direita no contexto italiano e que ficou durante a primeira fase da crise na Itália, até 15 de novembro quando foi seguido por Mario Monti, um político tecnocrata, chamado de governo técnico. Como Berlusconi foi produto das transformações anteriores no regime político italiano (que havia liquidado os partidos socialista e comunista) e estando ele a frente dos planos de austeridade, um dos elementos da crise orgânica foi a emergência de um “governo técnico”, como uma das cartas da elite dominante para manter certa estabilidade ao país.

Já sendo contabilizada a renúncia de Berlusconi em 2011, o que se seguem são outras várias renúncias como expressão da crise orgânica na Itália no contexto da crise econômica¹¹³. Mas a novidade estava no Movimento Cinco Estrelas (BRAUN, 2016), comandado pelo comediante Beppe Grillo, que se apresentava como um “não partido” e proclamava oferecer uma alternativa para além da política tradicional

¹¹² Cf. Idem.

¹¹³ O governo de Mario Monti dura até sua renúncia, já em 21 de dezembro de 2012, sendo realizadas eleições em abril de 2013, que elegem Enrico Letta, e sua gestão dura até fevereiro de 2014, quando renúncia e é substituído por Matteo Renzi, que governa até dezembro de 2016 até que renuncia na discussão do referendo constitucional, e é seguido por Paolo Gentiloni, ficando até junho de 2018, quando também renúncia.

(embora com um viés mais de direita) atingiu cerca de 26% das intenções de voto para a câmara na primeira eleição que participou, em 2013 (BRAUN, 2016).

A expressão mais aguda da crise orgânica, no entanto, se deu mais claramente nas eleições de 2018, quando o partido democrático tem uma grande queda, com apenas 6,7% dos votos, o Movimento Cinco Estrelas continua crescendo, atingindo 32,6%, e a direita reacionária tendo a Liga Nordi e Força Itália (organizações reacionárias anti-imigrantes) atingindo 17,6% e 14,4% respectivamente. A mudança abrupta no regime se expressa com a formação de uma coalizão entre o Movimento Cinco Estrelas e a Liga Nordi, formando o governo de Giuseppe Conte, um político independente que encabeça a coalizão.

Podemos dizer que nesses países, como “elos débeis” entre os países de capitalismo avançado no contexto Europeu, a crise orgânica se apresenta na medida em que a esses países são expostas condições para a implementação dos planos de austeridade, com a Grécia como caso mais drástico, condições as quais levam a processos de luta de classes, com os trabalhadores à frente nos anos de 2009 e 2010, e nos anos seguintes, mas a partir de 2011 com a participação dos *indignados* da juventude, seja na praça Puerto del Sol, praça Syntagma ou geração à rasca em Lisboa (CINATTI, 2012).

Voltando a definição de Gramsci, não estamos falando, portanto, de uma ação histórica independente da classe trabalhadora que chacoalhasse o regime político ou mesmo questionasse o poder, num processo revolucionário; as transformações e reorganizações foram se dando a partir do processo eleitoral, como parte de um reflexo distorcido da não aceitação dos planos de austeridade e consequências da crise (incluindo expressões à direita ou à extrema-direita, anti-imigrante). A chave do processo está na imposição imperialista dos planos, na falência do empreendimento neoliberal e, nesse sentido, na “primeira morte” da União Europeia, não por um acaso surgindo grupos independentistas de extrema-direita e de esquerda, negando a União Europeia.

Do ponto de vista dos países emergentes, com a chegada da crise se dando a partir de 2013, refletindo na queda de exportações chinesas, na recessão brasileira e

crises em outros BRICS, esses fenômenos de crise orgânica vão se dar também alguns anos depois, seguindo algumas das crises que vimos no contexto europeu.

Não vamos buscar fazer uma análise pormenorizada desses países pois nosso intuito aqui não é fazer uma descrição da crise orgânica nos distintos países do globo, mas mostrar que parte da primeira onda da crise, nos “elos débeis” da Europa, se refletiu também nos emergentes: para ficarmos apenas em um exemplo que talvez seja o mais expressivo, poderíamos citar o caso brasileiro, em que a crise orgânica se desenvolvendo claramente após as jornadas de junho de 2013, que começam progressistas por demandas sociais (transportes, saúde, educação), mas também se voltam contra o Partido de Trabalhadores (então governo federal), e são seguidas pelas medidas de ajuste neoliberal do governo Dilma 2 em 2014, coincidindo com a recessão. Daqui surgem um conjunto de condições para debilitar o PT via operação Lava Jato (acertando outros partidos do regime político), que um dos pilares da “Nova República”, com a crise orgânica brasileira se escancarando no impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e a ascensão de Jair Bolsonaro, um presidente de extrema-direita em 2018.

Em suma, também no Brasil se expressou a “falência de um grande empreendimento”, no caso, o “Brasil: país do futuro”, que chegou a ser a sexta economia mundial e despontava como o “Brasil potência” das *global players*, um discurso que escondia a extrema primarização da economia, perda de força da indústria nacional, do fraco investimento em tecnologia e, especialmente, de um país montado no trabalho precário e terceirizado; daqui que a combinação entre lutas da juventude, lutas operárias, mas sem se apresentar como ação independente ou questionadora do poder, criaram uma situação similar a europeia para se escancorar a crise orgânica no país.

4.5.2 A crise orgânica chega às potências

Se podemos dizer que os acontecimentos de 2011 e 2012, com os planos de austeridade e repercussões imediatas, foram decisivos para abalar o equilíbrio do sistema político nos “elos débeis” no contexto europeu (MAVROUDEAS, 2012), como

parte dos fenômenos de crise orgânica no mundo, quando observamos os fenômenos de crise orgânica nas potências não podemos partir dos mesmos elementos para entender como eles se desenvolveram.

Para compreendê-lo, temos que entender que a “segunda morte da União Europeia” se expressa em três fenômenos interligados: a) as consequências sociais dos planos de austeridade nos “elos débeis” (VANDAELE, 2016); b) as consequências sociais da intervenção imperialista no mundo árabe e norte da África, com especial exemplo o caso da Síria (SAEID, 2013); c) a perda de hegemonia política interna nas potências e a intervenção chinesa como novo fator de desequilíbrio no continente europeu (SHIH, 2019).

Quando falamos dessas determinações, podemos retomar a expressão célebre de Marx quando trata da economia segundo a qual “o feiticeiro já não pode controlar os poderes que invocou”. Isso porque um primeiro determinante da crise nas potências está em lidar com as consequências que as próprias potências impuseram nos elos débeis da União Europeia. A mais visível e talvez uma das mais determinantes seja a migração entre os países, com um forte êxodo nos anos de chumbo da austeridade nos países mais atingidos.

Segundo relatório da OCDE de 2013, o número de imigrantes gregos e espanhóis saindo de seus países e migrando para a Alemanha cresceu bastante após os anos dos planos de austeridade:

A migração na União Europeia aumentou 15%, após uma queda de quase 40% durante a crise. A tendência de pessoas deixando os países mais duramente atingidos pela crise está acelerando, chegando a 45% entre 2009 e 2011. O número de gregos e espanhóis migrando para outros países da UE dobrou desde 2007, chegando a 39.000 e 72.000, respectivamente. A Alemanha registou um aumento de 73% de imigrantes gregos entre 2011 e 2012, cerca de 50% para nativos espanhóis e portugueses e 35% para os italianos (DUMONT, 2013 – tradução nossa).

Isso significa que as potências, particularmente a Alemanha¹¹⁴, mas também Inglaterra em outro grau – e do outro lado do Atlântico os Estados Unidos –

¹¹⁴ “Os fluxos de migração para a Alemanha aumentaram em mais de um terço em 2012 em relação a 2011, impulsionados em grande parte pelos fluxos de entrada da Europa Central e Oriental e, em certa

começaram a receber mais e mais imigrantes como consequência da crise, já que a estabilidade maior nas potências econômicas garantia melhores condições sociais para os imigrantes, tornando esses países um polo de atração das migrações no interior da União Europeia (ou fora, no caso dos Estados Unidos).

Figura 15. Entradas de imigrantes permanentes nos países da OCDE, 2010-2016¹¹⁵

Table 1.1. Inflows of permanent immigrants into OECD countries, 2010-16

Thousands								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variation (%) 2016/15
Standardised statistics								
United States	1 043.3	1 062.4	1 031.9	990.8	1 016.5	1 051.0	1 183.5	+13
Germany	222.5	290.8	400.2	468.8	574.5	686.0	1 051.0	+53
United Kingdom	448.7	339.8	287.0	295.1	350.0	369.9	350.1	-5
Canada	281.3	249.3	258.3	262.8	261.4	275.9	296.4	+7
France	220.4	226.6	244.5	254.4	250.7	255.3	258.9	+1
Australia	208.4	219.4	245.1	254.4	231.0	226.2	223.5	-1
Spain	280.4	273.2	196.3	180.4	183.6	194.9	215.0	+10
Italy	445.3	375.3	308.1	278.7	241.8	221.6	212.1	-4
Netherlands	91.8	100.3	100.2	105.2	117.2	123.2	138.5	+12
Sweden	66.7	69.7	80.8	91.1	100.3	102.9	138.2	+34
Switzerland	115.0	124.3	125.6	135.6	134.6	131.2	125.0	-5
Austria	45.9	55.2	70.8	70.8	80.9	103.0	105.6	+3
Belgium	117.0	100.9	100.1	95.6	99.0	101.3	100.2	-1
Japan	55.7	59.1	66.4	57.3	63.9	81.8	95.2	+16
Korea	49.7	53.5	51.0	61.0	69.0	74.6	88.5	+19
Denmark	37.4	36.7	39.7	47.7	55.1	67.0	60.8	-9
Norway	56.8	61.6	59.9	60.3	55.6	53.1	58.1	+9
New Zealand	48.5	44.5	42.7	45.1	49.9	54.6	55.7	+2
Ireland	23.5	26.3	24.3	28.2	30.5	35.5	41.9	+18
Mexico	26.4	21.7	21.0	55.0	43.5	34.4	34.9	+1
Czech Republic	28.0	20.7	28.6	27.8	38.5	31.6	34.8	+10
Portugal	41.2	34.3	27.9	26.4	30.5	31.2	34.0	+9

Isso se combina com uma outra tendência que se aprofunda em 2015 e potencializa o debate relacionado as imigrações: a crise dos refugiados nos países do Oriente Médio e norte da África. É precisamente nesse momento em que vemos as cenas mais chocantes de milhares de refugiados tentando atravessar o Mar Mediterrâneo e encontrando todas as dificuldades, escancarando a política nefasta do capital para com esses países, em que se bombardeia permanentemente países do Oriente Médio nas intervenções imperialistas, particularmente a partir da Primavera Árabe (tendo como principal exemplo a interminável intervenção na Síria) e, ao perceber os “poderes que invocou com seus feitiços”, fecham as portas para os

medida, do sul da Europa. Depois dos Estados Unidos, a Alemanha é agora o segundo maior país de imigração da OCDE, acima do oitavo lugar em 2009”.

¹¹⁵ A tabela mostra outros países, mas nós fizemos um recorte dos 20 primeiros países apresentados.

imigrantes, com uma massa de pessoas morrendo no mar e nas fronteiras com países da União Europeia.

Segundo relatório da OCDE de 2018, “O aumento de 15% nos fluxos migratórios permanentes em 2016 foi impulsionado principalmente pelo aumento dos fluxos humanitários (+78%), mas também pelo aumento de 11% na migração para o reencontro familiar e a formação” (tradução nossa)¹¹⁶. Ou seja, com um crescimento de 78% no que chamam de “fluxos humanitários”, a crise dos refugiados se torna a partir de 2015 uma nova questão na crise da União Europeia.

Ao mesmo tempo, as reacionárias expressões de terrorismo no continente Europeu também revelam essa falência da hegemonia imperialista no Oriente Médio e as consequências da política imperialista se voltando contra a própria população civil europeia. Tomemos apenas alguns exemplos nas potências no período, em que alguns dos mais trágicos episódios ocorreram. Na França, pelo menos três atentados chocaram o mundo: atentado a revista *Charlie Hebdo* em janeiro de 2015, com 12 mortes; os atentados a bomba com 150 mortos e mais de 300 feridos – com simbólico ataque a casa de shows *Bataclan* em novembro de 2015; e o caminhão atropelando multidão em Nice, com mais de 80 mortos e dezenas de feridos, em julho de 2016. Na Alemanha, pelo menos 12 pessoas morreram e mais de 50 ficaram feridas após um caminhão invadir uma feira natalina no centro de Berlim, em dezembro de 2016. Na Inglaterra, a sequência de principais atentados aconteceram todos no primeiro semestre de 2017: um primeiro em março, quando um ataque de atropelamento deixou cinco mortos e vários feridos, na frente do parlamento britânico; um segundo em maio, quando um suicida matou 22 pessoas e feriu dezenas num ataque realizado durante um show da cantora pop Ariana Grande, no Manchester Arena; um terceiro realizado por três homens na London Bridge, com atropelamentos e esfaqueamento matando oito pessoas e ferindo dezenas.

As consequências desse processo vão no sentido do que definiríamos como “segunda morte da União Europeia”. Tratar-se-ia, portanto, do escancarar da crise orgânica nas potências com as seguintes expressões: na Alemanha, a todo-poderosa chanceler alemão, Angela Merkel, começa a passar por um importante processo de

¹¹⁶ Cf. https://www.oecd-ilibrary.org/sites/migr_outlook-2018-4-en/index.html?itemId=/content/component/migr_outlook-2018-4-en

crise política a partir de 2016; na Inglaterra, a inimaginável vitória na votação do Brexit acontece, derrubando David Cameron¹¹⁷; na França, os brutais atentados terroristas e a aplicação da reforma trabalhista por Hollande em 2016 vão terminar tirando o partido socialista da disputa presidencial, emergindo a conservadora Marine Le Pen; do outro lado do Atlântico, também nos Estados Unidos, mesmo mantendo a estrutura bipartidária, vimos a emergência do reacionário Donald Trump falando em construir um muro com o México, e de outro lado Bernie Sanders, um político no Partido Democrata que fala em “socialismo democrático”, que com todos os limites não deixa de ser algo chamativo no coração do imperialismo mundial.

Além disso, vimos já nesses anos pós-2015 a emergência de uma corrente internacional nacionalista e protecionista, um novo salto na separação com a era “globalizante” do capitalismo, a fase neoliberal.

Por fim, como determinação também relevante nesse processo está a reconfiguração da China no tabuleiro geopolítico mundial, começando a entrar com seu capital no continente europeu, além das intervenções da Rússia no sentido de desestabilizar o peso de Alemanha e França no continente e, por fim, a própria atuação dos Estados Unidos. Dentre esses fatores, o destaque está na China, pois desde a reconfiguração de sua economia interna (com a mudança na queda das exportações a partir de 2012, buscando aumentar a exportação de capital, o investimento em tecnologia e a expansão do mercado interno) e as consequências da tentativa da entrada da China no continente europeu, investimento que começou como fundo da rota da seda em aproximadamente 40 bilhões de dólares, e que Xi Jinping prometeu em 2017 uma ampliação massiva de investimentos em infraestrutura no valor de 70 bilhões¹¹⁸. Não é de se estranhar, portanto, que os interesses chineses entrem como um componente de desagregação da União Europeia, chocando-se diretamente com os interesses de Alemanha e França.

¹¹⁷ A profundidade da crise faz com que, no momento em que estamos encerrando a redação deste trabalho, a ministra Theresa May, primeira-ministra responsável pela implementação e negociação com a União Europeia do Brexit, acaba de renunciar, um processo que segue em aberto.

¹¹⁸ Cf.: <https://g1.globo.com/economia/noticia/china-apresenta-nova-rota-da-seda-com-investimento-bilionario.ghtml>

O que viemos buscando demonstrar, portanto é que a crise das democracias ocidentais, somadas aos tortuosos processos no Oriente Médio e norte da África – e não seria difícil de numa primeira abordagem, para um trabalho que extrapole nossos objetivos aqui, acrescentar elementos de crise orgânica em países da Ásia e América Latina, definidas por nós a partir da categoria da Antonio Gramsci –, está diretamente relacionada com a crise capitalista e seus efeitos, seja no impulso do capital de aplicar os planos de austeridade, levando à crise intrapaíses na União Europeia, a processos de resistência operária; seja com as intervenções imperialistas no mundo árabe, que embora foram bem-sucedidas em frear, mudar a rota e dar um curso reacionário nos resultados da Primavera Árabe, tiveram drásticas consequências também para o continente europeu, expressas na crise dos refugiados e nos ataques terroristas. Além disso, as consequências das degradadoras políticas econômicas no epicentro da crise também levaram a uma série de respostas da juventude em busca de seu futuro, aniquilado a cada decisão dos governos com seus ajustes e austeridades, com mobilizações em distintos países do globo afetados duramente pela crise e também, direta ou indiretamente, levou a conformação de fortes movimentos feministas e negros (e outros movimentos, como LGBTs, indígenas, ecológicos), que foram parte da onda progressista de enfrentamento e resistência as consequências da crise, em paralelo à formação de correntes internacionais conservadoras e anti-imigrantes. Na Europa, onde circunscrevemos o principal de nossa análise, seja nos “elos débeis” europeus, seja nas potências (e incluímos os Estados Unidos nesse marco), a crise orgânica se expressou com tudo, demonstrando a falência da era de acumulação neoliberal e sua hegemonia política, mas também as “duas mortes” do grande empreendimento dessa era que foi a da União Europeia.

Notas de fim

Hassan Mahmoud, “It was clear to me that they wanted to take her away from us but then a few brave protesters came in and started hurling stones and that was the one thing that saved her from their hands”

The Guardian, “It doesn't matter if I talk [to the media] or not, their stripping me is enough to reveal them [the army] and tell enough to those who still believe them”.

Gilbert Achcar, “The social situation confronting the Arab region's population can be summed up in three words—poverty, inequality, precarity—ironically reminiscent of the motto of the French Revolution: Liberty, Equality, Fraternity”

Gilbert Achcar, “The upper national poverty line defines the revenue needed to obtain both basic nutrition and essential nonfood items in a given country, whereas people living at the lower poverty line have to make hard choices between these two kinds of minimum expenditure. The image that emerges when we focus on the number of people in the Arab region living below the “upper” line, which varies between \$2.43 and \$2.70 (PPP) a day, differs sharply from the one that appears when we apply the international poverty line of \$2 (PPP) a day. According to the UNDP report, poverty rate statistics for the MENA [the Middle East and North Africa – nota IT] countries for which such data (collected between 2000 and 2006) are available are as follows: 11.33% in Jordan, 23.8% in Tunisia, 28.6% in Lebanon, 30.1% in Syria, 39.6% in Morocco, 40.9% in Egypt, 53.9% in Mauritania, and 59.9% in Yemen. The average rate of poverty for all the countries in question is 39.9%. This is a much higher figure than the 16.9% of MENA inhabitants supposedly living below the \$2 a day international poverty line”

Tarek Abo Saeid, “It is necessary to identify the nature of the results caused by the crisis for the Arab countries economies. In the beginning it should be underlined that Europe is the Arab countries first trade partner which means that the trade between the Arab countries and Europe constitutes the largest proportion of the Arab international trade, so the weakness of the European countries economy and decreasing demand are reflected negatively in Arab countries economies. Europe has asked the Arabic region Petroleum, which has provided the stable source of income for many Arab countries in the form of lower oil prices. It should not be forgotten that the Arab countries in the North Africa export 60-80% of oil to European contractors. For instance, the decrease of the export level in 2009 equaled 25% in Tunisia but in Egypt only 15%. Revenues important in creating the GDP obtained from tourism also decreased. In Tunisia the tourism is responsible for 6,5% of GDP and it provides work directly or indirectly to one in five Tunisian but in Egypt it gives only 10% of GDP (Strzępka 2013). Also the rapid drop in monetary transfers that play the role of “the realistic network of social security” has influenced the ability of the Arab countries societies involved in the Arab Spring to consume. The economic shock occurred after the significant increase of the world food prices (effect of droughts in some countries) and it ruled waiting for the conditions improvement”

Tarek Abo Saeid, “Because of the financial crisis, European investments have decreased to about 30% of the total investments in comparison to the global percentage constituting more than 55% at the end of 2007 before the world financial crisis . The crisis effects were also significant for the countries of the Persian Gulf in the global financial world. The financial surplus shrank and the financial liquidity in the bank sector was run out through foreign financial flows”

Ana Belén Cano Hila, “la tasa de paro juvenil en España en 2013 es absolutamente desorbitada, situándose en la actualidad, según la EPA7 (tercer trimestre, 2013), en el 54.37%⁸ (73.85% en jóvenes de 16 a 19 años, y 53.65% en los de 20 a 24 años)”

Eurostat, “As for the total unemployment rate, the youth unemployment rate in the EU-28 declined sharply between 2005 and 2007, reaching its lowest value (15.2 %) in the first quarter of 2008. The financial and economic crisis, however, severely hit the younger members of the labour force. From the second quarter of 2008, the youth unemployment rate followed an upward path peaking at 23.9 % in the first quarter of 2013 (aside from temporary reductions during the third quarter of 2010 and first quarter of 2011), before declining to 18.5 % by the third quarter of 2016”

Santiago Lupe, “El drama del desempleo de masas tuvo una rápida y dramática consecuencia en el acceso a la vivienda. Setenta por ciento de los menores de 30 años que se habían ido a vivir fuera del

hogar paterno se vieron obligados a retornar al mismo. Y es que el desempleo juvenil rápidamente ascendió a 45% en 2011 y no ha dejado de hacerlo hasta nuestros días, cuando se encuentra en 55%. Más dramática todavía resulta la situación de aquellas familias que, ante la imposibilidad de abonar el pago de la hipoteca, se han visto desahuciadas e dejadas en la calle, más de 450.000 desde 2007”

Barbara Brito, “el 2011 marcó un antes y un después en el Chile de las últimas décadas porque lo que hizo fue cuestionar más profundamente el régimen político que venía de la dictadura (...) El 2011 fue para mí una muestra muy clara de que el movimiento estudiantil puede jugar un rol de vanguardia táctica, de influir en que surjan nuevas movilizaciones. Posterior al 2011 los trabajadores asimilaron métodos combativos que había utilizado el movimiento estudiantil, hubo una alza en las huelgas legales e ilegales y además una radicalización de esas luchas, con barricadas... Yo creo que el movimiento estudiantil tiende a influenciar también, porque pone sobre la mesa debates, al conjunto de la sociedad”

Pablo Oprinari, “el #YoSoy132 puso a discusión cuestiones claves que expresan la antidemocracia, la represión y el verdadero carácter de la “transición democrática” (...) En su emergencia, mostró el descontento existente, no sólo entre los trabajadores y los sectores populares, sino en la clase media y la juventud universitaria, tanto de escuelas públicas como privadas. Y enseñó también la desilusión con una reforma democrática que (...) no resolvió las expectativas de amplios sectores de la población. La adhesión de sectores de la juventud al #YoSoy132 parece expresar el hartazgo –aunque no se vea en sus reivindicaciones inmediatas– con un capitalismo sacudido no sólo por la crisis económica internacional sino también por la descomposición estatal acelerada por el empantanamiento de la “narcoguerra”

Manuel Castells, “Durante el mes de noviembre observaron aproximadamente 120.000 tuits relacionados con Occupy en un día normal y más de 500.000 durante la redada en Zuccotti Park el 15 de noviembre. El análisis de Gilad Lotan sobre el tráfico de Twitter relativo al movimiento muestra que los picos están asociados a momentos cruciales, como el primer intento de desalojar la ocupación de Zuccotti Park el 13 de octubre 7. En la mayoría de los casos de amenazas de acción policial contra las ocupaciones, las redes de Twitter alertaron a miles de personas y su movilización inmediata en solidaridad ayudó a proteger a los acampados”

Kira Cochrane, “But the feminist consciousness of the fourth wave has also been forged through the years of the financial crash and the coalition government, and many activists have been politicised and influenced by other movements, particularly the student campaign against fees, but also the wider campaign against cuts and the Occupy movement. The quick, reactive nature of many of the feminist campaigns cropping up today reflects the work of activists more generally in a biting world of unemployment and under-employment, workfare, zero-hours contracts, bedroom taxes, damaging rhetoric against immigrants, the disabled and those who need support from the state”

Nancy Fraser, “Today, however, this capitalism is itself at a critical crossroads. The global financial crisis may mark the beginning of neoliberalism's end as an economic regime. Meanwhile, the associated political crisis (...) may herald the dissolution of the order of governance in which neoliberalism thrived. Finally, the revival of anti-systemic protest (even if so far fragmented, ephemeral, and devoid of programmatic content) may signal the early stirrings of a new wave of mobilization aimed at articulating an alternative. Perhaps, accordingly, we stand poised at the brink of yet another “great transformation,” as massive and profound as the one I have just described”

Jacqui True, “When the Asian Financial Crisis hit in 1997-1998, the impact on women and girls in the region was disproportionate as early indications of the impact of the 2008 financial crisis also suggest. Girls were removed from school to help at home or they were forced to seek work in the sex sector to support household incomes as a result of cutbacks in public service jobs and salaries. In some East Asian countries women's paid labour intensified while in others, notably South Korea, their labour participation shrunk. The resulting increased financial burdens strained intra-household relationships, boosted suicides, family violence and abandonment.”

Maria de la Fuente, “Measuring the average salary provides information about the gender inequalities in the access to this critical resource. That way, we can observe that, after slower growth from 2009, male wages from 2012 and female wages from 2013 start to drop off until 2014. In that period, as well,

the gender wage gap rises, and women, who were earning 24% less than men, start earning 26% less than men (...). In that sense, salaries in general have declined and the gender wage gap has risen. However, young people have different patterns from the rest of population sections. Young people's wages (aged 25 to 34) have registered the highest drop, (...). The rest of the age groups have a lower income decrease during the crisis, but a wider gender gap that, besides, has risen to a greater extent. Women aged between 45 and 54 have suffered the largest inequality rise (from 29% to 32%), earning thus a third less, while women older than 55 are also affected (wage gap increased, during the same period, from 31% to 32%)”

Andrea D'Atri & Celeste Murillo, “¿Qué explica la renovada masividad de marchas y protestas que apenas unos años atrás estaban reducidas a parte del activismo feminista y de la izquierda partidaria? (...) la realidad es que, en la crisis capitalista en curso, se torna cada vez más aguda la contradicción entre la ampliación de derechos conquistada (...) y la materialidad de la vida cotidiana de la mayoría de las mujeres (donde golpean los recortes presupuestarios, los ajustes solo contra las clases mayoritarias, la violencia machista que no cesa. ...) Después de décadas de neoliberalismo, el estallido de la crisis económica y sus consecuencias sociales hizo más palpable que nunca aquello de que “la igualdad ante la ley no es aún la igualdad ante la vida”. En esa brecha entre las leyes y la vida, se vienen colando las mujeres”

Andrea D'Atri & Celeste Murillo, “La enorme simpatía que despiertan estas manifestaciones evidencia que las protestas no expresan solo un reclamo por demandas propias de las mujeres, sino que sirven también como canal de expresión del descontento de millones de trabajadores y estudiantes con las políticas de austeridad, ajuste y precarización de la vida que la clase capitalista y sus gobiernos de turno están descargando sobre nuestros hombros, para mantener sus ganancias”

Keaanga-Tamahtta Taylor, “Si nos tuviéramos que quedar con un único indicador para medir el estatus de las mujeres negras en Estados Unidos, sería el de la diferencia entre el patrimonio medio de una mujer negra soltera y el de una mujer blanca soltera. Un estudio de 2010 mostró que el patrimonio medio de una mujer blanca soltera era de 42.600 dólares mientras que de una mujer negra soltera era un monto surreal: 5 dólares. El colapso histórico del mercado inmobiliario residencial estadounidense en 2008 destruyó la mayoría de la riqueza patrimonial en propiedad de afroamericanos. A mediados de los años dos mil, en el pico del boom de los préstamos hipotecarios, casi la mitad de los préstamos otorgados a afroamericanos eran subprime. Hoy, de acuerdo con el Center for Responsible Lending, casi el 25 % de las familias que compraron casas durante este periodo corre el riesgo de perderlas. Tal y como ha sido ampliamente destacado, la crisis destruyó decenas de billones de dólares de riqueza negra invertida en propiedades y más de 240.000 afroamericanos perdieron sus hogares. En Detroit, por ejemplo, una ciudad que alguna vez mostró una de las tasas más altas de viviendas con propietarios negros, más de un tercio de las familias negras que tomó préstamos entre 2004 y 2008 han perdido sus hogares debido a ejecuciones de hipotecas. Los préstamos eran «bombas de tiempo» que acabaron detonando, provocando que las riquezas, ya de por sí modestas, acumuladas por los propietarios negros se evaporaran en el aire”

Brian P. Jones, “Sadly, it is not an exaggeration to extrapolate from Ferguson to the nation. This is the age of “mass incarceration,” as Michelle Alexander has termed it. Today the United States is by far the world's leading jailer, with approximately 2.3 million people locked away in cages; almost one million of those are African American. Cash-strapped cities that struggle to fund schools and social services regularly write blank checks for police brutality. Chicago, for example, paid \$50 million in 2014 alone to settle police misconduct cases, and devoted more than half a billion dollars to that purpose over the last decade. Taylor, like Alexander and others, sees the rise of mass incarceration as a response to the civil rights and Black Power movements of the mid-twentieth century”

Keaanga-Tamahtta Taylor, “Que una familia afroamericana habite la Casa Blanca, un edificio construido por esclavos en 1795, es un poderoso ejemplo de la transformación de las actitudes y realidades raciales en Estados Unidos. Además de la presidencia de Barack Obama, miles de funcionarios negros electos, una capa de ejecutivos corporativos, muchos integrantes de la alta sociedad hollywoodense y deportistas multimillonarios negros animan el paisaje «posracial» estadounidense. El éxito de una cantidad relativamente pequeña de afroamericanos es mostrada como una reivindicación del ethos daltónico de Estados Unidos y como un testamento de un pasado racista

superado. Cuando se producen maltratos por motivos raciales, estos son vistos como el producto de conductas y morales personales caducas, mientras se afirma que «ya no son endémicos o sancionados por leyes y costumbres», tal y como hizo el presidente Obama en su discurso de conmemoración del quincuagésimo aniversario de la Ley de Derechos Electorales”

Jordan T. Camp, “Taylor illustrates how this transformation depended on racializing and criminalizing the black working class while elevating a “new Black elite.” Her materialist critique places the political strategies that sought to put “Black faces in high places” in the context of the deteriorating conditions poor and working black people faced as a result of concentrated poverty, mass incarceration, and crumbling housing. Indeed, she claims that Ferguson and Baltimore illuminated not only “the racism and brutality of American policing,” but also the black elite’s embrace of neoliberal policies that promote privatization, gentrification, and punitive politics. Any debate about the anti-police violence movement, she concludes, must keep this neoliberal political project in its sights”

Fabio Frosini, “se puede decir que en el espacio social no hay momentos del todo exentos de hegemonía, y que una crisis orgánica no se puede pensar como la desaparición —aunque sea sólo por un instante— de toda determinación hegemónica. La crisis es más bien la desarticulación (más o menos generalizada) de una determinada estructura hegemónica. Esta desarticulación deja ver a las masas populares las virtualidades hegemónicas que en aquella estructura quedaban incluidas y subordinadas, es decir, reducidas a funciones internas de aquella y por esta razón no se dejaban visualizar.

Jean-Christophe Dumont, “Migration within the European Union rose by 15%, following a decline of almost 40% during the crisis. The trend of people leaving countries hardest hit by the crisis is accelerating, up by 45% from 2009 to 2011. The number of Greeks and Spaniards moving to other EU countries has doubled since 2007, reaching 39,000 and 72,000 respectively. Germany saw a 73% increase of Greek immigrants between 2011 and 2012, close to 50% for Spanish and Portuguese nationals and 35% for Italians”

Jean-Christophe Dumont, “Migration flows to Germany rose by over a third in 2012 over 2011, driven largely by inflows from central and Eastern Europe and, to some extent, southern Europe. After the United States, Germany is now the OECD’s second-largest country of immigration, up from eighth place in 2009”

OCDE, “The 15% increase in permanent migration flows in 2016 was mainly driven by the surge in humanitarian flows (+78%) but also by the 11% increase in migration for family reunification and formation”

5 A CRISE DAS IDEIAS E AS IDEIAS DA CRISE

Neste capítulo, buscaremos traçar alguns dos debates que consideramos que marcam a transição ideológica com a inflexão da crise. Não se trata de analisar uma transição em geral, mas, precisamente, o significado da crise do americanismo, da ideologia neoliberal, em suma, “a crise das ideias” que regeram o capitalismo internacional nas décadas anteriores à crise; além disso, sugere uma reflexão, ainda que breve, sobre o significado da inflexão de 2008 especialmente para o marxismo e para as teorias de crítica anticapitalista, de forma a propor a retomada da discussão da alternativa comunista na atualidade.

5.1 DO APOGEU DO AMERICANISMO À DECADÊNCIA NEOLIBERAL

Ainda antes de lançar as *Teses sobre Feuerbach* e dar contornos mais acabados em 1845 para a concepção materialista da história, Karl Marx, em um texto publicado nos anais franco-alemães, intitulado *Sobre a Questão Judaica*, dizia que “toda emancipação é uma redução do mundo humano e suas relações ao próprio homem” (MARX, 2010, p. 54). A partir desse ponto de vista, podemos dizer que o período que antecede a crise de 2008 é marcado pela mais aguda separação entre os homens e mulheres e a sua vida, a mais completa reificação, a coisificação do mundo, a mais agressiva negação capitalista de toda emancipação.

No período neoliberal, o grau da ofensiva no plano ideológico do capital contra a classe trabalhadora é praticamente sem paralelos. De certa forma, nos fazem lembrar o título de uma das mais importantes e controversas obras de György Lukács: foram décadas da *destruição da razão*. O filósofo húngaro escrevia no começo da década de 1950 sobre a história do irracionalismo na Alemanha, de Schiller a Hitler, mas termina sua obra com um chamado de atenção que dizia que o eixo filosófico e ideológico do irracionalismo passaria da Alemanha derrotada aos Estados Unidos fortalecido com os resultados da Segunda Guerra. Assim dizia:

Se tivermos em conta que, desde o término da Segunda Guerra Mundial, a hegemonia da reação imperialista mundial tem sido passada cada vez mais para as mãos dos Estados Unidos, o qual vem nesse sentido a substituir a Alemanha, seria necessário, na realidade, escrever uma história da filosofia naquele país para colocar a manifestação, com a mesma precisão com que temos feito com respeito a Alemanha; de onde provém, do ponto de vista social e no plano espiritual, as atuais ideologias do “século americano”, onde seria preciso buscar as raízes sociais e espirituais destas ideologias atualmente em voga (LUKÁCS, 1959, p. 618 – tradução nossa).

Já no começo dos anos de 1950, também o filósofo alemão Theodor Adorno torna pública suas reflexões sobre os Estados Unidos, escritas também no período da guerra: a obra *Minima Moralia*.

Nela, Adorno busca desenvolver em forma de aforismo a crítica que vai da vida cotidiana aos valores mais profundos e ideológicos da sociedade americana. Eis aqui um certo paradoxo: ainda que Lukács seja altamente crítico da obra de Adorno, o que ele propunha como tarefa primordial no *Destruição da Razão* ia, em certo sentido, ao encontro do que Adorno buscou fazer alguns anos antes no *Minima Moralia*. Nessas reflexões, o pensador alemão aborda distintos traços do americanismo e a reificação da vida, mas não como a expressão do “irracionalismo” no sentido lukacsiano¹¹⁹, da análise da tradição filosófica do país – já que nos EUA, conforme o próprio Adorno apontava, a tradição filosófica estava muito mais influenciada pelo pragmatismo, positivismo e estrutural-funcionalismo. Assim, embora com uma outra abordagem, distinta do sentido que propõe Lukács para pensar o pós-guerra e as raízes sociais e teóricas do “século americano”, a reflexão de Adorno é densa e bastante crítica contra as formas de manifestação da ideologia do capital norte-americano, que estava imbuído ainda de certa dose de entusiasmo burguês e era incentivado pelos anseios da afirmação do sistema na Guerra Fria. Acontece que, tanto nas indicações de Lukács quanto no desenvolvimento de Adorno, o “americanismo” que criticam é ainda de um capitalismo advindo do *boom* econômico que pode ocorrer, por um lado, pela

¹¹⁹ Até porque, embora nós estejamos nos aproximando um pouco de uma proposta filosófica desses autores, ambos se veem em total embate. Adorno chega a escrever que “A *Destruição da Razão* veio revelar-nos a destruição da razão do próprio Lukács. Com total desprezo pelo método dialético, o prestigiado mestre da filosofia dialética relacionava todas as correntes irracionais da filosofia recente com a reação e o fascismo, sem atentar, por outro lado, que, nas referidas correntes, em contraste com o que ocorre no idealismo acadêmico, o pensamento se erguia contra a coisificação da existência e da reflexão, cuja crítica fora precisamente obra sua. Para ele, Nietzsche e Freud convertiam-se, sem mais, em nazistas”. “Lukács y el Equívoco del Realismo”. Para crítica lukacsiana à análise de Adorno, ver “Lukács e a crítica da filosofia burguesa”, de José Paulo Netto e “A Destruição da Razão: 30 anos depois” de Nicolas Tertulian.

destruição das forças produtivas na guerra e, por outro, da evolução tecnológica e produtiva, tendo como sua marca simbólica o “Toyotismo japonês”.

Para exemplificar o raciocínio adorniano, podemos retomar uma das passagens de sua obra de 1951, quando joga com as palavras num dos aforismos que nomeia como “entre sem bater”, no qual expressa como essa reificação invade o cotidiano diz:

A tecnificação torna entrementes os gestos precisos e rudes, e com isso os homens. Ela expulsa dos movimentos toda hesitação, toda ponderação, toda urbanidade. Decisivas são as exigências irreconciliáveis e como que a-históricas das coisas. Desaprende-se a fechar uma porta com suavidade e cuidado e mesmo assim com firmeza. Quando são portas de carros e geladeiras, é preciso batê-las (ADORNO, 2008, p. 36).

Do ponto de vista da irracionalidade ideológica e material, o capitalismo do pós-guerra possuía a marca de buscar aumentar, nos países imperialistas, as taxas de mais-valia relativa (a exploração capitalista pela maquinaria). Nesse sentido, era preciso aumentar muito a produtividade do trabalho e, por um momento, combinar com uma faceta do “estado de bem-estar social”. Eram os tempos de “*american way of life*”, em que a reificação e “tecnificação” da vida combinavam-se com uma ode histórica ao estilo de vida americano. O capitalismo ainda buscava se apresentar como “superior” na disputa da Guerra Fria e o fazia baseando-se no último fôlego que teve após a destruição da guerra.

Antes dessa crítica de Adorno, ainda na década de 1930, Antonio Gramsci também versava sobre o problema do americanismo e do fordismo, em um de seus *Cadernos do cárcere*. Interessante que justamente a crítica de Gramsci é introdutória dessa reflexão, pois estabelece a conexão entre a hegemonia na fábrica fordista e as formas mais cotidianas da dominação, a hegemonia no lar, nos costumes e até na sexualidade do trabalhador, conforme escreve:

Deve-se observar como os industriais (especialmente Ford) se interessam pelas relações sexuais de seus empregados e, em geral, pela organização de suas famílias; a aparência de “puritanismo” assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas; a verdade é que não se pode desenvolver o novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for

adequadamente regulamentado, não for também racionalizado (GRAMSCI, 2001 p. 252).

Já no início da exposição de Gramsci nos *Cadernos do cárcere* (CC22), o autor se propõe a demonstrar o aprofundamento da racionalização da produção de modo a otimizar a produtividade da força de trabalho e a extração de mais-valor. Comparando-se com a nova fase no pós-Segunda Guerra, essa racionalização, que foi sendo construída através da força, Gramsci sintetizou genialmente dizendo que a “hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia”¹²⁰ (GRAMSCI, 2001, p. 248).

Retomando, portanto, podemos dizer que no pós-guerra foram decisivos para a hegemonia, além dessa determinação (a força), os contornos dos mais diversos mecanismos de “persuasão”, que vão desde salários um pouco menos desidratados para uma parcela do proletariado, “benefícios sociais”, ofensiva ideológica e política, até o uso de habilidosa propaganda, centrando toda a vida dos operários na produção.

O fato é que as crises, como as guerras e as revoluções, desnudam as verdadeiras relações e fazem tremer a arcaica estabilidade. As desventuras do irracionalismo da vida americana pontuadas por Lukács, desenvolvida por Adorno em seus aforismos contra a *Mínima Moral*, não eram já as formas arcaicas verdadeiras da vida e do metabolismo capitalista, mas eram formas de transição à verdadeira “noite de trinta anos” do neoliberalismo, tendo sua raiz na crise dos 1970. Como em todos os momentos decisivos do século XX e da época imperialista do capitalismo, ao não se oferecer uma alternativa do mundo do trabalho à decadência capitalista, a crise econômica não levou à debilitação geral do capitalismo, mas à barbarização, à exploração, à opressão e à “ideologização” burguesa cada vez mais extremas.

Foi nessa nova etapa aberta com as derrotas dos levantes operários e da juventude no final dos 70 e nos 80, consumada com a restauração capitalista no Leste Europeu, período marcado simbolicamente pela queda do muro de Berlim, que encontramos as verdadeiras bases para mais que uma “destruição da razão”: uma

¹²⁰ Essa discussão se apresenta no Caderno 22, volume 4, da edição brasileira da *Civilização Brasileira*.

perda do sentido histórico, consagrada ideologicamente na célebre apologia do “fim da história” de Francis Fukuyama.

A ofensiva ideológica burguesa dos anos de neoliberalismo, com toda sua força nos anos de 1990, era uma *ofensiva reacionária* no sentido forte e amplo da expressão. O imperialismo americano não pôde obter com a crise dos 1970 a reconstituição de um novo padrão de acumulação e uma vigorosa reconstrução de sua hegemonia. Ao contrário, víamos a postergação das consequências da crise por meio de uma hiperfinanceirização e uma sobreacumulação de capitais que apenas serviram como máscara para o declínio da hegemonia norte-americana.

Nesse sentido, as ideias a serem colocadas na mesa nos anos 1990 não eram uma defesa afirmativa e enfática de um ideal burguês, da fortaleza do capitalismo, da reconstituição da família e seus sagrados princípios e do triunfo das benesses do capitalismo; a ofensiva tinha, aqui sim enfaticamente, um sentido negativo em relação à “utopia” comunista, ao marxismo, à classe trabalhadora e à perspectiva da revolução social. Não podia afirmar solidamente nada, mas podia negar muito. Se, no século XIX, Hegel falava em “fim da história” por ter atingido a Razão seus limites no Estado racional com suas leis racionais, nos anos 1990, o fim da história significou o fim da vontade, dos anseios, da alternativa, enfim, do sentido. Era o que podemos definir, jogando com as palavras, *a destruição da paixão*.

Evidentemente, o triunfalismo capitalista do neoliberalismo trouxe consequências profundas para a consciência de classe dos trabalhadores e afetou teórica e estrategicamente as organizações marxistas. Escancarou-se ainda mais uma contradição sempre latente na realidade internacional: condições objetivas mais que concretas para uma transição ao socialismo e uma imensa debilidade subjetiva de tornar realidade essa transformação social.

Se o “espírito não pode viver sem a carne”, é natural que essa ofensiva ideológica não poderia se manter indefinidamente, mas a tentativa das classes dominantes foi de postergar o máximo possível a organização da resistência dos trabalhadores. Conforme vimos no capítulo 2 desta tese, a primeira quebra da suposta estabilidade se deu já no final dos anos de 1990 com a crise asiática e, depois, nas empresas “ponto.com” – a bolha da internet, que foi gestada no fetiche financeiro das empresas de alta tecnologia entre 1995 e 2000 – para, em março deste ano, culminar

no estouro da bolha e na crise, ou mesmo bancarota, de importantes empresas. Parece que, como um sintoma da crise que viria, já em 1999, se davam as manifestações de Seattle contra a Rodada do Milênio da OMC. A astúcia e a ironia da história é que voltava a aparecer (no plano global) nas palavras de ordem anticapitalistas.

Os anos 2000, portanto, foram a combinação de, na aparência, um último suspiro na economia – com crescimento mundial baseado na recuperação parcial das taxas de lucro – e, na essência, a postergação da crise financeira e do enorme volume de capital fictício que havia sido controlada na bolha da internet, mas que estava gestando a avassaladora crise do setor imobiliário norte-americano. No entanto, até a chegada da crise em 2007 e com a “ruptura” de 2008, a economia mundial ainda seguia com seu parco equilíbrio instável em manifesto.

As soluções de ilusão econômica, artificialidade financeira e virtualidade monetária se escancararam como ilusões, artificialidades e virtualidades com o choque de realidade imposto pela crise. Elas são o reencontro do mundo real com o virtual, e a realidade capitalista, como apontamos, foi a da “noite de trinta anos” do neoliberalismo, da miséria ideológica, em que homens e mulheres encararam e encenaram a vida como um incrível deserto do real. Por isso, o significado de 2008 foi decisivo para a história contemporânea, porque ainda sem uma debacle catastrófica do conjunto da economia mundial à la anos 30, teve uma importância material e foi um primeiro xeque em todo o “paradigma” ideológico anterior.

Hegel escreveu em seu prefácio aos *Princípios da filosofia do direito* que, quando uma filosofia se mostra pessimista, é sinal de que uma forma de vida envelheceu e não pode ser rejuvenescida, apenas reconhecida. Quando uma filosofia se torna cética, quando clama por uma “noite de trinta anos” neoliberal sem alternativas ou pelo abandono espontâneo do jogo, é necessário uma reviravolta no coração do sistema para reembaralhar as cartas.

O anunciar dessa nova era não veio no *cantar de um galo gaulês*, como diria o jovem Marx, mas no grito de desespero dos economistas e acionistas da bolsa de valores quando se constatou a bancarota do banco de investimentos Lehman Brothers. A era da restauração neoliberal entrava definitivamente em crise.

5.2 AS TRÊS NOITES DE TRINTA ANOS

A série de palestras de Perry Anderson publicadas originalmente em 1983 sob o título *In the tracks of historial materialism* [Nas trilhas do materialismo histórico] foram editadas na primeira edição brasileira sob o sugestivo nome de “A crise da crise do marxismo”¹²¹. Na verdade, o título do livro acabou ficando, naquele momento, um pouco como “ideias fora do lugar”, porque, efetivamente, a grande ofensiva contra o marxismo e, portanto, sua crise, ocorreria a partir do final dos anos de 1980, ou seja, pouco tempo depois de o livro ter sido lançado. Podemos dizer, todavia, que se não encontrou um lugar naquele momento. Esse título seria bastante sugestivo para expressar o pós-2008, já que precisamente aqui se encaixava bem a definição de que entramos num período de “crise da crise do marxismo”.

Isso não quer dizer que o comunismo voltou a ganhar força expressa em potentes partidos marxistas, nem que visões avessas ao marxismo na esquerda tenham se debilitado imediatamente, mas que, com a entrada num período de *interregno* entre o momento pré-crise de hegemonia neoliberal e o pós-2016, em que a crise orgânica atinge o coração do sistema e começa a guerra comercial entre Estados Unidos e China, o marxismo também vai sofrer um processo de transformações. Processo que se dá por meio do escancaramento da falência dos novos projetos pós-marxistas que se inflaram e desmancharam no ar em uma velocidade rápida, de ideias que vão de “mudar o mundo sem tomar o poder” como as de Holloway às distintas experiências de partidos amplos, de um socialismo no século XXI ou de novos movimentos sociais – o que naturalmente abriu espaço para o renovado interesse tanto em Marx, como quando, no estourar da crise, vimos uma explosão de buscas pela sua obra *O capital* –, mas também da revalorização da ideia de que a dinâmica capitalista leva a crises, por vezes, abruptas. Soma-se a isso a denúncia das brutais formas de exploração do trabalho que se mantém na divisão internacional do mapa e as catástrofes da guerra e dos processos de imigração de milhões para fugir da miséria e da fome. Tudo isso faz com se volte a pensar criticamente e se retome uma ideia fundamental mantida afastada da humanidade ao longo de três décadas: a necessidade de uma revolução social.

¹²¹ Perry Anderson. A crise da crise do marxismo. São Paulo: Editora Brasiliense. 1985

Assim, para entender o significado da dissociação entre a perspectiva socialista e a ideia de que é possível modificar a sociedade de cima a baixo, ou seja, de uma revolução, buscaremos voltar a outros dois momentos históricos em que isso se fortaleceu momentaneamente para compreendermos o significado da “noite de trinta anos” das décadas neoliberais e, nesse sentido, ir compondo um quadro histórico para o sentido de “ponto de inflexão” que queremos dar para o ano de 2008.

5.2.1 *La Belle Époque*

Historiadores costumam qualificar de *Belle Époque* (“Época Bela”, em tradução livre do francês ao português) o período que vai do final do século XIX ao começo do XX e que compreende o fim da Guerra Franco-Prussiana (1871) e o início da Primeira Guerra Mundial (1914). De outro ângulo, podemos sustentar que a marca desse período pós-1871 é a derrota da Comuna de Paris, uma insurreição no coração da França que se tornou emblema da primeira experiência dos trabalhadores, derrotada em um banho de sangue, e, não por acaso, é considerada o ano de início da “bela época” da sociedade burguesa, além de, por que não dizer, um último suspiro de crescimento orgânico do capitalismo antes de entrar numa fase de crises, guerras e revoluções.

Foram os “30 anos sem revolução” do final do século XIX que fizeram os marxistas, depois de vivenciar o período agitado da *Primavera dos Povos* até a *Comuna*, terem que lidar com uma situação política que, em seu conjunto, expressava maior passividade. Os partidos e movimentos dos trabalhadores tinham como maior e principal referência política a social-democracia alemã, que foi ganhando cada vez mais força a partir do final do século, ou seja, ganhando novos sindicatos e postos parlamentares, aumentando o número de jornais e forças militantes etc. – claro, não sem contradições, especialmente após a morte de Engels em 1895. Como se expressou, portanto, esse afastamento da perspectiva da revolução social no marxismo durante aquele período?

Do ponto de vista teórico, um acontecimento que coincide com o último ano da vida de Engels foi decisivo nesse desvio de rota sobre o qual queremos nos deter.

Trata-se da velha polêmica em torno do prefácio de 1895 ao livro de Marx *Lutas de classe na França*, escrito por Engels, que entrou por décadas (e ainda hoje é utilizada essa confusão) para a história da teoria como um texto que teria mudado a tática dos marxistas, proclamando contra a “velha época das barricadas” e recaindo em uma elaboração reformista e pacifista. O que não se conta, todavia, é que houve literalmente uma grande adulteração do prefácio, conforme explicam Emílio Albamonte e Matías Maiello no livro *Estratégia Socialista e Arte Militar*, obra recente, mas a qual já se pode considerar como uma das grandes obras de estratégia no âmbito do marxismo do século XXI.

Em termos de estratégia, um dos documentos fundamentais no debate será a introdução de Engels a que se refere Kautsky como precursora da “estratégia de desgaste”, cujos avatares constituem toda uma metáfora da evolução do SPD [socialdemocracia alemã]. Para eludir a censura estatal, a “Introdução” havia sido adulterada por Wilhelm Liebknecht previamente a sua publicação, fazendo caso omissos aos protestos de Engels, que se queixava de que o texto foi publicado de forma “truncada de tal maneira que eu pareço um adorador pacífico da legalidade”¹²². Poucos meses depois Engels morre e o assunto fica sem resolução (ALBAMONTE, MAIELLO, 2017, p. 61 – tradução nossa)

O fundamental do erro, como explicam os autores argentinos, está na mudança naquilo que se refere à estratégia para a tomada do poder. Do que Engels escreveu sobre o tema, só restou a seguinte passagem: “as condições da luta haviam se modificado fundamentalmente. A rebelião ao estilo antigo, a luta de rua com barricadas, que até 1848 servia em toda parte para levar à decisão final, tornara-se consideravelmente antiquada” (ENGELS, 2011). No entanto, a parte suprimida do prefácio dizia o seguinte¹²³:

Porventura isso significa que no futuro a luta de rua não terá mais nenhuma importância? De modo algum. Isso significa que, desde 1848, as condições se tornaram bem menos favoráveis para os combatentes civis e bem mais favoráveis para os militares. Uma luta de rua no futuro só poderá ser vitoriosa se essa situação desfavorável for compensada por outros momentos. Por isso, no início de uma grande revolução, ela ocorrerá mais raramente do que

¹²² Engels, Friedrich, carta do 1º de abril de 1895 a Kautsky, em Marx, Karl e Engels, Friedrich, *Collect Works*, Vol. 50, Londres, Lawrence & Wishart, 2010, p. 486. (Nota dos autores).

¹²³ Citamos a edição brasileira da Boitempo, pois, diferentemente da maioria das edições anteriores, tem o adicional mérito de colocar entre colchetes no próprio texto do prefácio a parte suprimida de Engels, o que colabora muito para o esclarecimento por parte do leitor.

em seu decurso e terá de ser empreendida com efetivos bem maiores. Mas, nesse caso, *estes decerto preferirão o ataque aberto à tática passiva das barricadas*, como ocorreu em toda a grande revolução francesa, no dia 4 de setembro e no dia 31 de outubro de 1870 em Paris. (ENGELS, 2011 – destaque nosso).

Tomando a conclusão que tira Engels no prefácio – e cuja supressão em numerosas edições da social-democracia traduzidas para distintos idiomas de maneira incompleta fez com que se alterasse completamente o sentido pretendido por Engels ao afirmar que a tática de barricadas, ou seja, a luta de rua, poderia ser considerada antiquada –, podemos dizer que não é que ele considerasse tal tática muito ofensiva para a época, mas, ao contrário, para ele, tratava-se de uma tática passiva frente à necessidade que a nova época colocava de um “ataque aberto”. Acontece que a conclusão prática disso é que, se Engels escrevera em um de seus últimos textos – precisamente esse prefácio, tido como um “testamento” de um dos fundadores do marxismo –, que a tática de rua estaria antiquada, então efetivamente se abriu caminho para uma mudança no centro de gravidade da política na social-democracia alemã, transferido da luta extraparlamentar para a luta parlamentar.

Tardou pouco mais de uma década para que os primeiros gestos da corrente reformista que derivaria daí na social-democracia fosse se consolidando teoricamente, sendo um marco a série de artigos publicados por Eduard Bernstein no *Neue Zeit*, entre 1896 e 1898, e, sobretudo, expressos na sua obra *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie* [Os pressupostos do socialismo e as tarefas da social-democracia]. Conforme escreveu Paul Frölich:

O livro de Bernstein desembocou no conselho à social-democracia de ter a coragem “de se emancipar de uma fraseologia que de fato está ultrapassada e [...] mostrar o que ela é na realidade: um partido socialista democrático de reforma”. (FRÖLICH, 2019, p. 66).

O choque era inevitável e, embora as assertivas reformistas de Bernstein fossem tomadas com vistas grossas por parte da direção do partido, emergiu nesse momento o nome de Rosa Luxemburgo. Talvez seu primeiro grande clássico, a obra *Reforma ou revolução?* fez um duro ataque às posições de Bernstein, ao sentido que ele propunha de rumar o curso da social-democracia para “um partido socialista

democrático de reforma” e aos fundamentos econômicos dessa teoria, que na realidade residiam no renomado economista Conrad Schmidt¹²⁴ e sua interpretação sobre os livros segundo e terceiro de *O capital*, o que desembocou em sua teoria da adaptação do capitalismo, uma visão econômica de que com a cartelização, a formação de extratos médios na sociedade e o advento do sistema de crédito seria possível o capital ter mais elasticidade em seus mecanismos econômicos e evitar crises capitalistas.

Em 1898, portanto, Rosa Luxemburgo começava a se enfrentar com a forma teórica não de um pensador reformista isolado, mas com a enorme pressão que o período de relativa estabilidade social exercia na formação da social-democracia, no sentido da ilusão de que, com o crescimento do número de parlamentares, sindicatos, clubes, jornais etc., seria possível, gradualmente e nas condições de estabilidade do capitalismo, buscar as transformações. Quanto maior o peso dos sindicalistas do partido e também da intelectualidade “aristocrática”, maior era a pressão de ir buscando um caminho harmônico, do qual Bernstein deu um primeiro aroma espiritual em seus escritos do final do século.

Ainda que, em 1900, uma grande crise industrial – entre as quais destaca-se a do setor elétrico, que reunia os grandes cartéis (FRÖLICH, 2019)¹²⁵ – já ia no sentido de questionar as teorias econômicas de Schmidt-Bernstein. A conflagração da guerra russo-japonesa na virada do século e, sobretudo, a revolução russa de 1905, o “ensaio geral” segundo os termos de Lênin, foram decisivas para contrapor a leitura harmonicista-reformista que emergia na social-democracia. Tratava-se de uma visão que indicava as antinomias do capital e, por conseguinte, o caráter incontornável de crises agudas na era do imperialismo, que Rosa Luxemburgo, Lênin e outros marxistas foram enfáticos em apontar como uma mudança de época, no sentido de crises, guerras e revoluções ou, para usar os termos de Luxemburgo, como “socialismo ou barbárie”.

Assim que a *Belle Époque* tornou-se a *Époque du Imperialisme* com o advento de contradições enormes entre os monopólios e os Estados que chegaram até mesmo a ocorrência da conflagração de uma Guerra Mundial. O silêncio de 30 anos precedeu

¹²⁴ Engels destacou o nome de Peter Fireman também em seu *O capital*.

¹²⁵ (FRÖLICH, 2019, p. 72)

um desgovernado canto de guerras e revoluções, a desvinculação parcial do marxismo com a perspectiva da revolução afundou decisivamente em 1917.

5.2.2 Era de Ouro

É um exercício de pensamento muito difícil imaginar o conjunto dos horrores, das tragédias, das misérias que uma guerra mundial, essa forma suprema da barbárie, pode causar no desenvolvimento social da humanidade. É estimado em quase 50 milhões o número de mortos na Segunda Guerra Mundial. Apenas o bombardeio nuclear em Hiroshima e Nagasaki levou a pelo menos 130 mil mortes (estima-se que pode ter chegado a 240 mil) em ação de duas bombas. Aqui não contabilizamos os feridos, os mutilados, os perturbados psicologicamente, as dores dos que perderam familiares, amigos, dos que atiraram e fizeram guerra sem ver sentido no que faziam, em suma, o festival da alienação imperialista.

Ter esse quadro em mente é fundamental para se compreender as condições com que contou o capital, aproveitando-se também dos avanços reacionários do fascismo para aumentar brutalmente a exploração da força de trabalho; combinado decisivamente com isso, criar enormes projetos de obras públicas a partir do Plano Marshall e, assim, conseguir duas décadas de relativo *boom* parcial das forças produtivas. Como citamos nos termos de Krugman, a solução keynesiana não surgiu de uma política pública, mas da enorme reconstrução da Europa destruída pela Segunda Guerra Mundial.

Nesse sentido, podemos destacar o período, sobretudo as décadas de 1950 e 1960, como o do *boom* parcial das forças produtivas e, subjetivamente, da defensiva no marxismo e seu subsequente afastamento da ideia da revolução. A peculiaridade do momento está em que, diferentemente do período da *Belle Époque* (onde não existiam Estados operários e governos pós-capitalistas) ou no neoliberalismo (no qual justamente se dava a restauração capitalista nos ex-Estados operários), durante o pós-Segunda Guerra, a chamada Era de Ouro, um período que podemos sintetizar em pacto de Yalta e Potsdam, existia a URSS e outros processos de Estados

operários deformados, mas vigentes. Isso iria contra a ideia de que o marxismo se afastou do caminho da revolução?

Se tomarmos a imagem clássica de Yalta, com Roosevelt, Churchill e Stálin, fica claro que, em vez de se constituir em um trampolim para novos processos revolucionários, o governo da URSS foi, em realidade, um freio. O acordo com os principais imperialismos do mundo mantinha a “Guerra Fria” sem ameaça militar imediata, mas também sem criar condições internacionais para o avanço da revolução dos trabalhadores.

Perry Anderson conseguiu enxergar bem essa questão. Em um texto já clássico sobre o tema, referiu-se a essa forma de marxismo nascente como “marxismo ocidental”, fundamentando os aspectos históricos que levaram a esse marxismo (aos quais acrescentaríamos, que se deu ainda mais intensamente do pós-guerra até 1968):

Como Sartre afirmaria mais tarde, de 1924 a 1968 o marxismo não “parou”, mas seu avanço ocorreu afastado da prática política revolucionária. O divórcio entre os dois foi determinado por todo um contexto histórico. No seu nível mais profundo, o destino do marxismo na Europa foi regido pela ausência de qualquer grande levantamento revolucionário depois de 1920, se excetuarmos os ocorridos em países culturalmente periféricos, como Espanha, Iugoslávia e Grécia. Foi também, e de modo inseparável, um resultado da stalinização dos partidos comunistas, os herdeiros formais da Revolução de Outubro, o que tornou impossível qualquer trabalho teórico genuíno dentro da política, mesmo na ausência de levantes revolucionários – contra a ocorrência dos quais contribuíram os próprios partidos. A característica oculta do marxismo ocidental como um todo, portanto, é de ser um produto da *derrota*. O fracasso da revolução socialista em propagar-se para fora da Rússia, causa e consequência de sua corrupção dentro daquele país, é a base comum de toda a tradição teórica desse período (ANDERSON, 2004, p. 62).

A síntese de Anderson, apesar de ter causado a cólera de muitos dos que protestaram por serem adeptos de pensadores do marxismo ocidental, é essencialmente correta se tomarmos o período sob um ponto de vista histórico, observando as derrotas da revolução, os horrores da guerra e as consequências econômicas do Plano Marshall. Isso não quer dizer que não existiram contribuições mais ou menos valiosas a aspectos do marxismo por parte desses pensadores, o que só um historicista ou economicista poderia negar, mas também deve ser tomado como

um fato evidente que a perspectiva da revolução social no interior do marxismo foi afetada sob a derrota da revolução e as debilidades estratégicas, de modo que a pressão da realidade para se dissociar o marxismo da revolução foi um dado ontológico.

A extrema apologia do americanismo, já descrita desde os tempos do fordismo por Gramsci e outros pensadores, reinava absoluta num terreno em que o *individualismo* era soberano. Eric Hobsbawm, um dos importantes historiadores do século XX, descreveu a chamada “Era de Ouro” com a frase de Harold Macmillan, que foi eleito primeiro ministro britânico (1957-1963) no período sob slogan: “Você nunca esteve tão bem”. De fato, o triunfalismo europeu e norte-americano esteve baseado em um *boom* parcial da economia, que permitia a algumas camadas do proletariado dos países avançados uma relativa melhora em suas condições de vida, sobretudo porque, em termos relativos, a comparação que se poderia fazer era com o período da barbárie total, a guerra; daqui, era mais ou menos natural que um setor da população em condições de estabilidade do capital, que permitiu níveis básicos de consumo, sentisse-se em melhores condições. Como escreveu o historiador britânico:

Muito do grande *boom* mundial foi assim um alcançar ou, no caso dos EUA, um continuar de velhas tendências. O modelo de produção em massa de Henry Ford espalhou-se para indústrias do outro lado dos oceanos, enquanto nos EUA o princípio fordista ampliava-se para novos tipos de produção, da construção de habitações à chamada junk food (o McDonald’s foi uma história de sucesso do pós-guerra). Bens e serviços antes restritos a minorias eram agora produzidos para um mercado de massa, como no setor de viagens a praias ensolaradas. Antes da guerra, não mais de 150 mil norte-americanos viajaram para a América Central ou o Caribe em um ano, mas entre 1950 e 1970 esse número cresceu de 300 mil para 7 milhões (...). Os números para a Europa foram, sem surpresa, ainda mais espetaculares. A Espanha, que praticamente não tinha turismo de massa até a década de 1950, recebia mais de 44 milhões de estrangeiros por ano em fins da década de 1980, um número ligeiramente superado apenas pelos 45 milhões da Itália (...). O que antes era um luxo tornou-se o padrão do conforto desejado, pelo menos nos países ricos: a geladeira, a lavadora de roupas automática, o telefone. Em 1971, havia mais de 270 milhões de telefones no mundo, quer dizer, esmagadoramente na América e na Europa Ocidental, e sua disseminação se acelerava. Dez anos depois, esse número quase dobrara. Nas economias de mercado desenvolvidas havia mais de um telefone para cada dois habitantes (...). Em suma, era agora possível o cidadão médio desses países viver como só os muito ricos tinham vivido no tempo de seus pais — a não ser, claro, pela mecanização que substituíra os criados pessoais (HOBSBAWM, 2004, p. 107).

Assim, durante essas décadas, se pôde fazer, no interior da Guerra Fria, muita “guerra de posição” com a ideologia americanista e suas consequências nas mais distintas esferas ideológicas da vida social. Talvez o último grande triunfo do americanismo no período da Era de Ouro se deu no ano de 1972, quando em uma única oportunidade da história dos campeonatos de xadrez o gênio norte-americano Bobby Fischer bateu o campeão mundial russo Boris Spassky e conferiu aos Estados Unidos o primeiro título mundial de xadrez, que no tabuleiro da Guerra Fria equivalia a um importante movimento tático dentro da disputa entre Estados – vale notar, como ironia da história, que Bobby Fischer terminou sua vida perseguido pelo governo dos EUA, entre outras coisas, por não fazer jus ao *American way of life* e aos ditames do governo daquele país.

A retomada da possibilidade de um marxismo ligado à luta de classe se deu, efetivamente, com dois grandes movimentos que chacoalharam as potências e religaram o que havia se desconectado: o grande movimento francês de maio de 1968 e a crise econômica de 1973. O período anterior foi, portanto, um segundo momento de dissociação mais intensa entre o marxismo e a sua orientação para a revolução social dos trabalhadores.

Os anos neoliberais, de “fim da história”, no qual a separação entre o marxismo e o horizonte da revolução social se deu de forma patente, com expressões teóricas de abandono da classe trabalhadora como sujeito social da transformação (ou em alguns casos até na proclamação do “fim do proletariado”), foram um terceiro período que conformam esse tripé da reação: a *Belle Époque* (após 1871), a Era de Ouro (após 1945) e o “fim da história” (após 1989). Efetivamente, o que colocou em xeque cada um desses processos foram as crises e as revoluções, como a crise da virada do século e a revolução russa de 1905 no primeiro caso; a crise de 1973 e os processos revolucionários já antecipados a partir de 1968 no segundo; a crise econômica de 2008 no terceiro, com o ausente de processos revolucionários do proletariado, o que permitiu seus efeitos serem mais rastejantes. Ainda assim, foram inflexões decisivas.

5.3 O SIGNIFICADO DE UMA INFLEXÃO: CRISES, GUERRAS E REVOLUÇÕES

Na fase atual do capitalismo, na qual o capital financeiro é predominante e hegemoniza a dinâmica na economia mundial, as crises não podem seguir um processo cíclico que rompa elementos não harmônicos na economia e restaure o equilíbrio anterior. A contradição entre elementos econômicos, políticos e sociais atingem, de tempos em tempos, cumes que desestabilizam a dinâmica capitalista, às vezes de maneira abrupta. Como dizia Marx, a sociedade capitalista assemelha-se a um feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que ele mesmo invocou. E quando atinge esses “cumes”, picos, auges de crise, provoca-se uma transformação abrupta. Nesse sentido, vem a pergunta: qual o significado para o capitalismo em seu conjunto, para todo um período, de uma grande inflexão como a da crise de 2008?

Pensar nessa questão é refletir os distintos elementos dentro da dinâmica e do metabolismo do capital que configuram um processo de inflexão. Mais do que isso, queremos frisar aqui as transformações subjetivas que nascem desses grandes processos, já que a grande contradição cada vez mais escancarada na realidade do capitalismo atual é *o imenso avanço dos aspectos objetivos da “falência” desse sistema, em paralelo à enorme debilidade subjetiva de questionamento, resistência e proposta transformadora e revolucionária de superar a sociedade do capital.*

Fatalmente, *o momento mais avassalador de uma ruptura com toda a estrutura social vigente é o processo de uma revolução.* O impacto que pode causar a passagem de uma classe a outra no poder do Estado e a mudança de todo o regime social têm consequências e um significado sem paralelos no desenvolvimento histórico. Tanto é assim que, mesmo processos que não efetivaram a configuração completa de uma revolução social consolidada, como foi o caso da gloriosa Comuna de Paris, produzem também grandes efeitos apenas pelo que se simboliza em sua tentativa.

A insurreição na capital francesa em 1871 marcou um importante divisor de águas na realidade das lutas dos trabalhadores. Além de ser a primeira experiência de insurreição proletária, brindada por Marx e Engels com enorme entusiasmo, também serviu como objeto de análise da experiência pelos dois fundadores do

socialismo científico, que os levaram a forjar as bases da reflexão sobre a forma da transição revolucionária para o socialismo a partir da ação dos trabalhadores.

A insurreição e a derrota marcaram a história do século XIX e a própria evolução do sistema: mostraram à classe operária seu potencial revolucionário, evidenciando a capacidade de desvelar a arcaica estrutura da sociedade burguesa e conduzi-la em alguns golpes ao destino dos livros de história. Mas também mostrou que esse processo seria tortuoso, que a burguesia, particularmente no final de seu ascenso econômico e na época imperialista, estaria disposta a tudo contra a classe trabalhadora.

Ao analisar justamente esse processo, queremos chamar a atenção para um emblema do significado dessa grande ruptura em sua *dimensão subjetiva*. É conhecida a história das chamadas *petroleuses* [incendiárias], mulheres que tinham um papel de vanguarda naquela luta por incendiar em resistência prédios que seriam atacados e morreram lutando ou presas até as últimas forças na Comuna de Paris. Simbolizam, no século XIX, o que existia de mais odioso para a sociedade burguesa: mulheres, insurgentes, à frente de uma causa social da massa trabalhadora... mulheres como sujeitos políticos contra a “normalidade” capitalista. Os seus esforços não puderam levar à vitória da Comuna, mas marcaram profundamente a história – e o prêmio delas foi ganhar uma grande campanha de difamação da imprensa burguesa para evitar sua influência apaixonante.

O então jovem poeta Arthur Rimbaud, um dos nomes mais expressivos da poesia francesa do século XIX, que tinha apenas 16 anos no tempo da Comuna, foi inviabilizado de participar do grande acontecimento, pois, sem dinheiro e com pouca idade, foi detido e impedido de chegar a Paris, sendo enviado de volta para a sua cidade natal. Assim que, escrito ao final do ano de 1871, com publicação datando do segundo mês de 1872, Rimbaud escreve uma das pérolas da poesia universal, emblema da grande transformação em curso, em ode às mulheres combatentes da Comuna, no intitulado *As Mãos de Jeanne Marie*¹²⁶:

¹²⁶ Sobre as distintas opiniões a respeito da origem do nome Jeanne Marie, o site <http://abardel.free.fr/petite anthologie/les mains panorama.htm> apresenta um texto com a seguinte visão: “Nos perguntamos se esse nome ‘Jeanne-Marie’ escondia alguma referência a uma pessoa real. Antoine Adam relata em um livro de Edith Thomas, *Les Petroleuses* (1963), uma hipótese interessante: uma certa Anne-Marie Menand, chamada Jeanne-Marie, foi, após os eventos, sentenciada à morte por participação na Comuna, com dificuldade de ser comutada. Outros sugeriram

[...]

Não têm das primas as mãos finas
 Nem da operária a ride tez
 Que, em fornos fétidos de usinas,
 Rescalda um sol ébrio de pez.
 São curvadoras de dorsais,
 Que de fazer o bem têm calo,
 Mais do que as máquinas, fatais,
 E fortes, mais do que um cavalo!
 Ardendo em fornalhas acesas
 E a sacudir todos seus tons
 Canta essa carne Marselhesas
 E jamais canta os Eleisons
 Podem vos enforcar, madames,
 Más, e esmagar vossas mãos ruins,
 Ó nobres damas, mãos infames
 Cheias de brancos e carmins
 (RIMBAUD, 2009, p. 163)

As mãos das operárias são delicada matéria da poesia do simbolismo revolucionário de Rimbaud. Se antes a literatura frisava a luta já no interior da aristocracia pela liberação da mulher do jugo familiar e seus sutis gestos revolucionários no interior da dominação social, agora, as operárias aparecem como atrizes do curso histórico e da plenitude poética, não como heroínas ou mártires, mas na íntima poesia de sua luta.

Desfaleceram, sonhadoras,
 Ao sol do amor que então surgia
 No bronze das metralhadoras

que Rimbaud pode ter sido inspirado pelo julgamento das *Petroleuses* em setembro de 1871 ou de Louise Michel em 16 de dezembro. Alguns ouviram o eco de Marianne, símbolo da República. Steve Murphy (...) prefere ver nesse nome um “símbolo coletivo” assinalando, entre outros, aos arquétipos de mulher heroica e martirizada como Joana d’Arc e a Virgem Maria. É surpreendente que ninguém tenha atribuído o nome dessa heroína a um jogo de inversão de Marie-Jeanne ou Marie-Juana (é uma piada!)”

Pela Paris que se insurgia!
(RIMBAUD, 2009, p. 163)

A história se repetiria 46 anos depois na Rússia, quando, no Dia Internacional da Mulher, no mês de fevereiro segundo o calendário juliano, as operárias do setor têxtil começariam as mobilizações que, em cinco dias, varreriam o tsarismo da história e marcariam a primeira Revolução de 1917. Em *Outubro* (também de acordo com o antigo calendário), esse processo terminaria com o poder dos trabalhadores e o início da transição socialista, sendo o impacto revolucionário de outubro de 1917 na história do século XX incomensuravelmente o maior de todos os pontos de vista.

Mas não é apenas em processos de lutas, levantes, revoluções e insurreições que há um impacto decisivo positivo no curso histórico; por seu lado catastrófico e barbarizador, as guerras também podem imprimir grande efeito, mas dessa vez retrógrado, chegando a alcançar inclusive um envolvimento mundial.

É sabido os impactos que a Segunda Guerra Mundial geraram no conjunto da história do século XX, terminando por fortalecer a hegemonia norte-americana e a burocracia soviética, consumando um mundo de pacto de Yalta e Postdam e da Guerra Fria, que teve consequências em distintas esferas sociais e políticas da segunda metade do século XX. Por sua vez, a Primeira Guerra Mundial também gerou efeitos impressionantes e transformou completamente a forma de pensar. A guerra também se apresentou como elemento disruptivo do curso histórico, levando às mais cruéis formas de barbárie à humanidade.

Do ponto de vista das ideias, podemos dizer que a máxima de Lênin de “transformar a guerra imperialista em guerra civil” foi expressão de um dos mais significativos giros subjetivos do pensamento, enxergando a guerra como a parteira da revolução e convertendo os horrores da guerra em seu contrário: o despertar de uma revolução. O que queremos tratar, como forma de exemplificar os resultados inflexivos também das guerras, são particularmente os efeitos que a Primeira Guerra Mundial, como “ruptura” com a *Belle Époque*, provocaram.

Mas, para dar outra ilustração menos imediata e ligada ao pensamento revolucionário, poderíamos citar o caso do desenvolvimento da psicanálise e os efeitos da guerra como elemento modelador de uma “nova forma de pensar”. Ao

primeiro momento, poder-se-ia dizer que o efeito material que a guerra gerou na psicanálise foi devastador. Freud escreveu a Ernest Jones, numa melancólica carta do Natal de 1916,

Eu não me iludo: a primavera de nossa ciência foi bruscamente interrompida, estamos nos encaminhando para um período ruim; tudo o que podemos fazer é manter a chama bruxuleando em alguns corações até que um vento mais favorável permita atizá-la novamente. O que Jung e Adler deixaram do movimento agora está perecendo na luta das nações (GAY, 2012, p. 358).

Freud, algum tempo depois, descrevia todo o seu sentimento da guerra e os efeitos contrários ao desenvolvimento da psicanálise quando sintetizou, semanas depois, que “a ciência dorme”. No entanto, um dos grandes biógrafos de Freud, Peter Gay, argumenta em seu livro sobre o fundador da psicanálise que, na realidade, os efeitos da guerra teriam sido contraditórios, pois provocaram imensas dificuldades e antinomias na sociedade de psicanálise, bem como no próprio pensamento de Freud, mas se revelaram um elo para ligar seus estudos sobre o mal-estar dos indivíduos frente a suas privações ao mal-estar da civilização.

Assim, as condições históricas o levaram a escrever *Uma dificuldade no caminho da psicanálise* em 1917 e, depois, *Novos caminhos da teoria psicanalítica*, que já apontam no caminho da modificação do “curso” da psicanálise, observando as histerias não apenas na dimensão individual, mas em sua consequência social; no começo da década de 1920, a evolução dessa reflexão leva Freud a escrever *Para além do princípio do prazer e Psicologia de massas e análise do Eu*, que significam um novo passo nesse sentido – daí inclusive já começa a ser indissociável esse avanço daquele primeiro impacto negativo que produziu a Primeira Guerra na psicanálise, mas também a influência da Revolução Russa como “esfinge” indecifrável para tal sistema de pensamento. Ainda nos anos de 1920, suas conclusões levam a que uma virada generalizante e “sociológica” da psicanálise fosse possível. Aqui, Freud já apresenta esse processo como generalização crítica de “todas as culturas atuais”, quando escreve em seu célebre *O futuro de uma ilusão* que:

Se [...] uma cultura não foi além do ponto em que a satisfação de uma parte de seus participantes depende da opressão da outra parte, parte está talvez maior – e este é o caso em todas as culturas atuais –, é compreensível que as pessoas assim oprimidas desenvolvam uma intensa hostilidade para com

uma cultura cuja existência elas tornam possível pelo seu trabalho, mas de cuja riqueza não possuem mais do que uma quota mínima. Em tais condições, não é de esperar uma internalização das proibições culturais entre as pessoas oprimidas. Pelo contrário, elas não estão preparadas para reconhecer essas proibições, tem a intenção de destruir a própria cultura e, se possível, até mesmo aniquilar os postulados em que se baseia. A hostilidade dessas classes para com a civilização é tão evidente, que provocou a mais latente hostilidade dos estratos sociais mais passíveis de serem desprezados. Não é preciso dizer que uma civilização que deixa insatisfeito um número tão grande de seus participantes e os impulsiona à revolta, não tem nem merece a perspectiva de uma existência duradoura (FREUD, 1996, p. 22).

A consumação dessa reflexão viria pouco tempo depois, com a publicação na virada de década de seu clássico *O mal-estar na civilização*. Podemos dizer que os efeitos da guerra criaram um curso favorável à inflexão no pensamento de Freud, e as consequências da Revolução de 1917 terminaram por dar subsídios a afirmações como as que descrevemos anteriormente. O texto acima citado serve como uma amostra do significado subjetivo que uma inflexão histórica, como a barbárie da guerra, pode promover num sistema que, tomado como “sistema” e não como “método”, é essencialmente conservador, como a psicanálise. Essa inflexão terá consequências nas análises de Freud na década de 1930, sobretudo quando analisa os prelúdios da Segunda Guerra Mundial.

Posto esses elementos, sejam de inflexões *necessárias* (como as revoluções) ou *irracionais* (como as guerras), queríamos retomar os aspectos que a crise econômica também desenvolve no conjunto da subjetividade, na percepção social e na perspectiva histórica. Evidentemente, em cada um desses elementos, como uma crise, uma guerra ou um processo revolucionário, podemos encontrar distintos níveis de capacidade – no caso de observarmos sob um ângulo global – de provocar efetivas inflexões, de avanço ou retrocesso.

A crise é, de certa forma, uma espécie de “pedra de toque” nesse tema, pois no geral entrelaça os demais elementos, particularmente quando tomamos essa observação durante a época imperialista. Já Marx, antes de complexificar muito a análise econômica em *O capital*, escrevia no *Manifesto do Partido Comunista*

e de que maneira consegue a burguesia vencer as crises? De um lado pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A

que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e a diminuição dos meios de evitá-las (MARX, 2010, p. 45).

Essa percepção, ainda relativamente modesta na análise da reprodução do sistema capitalista, já continha parte fundamental do segredo da sociedade e do que se generalizaria na fase seguinte, no século XX, com a época imperialista do capitalismo: a pulsão de acumulação do capital levava à concentração e à exportação de capitais, à criação de grandes monopólios que disputarão mercados em âmbito internacional e, por conseguinte, à cada vez mais agudos conflitos interestatais, podendo desembocar em guerras e ou a instabilidade do sistema, abrindo espaço para revoluções.

Nessa perspectiva, a crise econômica coloca em xeque a estabilidade do sistema (que se produz a partir de um equilíbrio entre elementos econômicos, políticos e sociais); quando se tratou de uma crise histórica, a mais aguda e avassaladora, como a crise de 1929, os resultados nessa escala foram abismais, com revoluções e contrarrevoluções em vários lugares do mundo, grandes ações operárias e formações políticas reacionárias sem paralelos, como a ascensão do fascismo e do nazismo e, por fim e como “coroamento” dessa etapa, o maior conflito bélico mundial da história em 1937-1945.

Como ora fizemos nos casos da *revolução* e da *guerra* com grandes inflexões ideológicas, também em se tratando da particularidade da crise econômica e suas consequências subjetivas, queremos exemplificar seus impactos retomando justamente aquele nome que concentrou a mais importante “transformação adaptativa” do pensamento burguês no sentido de criar mecanismos para “salvar” o capitalismo a partir de novas ideias e novos ângulos: John Maynard Keynes; observemos, pois, ainda que brevemente, o prisma que coloca diante da crise.

O sonho do capital e de seus apologistas de uma economia autorregulada em que a dimensão política (estatal), na sociedade de classes, pudesse se ausentar ao máximo deixando que o mercado seja regulado pelas suas próprias leis desmanchou-se no ar com os efeitos da crise de 1929. Percebeu-se que não era possível equilibrar uma economia em que o senhor é o capital financeiro, usurpador por essência de mais-valia e, nesse sentido, desregulador de qualquer equilíbrio, um “vampiro”, na metáfora de Marx em *O capital*. Quão maior são seus efeitos (do capital) na sociedade,

quão mais significativas serão, estando ou não em evidência, as contradições gestadas.

A crise, portanto, teve que promover uma reorientação absolutamente rápida do capitalismo se quisesse sobreviver, pois a ofensiva dos trabalhadores se colocou em evidência e, seja na esfera política, seja no plano das ideias, era preciso “um salvador”. Assim descreve Paul Krugman sobre o papel de Keynes:

O que faz da Teoria Geral um caso verdadeiramente único, porém, é que ela conjuga um imponente feito intelectual com uma relevância prática diante de uma crise econômica mundial. O segundo volume da biografia de Keynes de autoria de Robert Skidelsky chama-se o economista como salvador, e não há nenhum exagero nisso (KRUGMAN, 2012, p. XXIV).

No entanto, o próprio Krugman adverte que não existia uma solução idealista para as contradições do sistema, ou seja, não seria com alguma nova fórmula da política econômica que se conseguiria resolver os efeitos da crise de 1929, no máximo atenuá-los – o que já era o bastante se tratando da bancarrota do sistema. O fato é que Keynes, para se tornar “salvador”, teve que buscar compreender os elementos de perturbação do sistema, nesse sentido, aquilo que questionava a estabilidade, a saber, os efeitos do capital financeiro na economia e as consequências de um giro na política burguesa para adequar esses efeitos. Em uma emblemática passagem no capítulo XVII ele começa o argumento colocando a particularidade do dinheiro em corromper as “forças naturais” e quebrar o ciclo do pleno emprego.

Assim, se os outros bens fossem abandonados a si mesmos, as “forças naturais”, isto é, as forças comuns do mercado, tenderiam a baixar as suas taxas de juros até que o pleno emprego produzisse nas mercadorias, em geral, a inelasticidade da oferta que supusemos como uma característica normal da moeda. Desse modo, à falta de moeda e – que fique bem claro, que pressuposto é também necessário – de qualquer outra mercadoria com as características que atribuímos à moeda, as taxas de juros só chegariam ao equilíbrio em condições de pleno emprego.

E então apresenta sua resposta clássica, que marcou uma virada importante no pensamento econômico burguês:

Isso quer dizer que o desemprego se desenvolve por que as pessoas querem a Lua – os homens não conseguem emprego quando o objeto dos seus desejos (isto é, o dinheiro) é uma coisa que não se produz e cuja demanda não pode ser facilmente restringida. Não há outro remédio senão persuadir o público de que a Lua e o queijo¹²⁷ são praticamente a mesma coisa, e pôr a trabalhar numa fábrica de queijo (isto é, um banco central) sob o controle do poder público (KEYNES, 2012, p. 213).

Não exatamente os homens, mas os capitalistas e sua ganância talvez “querem a Lua” e necessariamente vão encontrar a crise econômica em sua busca – como disse Krugman, não seria com um giro teórico que se conseguiria uma solução para a crise capitalista, mas com a enorme destruição das forças produtivas da Segunda Guerra Mundial. No caso da análise da crise atual, essas contradições “polares” da economia, política e luta de classes nos anos de 1930 não se apresentam da mesma forma: o acúmulo de contradições da crise dos 1970 até 2008 foram as bases da gestação da crise histórica que vivenciamos, mas justamente as particularidades de toda a etapa histórica anterior à crise expressaram o seu caráter muito particular de Grande Recessão.

2008 marca uma inflexão histórica, objetiva e também subjetivamente: não é a transformação que Rimbaud pôde enxergar na Comuna, uma inflexão que tem a classe operária como característica distintiva. E também não é uma inflexão subjetiva que o impacto de uma guerra já promoveu, como exemplificamos nas consequências do pensamento de Freud (e sua descrença das “culturas atuais” até a denúncia do conjunto das contradições da sociedade). E ainda sendo uma crise de dimensão histórica, essa inflexão também se distingue da crise de 1929 em sua intensidade objetiva e suas consequências subjetivas¹²⁸ – uma crise que não produziu um salto na consciência dos trabalhadores imediata e nem poderá produzir uma nova resposta burguesa, um novo “Keynes” é impossível.

¹²⁷ Aqui tomamos a liberdade de alterar (com essa clarificação) a tradução de “requeijão” na tradução citada pela palavra “queijo”, que, ao nosso ver, corresponde mais ao pensamento proposto por Keynes na passagem, de comparação gráfica entre a Lua e o queijo.

¹²⁸ Sem buscar aprofundar o tema, do ponto de vista do movimento operário, é importante lembrar que a inflexão subjetiva provocada pela crise de 1929 dependeu muito de fatores históricos resultantes da Primeira Guerra Mundial, sem a qual é difícil dizer como discorreria o século: a vitória da Revolução Russa e o surgimento da União Soviética, em primeiro lugar, que deu origem a partidos comunistas nos principais países capitalistas do ocidente, que influenciou espantosamente uma mudança de “cultura e visão” na classe operária europeia, diante da catástrofe e bancarrota da II Internacional; o surgimento da Internacional Comunista e os processos revolucionários na década de 1920 e a burocratização stalinista pós-1924. Esse pano de fundo permitiu pensar a década de 30.

De certa forma, a crise atual é rastejante, seus efeitos se perpetuam e evoluem, uma crise que insiste teimosamente em persistir em seus impactos graduais e sistemáticos. Ou seja, podemos falar sobre o significado (alcance) da crise em todos esses anos ou sobre o significado da inflexão de 2008: *aqui estamos tratando da complexa característica de uma inflexão profunda e histórica, mas atenuada por um passado que assombra e ofusca as rápidas transformações na consciência.*

Antes ainda dos impactos nas consciências da classe trabalhadora e da juventude, podemos dizer que os intelectuais, para usar a expressão de James Patrick Cannon, “como as folhas de uma árvore são os primeiros a sentir os novos ventos”. Daqui que o próprio marxismo foi o primeiro a sofrer os efeitos da crise que, no seu caso, expressaram um novo alento para sua recriação – não em uma resposta prática efetiva, mas em questionar todo o entulho ideológico produzido na noite de 30 anos da restauração neoliberal.

5.4 HEGEL E O FIM DO FIM DA HISTÓRIA

Em suas palestras sobre a filosofia da história, escritas e ministradas pouco antes de falecer, o filósofo alemão G. W. F. Hegel concentrou uma das mais expressivas concepções sobre a história do mundo e o papel dos indivíduos, com suas ideias e paixões, para o desenvolvimento histórico. E eis que reler essas palestras frente a um contexto de irrupção da crise econômica de 2008, que estilhou as formas ideológicas passadas e suas fantasias pós-modernas, nos parece chave para uma retomada das ideias do filósofo alemão, particularmente das possibilidades de transformação histórica que envolvem os homens e as coisas que ali se sugere e que ganham enorme atualidade se partimos de que, a partir de 2008, começamos a transitar para um novo momento.

Nas novas circunstâncias do pós-crise, o “fim da história” encontrou seu fim e se expressou no plano subjetivo, político e ideológico, em suma, no conjunto das “formas de pensar e sentir”. Chocar Hegel contra “Fukuyama” (como signo da filosofia neoliberal), nesse sentido, será parte do nosso intuito, mas aqui cabe uma advertência muito importante da leitura: não se trata de criar um “Hegel revolucionário” em

oposição a um sistema conservador hegeliano. Lukács alertava para o erro dos jovens hegelianos e a superação de Marx a essa visão quando escreveu que:

Uma posição generalizada do movimento jovem-hegeliano radical era a de distinguir o Hegel esotérico (que, por baixo do pano, teria sido ateu e revolucionário) do Hegel exotérico (que teria sido dócil ao poder político de sua época). [...] Marx já ia muito além de tal ponto de vista em sua tese de doutorado [...], Marx situa-se, por um lado, muito mais à altura da grandeza de Hegel do que os jovens hegelianos, que explicam o compromisso do mestre com base na suspeita de motivos de caráter pessoal. Por outro, Marx se põe diante da filosofia hegeliana enquanto tal numa atitude muito mais crítica do que a dos jovens hegelianos, já que descobre nas insuficiências de tal filosofia a base ideológica necessária da acomodação (LUKÁCS, 2007, p. 124-126).

Nosso ponto de vista aqui não é o de buscar um “Hegel oculto”, mas de partir do conjunto de suas concepções da história extraíndo o melhor do seu método dialético, sem, contudo, aderir ao conjunto de seu sistema histórico. Tal maneira de abordar seu pensamento é inspirada na que Engels fez ao analisar a célebre passagem do filósofo alemão segundo a qual “o real é racional e o racional é real”¹²⁹, quando ele diz:

“Todo o real é racional e todo o racional é real”, isto não era, palpavelmente, a canonização de tudo o que existia, a benção filosófica ao despotismo, ao Estado policial, à justiça de gabinete, à censura? Assim acreditava, de fato, Frederico Guilherme III; assim o acreditavam seus súditos. Para Hegel, porém, nem tudo o que existe é real, e muito menos pelo simples fato de existir. Em sua doutrina, o atributo da realidade corresponde somente àquilo que, além de existir, é necessário: “a realidade, ao se desenvolver, revela-se como necessidade” (ENGELS, 1962, p. 90-91).

E, então, complementa Engels numa passagem genial que consegue extrair o caráter revolucionário da dialética hegeliana no interior do invólucro místico:

Então, segundo Hegel, a realidade não é um atributo inerente a dada situação social ou política em qualquer circunstância em qualquer tempo. Ao contrário. A república romana era real, tanto quanto o Império Romano que a derrubou. Em 1789, a monarquia francesa havia se tornado tão irreal, isto é, tão despojada de toda e qualquer necessidade, tão irracional, que teve de ser

¹²⁹ Alguns pesquisadores optam pela tradução do verbo “wirklich” no original alemão como “efetivo”, de tal forma que a frase ficaria “Todo o efetivo é racional, e todo o racional é efetivo” [“Alles was wirklich ist, ist vernünftig, und alles was vernünftig ist, ist wirklich”]. Acharmos que tal tradução seria possível, mas utilizamos uma das traduções consagradas de “wirklich” por “real”.

varrida pela grande revolução, da qual Hegel falava sempre com o maior entusiasmo. Como vemos, o irreal, aqui, era a monarquia, e o real, a revolução. Assim, tudo o que um dia foi real torna-se irreal, perde sua necessidade, sua razão de ser, seu caráter racional; o real agonizante é, então, substituído por uma realidade nova e vital; pacificamente, se aquilo que caducou é razoável suficiente para resignar-se a desaparecer sem luta; através da força, se for rebelde a essa contingência. A tese de que todo real é racional converte-se nesta outra, de acordo com todas as regras do método discursivo de Hegel: tudo o que existe está fadado perecer (ENGELS, 1962, p. 90-91).

É sob esse ângulo, portanto, atendo-se à abordagem hegeliana sobre a transitoriedade das coisas e incluindo, nesse sentido, a dimensão política, as ideias e as paixões, que buscaremos observar, no plano histórico, a reatualização (inicial em 2008, e que vai ganhando vivacidade com o passar dos anos nessa década de crise) da volta da possibilidade da revolução, como perspectiva concreta no capitalismo internacional atual frente às mazelas do mundo do capital, ou seja, como essa volta da ideia da revolução social é a consumação concreta do “fim do fim da história”.

5.4.1 A revolução em tempos do cólera

Não é um acaso histórico que os 30 anos neoliberais se constituíram como o período no qual a perspectiva da política como transformação radical se reduziu a pequenos agrupamentos, espremidos pela avalanche ideológica da apologia da sociedade de consumo – e as debilidades em reagir a esse sentido são destacáveis expressões de época.

Os quase trinta anos sem revoluções, dados em um contexto de neoliberalismo e restauração capitalista na URSS, criaram um mundo de *estabilidade*: uma vida em que se dissociou completamente as necessidades históricas de mudança e os anseios individuais. Era o mundo da descrença, da falta de perspectiva, da desilusão e da depressão, um *mundo líquido* (para usar a expressão de Bauman).

É precisamente contra esse mundo que Hegel retoma uma enorme força e vitalidade, e suas ideias casam cada vez mais com o novo contexto agitado dos últimos anos. Indo ao mais teórico, a concepção histórica do filósofo alemão não se desprende de uma “providência” no caminho histórico: para ele, o desenvolvimento histórico é a busca que o “espírito” faz por desenvolver-se racionalmente, e os

indivíduos e povos caminham no sentido do desenvolvimento do mundo (o espírito universal). Nesse sentido, e essa é uma importante limitação do pensamento hegeliano, o curso histórico está vinculado a um caminho determinado (teleológico), que seria o avanço da razão na história.

E então, poderíamos nos perguntar: o que ganha atualidade e vitalidade nesse pensamento numa mirada marxista? Acontece que Hegel não se contenta em ver um caminho racional na história: ele acredita que os indivíduos e os povos devem buscar esse caminho, têm um *papel ativo*, pois essa seria a única forma de a *Razão* se expressar na história. E eis justamente nesse ponto, no papel ativo dos indivíduos e dos povos, que reside o “potencial transformador” do pensamento de Hegel, tão necessário à nossa realidade atual.

Os que anseiam por uma transformação radical da sociedade hoje, acostumados com a passividade de décadas sem revoluções, incrustaram uma visão cética da mudança e uma prática política inofensiva ou adaptada. É como se, por estarem acostumados a ver a água esquentando sempre gradualmente, esqueceram-se de que em algum momento ela começa a ferver; por isso, criaram uma forma de política e de perspectiva socialista que perdeu completamente a *paixão* e a *confiança*.

Para Hegel, um povo não avança sem que exista oposição interna, conflito, luta. A consolidação da falta de perspectiva de mudança seriam as instituições e, fundamentalmente, o costume. A eterna repetição das mesmas coisas não pode levar a um avanço.

A morte natural do espírito do povo pode se apresentar como anulação política. É o que chamamos costume [...]. O costume é uma atividade sem oposição, a que só sobra a duração formal e na qual a plenitude e a profundidade do fim já não necessitam expressar-se (HEGEL, 2010, p. 64 – tradução nossa).

Do ponto de vista dos agrupamentos de embate com o capital na segunda metade do século XX, um dos importantes limitantes, sem dúvida, esteve na perda do anseio de fundir as ideias de transformação social com as massas trabalhadoras. Assim, a militância se tornava uma eterna repetição das mesmas coisas, reuniões, propaganda e incapacidade política. “O relógio ainda tem corda e segue funcionando por si só” (HEGEL, 2010, p. 64). Eis o veneno do sectarismo no pensamento da

esquerda, que ainda acomete pequenas organizações, que retira toda a energia revolucionária de seus objetivos, retira a ambição, a flexibilidade tática nas ações, em suma, rouba a paixão de mudança dos militantes. Forma espectadores do curso histórico.

Mas não é só os malefícios sectários que provocaram questionamento e mesmo atrofia política de agrupamentos que tinham como horizonte a revolução social. Também o outro lado da moeda era expressão do mesmo problema que apontamos aqui inspirados na releitura de Hegel:

Quando o espírito de um povo levou a cabo toda a sua atividade, cessam a agitação e o interesse; o povo passa por um trânsito entre a virilidade e o envelhecimento, do gozo do que foi conquistado. A necessidade que havia surgido foi satisfeita mediante uma instituição e já não existe mais" (HEGEL, 2010, p. 63-64 – tradução nossa).

Existe uma forma ideológica e uma forma política de abarcar o anseio revolucionário e torná-lo um sopro ao vento. Acontece que as organizações que buscavam a revolução social equivocaram-se também em achar que sua abertura e flexibilidade política caminhariam gradualmente ao socialismo. Com uma suposta audácia superior, terminaram dentro das instituições de dominação e perpetuação da ordem. Através de eleições e do que o marxismo russo questionava como prática “*tradeunista*”, foram formando o conjunto dos quadros que se tornaram porta-vozes do governo do capital.

Se tudo era líquido no mundo, assim também a esquerda se liquidou. Formou uma série de agrupamentos e partidos amplos e aderiu pouco a pouco ao regime dos dominantes; ou seja, renovou o que Rosa Luxemburgo já questionava como “oportunismo” em seu *Reforma ou revolução?*. Como tendência política, integrou-se ao regime e disputou as migalhas que iriam para manter seus privilégios, dando algumas também para os trabalhadores (pois nunca perderam o espírito de caridade). A necessidade histórica era a revolução e, ao abandonar essa estratégia em prol de suas novas fórmulas mágicas, o que existia de radical tornou-se adaptado aos poderes estabelecidos.

Nos dois casos, nos dois erros da esquerda da segunda metade do pós-guerra (erros que naturalmente já vinham de antes e ganham sua forma de manifestação

própria nesse período) e que se perpetuam na maioria das organizações atuais, existe uma mesma raiz: a *descrença no proletariado como sujeito da mudança* e o total *ceticismo* que se tornou passivo, conformista ou política para outros sujeitos, outras fórmulas em vão. Em suma, descrença em sua própria militância, na forma partido, na ação política radical-transformadora.

Karl Marx foi quem primeiro soube aproveitar o “anseio revolucionário” de Hegel, percebendo que o motor da história não era uma providência ou um espírito que se desenvolvia a partir de homens e mulheres, e sim o próprio conflito entre eles, ou seja, “*a revolução é o motor da história*”. Assim, com vinte e seis anos, Marx concluía que “a filosofia era a cabeça, e o proletariado o coração” da próxima revolução.

Essa conclusão foi o motor da apaixonante vida de Marx em seu desenvolvimento teórico e sua ligação política com o conjunto dos trabalhadores. E a sua foi uma vida de deportações e sacrifícios, sofrendo ataques políticos de todo tipo, mas uma vida conectada com essa conclusão que sempre o motivou: a confiança na classe trabalhadora como sujeito da transformação social. A energia revolucionária advinha justamente de seus *grandes* objetivos: a “emancipação dos trabalhadores”, o fim da exploração e da opressão; a construção de uma sociedade efetivamente comunista.

5.4.2 As ideias

As sociedades hipermodernas atuais são marcadas por um vazio. A melancolia tornou-se soberana da situação, a angústia, a sua forma mais marcada de dia-a-dia. A divisão internacional do trabalho criou “maravilhas” nos países avançados como que para reafirmar sua convivência com a plena miséria no “sul” do mundo. Mas o mais dramático é que mesmo o que existe de deslumbrante no mundo capitalista atual parece que se esvai das mãos da sociedade: é como se milhões e milhões de trabalhadores criassem uma obra que se tornou maior que eles, voltou-se contra eles, e se desfez no mundo.

Karl Marx chamava esse fenômeno de “fetichismo da mercadoria”, e em suas anotações em 1857 escreveu que a mercadoria, em sua dinâmica de se produzir nas fábricas, criaria seus consumidores. Com isso queria dizer que a humanidade criou um novo fetiche, um novo desejo insaciável... de consumir mercadorias. O drama atual é tão grave que a forma desse fetichismo chega quase ao limite das mercadorias ganharem a aparência de soberania do mundo, com seus *shoppings* e centros comerciais abundantes, ou com a forma dinheiro dando lugar ao cartão de crédito (o que cria a ilusão fetichista ainda superior).

Precisamente nesse mundo de fetichismo que um e outro a cada momento se pergunta qual a “razão histórica de viver”? Ou, se o desenvolvimento histórico teria mesmo uma razão de ser. Talvez tenha sido o filósofo alemão Friedrich W. Hegel o mais curioso em buscar respostas a essa questão e em algum sentido retoma alguma atualidade num momento em que a vida perde sentido no mundo atual.

Hegel propõe uma maneira de enxergar a razão de ser da história de uma dupla perspectiva: de um lado, incita a que recorramos fielmente à história, de “tomá-la tal como é, de proceder historicamente, empiricamente”. Nesse sentido, Hegel propõe por um lado que estejamos de olhos abertos ao mundo, despidos de pré-noções. É necessário em primeiro lugar um olhar objetivo para o mundo. Se fizermos esse exercício histórico e filosófico no mundo atual, voltamos à miséria, à violência social, à desigualdade, mas também ao vazio, à angústia e à melancolia que marcam os homens e mulheres na atualidade. O quadro é triste e parece levar a uma visão pessimista da vida. No entanto, como diz o poético pensamento de Hegel, “o verdadeiro não se encontra na superfície visível” (2010, p. 24 – tradução nossa). Então o filósofo sustenta que para encontrar uma razão na história é necessária a reflexão do que busca essa razão, então diz que “singularmente no que deve ser científico, a razão não pode dormir e é mister empregar a reflexão. Quem olha racionalmente o mundo, o vê racional” (2010, p. 24 – tradução nossa).

Aqui reside a beleza e a debilidade do pensamento hegeliano. A conclusão de seu pensamento é que olhar racionalmente e enxergar uma razão no mundo “se determina mutuamente”, ou seja, o pensamento tem um poder ativo em encontrar uma razão no mundo. A beleza desse pensamento está em buscar, no interior dos fatos,

“da soma de notícias” da história, uma razão de ser do mundo que extrapole o que vemos na sua superfície. O drama é que Hegel aposta muito em um movimento autônomo do mundo, numa Razão que se move por si e em que nossa virtude estaria em compreender seu movimento.

A pista estava dada: nossa vida e seu “sentido” não pode se deslocar das condições históricas. A humanidade é, em cada época, um produto histórico de circunstâncias dadas. No nosso caso, produto do desenvolvimento da sociedade do capital altamente desenvolvido e nos limites máximos de suas contradições, que tem uma dimensão social, política e até mesmo ideológica, a sociedade da euforia artificial e da melancolia duradoura.

Hegel antes via o elemento ativo na conexão racional entre a reflexão dos indivíduos e a racionalidade histórica. A força dessa ideia levou a uma das principais revoluções no pensamento do século XIX, quando um dos discípulos de Hegel sintetizou positivamente o pensamento de seu mestre, combinando o forte elemento objetivo (a materialidade histórica) com a observação do elemento ativo dos indivíduos frente à história (a ação – ou *praxis*) e sintetizou na célebre frase de 1852: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p. 25). Era a abertura de Karl Marx em seu clássico *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*.

Esse pensamento, aparentemente abstrato, se choca cotidianamente com os ditames ideológicos do capitalismo contemporâneo. Toda a campanha da indústria cultural em suas músicas, filmes, novelas e demais formas culturais é de buscar dissociar os anseios individuais de uma perspectiva histórica. Em outras palavras, a guerra do capitalismo contra a juventude e as novas gerações é de querer que ela sonhe pequeno. Aqui o capitalismo se choca com um elemento positivo do idealismo alemão. Hegel enxergava um movimento da Razão no mundo que conduzia a humanidade para uma fase mais elevada de liberdade. Mas o desenvolvimento do capitalismo estraçalhou essa visão romântica de que o mundo caminha num sentido de desenvolvimento, trazendo pobreza, aumento da exploração, iniciando guerras, formas políticas de opressão da população e genocídio. Nas palavras de Walter

Benjamin, é como se estivéssemos caminhando como um trem desgovernado e fosse necessário puxar um “freio de emergência”.

A perspectiva do socialismo e da revolução social apresenta-se, ainda mais nos dias de hoje, como a única concepção coerente nesse império do irracional. O socialismo é o verdadeiro herdeiro do que existe de mais forte na filosofia de Hegel, ou seja, a ligação entre o anseio individual e a perspectiva histórica de mudança da sociedade. Essa transformação social tem hoje nos trabalhadores a peça fundamental, e por isso, como disse Engels certa vez, o proletariado é o verdadeiro herdeiro da filosofia alemã.

Encontrar uma razão histórica de viver não é mais apreciar a vida como fazia a nobreza de outrora, tão exposta à literatura universal: uma contemplação do que existe. A razão nesse caso não pode ser dissociada da paixão: razão para observar, paixão para sonhar com outra forma de socialização, de relações, de amizades, de amores, dos delírios e, acima de tudo, o anseio de mudança.

Resgatar os grandes sonhos, a perspectiva da revolução social da sociedade; retomar o sujeito social que produz todas as coisas no mundo, os trabalhadores, os únicos que podem ser parte estratégica da mudança. Resgatar o anseio de vincular a vida individual com as grandes questões da sociedade. Sonhar e atuar para transformar a vida, eis a dialética das ideias que se reatualizam com a crise econômica mundial.

5.4.3 A paixão

Os sentimentos da nova geração parecem ser um misto de corações que palpitam com a mudança, mas com a angústia e o tédio de um mundo gris hipermoderno. Os últimos anos foram momentos de acelerada transformação social e política no mundo. Desfizeram-se ditaduras, burocracias, estabilidades. A sociedade

começou a enterrar o dogma neoliberal do “eterno retorno” da sociedade capitalista, sua eterna reprodução... de que a vida vai ser assim. Ressurge efervescente um ambiente ideológico novo, de ideias, ideologias, poesia, anseio pelo futuro. As lições do passado, que antes pareciam que estavam escondidas, começam a irromper como um vulcão. O comunismo parecia dormir apenas para despertar com mais vigor, mais força, com sonhos renovados.

No entanto, se o peso do fantasma dos mortos pesa sobre o cérebro dos vivos (Marx), todo tipo de resquício da psicologia neoliberal se manteve com força. Aquele monstro “mais feio, mais iníquo, mais imundo”, o tédio que descrevia Baudelaire, parece confundir a todo momento a psicologia dos novos protagonistas e atores do novo mundo pós-crise econômica de 2008. Às vezes parece apenas que falta um sentido, que falta paixão.

Lenin disse em seu *O que Fazer?* que “É preciso sonhar”. O imperativo complementar seria “É preciso se apaixonar”. No entanto, a paixão na história da filosofia apareceu como um termo mais ou menos ruim: os homens e mulheres não devem ter paixão. Esta aparecia oposta a capacidade racional dos humanos. “Conter as paixões” era sinônimo de evoluir racionalmente. Na política, Hobbes foi um dos grandes expoentes em ligar as paixões à necessidade de um ente superior (o Estado), um Leviatã, que controlasse as paixões humanas, se colocasse acima delas, organizasse a sociedade em outra lógica. E depois os iluministas ligaram as leis ou a própria moral como artifícios racionais de desenvolvimento social.

Em nosso tempo, podemos dizer que uma das grandes misérias do capitalismo contemporâneo é buscar incutir a ideia de que os homens e mulheres não devem ter paixões; ou, o contrário para dizer o mesmo, canalizar os impulsos revolucionários das pessoas ao redor da mísera ideologia de “felicidade” na patriarcal família, na submissão no trabalho e, por fim, na redenção pelo consumismo, pela sempre repetitiva pulsão de criar novas necessidades fúteis, consumir para se realizar.

Por isso já no senso comum cultural é um dado que os impulsos mais apaixonantes da juventude, seu anseio de mudança, sua gana de querer transformar o mundo são motivo de chacota da ideologia dominante. O jovem rebelde é só um

jovem, ou seja, um adjetivo pejorativo, pois é um idealista e não um conformado com o mundo como ele é. Como sintetiza lapidariamente o provérbio: “ser de esquerda com menos de 30 é uma necessidade, com mais de 30 é uma tolice”. Por isso, amadurecer é sinônimo de “se conformar”, para essa visão.

Mas já lá atrás Hegel havia estilizado a separação entre a razão e paixão (e em outra perspectiva serve contra o conservadorismo dominante atual). Para o filósofo alemão, o desenvolvimento da razão na história e a expressão mais aguda das paixões humanas não estavam em oposição, mas em sintonia. Precisamente com essa concepção, Hegel sustentava que os gestos mais profundos dos indivíduos estão em combinar o que existe de mais profundo nas necessidades históricas (do movimento da “Razão”) com seu interesse mais íntimo e, nesse sentido, advogou o que seria uma das passagens mais poéticas de sua filosofia, segundo a qual “nada de grande se realizou no mundo sem paixão”. Conforme diz:

A paixão se considera como algo que não é bom, que é mais ou menos mal; o homem – se diz – não deve ter paixões. A palavra paixão não é, no entanto, justa para o que quero expressar aqui. Refiro-me em geral a atividade do homem impulsionada por interesses particulares, por fins especiais, ou ainda, por propósitos egoístas, de tal modo que estes colocam toda a energia de sua vontade e caráter em ditos fins, sacrificando todos os demais fins possíveis ou, melhor dito, todo o resto. (...) Dizemos, portanto, que nada se produziu sem o interesse daqueles cuja atividade cooperou. E se chamamos paixão ao interesse no qual a individualidade inteira se entrega – a despeito de todos os demais interesses diversos que se tenha ou se possa ter – e se fixa no objeto com todas as forças de sua vontade, e concentra neste fim todos seus apetites e energias, então devemos dizer que *nada grande* se realizou no mundo *sem paixão* (HEGEL, 2010, p. 81-82).

Com essa perspectiva Hegel irrompeu, no plano da filosofia, contra a milenar oposição entre razão e paixão, e atribuiu um caráter superior aos indivíduos que buscavam essa vinculação, entre os interesses históricos e suas paixões individuais. Aqui reside um grande dilema psicológico dos indivíduos no mundo atual. Frente à vida cética e pálida que as classes dominantes propõem, desenvolve-se a necessidade de um “suspiro”...que leva à religião, no século XIX ou, o que é mais comum hoje, as perturbações psicológicas, a melancolia, o tédio, a depressão. Os

indivíduos buscam não deixar se afogar, mas apartados de uma perspectiva coletiva e histórica, acabam sofrendo as tormentas do mar da ideologia burguesa.

É que a nossa é uma época de paixões sociais. Mas a forma de desenvolvimento dessa época teve que expressar na literatura a mais potente e avassaladora paixão nos indivíduos, como parte da constituição da sociedade burguesa e da formação da personalidade nessa sociedade, que não deixa de ser uma base fundamental para sua superação, uma sociedade que combine a associação de produtores livremente associados e a emergência da personalidade, mais viva, mais poética e mais intensa no socialismo que em qualquer estágio do modo de produção capitalista. A transição para esse momento, segundo apreende brilhantemente Leon Trótski, esteve em Shakespeare:

Nas tragédias de Shakespeare, que seriam impensáveis sem a Reforma, o destino antigo e as paixões medievais são expulsas pelas paixões humanas individuais, o amor, o ciúmes, a sede de vingança, a avidez e o conflito de consciência. Em cada um dos dramas de Shakespeare, a paixão individual é levada a tal grau de tensão que supera o homem, fica suspensa por cima de sua pessoa e se converte em uma espécie de destino: os ciúmes de Otelo, a ambição de Machbeth, a avareza de Shylock, o amor de Romeu e Julieta, a arrogância de Coriolano, a perplexidade intelectual de Hamlet. A tragédia de Shakespeare é individual e neste sentido carece da significação geral do Édipo Rei, onde se expressa a consciência de todo um povo. Comparado com Ésquilo, Shakespeare representa, entretanto, um gigantesco passo adiante, e não um passo atrás. A arte de Shakespeare é mais humana. Em qualquer caso, não aceitaremos uma tragédia na qual Deus ordena e o homem obedece. Daqui em diante, ninguém escreverá uma tragédia semelhante (TROSTKI, 2007, p. 188).

Antes da filosofia, portanto, a literatura de Shakespeare consegue expressar pela via estética o desflorar da personalidade como produto dos conflitos insaciáveis na sociedade capitalista que iria emergir. Não se trata de sentimentos meramente individuais (em oposição à forma épica) que vivem as personagens de Shakespeare. Ao contrário, a força humana que envolve completamente as ações é produto de sentimentos tão intensos a ponto de irromper contextos; são paixões que devoram a vida e lhe dão novo significado, fazem dos indivíduos mais sujeitos, libera a personalidade, como pontua Trotski:

A sociedade burguesa, uma vez atomizadas as relações humanas, havia-se fixado durante sua ascensão um grande objetivo: a liberação da personalidade. Daí nasceram os dramas de Shakespeare e o *Fausto* de Goethe. O homem se considerava o centro do universo, e por conseguinte da arte. Este tema bastou durante séculos. Toda a literatura moderna não tem sido mais que uma elaboração por este tema, mas o objetivo inicial – a liberação e qualificação da personalidade – se dissolveu no domínio de uma nova mitologia sem alma quando se pôs em evidência a insuficiência da sociedade real frente a suas insuperáveis contradições (TROTSKI, 2007, p. 188-189).

A resposta de Hegel ao tratar das paixões no terreno da filosofia visa a dar outro passo: partir da intensidade das emoções (no contexto do Romantismo alemão) e ligá-las a um sentido global, racional em seu caso. A força da filosofia de Hegel nesse ponto também traduz sua grande debilidade. A emergência da burguesia como classe e do Estado burguês como forma política (particularmente a partir de 1848) se demonstrou a todos não como a forma de elevação da humanidade, mas principal fonte de opressão e manutenção da feroz exploração social entre classes. Nesse sentido, a sociedade capitalista coloca em choque a todo momento o impulso de liberação da personalidade contra o seu desenvolvimento na medida em que se baseia em uma sociedade de intensa exploração do trabalho, convivendo com distintas formas ideológicas de manutenção dessa exploração, formas de opressão entre as classes. Por isso a única forma de liberar a personalidade frente à barbárie capitalista é ligar os anseios e as paixões individuais a uma perspectiva histórica, à luta pela transformação radical da sociedade, à revolução social. Imbuídos dessa concepção, a ideia de Hegel de que “nada de grande se realizou no mundo sem paixão” ganha um novo significado, mais intenso e profundo, correspondente aos dilemas e às necessidades de nossa época.

Assim, se tomarmos o “fim da história” como *slogan* do período neoliberal, e levando em conta os impactos econômicos da crise, as transformações no mundo do trabalho, as ações dos trabalhadores de resistência à crise, o aflorar de processos revolucionários no mundo árabe, o despertar da juventude, do movimento de mulheres, do movimento negro, podemos compreender que, do ponto de vista político, das ideias e das paixões, já transitamos para o período do “fim do fim da história”, da

decadência da ave de Minerva neoliberal e os primeiros ensaios do cantar do galo gaulês, que se evidenciam em uma geração que irrompeu a bolha ideológica de uma vida em torno de seus anseios individuais, para viver uma vida ligada a grandes acontecimentos históricos, os quais a década da crise 2008-2018 funcionou como uma ponte, uma interregno entre a noite (e a madrugada neoliberal) e o canto de um novo período histórico.

5.5 THEODOR ADORNO: CRÍTICA DO CAPITALISMO, DA CULTURA E DA INTELLECTUALIDADE

Nesse ponto, buscaremos retomar a crítica de Adorno no sentido de passar do “fim do fim da história”, ou seja, a religação entre os anseios individuais e as perspectivas históricas, que colocam, quando esse processo atinge a esfera coletiva social, a possibilidade de mudanças mais bruscas e mesmo revolucionárias, para a *crítica anticapitalista*, como um componente que também se reatualiza, pouco a pouco, nesse contexto de crise.

5.5.1 Mercantilização da vida, superficialidade e pragmatismo

“O cisco no olho é a melhor lente de aumento”, escrevia provocativamente o filósofo frankfurtiano Theodor Adorno, em seu clássico *Minima Moralia*, que se dedicava à crítica do sistema capitalista a partir da estadia do filósofo nos Estados Unidos, consagrando as bases de seu pensamento junto a Horkheimer que, em síntese, dizia que a dominação capitalista saiu das fábricas e adentrou aos corpos e mentes das pessoas.

O cisco no olho incomoda, nos irrita a vista e nos impede de ver da mesma forma. A crítica às distintas formas ideológicas da dominação capitalista e, sobretudo, o lugar da indústria cultural nesse processo foram parte dos principais temas de Adorno e Horkheimer. Mais do que ideias de um período passado, o que é interessante notar é que algumas das tendências ou *insights* que esses pensadores

tiveram sobre a dominação capitalista, ao contrário de arrefecerem, parecem ter ganhado ainda mais intensidade e força nas últimas décadas.

Isso porque o auge do discurso neoliberal que afirmará altivamente na década de 1990 a estabilidade inquestionável do capitalismo como modo de produção teve entre as suas consequências ideológicas a tentativa de enterrar os melhores valores proclamados pelo marxismo no passado: a ideia ousada de Karl Marx de constituir uma sociedade sem explorados nem exploradores, de “produtores livremente associados”, sem divisão intelectual e manual do trabalho e, nesse sentido, uma sociedade onde a personalidade humana se desenvolveria sem fronteiras, não em oposição, mas em fraternidade e harmonia com os outros indivíduos e toda a humanidade.

Ao contrário, a restauração capitalista nos países de dito “socialismo real” e a ofensiva ideológica neoliberal quiseram estilhaçar todas as ideias nesse sentido e reafirmavam (direta ou indiretamente) a “felicidade” contemporânea como expressão da mercantilização total da vida social. Se antes já havia tornado o trabalhador um “apêndice da máquina” (Karl Marx), o passo seguinte foi condicionar a maneira do trabalhador de viver e se realizar *fora do trabalho*, colonizando as formas ideológicas e, por fim, o mais íntimo interesse, desejo, sonho dos trabalhadores, passando todos pelo crivo do capital. Assim, o ideal de riqueza, o trabalho subordinado a esse ideal, a família como minimpresa de reprodução capitalista e as relações sociais mais superficiais e pragmáticas tornaram-se o reflexo social do movimento econômico da sociedade, da lei do valor. O individualismo burguês mais mesquinho, ao contrário de ser representado como desgraça da sociedade, foi brindado aos quatro cantos em cada livro, novela, filme, música e demais formas de “comemorar” o capitalismo.

O *mundo líquido* era sinônimo da superação da modernidade, do mundo pós-moderno, pós-industrial, pós-informacional, pós-utópico. A dominação capitalista fazia das derrotas da resistência dos trabalhadores não apenas uma forma “militar” da luta de classes, mas particularmente tentou a todo instante criar um mundo imaginário do triunfo da democracia dos ricos. Com o desenvolvimento tecnológico e informacional, não se tratava de esconder as mazelas do capitalismo, mas de enxurrar as mentes com a ideia de resignação humana, de que as relações sociais (miseráveis) atuais são as únicas possíveis.

Para isso, é necessário que toda a informação se converta no seu contrário: uma maré ideológica que consiga a façanha de matar o “ser pensante”, mas lhe dar a *convicção de que é pleno de convicções*:

A falsa clareza é apenas uma outra expressão do mito. Este sempre foi obscuro e iluminante ao mesmo tempo. Suas credenciais têm sido desde sempre a familiaridade e o fato de dispensar do trabalho do conceito ([...]. A enxurrada de informações precisas e diversões assépticas desperta e idiotiza as pessoas ao mesmo tempo (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 14).

Essa falsa clareza tem sua expressão máxima na busca da realização e da felicidade em meio à total mercantilização da vida. Os homens e as mulheres, tornados objetos vendidos no mercado de trabalho, absorvem a substância máxima do fetichismo da mercadoria para as suas vidas, que é observar o mundo sob a ótica da *quantidade* e, em última instância, do capital. Assim a vida familiar (a qual Marx já denunciava no século XIX que teria se tornado uma “mera relação monetária”) se mercantiliza integralmente, do corpo à alma. A insuportável expressão da mercantilização dos corpos sob a égide da opressão da mulher nos distintos veículos midiáticos já passa a não ser mais tolerada passivamente.

Na mais íntima relação humana, no mais íntimo gesto de amizade e interlocução se expressa esse *mal-estar da civilização*, a sensação tediosa de *superficialidade* advinda dessas décadas que precedem a transição histórica que vivemos. Como escreveram Adorno e Horkheimer na *A dialética do esclarecimento*:

O animismo havia dotado a coisa de uma alma, o industrialismo coisificou as almas. O aparelho econômico, antes mesmo do planejamento total, já provê espontaneamente as mercadorias dos valores que decidem sobre o comportamento dos homens. A partir do momento em que as mercadorias, com o fim do livre intercâmbio, perderam todas suas qualidades econômicas salvo seu caráter de fetiche, este se espalhou como uma paralisia sobre a vida da sociedade em todos os seus aspectos. As inúmeras agências da produção em massa e da cultura por ela criada servem para inculcar no indivíduo os comportamentos normatizados como os únicos naturais, decentes, racionais. De agora em diante, ele só se determina como coisa, como elemento estatístico, como *success or failure* [sucesso ou fracasso] (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 35).

O industrialismo coisificou as almas e colocou-as diante do dilema capitalista: sucesso ou fracasso dentro de nossa sociedade. A coisificação dos indivíduos,

também chamada por alguns pensadores de reificação, simboliza a forma ideológica da dominação, o “divide e impera” da sociedade contemporânea, a certeza de que, convencidos desse ideal infeliz de vida, os indivíduos não podem se articular em torno do centro-motor da sociedade, o conflito entre classes, e resistir a essa dominação.

Por isso as relações têm de ser frágeis. Evidentemente, a indústria cultural é só uma base dessa tentativa de dominação cultural, mas a disputa se dá de maneira ainda mais intensa no interior das fábricas e locais de trabalho, porque os capitalistas sabem bem que a subjetividade operária tende a resistir à proposta de artificialidade e superficialidade do mundo contemporâneo. Em vista disso, a reestruturação produtiva no capitalismo percebeu que para manter o domínio nas fábricas era necessário desfazer o limite os laços que vão se criando entre os trabalhadores. Por isso era preciso dividi-los ao máximo no interior do trabalho; daí a *terceirização* ser peça fundamental, pois age no sentido de inviabilizar os laços, chegando ao ponto de criar um sistema de *rotatividade* do trabalho para que os trabalhadores não tenham tempo de se conhecer. E para aplicar todo esse plano, as burocracias sindicais foram a base “material” que buscava garantir a estabilidade dos trabalhadores frente à reestruturação produtiva e essa onda de ataques às suas condições de vida e aos seus direitos.

Seja por meio da mídia, seja nas imposições do trabalho, *no capitalismo a superficialidade é senhora do destino dos homens e das mulheres*. Esse é o movimento imposto, irrefreável do ponto de vista individual. Por isso o sentimento dominante advindo dos anos de 1990 (de reação neoliberal) é a desilusão, pois sem se articular como classe e resistir, forjando os laços profundos que só a luta pode fornecer, a perspectiva é a do pessimismo. “Os indivíduos entendem confusamente sua relação no mundo e suas relações recíprocas” (MARX, 1997, p. 21).

O drama maior não é apenas da superficialidade, mas é que esta vem casada com o *pragmatismo*. Reina a busca da *quantidade*: de dinheiro, em primeiro lugar, e de todas as derivações disso. A enxurrada de informações cria um indivíduo tomando uma sequência de decisões no mundo, uma hiperatividade, uma busca pragmática, que só pode se encontrar com seu contrário, com o vazio total.

Se o amor e a amizade são das artes mais sublimes das relações humanas, a forma de amar hoje adquire todo o significado dessa superficialidade. O “clichê” volta mais forte: no mundo social (e agora nas redes sociais) é possível estar acompanhado

de uma infinidade de pessoas e se sentir cotidianamente sozinho. Mas isso corre conjuntamente aos aplicativos de comunicação que funcionam em ritmo alucinado, não param de trazer novas mensagens e informações, aprisionando completamente o pensamento e o inviabilizando de qualquer gesto criativo (social, artístico, político) que modifique a degradação das relações humanas.

Em suma, homens e mulheres se veem com almas coisificadas, com relações superficiais e com ambições pragmáticas. Essa é a miséria capitalista. Antes nós já denunciávamos a exploração do trabalho e a desigualdade do mundo material, que diga-se de passagem, não cessou de aumentar. Agora, somado a isso, a denúncia anticapitalista não se refere apenas ao corpo, mas também à “alma”, que o capitalismo colonizou e reduziu até criar uma sociedade da miséria intelectual, da total mesquinhez de sonhos, uma sociedade da infelicidade e da depressão.

A mais desafortunada escolha subjetiva que os homens e as mulheres podem fazer é abandonar o caminho da resistência e da revolta e voltar-se à resignação, aos prazeres que o sistema pode oferecer. Mas qual seria o caminho alternativo?

Reside aí o erro fundamental de Adorno e Horkheimer. A obra máxima que escreveram e que sintetiza algumas ideias que vão nesse sentido, *A dialética do esclarecimento*, foi publicada dois anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial. É indissociável a leitura de que sua denúncia à dominação capitalista seja imbuída do espírito pessimista do pós-guerra.

Adorno e Horkheimer, ao centrarem a análise no caminho que vai da exploração material à dominação espiritual, terminaram por conferir determinação exacerbada na força da dominação das ideias, sem perceber que o caldo que as fermenta não tem uma dinâmica evolutiva e gradual, mas explosiva. Nesse sentido, os filósofos alemães decretaram prematuramente e antes do pensamento pós-moderno o fim do proletariado como classe revolucionária, o fim da potencialidade do conflito no seio da sociedade que abrisse uma crise social e a perspectiva de uma revolução no conjunto da sociedade, da cabeça aos pés.

A complexa lei histórica que Hegel identificou no mais popular dos pensamentos, segundo o qual “os extremos se tocam”, a base do pensamento dialético, se engessou no pessimismo dos autores. A mais sufocante superficialidade e o mais banalizado pragmatismo das relações humanas só pode produzir a mais

explosiva revolta, que quando se estende do indivíduo às classes sociais pode ser um fermento de transformação. E todas as manifestações que discutimos ao final do capítulo 3 e do capítulo 4 destas teses atestam que a renovada e atualíssima (pensando o período neoliberal) crítica anticapitalista de Adorno não se reatualiza também em seu ceticismo em relação aos trabalhadores e a juventude na atualidade, que tem iniciado seu protagonismo ao longo da década da crise.

5.5.1 Indústria cultural: alma de uma situação sem alma

Adorno e Horkheimer diziam que o “pão que a indústria cultural alimenta os homens é a pedra da estereotipia”. Em outros termos, os padrões nutrem (e afogam) a sociedade. A vitalidade dessa tese é que ela é repetida a todo tempo, das teses acadêmicas aos muros da cidade, em sua afirmação ou como forma de protesto. Os valores do “belo”, “bom”, “verdadeiro”, “digno” e sua forma esteriotipada foram todos incorporados pela ideologia dominante num nível incomensurável na contemporaneidade. Karl Marx e Friedrich Engels, ainda no *Manifesto do Partido Comunista*, diziam que a burguesia destruiu as relações idílicas do passado e “afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta” (MARX, 2010, p. 42).

O cálculo egoísta, quer dizer, atitudes movidas pelo individualismo e pelo pragmatismo, são marcas indelévels de nossa época (ainda mais agressivas na fase neoliberal) e, portanto, são parte fundamental do que deve permear as formas dominantes da cultura, a substância dos padrões. A sociedade deve se acostumar que cada objeto particular, cada detalhe, cada peça do teatro da vida social existe em sua imutabilidade, em sua necessidade de existir e “ser para sempre”: “É o que fortalece a imutabilidade das situações”, diziam os frankfurtianos. Por isso tudo tem de ser um padrão, de forma que cada coisa se insere em um coletivo integrado e indispensável à sociedade burguesa, *tal como ela é*. A avalanche de informações e formas “culturais” que os trabalhadores, e sobretudo os mais jovens, são impelidos a experimentar é uma parte ativa fundamental de fomentar esses valores, que levam à conclusão sobre o egoísmo do indivíduo em geral (e portanto a conclusão de que é necessário seguir na guerra de todos contra todos) e são uma das bases da crença

de que se os humanos não podem ser sujeitos da mudança, as coisas continuarão a ser assim.

Acontece que entre essas formas ideológicas e o desenvolvimento real do mundo existe um abismo, nem sempre fácil de enxergar. Convivem com o “triunfo” da sociedade capitalista as formas mais bárbaras da exploração do trabalho (incluindo formas de escravidão no mundo moderno) e uma massa que ultrapassa a casa do bilhão que continua na linha da pobreza; sob a máscara da igualdade de possibilidades se esconde a desigualdade inigualável que combina prédios luxuosos e favelas nos centros urbanos; sob o véu da liberdade dos indivíduos se escondem os mais duros ataques às liberdades democráticas da existência na classe trabalhadora; ao rico é reservada a *heroína* de luxo, ao pobre, o fuzil que mata e a discriminação que humilha.

Por isso a sociedade burguesa precisa criar seus heróis e se reinventar na sua arte toda especial de reafirmar o principal padrão que ela cria e recria: *a sociedade burguesa como espetáculo*. Dizia Guy Debord:

O espetáculo é o discurso ininterrupto que a ordem atual faz a respeito de si mesma, seu monólogo laudatório. É o autorretrato do poder e na época de sua gestão totalitária das condições de existência. A aparência fetichista de pura objetividade nas relações espetaculares esconde o seu caráter de relação entre homens e entre classes: parece que uma segunda natureza domina, com leis fatais, o meio em que vivemos. [...] Se o espetáculo, tomado sob o aspecto restrito dos “meios de comunicação de massa”, que são sua manifestação superficial mais esmagadora, dá a impressão de invadir a sociedade como simples instrumentação, tal instrumentação nada tem de neutra: ela convém ao automovimento total da sociedade (DEBORD, 1997, p. 20, 21).

A forma do espetáculo, adaptando-se à realidade e sua dinâmica, criou um novo tipo de *superego* na indústria cultural atual. O moralismo maniqueísta do passado já esvaziou seu conteúdo dominador. Agora não é mais um “herói moral do bem” o que mais atrai. A arte da indústria cultural atual é de transformar o mais espúrio, sem escrúpulos, mesquinho e individual, em espetáculo, em superego, em herói ou heroína.

Em última instância, são distintas formas ideológicas para fortalecer as “ilusões democráticas” da massa trabalhadora na sociedade e visar uma mínima estabilidade

política para a dominação burguesa. Se devemos ter claro que essa dominação encontra na sociedade forças materiais como as burocracias sindicais (que paralisam a ação política insurgente dos trabalhadores) ou os partidos burgueses e pequeno-burgueses “democráticos”, que criam diversos discursos heterodoxos para voltar a se abraçar com a hegemonia burguesa, podemos dizer que essa mesma dominação possui uma “alma” (ou parte dela) na indústria cultural.

Uma das mais premiadas séries televisivas dos últimos anos, *House of cards*, talvez nos sirva como um exemplo gráfico do sentido mais profundo de dominação da indústria cultural. Francis Underwood, o político em busca de poder na *White House* americana é o “tipo ideal” (*para fazer uma ironia*) dos valores a serem transmitidos consciente e inconscientemente ao público expectador. Underwood e os seus têm como traços a sagacidade política, a inteligência, a disciplina, a crueldade, a falta de escrúpulos, enfim, distintos traços marcantes. Mas nada é mais marcante, nada é mais valoroso no íntimo do que transmitem o herói e as personagens do que o *pragmatismo como valor*. De todos os valores, o maior, é a mais absoluta capacidade de não sentir nenhum sentimento, nenhuma paixão, nenhuma humanidade quando se faz política.

Ao intérprete que busque um olhar crítico, poder-se-ia atribuir a ideia de que a série é verdadeira em alguns pontos ao retratar a miséria da política burguesa. Mas, particularmente, trata-se de uma obra de arte e, dessa forma, ao que deve se ater é à capacidade sensível, estética, da obra de se comunicar com os expectadores. Nesse caso, o venenoso pragmatismo de Underwood é mais saboroso esteticamente ao público do que a “racional” denúncia da política burguesa.

A magia da indústria cultural hoje é essa, aos críticos dar a xícara da crítica fria, artificial, para ficar com o conteúdo quente no interior da xícara. Para as obras da indústria cultural moderna, parecer-se crítica e dar um sentido de sabedoria e esclarecimento ao sujeito é parte fundamental; é fingir que eles têm o controle do cérebro, para ganhar seus corações:

O que é significativo não é a incultura, a burrice e a impolidez nua e crua. O refugio de outrora foi eliminado pela indústria cultural graças a sua própria perfeição, graças à proibição e à domesticação do diletantismo, muito embora ela não cesse de cometer erros crassos, sem os quais o nível do estilo elevado seria absolutamente inconcebível (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 112).

As formas cômicas ou dramáticas devem atingir a plenitude técnica e, quando numa forma mais elaborada, oferecer o sabor de um dado conteúdo crítico para atingir o objetivo ideológico – o que Slavoj Žižek chamou, de maneira inteligente, de “o anticapitalismo de Hollywood”.

Marx dizia em 1843 que a comédia era a última forma de expressão de uma sociedade (“formação histórico-mundana”) e que aquela tinha o papel, nesse caso, de que a humanidade se afastasse alegremente de seu passado. A indústria cultural moderna inverteu completamente esse sentido, e transformou a comédia na reafirmação (esdrúxula) da reconciliação com a sociedade atual. Nas palavras de Adorno e Horkheimer:

O triunfo sobre o belo é levado a cabo pelo humor, a alegria maldosa que se experimenta com toda renúncia bem-sucedida. Rimos do fato de que não há nada de que se rir ([...]). Na falsa sociedade, o riso atacou – como uma doença – a felicidade, arrastando-a para a indigna totalidade dessa sociedade ([...]). O diabólico no riso falso está justamente em que ele é forçosamente uma paródia até mesmo daquilo que há de melhor: a reconciliação (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 116).

De outro lado, é possível mesmo fazer certo paralelo da indústria cultural (e seu peso relativo na cultura hoje) com a preocupação de Marx sobre a religião, quando escreveu sua célebre *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*. Isso porque a crítica de Marx via o recorrer à religião – ao contrário de como foi disseminado posteriormente – não apenas como a alienação, mas “o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração e a alma de uma situação sem alma” (MARX, 2005, p.145) e, nesse sentido, é uma forma de protesto contra a miséria subjetiva do mundo, canalizado em outras formas de “grilhões”.

Pensar assim é chocar-se em dois sentidos com a forma da crítica de Adorno e Horkheimer. Em primeiro lugar, porque é se deslocar do que existe de *elitista* na crítica deles à “cultura de massa”. Mesmo nas formas mais “elaboradas” da indústria cultural ou no desenvolvimento artístico de raiz popular existe a dimensão do conflito, da luta de classes, ou seja, mais ou menos desenvolvida a resistência à total mercantilização da arte e da cultura – a própria indústria cultural não é, nem poderia

ser, um todo homogêneo. Não perceber isso seria enxergar não uma tentativa constante de dominação ideológica e uma resistência mais ou menos ativa da massa trabalhadora e da juventude, mas apenas uma massa de alienados frente à indústria cultural, sem reação, ou seja, “o fim da história”, declarado por certa parte da esquerda pensante. Em um segundo sentido, é uma forma também de ler a questão sob a ótica da produção e não do consumo e, nesse sentido, não se voltar à crítica do consumidor, mas aos enormes monopólios da indústria cultural. É evidente que a novela, que propicia o romance e a sublimação daquilo que se foi, de maneira sistemática, materialmente privado, funciona como um suspiro frente à miséria real, “o ânimo de um mundo sem coração”.

Ao tomarmos sob essa lógica e a partir dessa crítica, podemos dialogar com o pensamento de Adorno e Horkheimer quando dizem que:

Cada espetáculo da indústria cultural vem mais uma vez aplicar e demonstrar de maneira inequívoca a renúncia permanente que a civilização impõe às pessoas. Oferecer-lhes algo e ao mesmo tempo privá-las é a mesma coisa (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p 116).

Assim, a crítica da indústria cultural deve conduzir a lançar fora os grilhões ideológicos para que “a flor viva brote”. A única maneira de se desenvolver nesse sentido é compreender a resistência em dois planos, no material e também no ideológico-cultural. O que quebra o cotidiano da novela ou da série não são as milhares de impressões dos livros de Adorno e Horkheimer (que de um ponto de vista evolutivo dificilmente encontrarão os trabalhadores), mas é a luta material dos trabalhadores contra os pressupostos dessa sociedade e as bases materiais da dominação política (no movimento operário e na juventude). Uma greve pode ter um impacto muitas vezes maior na consciência de um trabalhador que políticas evolutivas no plano da cultura no sentido de desenvolver sua capacidade reflexiva.

Mas também no terreno da própria cultura esse embate é frequentemente dado e se expressa de diversas formas no cotidiano artístico. É verdade que a indústria cultural tem a incrível capacidade de tornar tudo mercadoria; mas em cada canto e em cada esfera da arte se expressam renovadamente formas poéticas e estéticas que colocam novas dificuldades para a indústria e a dominação capitalistas.

A indústria cultural se transformou bruscamente no pós-crise: basta pensar que o *streaming* da Netflix chegou aos Estados Unidos em 2007, expandiu-se bruscamente em 2010 no Canadá e alcança um sucesso avassalador com sua primeira série, *House of cards*, em 2013. Nesse sentido, retomar a crítica da indústria cultural, percebendo sua transformação e vendo nisso os signos dos novos tempos é parte fundamental também de compreender o alcance da inflexão de 2008 e e como essa se dá no contexto de pós-década da crise.

5.5.2 O retorno dos intelectuais radicais

Slavoj Žižek, em seu livro *Em defesa das causas perdidas*, coloca em questão uma das “causas” abandonadas e como a inflexão de 2008 pode recolocá-la para a esquerda: a retomada de uma intelectualidade socialista radical. É sobre isso que queremos nos deter aqui, pois pensar uma crítica anticapitalista no pós-2008 também passa por pensar o reflorescimento dessa intelectualidade.

Um dos mais célebres conceitos sobre o lugar dos intelectuais socialistas-radicais do ponto de vista da história e do embate capital vs. trabalho é o de *intelectual orgânico*, elaborado por Antonio Gramsci. Em seu caderno de debate filosófico (especialmente com Bukhárin e Benedetto Croce), Gramsci advoga o caráter indissociável entre o “saber” e o “sentir”, entre o conhecimento e a paixão social, entre o intelectual e as massas.

Passagem do saber ao compreender, ao sentir, e, vice-versa, do sentir ao compreender, ao saber. O elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende e, menos ainda, “sente”. [...] O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado. [...] [O intelectual] deve sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o “saber” (GRAMSCI, C 11, § 67, p. 221-222).

No que se refere ao marxismo, a *organicidade* entre a teoria e a prática que vinha dos fundadores do socialismo científico e se matinha nos que deram

continuidade ao desenvolvimento do marxismo na virada do século XX, esta junção precisou sofrer um *choque* para que fosse possível a conformação de um *marxismo de intelectuais tradicionais*, para usar os termos de Gramsci, ou seja, uma forma de teoria que se apresenta ou apenas formalmente ligada a classe trabalhadora ou diretamente autônoma dela.

De certa forma, o pensamento intelectual marxista desgarrado de seus objetivos políticos pode encontrar sua formação histórica justamente na primeira grande ruptura da teoria com a prática, ocorrida na década de 1920, tendo um salto de qualidade com as derrotas sucessivas que o proletariado sofreu ao longo da década (Revolução Alemã de 1923, Greve geral de 1926 na Inglaterra e Revolução Chinesa de 1925-27) e particularmente os anos de 1930.

Foram precisos sucessivos reveses na luta de classes para produzir um pensamento marxista que se afastasse da classe trabalhadora como sujeito político da transformação, como pilar fundamental dos problemas teóricos das distintas esferas que o marxismo pode abordar. Essa é a tese fundamental de Perry Anderson em suas *Considerações sobre o marxismo ocidental*¹³⁰. A separação entre teoria e prática como um produto histórico foi de influência decisiva para a própria elaboração intelectual de distintas escolas ligadas ao marxismo. A generalização desse pensamento desvinculado de motivações políticas só foi possível com a expansão da universidade “de massas”, principalmente a partir dos anos 1960 e como resposta às mobilizações internacionais de 1968. É importante refletir isso na medida em que queremos entender as formas que foram levando ao esmagamento dos “intelectuais-radicais” em seu auge da ofensiva ideológica do capital no neoliberalismo. Para compreender esse movimento que vai levar à generalização do “academicismo” no pensamento marxista, vejamos o caso dos frankfurtianos Adorno e Horkheimer, já que são primeiras expressões importantes do movimento da separação entre teoria e prática e também são um caso emblemático para pensar o ano de 1968 – e o choque do pensamento filosófico antipolítico com a realidade viva da luta.

¹³⁰ Abordaremos esse ponto no tópico final desse capítulo, quando tratamos do pós-Segunda Guerra Mundial, em que citamos a obra de Perry Anderson.

5.5.3 Ceticismo e conservadorismo no “pensamento autônomo marxista”

Como muitos dos intelectuais dos anos de 1920, Horkheimer também flertava com os partidos de esquerda da época. Henrich Dubiel analisa que embora o filósofo possivelmente não foi membro do KPD (Partido Comunista Alemão), era mais próximo do KPD do que do SPD (Partido Social-democrata Alemão) durante a última República de Weimar (DUBIEL, 1985, p. 14). Mas sem dúvida a derrota na Revolução Alemã de 1923 foi muito importante para que o Partido Comunista Alemão (KPD) não conseguisse aproximar mais intelectuais para o partido, e era parte de abrir espaço para a cisão entre teoria e prática. Com a stalinização da Internacional Comunista e o giro sectário após o Sexto Congresso (1928), que levou à catástrofe política (abandono da frente única) em 1933, culminando na ascensão de Adolf Hitler, as condições só se agravaram mais e o terreno “objetivo” para o marxismo ocidental apenas aumentava; desgraçadamente, a se isolarem da política, ao final, parte desses intelectuais (entre os quais Adorno e Horkheimer) abandonam o proletariado como sujeito da emancipação.

Um dos textos conclusivos desse movimento e iniciador do pensamento frankfurtiano, intitulado *Teoria crítica ou teoria tradicional*, foi escrito precisamente em 1937, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, um ano depois da derrota da greve geral francesa e no ano da derrota da insurreição de Barcelona – a “última chance” de se evitar a tragédia imperialista da guerra. Nesse texto, os autores vão se chocar contra os distintos aspectos do método e da teoria positivista (em plena ascensão nos EUA), criar uma perspectiva conectada com outras ciências e, acima de tudo, ligada à noção de uma teoria normativa, que vise à emancipação. Tal forma de teorizar nasce em paralelo com o clássico da sociologia americana “*A estrutura da ação social*”, de Talcott Parsons, também de 1937.

Especialmente os anos da guerra e o mundo pós-guerra, de desilusão e reconstrução do que foi perdido, destruído, arrasado e descarregado nas costas dos trabalhadores, pareciam o palco perfeito para o intelectual frankfurtiano: uma teoria que nasce em oposição aos “desenvolvimentos” teóricos burgueses na sociologia americana, dando o perfil ao teórico crítico de um analista feroz da dominação capitalista, mas num contexto de descrente resistência do movimento operário

(bastante derrotado após os anos de 1930). Tal situação se aprofundava com o desenvolvimento do *Welfare State*, que criaria condições da reificação capitalista e formas de controle ainda superiores, exercendo uma pressão ainda maior de capacidade adaptativa do capitalismo, afastando qualquer elemento revolucionário da perspectiva dos autores.

A teoria crítica de Adorno e Horkheimer pareciam se encaixar, portanto, com a resignação das “décadas de ouro”, era uma forma de crítica que conduzia a uma estrada sem saída. Adorno deixou textos póstumos intitulados “mensagens numa garrafa”, que simbolizam exatamente a resignação com o presente no autor, que entendia escrever críticas que se combinaram com um futuro sujeito emancipativo, cuja existência no seu tempo não seria possível.

5.5.3 O pensamento “não-engajado” diante das lutas sociais

No entanto, essa forma de pessimismo (que não deixa de ser diletante à sua maneira) cobrou o seu preço ainda em vida e o lugar intelectual de Adorno e Horkheimer se deslocou de sua estabilidade quando do advento dos anos de 1960 e, particularmente, das explosões estudantis do período.

Nesse sentido, vamos recorrer a três episódios especificamente de Theodor Adorno para exemplificar como o intelectual, desvinculado das lutas sociais, aparentemente pungente intelectualmente no período de calmaria, entra em bancarrota teórica quando da virada revolucionária da situação.

No final de abril de 1968, na segunda aula que Adorno dava num curso em Frankfurt de introdução à sociologia, o intelectual confusamente terminava reafirmando “certa prioridade” de promover o conhecimento, precisamente estando há poucos dias da explosão estudantil francesa do mês de maio:

Quando seis milhões de pessoas inocentes são assassinadas por uma motivação delirante, ainda que, no sentido de uma teoria da sociedade, isso seja considerado um epifenômeno, algo de derivado e não decisivo, penso que a simples dimensão de horror possui um tal peso e um tal direito, que ela justifica, nesse caso a exigência pragmática de, antes de mais nada, promover o conhecimento, conferindo-lhe uma certa prioridade – perdoem-

me o uso dessa palavra de terrível lembrança – com o objetivo de evitar a repetição de tais acontecimentos (ADORNO, 2008, p. 77).

Incitar a prioridade do conhecimento, recorrendo aos horrores do nazismo, tinha muito efeito no pós-guerra; no entanto, às vésperas de um levante internacional estudantil e de greves operárias, tornava-se anacrônico. No dia 2 de maio, Adorno dá a quarta aula do mesmo curso e desloca a contradição do acadêmico ao político, como se desvelasse por suas próprias palavras a magia que liga a postura intelectual de crítica “radical” ao nada radical reformismo político:

Penso que na realidade social vigente deveríamos ser muito mais parcimoniosos com as críticas ao chamado reformismo do que era possível no século XIX e no começo do século XX. A posição diante das reformas em certo sentido é função de como avaliamos as relações estruturais no âmbito do todo, e como hoje essa transformação do todo já não parece possível na mesma imediatez em que aparecia em meados do século XIX, também essas questões se deslocam a uma perspectiva inteiramente diferente (ADORNO, 2008, p. 99).

À luz de um leitor da década de 1970, por exemplo, a resignação de Adorno se torna uma tragédia, com o apelo ao reformismo justificado na invisibilidade da transformação do todo, precisamente num momento em que os estudantes franceses proclamavam “*soyez réalistes, demandez l'impossible*” [*sejamos realistas, exijamos o impossível*]. *Essa seria uma tragédia teórica e teórico-política, se não se tornasse força material propriamente política. Tal passagem se refere ao conhecido episódio em que Adorno chama a polícia para reprimir estudantes que adentravam o Instituto de Frankfurt no calor das mobilizações em janeiro de 1969. Se teoricamente o pessimismo adorniano caducou e se tornou como concepção política um reformismo, em 1969, Adorno conduziu o choque entre sua teoria e a realidade material aos limites do que se poderia considerar de qualquer ponto de vista um pensamento crítico. Agiu em janeiro como todos os positivistas que sempre criticou: preservando a ordem.*

Hebert Marcuse, nas famosas trocas de cartas com Adorno, crítica o filósofo alemão no fundamental: a imutabilidade de sua teoria

Como tu, considero irresponsável aconselhar do alto da escrivadinha a ação àqueles que estão dispostos, com plena consciência, a fazerem quebrar-se a cabeça pela sua causa. Mas, no meu modo de ver, isso significa que, para continuar a ser nosso “velho Instituto”, devemos hoje escrever e agir diferentemente dos anos 30. Até mesmo a incólume teoria não está imune à realidade. Tão falso quanto negar a diferença entre ambas (como tu com razão censuras aos estudantes) é manter abstratamente a diferença na sua antiga configuração, quando a realidade na qual teoria e prática se incluem (ou se distanciam) se modifica (MARCUSE, 1997).

Diante desse quadro, vale a pena contrastar a postura intelectual dos fundadores do marxismo com esse ângulo sobre o conhecimento de Adorno e sua postura política em 1968. Chama a atenção uma passagem de Friedrich Engels. No prefácio ao terceiro livro de *O capital*, o autor se queixava de que seus interesses pelos trabalhos teóricos eram muito maiores do que poderia realizar, já que, com a morte de Marx, os trabalhos de articulação do movimento operário internacional recaíam duplamente sobre ele. No que se refere à intensidade desse trabalho político, Engels escrevia:

Desde os primeiros dias de nossa atividade pública, recaía em Marx e em mim boa parte do trabalho de estabelecer relações entre os movimentos nacionais dos socialistas e dos trabalhadores dos diversos países; esse trabalho aumentava na medida em que se robusteciam esses movimentos em sua totalidade. Marx assumiu, até a morte, o peso principal da tarefa; mas esta, depois mais acrescida, recaiu unicamente sobre mim. Felizmente, a relação direta entre os partidos nacionais dos trabalhadores vai se tornando a regra, e se impõe cada dia mais; apesar disso, minha ajuda é requerida com frequência muito maior que a adequada ao meu interesse pelos trabalhos teóricos. Para quem milita como eu há mais de cinquenta anos nesse movimento, os trabalhos que ele propõe constituem dever indeclinável, a cumprir sem dilação. A agitada época atual, como no século XVI, só do lado da reação se encontram teóricos puros, na esfera dos interesses públicos, e justamente por isso esses senhores não são mesmo teóricos verdadeiros, mas simples apologistas dessa reação (ENGELS, 2008, p. 14).

Em suma, voltamos ao conteúdo “crítico” (que dava tons vermelhos para uma das formas do que se generalizaria como “marxismo acadêmico” no pós-68) da obra de Adorno e Horkheimer. Se por teoria crítica pudéssemos nos referir, como expressou o jovem Marx em uma carta de 1843, como “o autoesclarecimento das lutas e desejos de uma época”, e que portanto a crítica deve pressupor o desenvolvimento da potencialidade latente daquilo que se critica, a teoria de Adorno e Horkheimer terminou por morder a própria língua... e não levou a crítica da sociedade capitalista

até a raiz, em todo o sentido de negação e afirmação que a natureza dialética da crítica deve conter.

Ironicamente, o que era uma posição intelectual criticada por distintas correntes em sua época, o frankfurtianismo de Adorno e Horkheimer tornou-se um certo modelo estabelecido de parte dos intelectuais de esquerda dos anos 1990, já que a própria intelectualidade reconciliada com as novas condições do neoliberalismo, adaptou a “crítica radical” ao sabor do regime universitária vigente – sem dúvida nenhuma com louváveis resistências que foram parte fundamental de manter aspectos da teoria bastante vivos e em combate, como a crítica da economia política, a centralidade do trabalho, a defesa do materialismo histórico contra as correntes pós-modernas etc.

Qual a transformação do ponto de vista da ideia de intelectual ligado o *trabalho* que o mundo pós-crise coloca? valendo-se da crítica que expressamos acima, podemos entender que o novo mundo, com seus novos problemas de economia, geopolítica, lutas sociais e expressões ideológicas, cada vez mais efervescente, questionou incisivamente o *intelectual adorniano* e recolocou no tabuleiro internacional a perspectiva de *intelectuais socialistas-radicais*.

5.6 “E, NO ENTANTO, ELA SE MOVE”

Como conclusão sobre os distintos aspectos da vida ideológica que vão sendo questionados e reelaborados, recobra atualidade sob distintas formas e em distintos terrenos da arena internacional a perspectiva do socialismo e comunismo. Ao definir comunismo como um “movimento real”, Karl Marx e Friedrich Engels preendiam expressar dois pontos decisivos: que o comunismo não era uma ideia acabada de um gênio isolado e nem um ato de vontade arbitrária. O comunismo é expressão material da formação do proletariado e o desenvolvimento de sua atividade coletiva. Na medida em que avança historicamente, esse desenvolvimento choca-se profundamente contra os pressupostos (exploração do trabalho) e relações materiais da sociedade existente. Um choque que só pode levar ou à manutenção dessas relações através de acirrar as contradições ou ao aniquilamento desses pressupostos, ou seja, ao questionamento da sociedade de cima a baixo, à revolução social.

Mas os objetivos comunistas não se restringem à revolução socialista: essa é uma primeira etapa, decisiva, do processo de emancipação dos trabalhadores. mas esse processo só pode se dar em escala internacional, a partir de uma revolução que começa na esfera nacional, ganha dimensão internacional e se estabelece na arena mundial. Apenas dessa forma a humanidade pode colocar no seu horizonte, além de destruir o Estado capitalista e as relações de exploração do trabalho – objetivos imediatos da revolução social – almejar também criar condições sociais em que se extinga a divisão de classes na sociedade, o Estado sob qualquer forma, o valor, o dinheiro, todas as formas de opressão – desenvolvendo as forças produtivas em abundância, em harmonia com os objetivos da humanidade e da natureza, criando condições para que se libere a humanidade de todas as travas e que possamos realmente alçar como bandeiras da sociedade comunista mundial os dizeres que Karl Marx retoma em 1871: “de cada um segundo suas capacidades, para cada um segundo suas necessidades” (MARX, 2004, p. 136).

Tendo isso em vista, o comunismo desenvolveu uma teoria, uma concepção científica e dialética de mundo que oferece ao proletariado um instrumento no sentido de sua emancipação: o marxismo. Está é, portanto, a teoria da revolução proletária, ou seja, uma concepção do mundo, uma crítica da economia política, uma política e uma estratégia socialistas que melhor correspondem à antinomia expressa no seio da sociedade burguesa, entre as forças produtivas e as relações de produção. A rigor, a única concepção teórica que não optou por conciliar o irreconciliável ou se partidarizar pelas visões de mundo funcionais à classe dominante, o marxismo, só foi possível a partir do momento em que o proletariado começou a surgir como resposta política à contradição da sociedade capitalista.

As barreiras históricas atuais que o comunismo deve enfrentar, no entanto, são complexas. O enorme paradoxo das últimas décadas, especialmente da etapa reacionária do neoliberalismo internacional, é que vivemos sob uma condição econômica que acirrou as contradições sociais (ampliou a escala da desigualdade mundial a um nível que nem os mais ferozes críticos do capital no século XIX poderiam imaginar) ao mesmo tempo em que amortizou o movimento real de transformação da sociedade, na medida em que a ofensiva política contra o proletariado encontrou nas armas ideológicas um correspondente igualmente feroz. Para além de buscar terminar

com termos como “marxismo”, “classe operária” e “revolução”, a classe dominante internacional conseguiu algo mais: tentou converter o “comunismo” em seu contrário, de expressão avassaladora da libertação da massa trabalhadora em um termo que simboliza o totalitarismo, a falta de liberdade, a redução do indivíduo, o monolitismo cultural e mesmo o conservadorismo.

É fácil perceber que transformar o comunismo, maior expressão de libertação das amarradas que prendem a humanidade, nessa imagem política de violência, ódio e barbárie é produto da deformação ocorrida em muitas das experiências dos Estados operários, que o capital financeiro soube utilizar com sua fortíssima força política em âmbito internacional para fazer sua propaganda pró-capitalista e condenar o comunismo em geral, ou seja, ainda que seja absurdo para qualquer um que conheça o mais mínimo da obra de Marx identificar seus escritos com o capitalismo selvagem chinês ou o regime autocrático de Kim Jong-un da Coreia do Norte, a história narrada nos livros, nas telas de TV, nos artigos e vídeos de internet acumulam uma avalanche de ideologia burguesa, que transformam efetivamente o comunismo em seu contrário: a liberdade em cadeia, a emancipação em alienação, a utopia em pesadelo. E toda a geração é empurrada a crer nisso, *credo quia absurdum* (do latim, creio porque é absurdo), nas palavras de Tertuliano.

Daqui a pergunta: pode a humanidade passar um longo tempo imersa em uma ideologia claramente deslocada da verdade? Dezenas de anos em que o capitalismo consegue se afirmar jorrando letras, *frames* e lorotas contra as ideias da emancipação dos trabalhadores não confirmariam que o comunismo fracassou? Se tratarmos o comunismo como movimento real e não como uma hipótese, como pretendeu Alain Badiou, é possível que uma verdade sobre o movimento real, que já tenha surgido na história, permaneça trancafiada por tanto tempo?

Stephen Hawking escreveu sobre a vida de Galileu Galilei no seu célebre livro de biografias, *On the shoulder of giants* (Sobre os ombros dos gigantes, em tradução livre) e fez uma curta, porém belíssima descrição de um dos maiores gênios da ciência, das descobertas que levaram a humanidade a enxergar as belas montanhas

da lua pelo telescópio, os primeiros entendimentos sobre movimento pendular e uniformemente acelerado e a dinâmica dos corpos em queda livre – que aperfeiçoou as análises do movimento e os princípios da mecânica.

Como é conhecido, uma das concepções mais marcantes da teoria de Galileu foi a forma com a qual fez uma defesa da teoria heliocêntrica de Copérnico, segundo a qual a terra girava em torno do Sol, em seu livro *Diálogo sobre os dois máximos sistemas do mundo*. E nesse sentido é popular a consequência que o livro teve na vida de Galileu, levando a ser julgado pela Inquisição da Igreja Católica, tendo que fazer um juramento contra sua heresia e abrindo mão de suas teorias, recebendo como punição a prisão perpétua. Contam os biógrafos que, no entanto, a pena foi comutada em uma primeira prisão domiciliar, mais leve, e Galileu ficaria sob os cuidados do Arcebispo Ascânio Poccolomini; no entanto ao saberem que Galileu estava recebendo “tratamento preferencial” (justamente nesse período ele começa seu último livro, *Diálogos sobre as duas novas ciências*), aumentam a punição e enviam o já homem de idade Galileu para nova residência mais afastada, em montanhas próximas de Florença. Para completar a vida dura de Galileu, após o julgamento, precisamente no período em que se reaproximava de sua filha, Virginia Celeste, ela contrai uma doença e morre pouco tempo depois, em 1634, oito anos antes da morte dele. Reunindo suas últimas forças, consegue voltar ao seu derradeiro trabalho, *Dois novas*, terminando-o em menos de um ano; mas este foi impedido pelo *Index* da Igreja de ser publicado.

Foi sob circunstâncias extremas como essas que Galileu defendeu sua teoria copernicana, enfrentou a teoria oficial da Igreja, sofreu as consequências da Inquisição e brigou até o final da vida por fazer a humanidade mais que caminhar, saltar para ver mais longe. Seus esforços não foram em vão: *Diálogos sobre duas novas ciências* foi considerado por muitos, incluindo Albert Einstein, como a pedra angular da ciência moderna. Stephen Hawking abriu seu texto biográfico sobre Galileu retomando o que é tido por alguns como um mito, por outros como uma verdade, mas que não deixa de ser um emblema fantástico da vida do florentino. Conta-se que depois de Galileu fazer seu juramento ajoelhado com as mãos na Bíblia, em que rejeitava a teoria de que a Terra se move ao redor do sol, ele teria resmungado as célebres palavras: *Eppur si muove*, “e, no entanto, ela se move” – ou seja, Galileu

teria renegado baixinho o juramento falso contra a teoria copernicana. Ainda que é sabido que essa frase apareceu num retrato a óleo de Galileu datado do 1640 e também no relato de Giuseppe Baretta sobre o episódio em 1757, sem dar demonstrações acabadas de que Galileu teria pronunciado aquela frase, o mais interessante é que ainda que se trate de um mito, seria um mito que representaria maravilhosamente a vida e a luta de Galileu Galilei pela verdade.

Agora, para nós, é ainda mais instigante retomar essa passagem à luz da reflexão sobre nossa época. *Eppur si muove*, a frase amplamente comentada na ciência, diz mais do que o movimento da Terra: ela diz também que, embora a classe dominante daquele momento tenha se mostrado disposta a obrigar um gênio da ciência a renegar uma verdade histórica, embora a ideologia das instituições mais fortes politicamente (no caso a Igreja) possa prevalecer à força por dezenas ou centenas de anos contra a verdade que já havia surgido, o que não se pode fazer é impedir o movimento do mundo.

A sutil beleza da frase de Galileu é essa: puderam fazê-lo jurar algo falso, puderam impedi-lo de falar a verdade sobre o movimento da Terra, mas não puderam impedir o movimento real. Digam que não, vençam momentaneamente a batalha comprada nos livros “e, no entanto, ela se move”.

Se olharmos para as três décadas neoliberais até a grande crise capitalista de 2008, podemos entender um pouco que a irracionalidade neoliberal tem seus paralelos na história. A chuva de artigos para dizer que havia acabado o socialismo real, o marxismo, a classe trabalhadora, as utopias, em suma, a própria história... o triunfalista discurso burguês de que o capitalismo venceu e o comunismo fracassou não pode esconder duas coisas: que na realidade o próprio sistema capitalista para sobreviver levou a guerras, à miséria e fome em escala de bilhão, à desigualdade incomensurável, à destruição da natureza, à depressão como doença de época, à perda de sentido da humanidade; e de outro lado, que o comunismo, a luta pela emancipação do trabalho, da humanidade, da lógica perversa do sistema em que opera a lei do valor, é uma luta justa, é uma verdade histórica incontornável.

Puderam comemorar a noite de 30 anos neoliberal, mas não puderam evitar que objetivamente o sistema capitalista contém contradições insuperáveis. Puderam fazer todos os seus belos discursos de que a luta de classe e as crises capitalistas acabaram, “e, no entanto, ela se move”, o mundo material capitalista, no entanto, foi aprofundando suas contradições até estampar nas capas dos principais jornais do mundo em 2008 novamente o caráter falho do sistema, a “crise do capitalismo”.

Galileu Galilei morreu em 1642, mas apenas exatos 350 anos depois a Igreja Católica, a partir do Papa João Paulo II, ratificou a comissão de investigação que confirmava que era equivocada a punição que fizeram ao cientista. Tardou muito para essa instituição reacionária confirmar, mas mesmo ela teve de dizer que Galileu estava certo. Entretanto, sua teoria não dependeu disso e influenciou os maiores gênios a fazerem avançar a humanidade, mesmo durante sua própria vida e nas décadas seguintes à sua morte.

A teoria copernicana rondou como um espectro a Igreja católica durante centenas de anos, tendo Galileu e outros gênios como artífices desse espectro. A crise capitalista libertou outro fantasma, que novamente ronda a Europa, contra o gosto dos que quiserem fechar o ciclo histórico já há 30 anos...

Notas de fim

Georg Lukács, “Si tenemos en cuenta que, desde el término de la segunda Guerra Mundial, la hegemonía de la reacción imperialista mundial ha ido pasando cada vez más de lleno a manos de los Estados Unidos, quienes en este sentido han venido a substituir a Alemania, sería necesario, en realidad, escribir la historia de la filosofía en aquel país para poder poner de manifiesto, con la misma precisión con que lo hemos hecho con respecto a Alemania, de donde provienen, desde el punto de vista social y en el plano espiritual, las actuales ideologías del “siglo norteamericano”, donde hay que buscar las raíces sociales y espirituales de estas ideologías actualmente en boga”

Albamonte & Maiello, “En términos de estrategia, uno de los documentos fundamentales en el debate será aquella introducción de Engels a la que refiere Kautsky como precursora de la “estrategia de desgaste”, cuyos avatares constituyen toda una metáfora de la evolución del SPD. Para eludir la censura estatal, la “Introducción” había sido adulterada por Wilhelm Liebknecht previamente a su publicación, haciendo caso omiso a las protestas de Engels, quien se quejaba de que el texto se había publicado “truncado de tal manera que yo aparezco en él como un adorador pacífico de la legalidad”. Pocos meses después Engels muere y el asunto queda sin resolución”

Hegel, “El reloj tiene cuerda y sigue marchando por sí mismo”

Hegel, “Cuando el espíritu del pueblo ha llevado a cabo toda su actividad, cesan la agitación y el interés; el pueblo vive en tránsito de la virilidad a la vejez, en el goce de lo adquirido. La necesidad que había surgido ha sido ya satisfecha mediante una institución, y ya no existe”

Hegel, “Lo verdadero no se halla en la superficie visible”

Hegel, “SingULARMENTE en lo que debe ser científico, la razón no puede dormir y es menester emplear la reflexión. Quien mira racionalmente el mundo, lo ve racional”

Hegel, “La pasión se considera como algo que no es bueno, que es más o menos malo; el hombre – se dice – no debe tener pasiones. La palabra pasión no es empero justa para lo que quiero expresar aquí. Me refiero aquí en general a la actividad del hombre impulsada por intereses particulares, por fines especiales, o, si se quiere, por propósitos egoístas, de tal suerte que estos ponen toda la energía de su voluntad y carácter en dichos fines, sacrificándoles los demás fines posibles, o mejor dicho, todo lo demás. (...) Decimos, pues, que nada se ha producido sin el interés de aquellos cuya actividad ha cooperado. Y si llamamos pasión al interés en el cual la individualidad entera se entrega – con olvido de todos los demás intereses múltiples que tenga y pueda tener – y se fija en el objeto con todas las fuerzas de su voluntad, y concentra en este fin todos sus apetitos y energías, debemos decir que *nada grande* se ha realizado en el mundo *sin pasión*”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise teórica da crise econômica internacional nos colocou uma série de barreiras e dificuldades, e não poderia ser diferente. A complexidade do fenômeno tem um quê de “dialética radical”, faz com que o trabalho da pesquisa seja feito em uma matéria que se transforma de maneira avassaladora e, partindo da economia, influencia rapidamente todas as demais esferas, como a política e o plano cultural-ideológico.

Tal visão se reafirma com uma consideração metodológica dada por Engels ao se examinar um grande período, quando ele escreve o prefácio à *Lutas de Classe na França*, obra em que Marx busca compreender uma importante virada na dinâmica internacional do capitalismo com a primavera dos povos em 1848. Comenta Engels:

Na apreciação de acontecimentos e de séries de acontecimentos da história do dia-a-dia nunca estaremos em condições de recuar até as últimas causas econômicas. Mesmo ainda hoje, quando a respectiva imprensa especializada fornece material tão abundante, seria impossível, até na Inglaterra, seguir o curso da indústria e do comércio no mercado mundial e as mudanças que dia após dia são introduzidas nos métodos de produção, de modo que, em qualquer momento, se possa fazer um balanço geral desses fatores multiplicemente imbricados e em permanente mudança, fatores dos quais os mais importantes atuam na maioria dos casos durante muito tempo às ocultas antes de, repentinamente, se fazerem valer com violência à superfície. **A clara visão de conjunto sobre a história econômica de um dado período nunca lhe é simultânea** (ENGELS, 2008, p.38 – grifo nosso).

Ou seja, Engels já no século XIX alertava contra uma visão vulgar de que se poderia fazer uma apreciação completa *simultânea* de um dado curso histórico-econômico, dada as dificuldades de se conhecer o conjunto das determinações para a análise do capitalismo global. Na atualidade, paradoxalmente, se a velocidade das informações alcançou níveis inimagináveis para a época do pensador alemão, por outro lado a complexidade das estruturas econômicas industriais, bancárias, financeiras, dificulta bastante a análise da crise do capital, para não falar da complexidade das estruturas sócio-econômicas em geral, políticas, dimensões culturais etc, que adicionam dificuldade.

Esta consideração nos pareceu muito útil ao longo desse trabalho justamente para não nos colocar na rota de busca de uma somatória de informações econômicas:

seguindo a reflexão de Marx e Engels sobre os processos de 1848, mesmo sem “uma clara visão de conjunto sobre a histórica econômica”, os autores puderam fazer um estudo denso da situação econômica e uma análise profunda do significado que a Primavera dos Povos teve para a história do capitalismo internacional. Seguramente tal método de apreciação da história foi decisivo também para o marxismo na virada do século XX e os estudos sobre a *época imperialista* do capitalismo, entre outros momentos significativos de transformação histórica.

Naturalmente com um estudo bem menos denso e mais parcial que os que nos inspiramos, nosso intuito foi oferecer uma contribuição para esse complexo desafio de compreender uma *inflexão* na economia mundial, com repercussão em muitas esferas da vida política e cultural-ideológica, traçando dois grandes eixos, um na economia, com a *Grande Recessão* aberta em 2008, outro na geopolítica, com a ascensão de Donald Trump e sua *guerra comercial* com Xi Jinping.

A nossa análise buscou demonstrar a agudeza das transformações, mas sem perder as proporções. Falamos em recessão, mas não em depressão econômica. Falamos em guerra comercial, mas não em possibilidade imediata de uma conflagração mundial. Falamos em ascensão da extrema-direita nas potências, mas não de regimes fascistas. Falamos em greves gerais, mobilizações e levantes, mas não na revolução proletária. Ao mesmo tempo, o sentido da inflexão ao longo de todo o estudo foi claro: uma dinâmica internacional menos harmônica, menos estável, mais conflituosa – onde a verdadeira “era dos extremos” começa a se anunciar.

Vivenciamos uma transformação na dinâmica internacional do capital, saindo da fase neoliberal e apontando para uma nova fase, ainda muito difícil de conceituar, mas que vai se evidenciando na guerra comercial, protecionismos, nacionalismos-econômicos, governos de extrema-direita em potências, ao mesmo tempo na entrada em cena do movimento operário, mulheres, negros e mesmo espectros da revolução começam a florescer, como no caso francês, com os *coletes amarelos* [gilets jaunes], com certa radicalidade, mas ainda não na forma clássica de uma revolução, “uma flor ainda desbotada, ilude a polícia, rompe o asfalto”.

Se a crise do capital e seus efeitos a partir do *crash* de Lehman Brothers é um fenômeno mais assentados, que se podem desenvolver mais teoricamente, passada mais de uma década do início da recessão, a dimensão da virada geopolítica de 2016

ainda se está por se ver, mas seguramente vai moldar mais a definição do que será essa nova fase da dinâmica do capital. O que consideramos certo é que uma nova recessão, como a que alguns autores como Nouriel Roubini, Martin Wolff, Paul Krugman visualizam para 2020, poderia cair como uma pequena bomba no já altamente instável equilíbrio capitalista. E, por outro lado, mesmo com mudanças a partir da eleição nos EUA de novembro 2020, consideramos fora de escopo que o conflito (mais ou menos aberto) com a China não continue como central na política norteamericana; por fim, faz-se mister não desprezar que a dinâmica de “estancamento secular”, nem falar uma nova recessão, aprofundaria ainda mais os efeitos da crise orgânica, tendendo a abrir, inclusive, situações mais clássicas de conflito entre o capital e o trabalho.

Se a economia foi um dos marcos da reflexão (2008), e a geopolítica outro (2016), e se estamos falando de uma nova dinâmica do capitalismo internacional, por que não poderíamos apostar que os historiadores do futuro analisarão, entre os determinantes de próximas inflexões na fase atual ou em novas dinâmicas do capitalismo internacional, processos de revolução?

BIBLIOGRAFIA

- ACHCAR, Gilbert. **The People Want**. University of California Press. 2013
- ALBAMONTE, Emilio & MAIELLO, Matias. **Nos limites da restauração burguesa**. São Paulo: Revista Estrategia Internacional 4. 2011
- ADORNO, Theodor. **Minima Moralia**. 2008. Rio de Janeiro: Azougue.
- ADORNO, Theodor & Horkheimer, Marx. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar. 1985
- ADORNO, Theodor. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Editora Unesp. 2008
- ALFONSO, Daniel & MATOS, Daniel. **Questão negra, marxismo e classe operária**. São Paulo: Edições Iskra. 2013
- ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- ANDERSON, Perry. **A crise da crise do marxismo**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1985
- ANKER, Morten & SONNERBY, Per. **Russian revenue management under Vladimir Putin**. 2008. Acessado em: citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download;jsessionid=755E17033BD68B7E978876794785594B?doi=10.1.1.502.5217&rep=rep1&type=pdf, último acesso em 30/05/2019
- ARISTOTELES. **Política**. Tradução e notas de A. C. Amaral e C. C. Gomes. Edição bilíngüe. Lisboa, Vega, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Editorial Cortez, 2008.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo editorial, 2018
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Editora Boitempo, 2009
- ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim – Origens e Fundamentos do Século XXI**, 1ª edição, São Paulo, Editora Boitempo, 2008

BACH, Paula. **Fin del trabajo o fetichismo de la robotica?**. 2017, in: <http://www.laizquierdadiario.com/ideasdeizquierda/fin-del-trabajo-o-fetichismo-de-la-robotica/>

BACH, Paula. **Las medidas de contención devienen eslabones débiles**. Revista Estrategia Internacional. Buenos Aires, 2011

BACH, Paula. **Estancamiento secular, fundamentos y dinámica de la crisis**. Buenos Aires: Revista Estrategia Internacional, 2015. Acessado em: http://www.estrategiainternacional.org/IMG/pdf/09_bach_ei29.pdf, último acesso: 30/05/2019

BACH, Paula. **O Boom de la posguerra**. Buenos Aires, 1998. Disponível em: <http://www.ft.org.ar/estrategia/ei7/ei7boom.html>, último acesso 25/06/2019

BADIOU, Alain. A hipótese comunista; tradução Mariana Echalar. - São Paulo: Boitempo, 2012

BARBACETTO, Gianni & GOMEZ, Peter & Travaglio, Marco. **Mani Pulite. La vera storia 20 anni dopo**. Chiarlettere editore. 2012

BASSO, Pietro. **As emigrações são sempre forçadas**. 2015. In: <http://www.esquerdadiario.com.br/Pietro-Basso-emigracoes-forçadas>, acessado em 15/05/2019

BAUMEISTER, Christiane & KILIAN, Lutz, **Understanding the Decline in the Price of Oil since June 2014**. Journal of the Association of Environmental and Resource Economists 3, no. 1, 2015, p. 131-158.

BRAUN, Michael. **O movimento 5 estrelas: um partido de tipo especial, contra o tradicional sistema político italiano**. Friedrich Ebert Stiftung. Análise, nº5, 2016. Disponível em: library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12705.pdf

BENTOLILA, Samuel & JANSEN, Marcel. **La reforma laboral de 2012: Una primera evaluación**. Apuntes Fedea, 2012

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura**. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I**. São Paulo: Brasiliense, 2002

BENSAÏD, Daniel. **Marx, manual de instruções**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

BENSAÏD, Daniel. **Os irredutíveis**. São Paulo: Boitempo editorial. 2008.

BIAU, Daniel. **The Bridge and the City**, Llumina Press. 2015

BLACKBURN, Robin, **The Subprime Crisis**, New Left Review 50(March-April 2008), Disponível em: www.newleftreview.org/?view=2715, último acesso 25/06/2019

BLASCO, Elíes Furió & PÉREZ, Matilde Alonso. **Desempleo y reforma laboral en España durante la Gran Recesión**, Cahiers de civilisation espagnole contemporaine [En ligne], 14 | 2015, mis en ligne le 13 juillet 2015, consulté le 18 mai 2019. URL : <http://journals.openedition.org/ccec/5721> ; DOI : 10.4000/ccec.5721

BOURGUINAT, Henri. **Finance internationale**. Paris: Puf économie, 1992

BRENNER, Robert, 2009, “**A Way out of the Global Crisis?**”, interview, http://english.hani.co.kr/arti/english_edition/e_international/336766.html.
Último acesso: 21/06/2019

BRENNER, Robert. **O Boom e a Bolha**. Rio de Janeiro: Record. 2003

BRESCIANI-TURRONI, Constantino. **Economia da inflação: o fenômeno da hiperinflação alemã nos anos 20**. 2 ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1989.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignación y esperanza: los movimientos sociales en la era de Internet**. Madrid: Alianza Editorial, 2012

CALLINICOS, Alex. “**Contradictions of austerity**”. In: *Cambridge Journal of Economics* 2012, 36, 65–77

COGGIOLA, Oswaldo. **A Revolução Árabe e o Islã**. São Paulo, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3812256/mod_resource/content/2/A%20revolucao%20arabe.pdf, ultimo acesso 25/06/2019

BRITO, Bárbara. Entrevista ao jornal “El ciudadano.com”. **Bárbara Brito: “La pelea contra la opresión de la mujer y la lucha contra la explotación son indisociables”**. 2018. Disponível em: <https://www.elciudadano.com/entrevistas/barbara-brito-la-pelea-contra-la-opresion-de-la-mujer-y-la-lucha-contra-la-explotacion-son-indisociables/07/25/#ixzz5e7J6l7Lu>

CAMP, Jordan T. **Black Liberation and Left Renewal**. Jacobin. Disponível em: <https://www.jacobinmag.com/2017/03/black-lives-matter-keeanga-yamahtta-taylor-police-brutality>, último acesso 25/06/2019

CAMPOS, Augusto; CAMPOS, Haroldo de; SCHNAIDERMAN, Boris. **Poesia Russa moderna – Nova antologia**. São Paulo: Brasiliense. 1985.

CHAMBERLAIN, Prudence. **The Feminist Fourth Wave: Affective Temporality**, 2017 Cham, Switzerland: Springer International Publishing, 2017

CINATTI, Claudia. **Lucha de clases y nuevos fenómenos políticos en el quinto año de la crisis capitalista**. Buenos Aires: Revista Estrategia Internacional, 2012

CHESNAIS, François. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

CHESNAIS, François. **La récession mondiale: moment, interprétations et enjeux de la crise**. Carré Rouge, n. 39, 2008.

CHENAI, François. **Mundialização Financeira**. São Paulo: Editora Xamã, 1998

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Editora Xamã. 1996

CHINGO, Juan. **La difícil vuelta a un nuevo equilibrio capitalista**. Buenos Aires: Revista Estrategia Internacional. 2010

CHINGO, Juan. **El fin de las "soluciones milagrosas" de 2008/9 y el aumento de las rivalidades en el sistema mundial**. Buenos aires: Revista Estrategia Internacional, 2012

COCHRANE, K. **The Fourth Wave of Feminism: Meet the Rebel Women**.

In: www.theguardian.com/world/2013/dec/10/fourth-wave-feminism-rebel-women [Último acesso: 28/05/2019]

CHOUDRY, A. and Hlatshwayo, M. (2016). **Just Work? Migrant Workers' Struggles Today**. In Aziz Choudry and Hlatshwayo, Mondli (eds) Just Work? Migrant workers, globalization and resistance". Pluto Publishers: London, pp 1 -17., 2016

COBET, Daniela. **Rétrospective 2016. Le « joli mai » de la classe ouvrière contre la Loi travail. 2016**. Jornal eletrônico Revolution Permanente. Disponível em: <https://www.revolutionpermanente.fr/Retropective-2016-Le-joli-mai-de-la-classe-ouvriere-contre-la-Loi-travail>, último acesso 25/06/2019

COCHRANE, Kira. **The fourth wave of feminism: meet the rebel woman**. In: The Guardian. 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/dec/10/fourth-wave-feminism-rebel-women>

CONTIJO, Claudio. **Raízes da crise financeira dos derivativos subprime**. 2008. Pode ser acessado em: [https://www.academia.edu/27976431/Ra%C3%ADzes da crise financeira dos derivativos subprime](https://www.academia.edu/27976431/Ra%C3%ADzes_da_crise_financeira_dos_derivativos_subprime)

COSTA, Simone Kawakami. **Uma análise da ascensão chinesa a partir da teoria do imperialismo**. Acessado em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/costa_skg_me_mar.pdf, último acesso 30/05/2019

DAVIES, G., **“Is economy growth permanently lower?”**, *Financial Times*, 26/10/14

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997

DUARTE, Juan. **Jazz como denúncia do racismo policial**. Esquerda Diário. 1916. Disponível em: www.esquerdadiario.com.br/Jazz-como-denuncia-do-racismo-policial, último acesso 25/06/2019

D'ATRI, Andrea & MURILLO, Celeste. **8 de marzo: Cuando la tierra tembló**. Revista Idz, 2017. Disponível em: <http://www.laizquierdadiario.com/ideasdeizquierda/adelanto-8-de-marzo-cuando-la-tierra-temblo/>, último acesso 25/06/2019

D'ATRI, Andrea & LIFF, Laura. **A emancipação das mulheres em tempos de crise mundial**. In: Feminismo e marxismo. São Paulo: edições Iskra/Centelha Cultural. 2017

DONADIO, Rachel. **Greece and Italy seek a solution from technocrats**. New York Times. 2011. Disponível em: www.teamsters952.org/Greece_and_Italy_Seek_a_Solution_From_Technocrats_-_NYTimes.com.pdf

DUMONT, Jean-Christophe. **Migration picking up but rising unemployment hurting immigrants**. 2013. Pode ser acessado em: <http://www.oecd.org/migration/migrationpickingupbutrisingunemploymenthurtingimmigrants.htm>, acessado em 26/05/2019

DUMONT, Jean-Christophe. **Is migration really increasing?** 2014. Disponível em: <http://www.oecd.org/berlin/Is-migration-really-increasing.pdf>, último acesso 25/06/2019

DUMÉNIL, Gérard & LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 2001. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 2007. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GOWAN, Peter, **Crisis in the Heartland**, New Left Review 55(January-February 2009), Disponível em: www.newleftreview.org/A2759, último acesso 25/06/2019

LUKÁCS, György. **Asalto a la Rázon**. 1959. México: Fundo de Cultura Econômica

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ENGELS, Friedrich. **Carta de Engels a Joseph Bloch setembro 1980**. In: O método em Karl Marx. Edições Iskra/Centelha Cultural, 2016.

ENGELS, Friedrich. **Introdução à Guerra Civil na França**. In: Guerra Civil na França. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ENGELS, Friedrich. **Prefácio** In: *O Capital. Livro 3, v. 4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ENGELS, Friedrich. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. São Paulo: Editora Fulgor. 1963

FINE, Ben; HARRIS, Laurence. **Para reler O Capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FINE, Ben & RUSTOMJEE, Zavareh. **The Political Economy of South Africa**. 1996

FINE, Janice. **Worker Centers: Organizing Communities at the Edge of the Dream**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 2006

FONSECA, Célia Marlene Miguel. **Do poder à queda - A cobertura da imprensa à queda do Governo de Passos Coelho**. Universidade do Porto: faculdade de letras. 2016

FROSINI, Fabio. “¿Qué es la “crisis de hegemonía”? **Apuntes sobre historia, revolución y visibilidad en Gramsci**. Las Torres de Lucca. Revista Internacional de Filosofía Política, Vol 6, No 11 p. 45-71, 2017

FLAUBERT, Gustave. **A educação sentimental**. Rio de Janeiro: Jackson Inc, 1959.

FUENTE, Maria. **Crisis, austerity and poverty from a gender perspective**. 2017. Disponível em: https://ajuntament.barcelona.cat/drets-socials/sites/default/files/revista-ingles/01-crisis_austerity_and_poverty_from_a_gender_perspective.pdf

FRASER, Nancy. **Fortunes of feminism: from State-Managed Capitalism to neoliberal crisis**. London: Verso, 2013

FREUD, Sigmund. **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Edição Standard. Volume XXI. Rio de Janeiro: Amago, 1996.

FRIEDMAN, Milton. **There's no such thing as a free lunch**. Open Court Publishing Company, 1975.

GAY, Peter. **Freud: uma vida para o nosso tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GOETHE, Johann Wolfgang Von. **Fausto**. São Paulo: Editora 34, 2004.

GORZ, Andre. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982

GRESPLAN, Jorge. **O negativo do Capital**. São Paulo: Ideias Baratas, 2012.

GROSMANN, Henryk. **La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista**. México: Siglo Veintiuno, 1979.

HARVEY, David. **Los Limites Del Capitalismo y la teoria marxista**. México: Fondo de cultura económica, 1990.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Ed. 21. São Paulo: Loyola, 2011

HARVEY, David. **O neoliberalismo**. Edições Loyola, 2008

HEGEL, Friedrich. **Filosofía de la historia universal**. Buenos Aires: Editorial Losada, 2010.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 2004

HOLLOWAY, John. ***Cambiar el mundo sin tomar el poder: el significado de la revolucion hoy***. Barcelona: Viejo Topo, 2002.

HUNG, Ho-fung. **The China Boom: Why China will not rule the World**. Colombia University Press. 2016

HUSSON, Michel. **Lo que está en juego en la crisis**. 2008. Disponível em: <http://hussonet.free.fr/vt253.pdf>. Último acesso: 31/05/2019

HUSSON, Michel. **"La crise mise en perspective"** In: Par ici la sortie : Cette crise qui n'en finit pas. 2017

HUSSON, Michel. **Une crise systémique globale et durable**. 2008. Disponível em: <http://hussonet.free.fr/worklib8.pdf>, último acesso 05/06/2019

HUWS, Ursula. **"Tenho a sensação de que essa nova classe operária está começando a se mover"**. In: Revista Ideias de Esquerda, nº 2, ago/set, 2017, pp. 28-32

JOHSUA, Isaac. **Desde 1929 a 2009, hablar del capital es hablar de su crisis**. In: La Crisis de 1929. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2012.

JOHSUA, Isaac. **La crise de 1929 et l'émergence américaine**. Paris: Presses Universitaires de France, 1999

JONES, Brian. P. **Black Lives Matter and the Struggle for Freedom**. Monthly Review. 2016. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2016/09/01/black-lives-matter-and-the-struggle-for-freedom/>, último acesso 03/06/2019

KARYOTIS, Georgios & RÜDIG, Wolfgang. **The three waves of anti-austerity protests in Greece, 2010-2015**. Policial Studies Review. 2017

KARYOTIS, Georgios & RÜDIG, Wolfgang. **Who protests in Greece? Mass opposition to austerity**. British Journal of Political Science, 2014, vol 44, no. 3, pp. 487-513

KEYNES, John. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: editora Saraiva, 2012

KLIMAN, Andrew. **A crisis for the centre of the system**. 2008. Acessado em: <https://www.marxists.org/history/etol/newspape/isj2/2008/isj2-120/kliman.html>, último acesso 29/05/2019

KLIMAN, Andrew. **The failure of capitalist production**. Pluto Press. 2011

KRISHNAN, Kavita. **Cultura do estupro e machismo na Índia em Globalização**. Revista Internacional de direitos humanos. 2015

KOVRAS, Iosif. **The parliamentary election in Greece, October 2009**. Electoral Studies 29, 2010, 276-296, Disponível em: iosifkovras.com/wp-content/uploads/2015/08/The-Parliamentary-Election-in-Greece-October-2009.pdf

KRUGMAN, Paul. **¡Acabad ya con esta crisis!**, Barcelona, Crítica, 2012.

KRUGMAN, Paul. **“Introdução”**. In: Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: editora Saraiva, 2012

LANFREDI & AUGUSTO. **O Agronegócio na economia e política brasileira em meio à guerra comercial EUA-China**. 2018. Acessado em: <http://www.esquerdadiario.com.br/O-agronegocio-na-economia-e-politica-brasileira-em-meio-a-guerra-comercial-EUA-China>, último acesso em: 30/05/2019

LAPAVITSAS, Costas. **Political Economy of the Greek Crisis**. Review of Radical Political Economics. September 2018. Disponível em: <https://eprints.soas.ac.uk/25433/1/Lapavistsas%20-%20Political%20economy%20of%20the%20Greek%20crisis.pdf>

Lenin, Vladimir. **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega. 1982.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: USP, 1964.

LINHART, Danièle. **Um assalariado sem submissão é possível. Le monde diplomatique. 2017**, Disponível em: <https://diplomatie.org.br/um-assalariado-sem-submissao-e-possivel>, último acesso 25/06/2019

LUKÁCS, György. **Lenin**. Buenos Aires: Ediciones ryr, 2007.

LUKÁCS, György, **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro

LUPE, Santiago. **Estado Español a dos años del 15M de los indignados a la crisis del régimen de 1978**. In: #Juventudenlascalles. Cidade do México: Armas da Crítica, 2014.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MACNALLY, David. **From Financial Crisis to World-Slump: Accumulation, Financialisation, and the Global Slowdown**. Historical Materialism 17. 2009. Disponível em: citeseerx.ist.psu.edu, último acesso: 25/06/2019

MAIOR, Souto. **“Impactos do golpe trabalhista (a Lei n. 13.467/17)”**. Edição Eletrônica: Portal Esquerda Diário: In: <http://www.esquerdadiario.com.br/Impactos-do-golpe-trabalhista-a-Lei-n-13-467-17>, acessado 18/05/2019

MĂNESCU, Cristiana Belu & NUÑO, Galo. **Quantitative effects of the shale oil revolution**. Energy Policy, 2015, vol 86. p. 855-866

MANDEL, Ernest. **El Capital: Cien años de controversia em torno da obra de Marx**. México: Siglo Veintuno, 1985.

MANDEL, Ernest. Marx, **la crise actuelle et l'avenir du travail humain**. **Revue Quatrième Internationale n°20, mai 1986**. Disponível em: <http://www.ernestmandel.org/new/ecrits/article/marx-la-crise-actuelle-et-l-avenir>, último acesso: 20/06/2019

MANDEL, Ernest. **Introdução a teoria econômica marxista**. Afrontamento. 1963

MARCUSE, Herbert. **CARTA DE MARCUSE A ADORNO, Londres, 4 de junho de 1969**. Publicada em Caderno MAIS!. Folha de São Paulo, 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs240818.htm>, último acesso 25/06/2019

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **The russian menace to Europe**. London: Paul Blackstock and Bert Hoselitz, 1953.

MARX, Karl. **Acerca del colonialismo**. URSS: Editorial Progreso, 1981.

MARX, Karl. **Collected Works**. New York: International Publishers, 1974.

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. In: ANTUNES, Ricardo. A dialética do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARX, Marx. **Introdução à crítica da filosofia do Direito de Hegel**. In: Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. **Guerra Civil na França**. São Paulo: expressão popular, 2008

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 3, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo. 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 2. São Paulo: Boitempo. 2014.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 3. São Paulo: Boitempo. 2017.

MARX, Karl. **O dezoito brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo editorial. 2011

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 3. São Paulo: Boitempo editorial, 2017.

MARTÍN, Irene. **Podemos y otros modelos de partido-movimiento**. *Revista Española de Sociología*. Nº 24. 2015. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/res/article/view/65425/39717>

MASO, Juan Dal. **El marxismo do Gramsci**. Buenos Aires: IPS. 2016

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MESZAROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MUNRO, E. **Feminism: A Fourth Wave?** *Political Insight*, 2013, pp. 22–25.

OCASIO, Kimberly M. Sánchez & GERTNER, Leo. **Fighting for the Commom Good: How Low-Wage Workers' Identities Are Shaping Labor Law**, 126 YALE L.J.F. 503 (2017), www.yalelawjournal.com/forum/fighting-for-the-commom-good.

NATIONAL SECURITY STREATEGY. December 2017. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>, último acesso 25/06/2019

OFFE, Claus. **Trabalho como categoria sociológica fundamental**. In: Trabalho & sociedade, v. I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OPRINARI, Pablo. **El #yosoy132: un nuevo despertar de la juventud mexicana**. In: #Juventudenlascalles. Cidade do México: Armas da Crítica, 2014.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2014.

POULANTZAS, Nicos. **Teoría e historia en la interpretación de El Capital**. In: Estudios sobre El Capital. México: Siglo Veintiuno, 1987.

RIMBAUD, Arthur. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2009.

ROBERTS, Michael. **The long depression**. Chicago, Illinois: Hyamarket Books, 2016

RODRÍGUEZ, Ignacio Sánchez-Cuenca. **La política en los gobiernos de José Luis Rodríguez Zapatero**. *España en democracia*: Actas del IV Congreso de Historia de

Nuestro Tiempo / coord. por Carlos Navajas Zubeldía, Diego Iturriaga Barco, 2014, ISBN 978-84-617-1203-8, págs. 97-109

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 2001.

ROUBINI, Nouriel. **A economia das crises: um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

SANTANA-PEREIRA, José. **Eleições em tempos de crise: austeridade, troica e derrota anunciada do PS nas legislativas de 2011**. In: As eleições legislativas no Portugal democrático, 1975-2015 (org. Marco Lisi. Assembleia da República, 2015

SAEID, Tarek Abo. **European economic crisis and its influence on the Arab Spring**. Forum Scientiae Oeconomia Volume I 2013

SARTRE, J.-P. **Crítica da razão dialética: precedido por Questões de método**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. São Paulo: Editora da Unesp, 2017

SMITH, Stephen Antony. **Red Petrograd: Revolution in the factories (1917-1918)**. Cambridge: Press Syndicate. 1983

SHIH, Victor. **China's Credit Conundrum**. New Left Review. 2019. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/II115/articles/victor-shih-china-s-credit-conundrum>, último acesso 25/06/2019

STIGLITZ, J. E. **El consenso post-consenso de Washington**. 2004, Acessado na versão em espanhol em: <http://pdfhumanidades.com/sites/default/files/apuntes/36%20-%20Stiglitz%20-%20EL%20CONSENSO%20POST-CONSENSO%20DE%20WASHINGTON.pdf>, último acesso 01/06/2019

SWEEZY, Paul. Teoria do Desenvolvimento Capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1986

TAYLOR, Keaanga-Tamahtta. **Un destello de libertad: #Blacklivesmatter a la liberación negra**. Traficantes de Sueños. 2017

THERBORN, Göran. **“CLASS IN THE 21ST CENTURY”** In: New Left Review 78, November-December 2012”. Disponível em: <http://newleftreview.org/II/78/goran-therborn-class-in-the-21st-century>. Acesso em: 24 de Setembro de 2013.

THOMAS, Peter. **Gramsci and the Intellectuals: Modern Prince Vs Passive Revolution**, Marxism and Intellectuals, Palgrave Macmillan, Basingstoke, 2007

TONELO, Iuri. **A crise capitalista e suas formas**. São Paulo: Edições Iskra, 2016

TROTSKY, Leon. **El capitalismo y sus crisis**. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2008.

TROTSKY, Leon. **La intelligentsia y el socialismo**. Buenos Aires: Ceip Leon Trotsky. Da edição publicada no marxists.org. 2002. Disponível em: <http://www.ceip.org.ar/Apendice-Textos-sobre-arte-cultura-y-literatura-La-intelligentsia-y-el-socialismo>, último acesso 03/06/2019

TROTSKY, Leon. **Stalin, el gran organizador de derrotas: la III Internacional después de Lenin**. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2012

TROTSKI, Leon. **Literatura e Revolução**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2007

TRUE, Jacqui. **The political economy of violence against women**. Oxford Scholarship. 2012

VANDAELE, Kurt. **Interpreting strike activity in western Europe in the past 20 years: the labour repertoire under pressure**. Brusselas, Belgium. 2016, Vol. 22(3) 277–294

VELEZ, I. **La Juventud Socialista en Petrogrado de 1917**. Cahiers León Trotsky Nº 24. Traducción al español por Rossana Cortéz. 1986

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2004

WOLFF, Simone. **O “trabalho informacional” e a reificação da informação sob os novos paradigmas organizacionais**. In: “Infoproletários: degradação real do trabalho virtual”. São Paulo: boitempo editorial. 2009

ŽIŽEK, Slavoj. **A primeira como tragédia**, depois como farsa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. **A tinta vermelha**. Discurso de Zizek no Occupy Wall Street. 2011. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2011/10/11/a-tinta-vermelha-discurso-de-slavoj-zizek-aos-manifestantes-do-movimento-occupy-wall-street/>, último acesso 25 de julho de 2019

APÊNDICE: A CRISE CAPITALISTA E SUAS FORMAS

Como anexo, compartilhamos uma síntese das conclusões de nossa dissertação de mestrado, que conformam a base teórica sobre a qual buscamos interpretar a crise atual.

Agarrar um fenômeno como a *crise capitalista* em suas determinações essenciais é parte de um movimento teórico que ainda está por se desenvolver. Após 2008, com a quebra de Lehman Brothers, o tema voltou à cena e reacendeu o debate vigente no século XX. No entanto, o resgate teórico das próprias teorias de Marx ligado aos possíveis debates – com avanços e retrocessos teóricos no século XX – é parte imprescindível do estudo desse tema; este texto, nesse sentido, nada mais é do que uma modesta releitura (possível) de Marx para contribuir nesse sentido.

Conforme analisado, o plano original da obra *O Capital* se relacionava com o intuito de investigar o fenômeno das crises: mas para fazer a abordagem correta do tema, Marx visava percorrer cinco temas anteriores, a saber, o conceito de capital, renda da terra, trabalho assalariado, Estado e comércio exterior, que, no plano de 1857, eram parte dos cinco primeiros livros a serem escritos, e finalizava com a discussão das *crises e o mercado mundial* (ROSDOLSKY, 2001).

Desse modo, o estudo do tema das crises deve partir de que mesmo o seu maior investigador não conseguiu sistematizar completamente a complexidade do fenômeno, deixando valiosas (mas não completas) indicações das principais tendências e contratendências que envolvem o tema. Se partirmos do que compreendemos ser o *método investigativo* de Marx em torno desse tema, é decisivo notar que o autor de *O Capital* jamais *isolou* o conceito de crise do conjunto das determinações que compõem sua natureza; pelo contrário, buscou investigar profundamente cada uma dessas tendências para encontrar a essência do problema em suas múltiplas determinações.

Nesse sentido, o presente trabalho também busca se contrapor ao método científico da economia política contemporânea que parte exatamente de isolar determinações para pensar o fenômeno da crise; ou mesmo de interpretações

marxistas que, se atendo mais ou menos dogmaticamente a algum aspecto da teoria, se desligam do *leitmotiv* de Marx.

A crise é, por excelência, um *fenômeno dinâmico*, e “apreender a crise” é apreender um conjunto de determinações do movimento do capital em circunstâncias especiais; ocorre que, como disse Hegel certa vez, “enquanto o objeto é o verdadeiro e o universal, igual a si mesmo, ao passo que a consciência para si é o mutável e o inessencial, é possível que lhe suceda perceber incorretamente o objeto e iludir-se” (HEGEL, 2002, p. 98). Sendo o *objeto fluido*, a apreensão teórica se dificulta e tende a esquemas mecânicos, dogmatismo ou fórmulas, os quais Marx sempre recusou.

De outro lado, o desafio teórico de apreender o conceito de crise não pode nos furtar a *teorizar* sobre o tema, sob a pena de desfazer a objetividade do próprio objeto (a crise) e, nesse sentido, desviar-se ao dilema weberiano (que foi acentuado e virou moda nos anos 1990) de que, por ser a realidade “inesgotável”, seria impossível partir de um método de *totalidade*, pois seria o *infinito esforço de percorrer ao infinito teórico*.

Do nosso ponto de vista, seguindo a proposta de Marx, é possível encontrar o que o autor chamava de *momento predominante (übergrifendes moment)*, relacionando as tendências e contratendências fundamentais que regem esse processo de larga escala como uma crise internacional. Nesse sentido, Marx deu a mais importante contribuição para um estudo como este, e achamos que reler e reinterpretar seus estudos, ainda que sejam insuficientes para entender globalmente as crises contemporâneas, também é indispensável e incontornável para qualquer tentativa abrangente de compreensão desse fenômeno (ao menos dentro de uma lógica de emancipação dos trabalhadores).

Superprodução e sobreacumulação

No percurso de nossa pesquisa, partimos de tentar compreender, tendo por vista algumas abordagens no século XX sobre *teoria das crises* em Marx, quais seriam os principais aspectos que deveriam compor uma sistematização da teoria das crises, e chegamos à definição de quatro momentos fundamentais, a saber: a) a crise na

esfera da realização de mercadorias, que poderíamos chamar de *superprodução*; b) a crise na esfera da dinamização dos capitais acumulados, que poderíamos chamar de *sobreacumulação*; c) a crise na esfera das finanças (que aponta a dois sentidos), mas englobamos sob o nome de *crise financeira* e d) a crise na esfera produtiva, que poderíamos chamar de *crise social-produtiva*.

Essencialmente, os dois primeiros momentos da crise, de uma forma ou de outra, podem ser sistematizados a partir dos dois primeiros livros de *O capital*¹³¹. Nesse sentido, as leituras em geral da crise chegavam ao livro terceiro até a célebre tese sobre a *lei da queda tendencial da taxa de lucro*, o que pressionava para a teoria sobre as crises ser uma combinação de uma boa leitura do livro primeiro, alguns aspectos do segundo e a combinação com a lei citada. Essa abordagem (leitura de *O Capital*) explica muita coisa, sobretudo o primeiro aspecto da crise capitalista, conforme apontamos, mas não o fenômeno de conjunto.

Partimos, portanto, de retomar a formulação de Marx no livro segundo sobre a complexificação da fórmula “D-M-D” como parte de entender as etapas completas da rotação do capital:

$$D — M <^F_{MP} \dots P \dots M' (M + m) — D' (D + d)^{132}$$

Diante da sistematização de Marx sobre o movimento da rotação do capital desde o emprego do capital em meios de produção e força de trabalho, passando pela produção de mercadorias, e a realização destas em um novo montante de capital, adicionado da mais-valia, nós tentamos *circundar* três aspectos fundamentais da fórmula, que seguem:

¹³¹ Sendo que o terceiro aspecto não é em geral abordado, mas por outros motivos conforme veremos a seguir.

¹³² Onde D é dinheiro adiantado, M é mercadoria, traduzida em sua derivação (F = força de trabalho e MP = meios de produção); P, portanto, capital em sua forma produtiva; M' = 'M' as mercadorias produzidas e 'm' como massa de mercadorias advindas do trabalho excedente. D' = 'D' dinheiro adiantado mais 'd', que é o *quantum* extra de dinheiro que foi adquirido da realização de 'm'. (MARX, 2006, p. 55)

$$D [2] — M <^{F_{MP}} ... [3] P ... M' (M + m) [1] — D' (D + d)$$

Sendo, [1] o que chamamos de crise de *superprodução*, [2] o que chamamos de *sobreacumulação* e [3] o que chamamos de *crise social-produtiva*.

A primeira, superprodução, é um das mais conhecidas fórmulas quando tratamos do pensamento de Marx, na medida em que implica no choque direto entre a produção capitalista e a capacidade que a sociedade tem de realizar essa produção e consumir essas mercadorias. Daqui, derivaram-se teses para explicar de outro modo o mesmo problema, sendo a mais conhecida a tese do *subconsumo* (como a chave de se explicar o problema – e mesmo na economia burguesa buscou-se resolver esse problema com o *consumismo*, cujo limite extremo, ao que parece, chegamos no século XXI). Do outro polo da reprodução capitalista está o excesso de capitais que não conseguem ser empregados nem na esfera financeira e nem no sistema produtivo, tornam-se improdutivos e podem se desvalorizar muito rápido, seja na forma de dinheiro, seja na forma de fábricas e outros capitais ligados ao capital produtivo que não estejam em operação: a essa crise atribui-se o nome de *sobreacumulação*.

Nesse sentido, conforme veremos a seguir, essas duas crises se ligam por uma tendência a reduzir a parte variável do capital, que implica na produção cada vez maior de mercadorias e acúmulo de capital, até certo ponto que *a corda irá estourar ou de um lado ou de outro*. Assim, a superprodução e a sobreacumulação se pertencem uma à outra, se determinam, reciprocamente, inseparáveis, mas, ao mesmo tempo, são extremos que mutuamente se excluem e se opõem, polos da mesma expressão da contradição capitalista.

A lei da queda tendencial da taxa de lucro

Ainda como parte dessa análise dos momentos de crise no interior das etapas do processo de reprodução do capital em seu conjunto, torna-se totalmente indispensável a análise do que Marx intitulou como lei da queda tendencial da taxa de

lucro. Isso porque a lei nos ajuda a explicar mais profundamente as duas primeiras formas de crise e ligar com a terceira, a crise financeira.

Os traços gerais da lei se referem, como coloca Marx, ao:

fenômeno decorrente da natureza da produção capitalista: aumentando a produtividade do trabalho, diminui o preço de cada mercadoria ou de dada quantidade de mercadoria, multiplica-se o número das mercadorias, reduzem-se a massa de lucro por mercadoria isolada e a taxa de lucro relativa à totalidade das mercadorias, mas aumenta a massa de lucro correspondente (K3, C3 – MARX, 2008, p. 302-303).

Nesse sentido, ao aumentar a produtividade, os capitalistas vão diminuindo cada vez mais o valor de suas mercadorias (e aumentando a quantidade) e, por consequência natural, devem vender mais mercadorias no mercado, o que deve ser embasado num aumento do consumo; esse movimento iria até o ponto em que, dada a enxurrada de mercadorias num mercado global, atrelada ao fato de que com a produtividade aumentada o desemprego também cresceria, chegar-se-ia a um ponto de *crise de superprodução*. A outra face disso, ditada pela mesma lei, estaria no fato de que com o aumento da produtividade, não conseguindo os capitais escoarem sua acumulação nova para outros nichos de produção (por distintos motivos econômicos), que fizesse um complexo produtivo – industrial por exemplo – perder muito o sentido de manter sua produção, poder-se-ia ver dado capital incapaz de novos investimentos produtivos que permitissem outra acumulação, rompendo-se o ciclo de reprodução ampliada e gerando a crise de sobreacumulação.

Ou seja, a lei da queda tendencial da taxa de lucro apenas reafirma, sob certas circunstâncias, os aspectos fundamentais da crise capitalista. Mas ela não é um determinante isolado dessa crise e não investigar os distintos fatores que a contestam implica em uma maneira de *ler* a crise que pouco ajudaria na interpretação dos fenômenos do século XX, e sobretudo do século XXI.

Retomando a ideia de fugir desse “*perceber incorretamente e iludir-se*”, que é próprio da análise dogmática e vulgar, o próprio Marx traça uma discussão metodológica sobre a ideia de *lei* e de *tendência*, como parte de desfazer qualquer interpretação mecanicista da lei. A formulação de Marx tem justamente o intuito de combinar esses dois elementos. Isso porque, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, Marx demonstra exaustivamente algumas determinações que atuam

como “contratendências” à lei e, nesse sentido, que *fazem dessa lei econômica uma tendência* a ser verificada na realidade mais ou menos desenvolvida, e só assumindo o *status* de lei se observada num longo período:

Evidenciou-se que as mesmas causas que provocam a queda da taxa geral de lucro geram efeitos opostos que a embaraçam, retardam e parcialmente paralisam. Não suprimem a lei, mas atenuam seus efeitos. Se assim não fora, seria incompreensível não a queda da taxa geral de lucro, mas a lentidão relativa dessa queda. Assim, como tendência apenas, atua a lei, e o efeito dela só se torna palpável em circunstâncias determinadas e no decurso de períodos longos (K3, C14 - MARX, 2008, p. 314-315).

Mas até que ponto vai a determinação dessa lei e a importância desse processo em ligação com a próxima forma da crise, a chamada *crise financeira*?

A concorrência e a crise financeira: o duplo aspecto dessa forma da crise

O desenvolvimento da lei da queda tendencial da taxa de lucro aparece no livro terceiro de *O Capital*, seguido de dois tópicos: a) a conversão do lucro em taxa de lucro e da mais-valia em taxa de mais-valia e b) conversão do lucro em lucro médio. Apenas após as discussões dos dois primeiros livros e particularmente dessas duas partes é que Marx introduz a lei (da queda tendencial). Isso porque era preciso, na visão de Marx, abstrair os distintos elementos que compõem o movimento do capital da determinação da *concorrência*, na medida em que esta “inverte as coisas” e na aparência pode levar a distintas confusões teóricas. Tendo a base da reflexão desenvolvida longamente, no percurso que vai da análise da mercadoria, valor, trabalho, dinheiro, capital etc., passando pela reflexão do processo de circulação no livro segundo, a chave agora é justamente introduzir o elemento da concorrência, mas agora já como um “todo determinado” e não uma confusão caótica no plano da análise teórica.

Nesse sentido, a introdução do elemento da concorrência, especialmente a partir do tópico sobre a reflexão do *lucro médio*, permite compreender a relação entre o emprego de um capital e seu “retorno médio” (distribuição da mais-valia), com uma

aparente independência de seu *quantum* de capital variável empregado (o verdadeiro produtor do valor) e, por outro lado, esclarece como esse movimento de concorrência e inter-relação entre os capitalistas vai semeando uma crise mais intensa ao reduzir as taxas de lucros gerais, mas tendo o lucro nominal mantido ou aumentado (aumenta-se o lucro e se reduz a taxa de lucro). Marx, assim, após compreender esse movimento a partir das abstrações necessárias, os liga no plano teórico quando diz:

Mostramos que as mesmas causas que fazem a taxa geral de lucro tender para baixo determinam acumulação acelerada do capital e, portanto, aumento da magnitude absoluta ou da totalidade do trabalho excedente (mais-valia, lucro) de que ele se apropria. Tudo na concorrência e, por conseguinte, na consciência de seus agentes se configura invertido, e o mesmo se dá com esta lei, com essa conexão interna e necessária que existe entre duas coisas que na aparência são contraditórias (K3, C13 – MARX, 2008, p. 296).

Aqui, avançamos por ligar a reflexão sobre os dois primeiros elementos da crise a um terceiro, a chamada *crise financeira*. Em nossa pesquisa, buscamos demonstrar que essa terminologia, a rigor, nunca se encontrou em Marx, utilizando este a categoria de *geldhandlung kapital* (capital de comércio de dinheiro). O caminho de Marx foi compreender os elementos constituintes do “movimento financeiro” a partir das formas do que chamou de capital mercantil (que incluem o capital comercial e o capital de comércio de dinheiro), o capital portador de juros e o sistema de crédito, na medida em que a concretização desse desenvolvimento financeiro do capital estava ainda em curso.

Em nossa visão, partimos de um percurso mais breve pelos primeiros nomes que buscaram compreender e desenvolver as teses de Marx após sua morte, dando destaque a Peter Fireman e Conrad Schmidt. Mas apenas na virada do século XX o marxista alemão Rudolf Hilferding foi um dos pioneiros em oferecer uma teorização sobre a categoria de *capital financeiro* (*finanz kapital*): em termos gerais, em sua análise, o capital financeiro simbolizava o crescimento vertiginoso do capital bancário e sua fusão com o capital industrial. Essa síntese, em nosso entender, não estava em contraposição ao livro terceiro de *O Capital* de Marx, mas em realidade é o desenvolvimento mais acabado das principais tendências que lá se apresentavam. Acompanhando esse movimento, consagram a análise do capital financeiro e, particularmente, do sentido de época dado a essa fase, chamada de *imperialismo*, os

nomes de Lenin e Rosa Luxemburgo, e com um desenvolvimento mais amplo e ligado aos distintos fenômenos dos anos '20 e '30, também por Leon Trotski, que viveu até 1940.

Assim, se ligarmos as teses fundamentais de Marx do capital portador de juros e do sistema de crédito com os avanços posteriores, podemos falar em dois planos da chamada *crise financeira*. Num primeiro sentido, essa crise pode ser considerada a mais agressiva no sistema capitalista, pois se refere a um terceiro nível de crise (que engloba a superprodução e/ou sobreacumulação), mas afeta combinadamente o sistema bancário e industrial, pois devora completamente uma soma importante de capitais que inviabilizam as “manobras financeiras”, a redistribuição da crise em outros setores, distribuição e queima de capitais e inclusive os elementos de coordenação para a resposta, como diz Marx, nesse caso, “transformando-se a concorrência na luta entre os irmãos inimigos”. (MARX, 2008, p. 332).

Uma crise como essa, de certa forma e sob esse ponto de vista, podemos exemplificar na quebra do banco de investimentos Lehman Brothers dos Estados Unidos, e sua respectiva generalização no mercado mundial, atingindo distintos países e ganhando o epicentro em outro continente, a Europa. Esse é um aspecto do que buscamos definir brevemente como a *crise financeira*.

No entanto, existe outra interpretação sobre o significado da crise financeira, que tem relação com uma leitura determinada (a começar em *O Capital* e os clássicos da economia política) e também com um *interesse político*. Do ponto de vista da leitura de Marx, em relação ao capital fictício, diz-se que:

Constituir capital fictício chama-se capitalizar. Capitaliza-se toda receita periódica, considerando-a, na base da taxa média de juro, rendimento que proporcionaria um capital emprestado a essa taxa [...]. Mesmo quando a obrigação, o título, não seja como as apólices que representam capital imaginário, ainda assim o valor-capital desse título é puramente ilusório. Já vimos que o sistema de crédito gera capital associado. Os papéis constituem títulos de propriedade que representam esse capital. As ações das companhias ferroviárias, de mineração, de navegação etc. representam capital efetivo, isto é, capital empregado e operante nessas empresas ou a soma de dinheiro adiante pelos acionistas para nelas ser desembolsada como capital. Aliás, não estamos excluindo a possibilidade de essas ações constituírem

mera fraude. Mas esse capital não existe duas vezes, uma como valor-capital dos títulos, das ações, e outra como o capital efetivamente empregado ou a empregar naquelas empresas. Só existe na última forma e a ação nada mais é que o título de propriedade sobre a proporção da mais-valia a ser realizado por intermédio desse capital (K3, C29 - MARX, 2008, p. 618-619).

Atribui-se, portanto, à chamada *crise financeira* um reordenamento da proporção entre a “economia real” e o chamado capital fictício. Ou seja, sob uma forma de teorizar a questão, não se distingui fundamentalmente essas duas categorias (financeiro e fictício), de modo que uma crise financeira seria uma “crise nas alturas”, uma queima de capitais tóxicos, que não conseguem mais manter um grau de rendimento plausível e, nesse sentido, buscam enfatizar o sentido *cíclico* da crise. Essa leitura muitas vezes apareceu ligada a uma visão política em geral atrelada à economia política burguesa, que busca justificar as crises mais potentes do capitalismo como um mero problema de “ganância” dos capitalistas financeiros e, subsequentemente, de falta de “confiança” dos investidores, na medida em que seria uma crise nas alturas (finanças) e não um produto das próprias contradições do conjunto do sistema.

Nesse sentido, para se entender a dupla dimensão do conceito de “crise financeira” sem cair na separação estanque entre a esfera financeira e a “economia real”, um dos nossos objetivos foi (sem adentrar a análise das crises no século XX, o que valeria outro estudo) demonstrar que a base para se entender esse desenvolvimento da crise do ponto de vista do marxismo não estaria apenas em fazer um estudo exaustivo de Marx, mas ter esse estudo por base e ligar as conclusões fundamentais de *O Capital* com a sua continuidade teórica nas duas gerações sucessoras, o que poderia levar a compreender o sentido de *capital financeiro*, relacioná-lo com um sentido de época vigente (*imperialismo*), mas fazendo isso preenchendo essas categorias com o que existiu de mais avançado na análise de Marx sobre as tendências e contratendências nos estudos da crise capitalista.

Em outras palavras, essa pesquisa teve como um dos objetivos *demonstrar a ligação teórica que existiu entre Marx e seus sucessores*, uma ligação que foi renegada por distintas tradições do marxismo, sobretudo o chamado *marxismo ocidental*; assim, buscamos tentar demonstrar que sem penetrar profundamente nessa ligação teórica entre as gerações (e as definições fundamentais que se

retroalimentam), dificulta-se muito a capacidade de abordar, do ponto de vista marxista, os principais fenômenos econômicos da realidade, em particular o estudo das crises¹³³.

crise social-produtiva: o lugar da luta de classes na teoria das crises

Ao observarmos a fórmula da rotação completa do capital que apresenta Marx, $[D \text{ — } M \text{ } <_{MP} \text{ ... } P \text{ ... } M' (M + m) \text{ — } D' (D + d)]$, conforme identificamos anteriormente, o processo de produção, que envolve os meios de produção (com instrumentos de produção e objetos de produção) e a força de trabalho, não é grande descoberta pensar que no interior desse processo pode haver qualquer tipo de perturbação que implique na paralisia do processo produtivo (P), de modo a não desenvolver a produção das mercadorias (já adicionadas de um *quantum* extra de trabalho).

Assim, o que chamamos de *crise social-produtiva* é a crise que se dá nessa etapa (P) e é uma das formas mais clássicas da crise capitalista, pensando em micro a noção de crise (como a paralisia de uma fábrica em uma longa greve e as consequências disso), até a esfera macro, de crise econômica propriamente dita, que podem levar à ocupação de fábricas, expropriação e uma “perda incorrigível” para as intenções de lucro do capital e suas personificações.

Refletir sobre esse “desvio” do processo produtivo nada mais é que reconhecer que um dos polos responsáveis por essa etapa, a saber, o capital variável ou a classe trabalhadora, tem capacidade subjetiva de resistir, modificar ou mesmo paralisar esse processo de produção. O mundo das mercadorias não é feito apenas por máquinas, ou tem no seio de todo seu processo uma peça (apêndice, no termo célebre de Marx) da máquina que pode se desregular e se voltar contra a produção tal como existe, a produção capitalista. Seria impossível, nesse sentido, pensar uma teoria da crise “esquecendo-se” desse elemento.

¹³³ Daí – nessa divisão da continuidade no marxismo – uma das explicações do porquê as pesquisas nas áreas de política, filosofia, estética, arte etc. avançaram em algum sentido no marxismo, mas em economia sofreram distintas dificuldades.

Mais que isso: em nossa visão, isso é tergiversar os fundamentos da obra de Marx: desde o primeiro capítulo de *O Capital* (conforme exposto na primeira parte deste livro), a etapa conclusiva desenvolve a reflexão sobre o *fetichismo da mercadoria* e, como sempre em Marx, abre espaço para que os *servos do fetiche* se desfaçam de suas ilusões. Assim também nas discussões de troca, dinheiro, capital, produção e exploração, até chegar ao capítulo oitavo, a jornada de trabalho. Para alguns, esse capítulo aparece como um ponto fora da curva; para nós, ao contrário, é uma ênfase da luta de classes no interior do primeiro volume, que faz emergir o conflito operário nas distintas etapas do livro. Esse movimento de Marx se demonstra com clareza na obra que ele conseguiu publicar em vida (o livro primeiro), na medida em que parte de “entender para superar” o fetichismo da mercadoria e termina por convocar os trabalhadores, no célebre capítulo XXIV, a “expropriar os expropriadores”.

A crise e a guerra: marxismo como ciência integral

Ao isolar a economia e desvinculá-la dessa determinação fundamental, a luta de classes, na busca de uma *teoria econômica pura*, em nosso entendimento é impossível compreender o *leitmotiv* de Marx e, assim, perceber a interpenetração dialética entre Marx e a geração sucessora que travou as mais importantes lutas comunistas na Alemanha com Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, e na Rússia revolucionária com Lenin e Trotski. A continuidade teórica na teoria do imperialismo é mais que um avanço de compreensão à luz do século XX: é a materialização de *O Capital* no processo de “expropriação dos expropriadores”, tendo na Revolução de 1917 sua expressão mais lapidar.

Parte dessa problemática nós tentamos abordar ao analisar o fenômeno da Primeira Guerra Mundial. Pensar esse fenômeno isolado das tendências que aponta Marx em *O Capital* e a consumação dessas tendências na teoria do imperialismo é também recorrer a explicações “naturalizantes” ou “politicistas”: é evidente que não podemos explicar um fenômeno como a Guerra Mundial apenas por uma equação mecânica que a determina pela economia, mas também nos parece impossível compreendê-la sem relacioná-la com os sintomas da época imperialista, de “guerras comerciais” entre as potências, de predominância de monopólios capitalistas, de

disputas financeiras, que a partir de certo ponto dão saltos qualitativos e provocam conflitos, podendo levar mesmo a uma guerra imperialista (entre potências).

Aqui também acreditamos que a única maneira de observar esse fenômeno é não desvinculando a esfera econômica da política (e as consequências militares). Esse foi um dilema decisivo na busca de explicações satisfatórias para fenômenos tão complexos que se apresentavam no século XX.

Esse dilema do estudo das crises nos faz lembrar um livro de Gustave Flaubert, chamado *Educação sentimental*, em que os personagens principais, Frederico e Mme. Arnoux, viveram uma história (de vida) amorosa para chegar ao penúltimo capítulo (final da história) e concluírem que, não podendo se amar pelas imposições sociais, “foi imenso nosso amor [...] que felicidade teríamos tido” (FLAUBERT, 1959, p. 431).

No caso das personagens de Flaubert, a restrição vem de um autor jogado ao banco dos réus pela justiça da época e sob sua pressão, ainda há poucos anos antes da explosão da Comuna de Paris (com seus personagens sofrendo as consequências da moral vigente na época). Voltando e relacionando ao nosso tema das crises, no entanto, a desvinculação entre a economia e a política, a teoria das crises e os efeitos da luta de classes, são produtos das distintas restrições que ao marxismo se impôs ao longo do século XX e, quando da derrocada completa do “socialismo real”, buscou-se aniquilar todos os pressupostos que se baseavam em qualquer elemento da luta de classes, restando apenas um *Marx analítico* e não o *Marx como pensador integral da transição socialista*, que reascendeu ao calor da crise de 2008.

Num tema de tão grande amplitude como o estudo das crises, uma sistematização mais apurada investigando os distintos elementos do tema só pode ser produto de um trabalho que extrapole os objetivos deste texto. Se pudermos dar algum sentido a este trabalho, em sua busca de ligar a teoria e a ação dos revolucionários do século XX com as conclusões teóricas de Marx no século XIX, poderíamos sintetizar dizendo, para jogar com as palavras, que tratara de ligar a *razão e a paixão*, as ideias e a ação, que a classe dominante insistiu em desligar em todas as esferas do pensamento social, incluindo nosso tema, o estudo sobre as crises.

Para o casal de Flaubert citado, o amor só poderia ser obra do enfrentamento com a moral vigente. Para os marxistas atuais, os avanços teóricos em temas como

o estudo das crises só podem florescer se forem produto do enfrentamento contra a separação entre a economia e a luta de classes que, por suposto, advém da “opinião pública” intelectual vigente e não das necessidades reais dos trabalhadores.